

INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

Luciane Iwanczuk
Organizadora



Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR
Universidade Feevale

INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

Luciane Iwanczuk
Organizadora



Novo Hamburgo | Rio Grande do Sul | Brasil
2023

PRESIDENTE DA ASPEUR

Marcelo Clark Alves

REITOR DA UNIVERSIDADE FEEVALE

Cleber Cristiano Prodanov

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Angelita Renck Gerhardt

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**

Fernando Rosado Spilki

**DIRETOR DO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Luis Henrique Rauber

**DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS
CRIATIVAS E TECNOLÓGICAS**

João Batista Mossmann

**DIRETORA DO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**

Caren Mello Guimaraes

**DIRETORA DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E INSTITUCIONAIS**

Paula Casari Cundari

DIRETORA DE INOVAÇÃO

Daiana de Leonço Monzon

**DIRETORA DE CAPTAÇÃO
E NOVOS NEGÓCIOS**

Tamires Becker

EDITORA FEEVALE

Mauricio Barth (Coordenação)

Eduarda Camilly Candido (Revisão textual)

Tífani Müller Schons (Design editorial)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Interculturalidade e diversidade em vivências extensionistas de instituições comunitárias do sul do Brasil/ Luciane Iwanczuk (Org.). – Novo Hamburgo: Ed. da Feevale, 2023.

301p. : il.

E-book.

ISBN: 978-65-86341-22-5.

1. Instituições de ensino superior. 2. Projetos de extensão – Região Sul do Brasil.
3. Interculturalidade. 4. Diversidade cultural. I. Iwanczuk, Luciane (Org.).

CDU 378:001.891(816)

CDD 378

Bibliotecária responsável
Fernanda Motta Ferreira CRB10/2058

© **Editora Feevale** - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei n.º 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Universidade Feevale

Câmpus I: Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 - CEP 93510-235 - B. Hamburgo Velho - Novo Hamburgo/RS

Câmpus II: ERS 239, 2755 - CEP 93525-075 - B. Vila Nova - Novo Hamburgo/RS

Câmpus III: Av. Edgar Hoffmeister, 500 - CEP 93700-000 - Zona Industrial Norte - Campo Bom/RS

Homepage: www.feevale.br

COMO MELHOR UTILIZAR ESTE E-BOOK

*Não desperdice papel, imprima
somente se necessário.*

Este e-book foi feito com a intenção de facilitar o acesso à informação. Baixe o arquivo e visualize-o na tela do seu computador sempre que necessitar. No entanto, caso seja necessário, o arquivo pode ser impresso.

É possível também imprimir somente partes do texto, selecionando as páginas desejadas nas opções de impressão.

**FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES
E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS**

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Eliandra Mirlei Rossi - UNOESC

Ernani Mugge - FEEVALE

Gilberto Hummes - UCS

Luciane Iwanczuk - FEEVALE

Norberto Kuhn Junior - FEEVALE

Rodrigo Staggemeier - FEEVALE

Rosane Rodrigues Felix - UNIJUÍ

Roswithia Weber - FEEVALE

Tatiane Muniz Barbosa - UNIDAVI

COORDENAÇÃO NACIONAL FOREXT:

Yona da Silva Dalonso

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Presidente

Adriana Bragagnolo

Universidade de Passo Fundo – UPF

Vice-Presidente

Débora Reis Garcia

Universidade São Francisco - USF

Secretaria Geral

COORDENAÇÃO CÂMARA SUL FOREXT:

Leticia Ribas Diefenthaler Bohn

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Coordenadora

Merlin Janina Diemer

Universidade do Vale do Taquari - Univates

Vice-Coodenadora

● APRESENTAÇÃO ●

Esta obra é uma iniciativa das instituições comunitárias de ensino superior que fazem parte da Câmara Sul do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária – ForExt, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A publicação objetiva a divulgação de processos e resultados de práticas extensionistas universitárias decorrentes do processo educativo, cultural e científico, que se articula com o ensino e com a pesquisa de forma indissociável, para uma formação integral, e que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A oitava edição da publicação tem como tema **EXTENSÃO, INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE**. A **Extensão**, como princípio educativo e dimensão fundamental da educação superior, materializa-se por meio de programas, projetos e ações, tendo como foco a formação acadêmica na problematização e interlocução com a sociedade. Neste contexto, compreende-se a **interculturalidade**, como um princípio ético dialógico que fundamenta a relação entre culturas distintas, que produzem conhecimentos uma sobre a outra, superando silenciamentos. Assim, a produção de conhecimento se realiza em uma via de mão-dupla, com participação da comunidade e na comunidade. E, por fim, a **diversidade** como constituinte de uma sociedade plural, sendo uma condição para o diálogo intercultural, onde o diverso se materializa nos comportamentos, nas crenças, nas identidades e nos grupos sociais. Nesse sentido, cabe considerar a interculturalidade na relação entre colonialidade/decolonialidade, bem como discussões e práticas extensionistas na perspectiva da educação multicultural.

Os textos que a compõem foram analisados por avaliadores ad hoc, a partir do edital publicado pela Câmara Sul. A obra apresenta artigos de pesquisadores/extensionistas das comunitárias filiadas à Câmara Sul. Os artigos refletem também os avanços e desafios da interculturalidade e diversidade em experiências extensionistas.

A realização desta obra é fruto do trabalho de muitas pessoas que atuam na extensão e colaboraram com a construção e a avaliação dos artigos. Agradecemos a todos que tornaram possível esta publicação!

Desejamos que as vivências compartilhadas possam inspirar novas ações extensionistas, fortalecer a extensão das instituições comunitárias e renovar a esperança pela transformação social.

Boa leitura!

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992).

PREFÁCIO

“Sonhar, é acordar-se para dentro”, escreveu Mário Quintana, poeta brasileiro. Constantemente, somos desafiados a colocar em prática o que acreditamos, o que sonhamos. Durante um breve espaço de tempo, as produções das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) não seguiram a lógica da publicação anual. Os motivos da não sequencialidade são diversos, incluindo o evento da pandemia cuja prerrogativa do distanciamento impactou a extensão de forma por vezes a inviabilizar a práxis. O que importa, é que seguimos sonhando e ver essa obra é colocar em prática e acreditar nos valores disseminados pela Extensão Universitária das ICES do sul do Brasil.

Cada Instituição que contribuiu com esse *e-book* fez o exercício de olhar para dentro de si e ver a sua potência extensionista. A extensão é um dos pilares fundamentais do ensino superior e é através dela que se estabelece uma conexão essencial entre o ambiente acadêmico e a sociedade. Ela cria um intercâmbio valioso, onde o conhecimento se enriquece através do envolvimento ativo com as comunidades. Este elo não apenas amplia o horizonte cultural e social dos estudantes, mas também fortalece seu desenvolvimento integral, ultrapassando os limites do ensino e pesquisa tradicionais, abrindo caminhos para a verdadeira transformação social. Os artigos aqui apresentados são frutos do que essas ICES acreditam e respiram, pois entendemos que a extensão está no gene do “ser comunitário” das Universidades.

A temática trazida nesse *e-book* reverbera reflexões fundamentais acerca da extensão como fonte de ressignificação dos conhecimentos. Por meio das interações dialógicas do mundo acadêmico com a comunidade ocorre o tensionamento dos saberes, e é a partir desse olhar que essa obra procura dar sua contribuição ao debate do intercultural e da diversidade através dos relatos de vivências extensionistas. A capacidade de reconhecer os saberes multiculturais por meio do acesso às pessoas de diferentes grupos sociais reforça o compromisso social das nossas Instituições. Ao adentrar nos diferentes espaços e exercitar o diálogo é que a extensão vai sendo alinhavada e interconectada, numa troca entre os sujeitos, nos tensionamentos que geram reflexão, problematização, ação, aprendizados e transformações.

Observando essa obra, vemos que em meio a todos os cenários e facetas da vida universitária, a extensão tem se destacado por sua constante evolução e dinamismo. Com orgulho podemos dizer que já avançamos muito e seguimos num caminho de contínuo progresso, em que a Extensão se firma como um pilar vital para o ensino superior. Essa publicação ratifica a importância de seguirmos fortalecendo a rede extensionista das Instituições Comunitárias, uma vez que este fortalecimento permite não apenas o crescimento institucional, mas também a efetivação do papel social da Universidade, mais inclusiva, responsiva e integrada às necessidades e potencialidades do seu contexto.

É com grande satisfação que expressamos nossa gratidão à Universidade Feevale pelo papel fundamental na organização desta brilhante obra que marca a continuidade das publicações da Câmara Sul de Extensão.

Letícia Ribas Diefenthaler Bohn

Coordenadora da Câmara Sul de Extensão

Coordenadora de Extensão e Assuntos Comunitários - Univille, Joinville/SC

Merlin Janina Diemer

Vice-coordenadora da Câmara Sul de Extensão

Coordenadora Pedagógica da Extensão Acadêmica – Univates, Lajeado/RS

• SUMÁRIO •

• Parte I •

• 14 •

QUEM PODE ESCREVER (FALAR) SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?: POR UMA UNIVERSIDADE DECOLONIAL

Mariele Aparecida Malaquias da Silva; Frederico Santos dos Santos;
Lusiane Aparecida Costa; Tatiane Lima; Anderson Flores; Carla Beatrice Gonçalves;
Marina Pitagoras Lazaretto

• 30 •

KAINGANG NA UNIVERSIDADE: A PARTICIPAÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS EM UM EVENTO ACADÊMICO

Adriano Christofoli Fusiger; Giovana Luiza Schneider; Luís Fernando da Silva Laroque

• 46 •

COMUNIDADE KAINGANG POR FI GA: INDÍGENAS EM TERRITÓRIO URBANO E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Norberto Kuhn Junior; Fábio Alessandro Almeida

• 64 •

ACOLHIMENTO E APRENDIZAGEM: AÇÕES DO CEDUCA DH PARA ESTRANGEIROS

Márcia Blanco Cardoso; Bárbara Birk de Mello; Pietra Da Ros; Rodrigo Perla Martins

• 81 •

EDUCAR PARA COMPREENSÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO É TAMBÉM PROMOVER O RESPEITO E A INTEGRAÇÃO CULTURAL

Patricia Grazziotin Noschang; Micheli Piucco; Manuela Horana Görden Dos Santos;
Laura Brandão Pasinato

• 101 •

A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DE IMIGRANTES PELO PROJETO UNOMIGRAÇÕES NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC

Odisséia Aparecida Paludo Fontana; Ana Paula Nezzi

• **Parte II** •

• 116 •

**A INCORPORAÇÃO DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA
UNIVERSIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE**

Attela Jeninchen Provesi; Cristiane Maria Riffel; Mirian Terres dos Santos; Rogerio Correia

• 129 •

TRANSVERSALIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Adriane Brill Thum; Isamara Della Favera Allegretti; Marcelo Oliveira Caetano

• 144 •

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DO CASO DA UNIVALI E SEUS
IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES**

Ana Paula Lisboa Sohn; Karina Elisa Machado

• 154 •

**IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA FORMAÇÃO
HUMANISTA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO**

Caroline Fockink Ritt, Eduardo Ritt, Marcelly Vitória Silveira, Joseane Medtler de Oliveira,
Amanda Laura Ferreira, Caroline Santos Lopes Sebben

• 168 •

**ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA, CURRÍCULO E PROTAGONISMO: DESAFIOS DAS
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Cisnara Pires Amaral; Michel Pimentel Lopes

• 185 •

**NAF UNOESC: EXTENSÃO E INTERCULTURALIDADE PARA A
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Márcia Marcondes Diniz de Freitas; Carla Fabiana Cazella; Kurt Schneider; Márcia Regina Massignani

• **Parte III** •

• 212 •

**NUTRIÇÃO UCS: ALIMENTANDO CONHECIMENTO NA COMUNIDADE –
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM EXTENSÃO ACADÊMICA**

Ana Carolina Pio da Silva; Bárbara Lorencet; Bruna Bellincanta Nicoletto Gehrke;
Carin Weirich Gallon; Gabriela Chilanti; Heloísa Theodoro, Josiane Siviero;
Karen Mello de Mattos Margutti; Karina Giane Mendes; Natália Munaretti Willrich;
Pâmela Antoniazzi dos Santos; Simone Bonatto

• 226 •

**CLOWN - E SEU SORRIR?!: PRÁTICAS QUE ALIAM EXTENSÃO,
CULTURA E DIVERSIDADE**

Laura Prass Schossler; Ana Paula Moschbacher;
Cristiano Zluhan Pereira; Marinês Pérsigo Morais Rigo

• 241 •

**PROJETO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR – PIDE: CONTRIBUIÇÕES NA
FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Sandra Fachineto; Dainara Schabarum; Evandro da Silva; Laércio Rodrigo Lermen

• 255 •

**PROJETO DE EXTENSÃO COMO INSTRUMENTALIZADOR DA PAZ
DURANTE A COVID-19: MEDIAÇÃO ON-LINE EM FOCO**

Fabiana Marion Spengler, Maini Dornelles, Helena Schwantes, Carolina Kolling Konzen,
Fernando Zagonel, Thyery Rossales

• 273 •

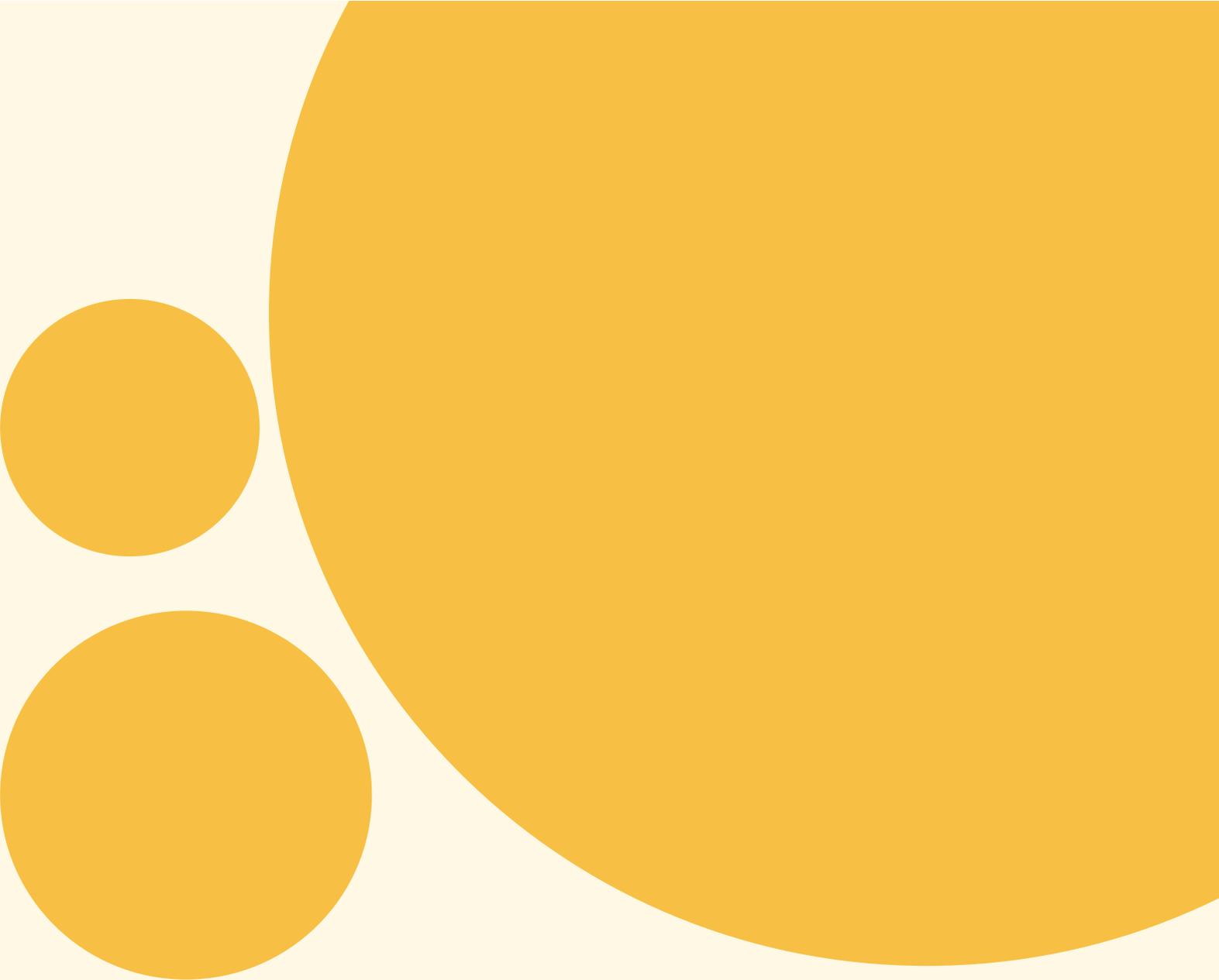
**LAZERATIVO: EXTENSÃO E PESQUISA EM PROL DA SAÚDE
MENTAL DE IDOSOS DEPRESSIVOS**

Vitória Oliveira Silva da Silva, Rafael Alex dos Santos Macedo, Mauricio Fagundes Santos, Lucas
Lacerda Della Giustina, Laura Justino Fernandes, Karin Gomes Martins, Luciano Acordi da Silva

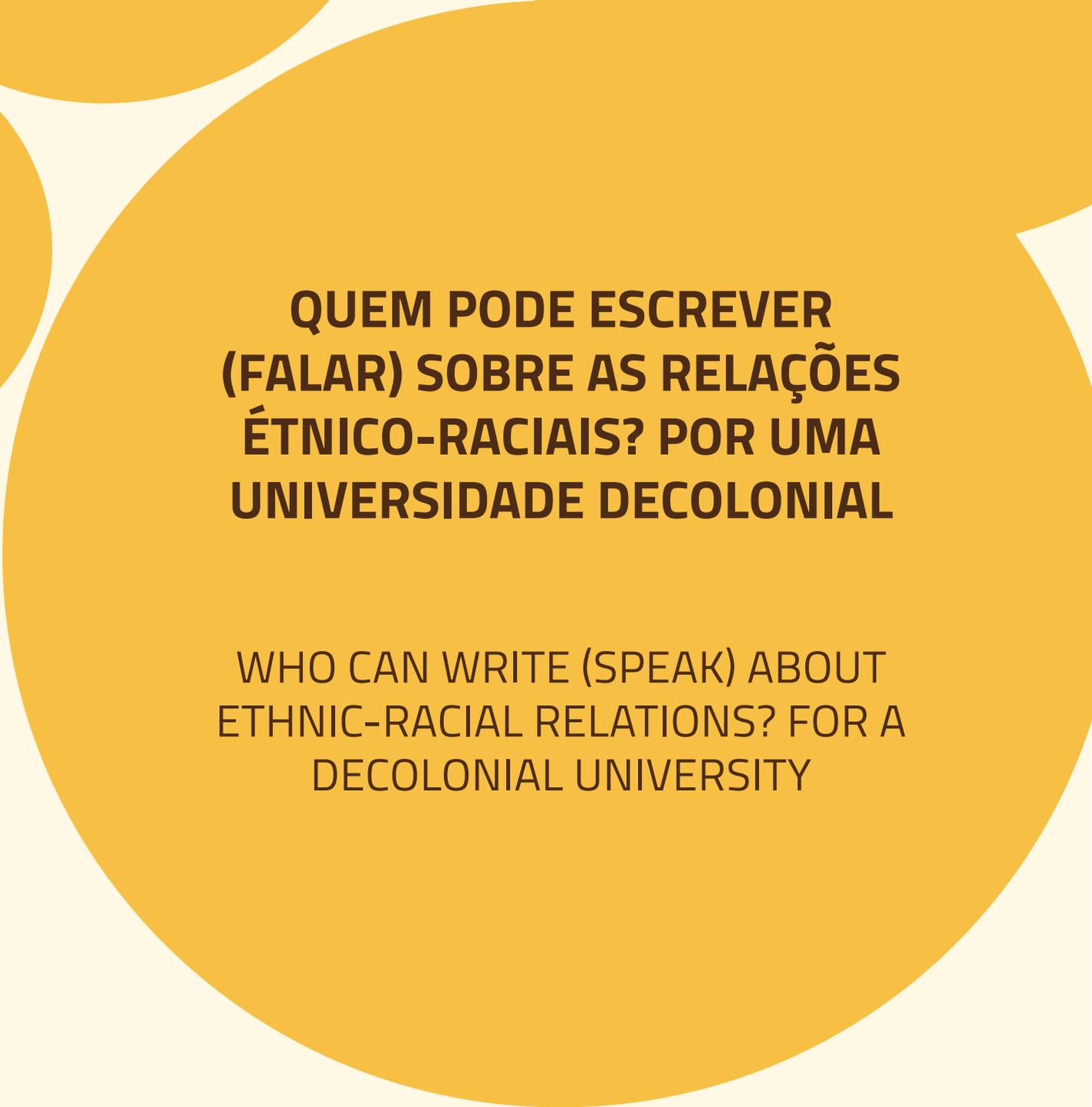
• 285 •

**EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES NA ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL:
PROJETO DE EXTENSÃO**

Bianca Carolina Zanardi Porto; Larissa Meyne; Patrícia Bitencourt Toscani Greco

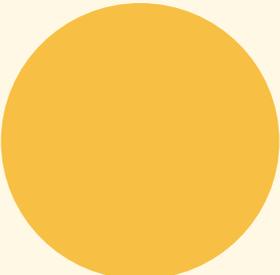


PARTE I

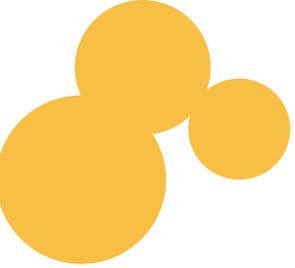


**QUEM PODE ESCREVER
(FALAR) SOBRE AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS? POR UMA
UNIVERSIDADE DECOLONIAL**

WHO CAN WRITE (SPEAK) ABOUT
ETHNIC-RACIAL RELATIONS? FOR A
DECOLONIAL UNIVERSITY



Mariele Aparecida Malaquias da Silva;
Frederico Santos dos Santos; Lusiane Aparecida Costa;
Tatiane Lima; Anderson Flores;
Carla Beatrice Gonçalves; Marina Pitagoras Lazaretto



RESUMO:

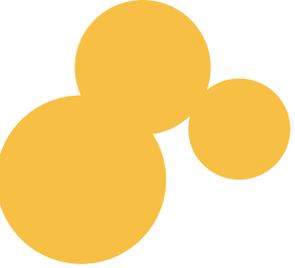
O objetivo deste texto é relatar a construção da Comissão de Relações Étnico-Raciais da Universidade de Passo Fundo como espaço institucional vinculado a pauta e suas respectivas propostas de ações, papéis e compromissos, bem como compreender o lugar das relações étnico-raciais na Extensão universitária, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em uma perspectiva decolonial, no qual as pessoas negras sejam sujeitos e não somente objetos das ações da universidade. Foi apresentado o relato da constituição da Comissão e uma revisão dos projetos e ações de extensão desenvolvidos sobre a temática. Foi desenvolvido um texto crítico-reflexivo considerando a relação com a literatura de referência sobre o assunto. É necessário o desenvolvimento de políticas institucionais que ampliem os espaços de escuta e fala dos sujeitos alvos e que se busque formas de efetivar as mudanças necessárias para diminuir as iniquidades culturais e étnico-raciais que foram construídas através de nossa história.

Palavras-chave: Étnico-racial. Extensão universitária. Lugar de fala.

ABSTRACT:

The objective of this text is to report the construction of the Ethnic-Racial Relations Commission of the University of Passo Fundo as an institutional space linked to the agenda and its respective proposals for actions, roles and commitments, as well as to understand the place of ethnic-racial relations in the University Extension, from the indissociability between teaching, research and extension, in a decolonial perspective, in which black people are subjects and not just objects of university actions. A report on the constitution of the Commission and a review of the extension projects and actions developed on the subject were presented. A critical-reflective text was developed considering the relationship with the reference literature on the subject. It is necessary to develop institutional policies that expand the listening and speaking spaces of the target subjects and to seek ways to effect the necessary changes to reduce the cultural and ethnic-racial inequalities that have been built throughout our history.

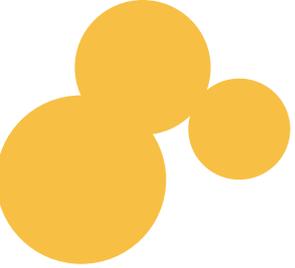
Keywords: Ethnic-racial. University Extension. Speech place.



INTRODUÇÃO

A Universidade de Passo Fundo, de natureza comunitária, tem historicamente se constituído como referência no desenvolvimento regional. No processo de interlocução com a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, reafirma seu compromisso social e, dialeticamente, se refaz para cumprir a sua missão, a de “produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação” (PPI, 2016-2015, p. 26). As instituições de ensino superior são fundamentais à formação integral, a partir de um aprendizado de conhecimentos técnicos e científicos e também de procedimentos e atitudes. O Plano de Desenvolvimento Institucional, apresenta três linhas estratégicas que se relacionam de forma mais estreita com desenvolvimento da extensão universitária, a Linha 1 - Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização, a Linha 3 - Qualidade do ambiente interno e relações humanas e a Linha 4 - Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, portanto, a extensão universitária como prática acadêmica regular, que contribui para o desenvolvimento da consciência social e política e para a formação do profissional cidadão (PDI, 2022-2026, p. 20). A extensão universitária deve subsidiar o processo de ensino-aprendizagem e a pesquisa.

Com base nessa política institucional, a extensão universitária deverá promover a realimentação do processo de ensino e de aprendizagem e contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. É uma tríade, expressa na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que se materializa nas práticas e compromissos de uma formação acadêmico-científica, profissional, ética, política e cidadã. No desenvolvimento dessa tríade devemos estar preocupados em não impor valores e respeitar modos culturais locais sem cair em uma intervenção disciplinária e higienista (Leal; Dos Anjos, 1999, p. 158). O objetivo deste texto é apresentar a comissão de relações étnico-raciais constituída na Universidade de Passo Fundo em 2023, e compartilhar as principais ações a serem desenvolvidas que impactarão no desenvolvimento de programas e projetos de extensão. Além disso, compreender o lugar das relações étnico-raciais na Universidade de Passo Fundo, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em uma perspectiva decolonial, no



qual pessoas negras sejam protagonistas e não somente objetos das ações da universidade.

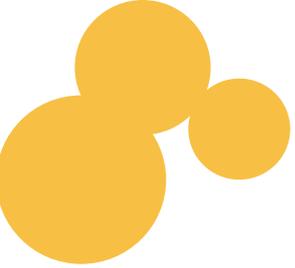
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um projeto acadêmico (seja de ensino, pesquisa ou extensão) satisfaz somente aos interesses da universidade ou, em alguma medida, deve dialogar com as comunidades e os sujeitos envolvidos?

Quando desenvolvemos projetos de extensão sobre relações étnico-raciais quem são os sujeitos envolvidos? Primeiramente, as pessoas negras. Onde essas pessoas estão? Algumas delas nas universidades. Mas elas são raras, sejam como funcionários ou funcionárias, professores ou professoras e estudantes. Essas pessoas foram historicamente excluídas pela racialização de seus corpos com “[...] primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, como símbolos da intensidade crua e de repulsa à sua aparição no saber e no discurso moderno sobre a humanidade” (Mbembe, 2014, p.10). É urgente o “deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades” para construir novos lugares de fala para sujeitos que foram considerados implícitos dessa normatização (Ribeiro, 2017, p. 26)

Durante muito tempo, como menciona Ribeiro (2017, p. 48), havia interrupção no regime de autoridade que as múltiplas vozes tentavam promover, sendo combatidas informando “voltem para seus lugares”. Essas pessoas precisam ocupar outros lugares, as vozes dessas pessoas precisam ecoar na universidade, produzindo reverberações na instituição.

Como se deslocar por outros lugares com outras pessoas? No início desse ano, constituímos um grupo composto por funcionários, professores e estudantes, autodeclarados negros e brancos, para abordar as relações étnico-raciais. Quem fala (ou escreve) sobre relações étnico-raciais? Talvez estejamos acostumados com uma lógica de autor e coautor. Um texto sobre essa temática, com uma população que esteve ausente das universidades, exige muito mais que autoria e coautoria. É um texto com muitas mãos pois cada um traz consigo, mais do que seu desejo de escrever, um posicionamento, um lugar. São muitos lugares que precisam ser reposicionados na universidade e em nossos textos acadêmicos.



São mãos brancas e negras de alunos e alunas, funcionários e funcionários, professores e professoras que tocam na universidade de formas diferentes.

O entrelaçamento dessas mãos à escrita, em que pese a solidariedade racial, não pode ser romantizado pois é um exercício que:

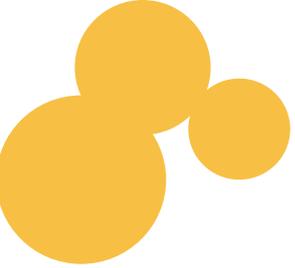
nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecido/a como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (Kilomba, 2019, p. 50).

O depoimento de Felipe Lima, aluno de escola pública, no documentário “Nunca me sonharam” de Cacau Rhoden, retrata uma característica importante no que se refere ao acesso à educação superior no Brasil. Felipe, assim como muitos outros estudantes de escolas públicas e da classe trabalhadora do país, enfrenta as dificuldades relacionadas à possibilidade de “se sonhar” em alguns espaços, dentre eles a universidade. As dificuldades retratadas pelo estudante são relacionadas a desigualdade social, que relega a uma parcela da população a impossibilidade de sonhar com os acessos que a educação pode proporcionar.

É necessário destacar que historicamente a desigualdade no Brasil está intimamente atrelada ao racismo (Gonzalez, 2021). O legado escravista relega aos povos negros a pobreza, a exploração, subemprego e a precarização do trabalho. (Gonzalez, 2021).

Segundo o IBGE (2022) nos dados referentes às condições de desigualdade em 2021, os rendimentos do trabalho das pessoas brancas foi, em média, 69% acima das pretas ou pardas; Ainda, nesse sentido, o recorte por nível de instrução e hora trabalhada reforça a percepção da desigualdade, pois pretos e pardos recebem menos em todos os níveis, sendo que no mais elevado o diferencial alcançou 41%.

Outro indicador importante para pensar nessa desigualdade refere-se à violência, segundo o mesmo Instituto (2022) existe uma maior incidência de violência física, psicológica ou sexual entre pessoas pretas (20,6%) e pardas (19,3%) com 18 anos ou mais de



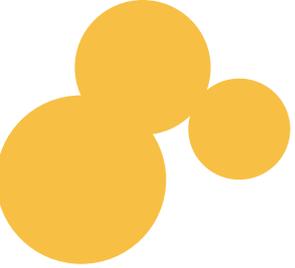
idade. Entre as pessoas brancas a proporção foi mais baixa (16,6%). Analisando os dados Estatísticos do IBGE (2022), referente ao ano de 2021, é possível compreender a angústia que o estudante apresenta no documentário provém das mais variadas formas de desigualdade existentes.

A dinâmica do racismo na sociedade, segundo Ochy Curiel (2007) é uma característica presente nas relações de dominação colonialistas, onde a visão eurocêntrica promove-se como emancipada e superior em detrimento dos povos colonizados tidos como bárbaros e inferiorizados. Essas relações de dominação do colonialismo conjuntamente com o capitalismo criam um padrão mundial de poder, que implica em relações de exploração e dominação sobre o trabalho, sexo, recursos materiais, conhecimento e subjetivação. Ressalta Curiel (2007), estas estruturas de dominação, ocorrem, pois, o colonizador, a partir do poder busca subjugar a população que não se encaixa nos padrões universalizantes e eurocêntricos. Assim, se extrai desses sujeitos seus recursos materiais, sua força de trabalho, sua cultura e inclusive seu próprio corpo e subjetividade.

Compreendendo a importância desses indicadores, as políticas públicas de educação foram mobilizadas a pensar estratégias para a diminuição das desigualdades. No ano de 2013, o Ministério da Educação, a partir das leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008), institui a obrigatoriedade da inclusão da temática das relações étnico-raciais na educação, especificamente dos povos originários e negros em todos os níveis de ensino, inclusive o superior. E mesmo com a legislação vigente, o que se vê nos mais diversos âmbitos da educação brasileira reflete ainda a desigualdade.

Segundo dados do PNAD (2020), que trata da Educação no cenário Brasileiro, o índice de jovens que estariam em idade adequada frequentando o Ensino superior por cor ou raça, foi de: 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das pessoas de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação. Ademais, 6,0% dos jovens brancos nesta faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos esse percentual foi de 2,8%.

São interpelações feitas à universidade, na qual estamos inseridos que, conforme Kilomba, não é um local neutro, ou seja, é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado às pessoas negras (*ibid*). Esse texto é, seguindo as pistas de Haraway (2011,

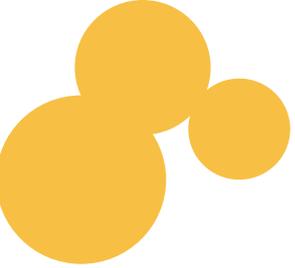


p. 22), produzido a partir de um conhecimento situado e, por conseguinte, parcial considerando a responsabilidade de cada sujeito chamado a prestar contas. É um texto que nos coloca na responsabilidade de prestar contas pela universidade que construímos e, ao mesmo tempo, cobrar os rumos que desejamos para ela. E nesse trajeto é fundamental que as relações étnico-raciais estejam presentes, com os sujeitos dessa temática.

METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado buscando apresentar a Comissão de Relações Étnico-raciais da Universidade de Passo Fundo, que nasceu em 2023, com a intencionalidade de criar um espaço institucional de fortalecer e garantir ações afirmativas, especialmente pela via extensionista. As ações extensionistas voltadas para os projetos e atividades desenvolvidos sobre a temática das relações étnico-raciais em uma Instituição de Ensino Superior (IES), de caráter comunitária, localizada na região norte do Rio Grande do Sul, permitiram a criação deste texto crítico-reflexivo sobre a temática, considerando uma relação com a literatura de referência. O texto caminha de encontro a colonialidade, sustentada como uma “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (Quijano, 2009, p. 73).

Neste sentido, no primeiro tópico, buscamos resgatar o histórico de projetos e ações extensionistas que já desenvolvem ações com a temática das relações étnico-raciais nos territórios de Passo Fundo e região e que foram produzindo aberturas na instituição para que as diferentes vozes e lugares fossem devidamente ouvidas e ocupados. No segundo, narramos a constituição da Comissão de Relações Étnico-Raciais na Universidade de Passo Fundo, evidenciando seus representantes, seu lugar institucional, bem como, sua proposta no que se refere a construção de ações afirmativas. E por último, apresentamos a proposta inicial da Comissão no que se refere a construção de um edital de bolsas de extensão com ações afirmativas, processo este que será conduzido em parceria com a Diretoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e articulará muitas evidências institucionais para consolidar esta proposta.



RESULTADOS E ANÁLISE

1) PROJETOS DE EXTENSÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: RELAÇÃO COM A COMUNIDADE COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

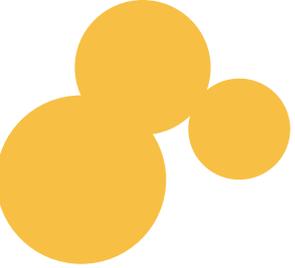
A discussão acerca dessas relações e da construção de conhecimento nas universidades são de suma importância para refletir sobre a extensão, ainda mais se tratando de uma universidade que tem em seu cerne o caráter comunitário. A extensão nessas instituições tende a dialogar com a comunidade e com isso debater questões sociais estruturantes.

A Universidade de Passo Fundo, ao longo dos seus 55 anos, tem uma trajetória em projetos de extensão na região norte do Estado. São 63 projetos que circunscrevem seis programas institucionais, a partir de uma relação com distintos territórios, são eles: Comunidades e Territórios Sustentáveis; Territórios da Cultura, Arte e Comunicação; Territórios da Cidadania, Direitos Humanos e Cultura da Paz; Territórios da Educação e da Formação Humana; Territórios da Saúde e do Cuidado e; Território da Inovação, Produção e Trabalho.

A UPF, nesse sentido, busca através da Política de Extensão e de Assuntos Comunitários (2017) o fortalecimento democrático que busque a transformação social, através de suas ações em conjunto com a comunidade, favorecendo a possibilidade de ter-se uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo, através dos Projetos de extensão em conjunto com a comunidade que as reflexões e ações relacionadas à temática étnico-racial ganham corpo.

Importante salientar que a extensão da UPF possui projetos que tratam diretamente dessa temática das relações étnico-raciais. São eles que dão corpo à discussão institucional pelas vias da extensão. Desse modo, torna-se importante relatar brevemente esses projetos e suas ações desenvolvidas com os territórios da cidade.

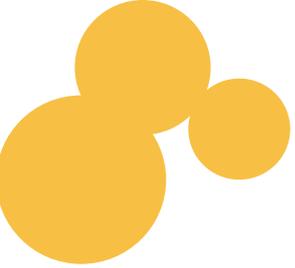
O projeto de extensão Educação das Relações Étnico-Raciais desenvolve ações formativas e articula-se com os movimentos sociais, na busca pela discussão e formação a respeito da cultura, religiosidade e identidade dos povos originários e afro-brasileiros. Outro projeto que se destaca no atendimento e no debate de ações afirmativas na instituição é o Balcão do Migrante e Refugiado, projeto de extensão ligado ao curso de Direito que atua diretamente com Migrantes e Refugiados no que condiz a questões de documentação e



legalização. Articulado com muitas políticas públicas, dentre elas a Organização Internacional para Migrações (OIM), o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) do Ministério da Justiça, tendo convenio firmado com a Polícia Federal e Cátedra Sergio Vieira de Mello/ACNUR. O Projeto atende aproximadamente 1.600 migrantes por semestre, dentre o público atendido estão pessoas das nacionalidades: Haitianas, Senegaleses e Venezuelanos.

Estão institucionalizados também, aqueles projetos que tratam da comunicação e que tem nas relações-étnicos raciais um território potente de inserção dialógica. O projeto de extensão Projética, vinculado ao Design Gráfico, faz ações dialógicas com a comunidade indígena em parceria com os cursos de Publicidade e Propaganda e Artes Visuais. O professor coordenador do Projeto tornou-se referência na vinculação ao território Indígena Goj Jur, localizado em um terreno atrás da rodoviária de Passo Fundo, desde 2016. O professor relatou que o território consiste numa aldeia urbana, de trânsito das reservas, que acaba recebendo pessoas de conflitos. Atualmente vivem em torno de 60 famílias, com mais de 140 pessoas. A liderança é do Cacique Jocemar Mariano, apoiado pela Lucimara, e as línguas originárias são guaranis e kaingang. Ainda, o Projeto Célula: Sistema de comunicação solidária e o projeto, agência de artes: articulações territoriais no campo da arte e cultura, atuam em consonância com o Projética, junto da aldeia Aldeia Goj Jur, promovendo ações dialógicas de conhecimento e formação sobre a cultura local.

Esses projetos de extensão, desenvolvidos ao longo desses anos, a partir das suas relações com essas populações, sinalizam que elas participam e constroem a realidade da região norte do Rio Grande do Sul. A partir da integração entre os projetos de extensão a instituição vem pensando, a partir da criação de uma comissão de relações étnico-raciais, na possibilidade de pleitear ações afirmativas de reserva de vagas e bolsas de extensão PAIDEX, através da construção de um novo edital para programas e projetos de Extensão, além de reservar fomentos específicos e institucionalizar esta pauta. Há uma necessidade das instituições de Ensino Superior construir e ações que combatam esses indicadores de desigualdade citados acima. A partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), muitas universidades vêm discutindo essa pauta em diferentes âmbitos do Ensino. Na Universidade de Passo Fundo, instituição comunitária de ensino, que possui caráter público, a temática das relações étnico raciais torna-se cada dia mais pungente e necessária.



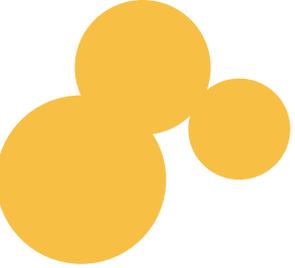
Segundo a Política de Responsabilidade Social da UPF (2013-2016), no eixo relacionado à inclusão social, destacamos a importância da ampliação e democratização do Ensino Superior tornando a mesma bem público que garanta a promoção de integração social e política. Para isso, a mesma política propõe práticas de inclusão social, a partir de diretrizes institucionais que devem exigir da instituição a implementação e acompanhamento dessas políticas. Dessa forma, entender a importância da democratização do ensino e a responsabilidade social como cerne do ensino, traz a discussão das relações étnico-raciais para diferentes lugares da Universidade.

2) COMISSÃO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM ESPAÇO COLETIVO E UM LUGAR DE FALA

A universidade, como um sistema de ensino superior homogeneizante, está alicerçada naqueles mesmos determinantes sociais da formação histórica do país, baseado em padrões eurocêntricos de classificação do mundo, que vão culminar no processo de constituição de América e do capitalismo (Quijano, 2005, p. 117). A universidade, nesse padrão euro centrado de produção do conhecimento, concentrou a hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura (*ibid.*) que reitera a relação entre raça e classe (como um espaço de decisões e poder) (Santos, 2022, p. 50).

A presença de pessoas negras é tensionada, pois são quase sempre vistas como “[...] fora do lugar sociologicamente construído e simbolicamente determinado” (Figueiredo, 2004, p. 201). E, da mesma forma, quando pessoas negras estão nesses lugares espera-se que elas se comportem como pessoas brancas. Frantz Fanon, ao ocupar esses lugares, era orientado para que deixasse para lá [para trás] sua história, suas pesquisas sobre o passado e tentasse adaptar-se ao nosso passo, tendo em vista que em uma sociedade extremamente industrializada, científica, não haveria lugar para sua sensibilidade, pois para vencer na vida é necessário dureza (Fanon, 2008, p. 120).

Como as pessoas negras ocupam um lugar que não dialoga com seus valores e tradições? As pessoas não-brancas, nesse contexto colonial, são consideradas “as outras” reiterando uma relação de outridade e não de alteridade. Como menciona Kilomba, há uma realidade violenta constituída pelo poder:



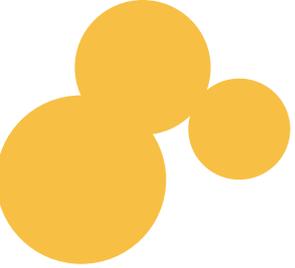
refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. (...) Eu me torno a/o “Outro/a da branquitude, não o eu - e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (Kilomba, 2019, p.78).

Essa negação de existência não significa que esse sujeito necessite da caridade branca ou que esse interlocutor fale em seu nome, pois como colonizados teriam discursos insatisfatórios, inadequados e silenciosos (*ibid.*, p. 48). É importante contextualizar que esses grupos, na condição de opressão, não carecem de ativismo político por falha de consciência ou sua subordinação, ou tampouco são vítimas passivas ou cúmplices voluntárias da dominação (*ibid.*). Admitir a esses sujeitos historicamente excluídos o direito de fala, que possam falar sobre si é, em primeira instância, uma forma de ampliar nossa concepção de humanidade e de produção do conhecimento. A universidade precisa aventurar-se, seguindo as pistas de Haraway (1995, p. 24) na busca da perspectiva daqueles pontos de vista que não são conhecidos de antemão, que prometem algo extraordinário, ou seja, potente na construção de mundos menos organizados pelo eixo dominante.

Com esse anseio, no início deste ano, a Diretoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e a Diretoria de Desenvolvimento e Formação Acadêmica, ambas vinculadas a Pró-Reitoria Acadêmica (ProAcad), constituíram a Comissão das Relações Étnico-raciais, composta por 19 pessoas (entre técnicos-administrativos, estudantes e professores), para desenvolver ações sobre essa temática na universidade. É uma comissão, constituída especificamente para essa finalidade, com representações de pessoas negras e brancas.

A comissão é uma tentativa de constituir lugares de sensibilidades negras na universidade. O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar, porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas (Ribeiro, 2017, p. 39-40). Acreditamos que uma universidade constituída por pessoas negras, indígenas e brancas que ocupam diversos lugares sociais é uma outra perspectiva de suas enunciações.

Quais pessoas podem falar (e escrever) sobre as relações étnico-raciais na universidade? As brancas, pois a universidade é o seu lugar historicamente constituído. As pessoas negras, pois é uma temática que percorre suas trajetórias, corpos e subjetividades. Essa



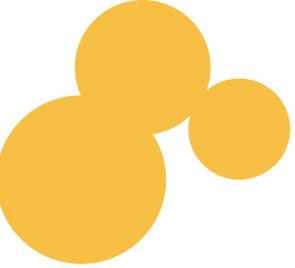
não é uma resposta simples ou unilateral, pois envolve nossa concepção de universidade e, além disso, de sociedade. Essa interpelação refere-se a todos nós (autoras negras e brancas e autores negros e brancos) que escrevemos esse texto e, mais do que aquelas pessoas que pensam a temática, às pessoas que participam dessa universidade, e outras que não conseguem acessá-la. Para buscar respostas à interpelação é fundamental que nos posicionemos. E, por conseguinte, é necessário pensar no nosso lugar social como produção de um conhecimento localizado e responsável (Haraway, 1995). O compartilhamento das vozes que ecoam por vários lugares da universidade é fundamental para pensar essa temática.

3) EDITAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO COM AÇÕES AFIRMATIVAS: UM LUGAR DE FALA?

Os setores da Universidade também se integraram para pensar ações afirmativas referentes à pauta. A Diretoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, pela aproximação com a comunidade através dos seus projetos, busca a organização e integração institucional no sentido de planejar ações permanentes e articuladas com vistas a qualificar a inserção/vinculação da UPF, conjuntamente com a Diretoria de Desenvolvimento e Formação Acadêmica que aspira ao diálogo no âmbito Institucional, para construção, bem como validação de propostas e políticas afirmativas que envolvem a pauta étnico-racial.

Está no horizonte da Comissão das relações étnico-raciais a criação de um edital de programas e Projetos para o período de 2024 que contemple a discussão relacionada à temática. Desse modo, o edital pretende fomentar ações de programas e projetos que discutam o tema das relações-étnico raciais, além de pleitear cotas de 20%, para estudantes pretos, pardos e indígenas no edital de bolsas do Programa Institucional de Apoio ao discente de Extensão (PAIDEX). Edital criado para a seleção de bolsistas de Extensão.

No que concerne ao fomento o mesmo irá contemplar ações afirmativas que já ocorrerem, como as citadas nos projetos de extensão acima, mas com a novidade de criar ações integradas a nível institucional, outro eixo de trabalho diz respeito a aproximação com as ações desenvolvidas pelo Setor de Atenção aos Estudantes (SAEs) através dos coletivos, Vivências Femininas, Afetividades, PotenciaIIdades e o Étnico-Racial Maria Firmina, vinculados ao Programa PertenSer que considera os estudantes dentro das suas particularidades, vivências e modo de ser, reunindo-os com seus semelhantes e demais profis-



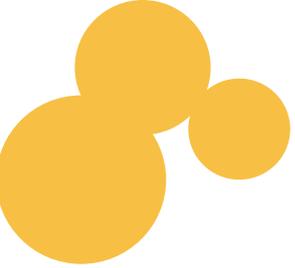
sionais da instituição para uma comunicação assertiva, dialógica e deliberativa, primando pelo acesso de todos à educação superior, buscando garantir atenção às singularidades de cada sujeito, potencializar os coletivos e fomentar as relações interpessoais como impulsionador do aprender e do ensinar.

Com destaque para o Coletivo Étnico-Racial Maria Firmina é constituído pela população negra, indígena e demais etnias não-brancas ou não majoritárias da universidade, encontrando-se aberto a todos e todas que se interessam pela pauta, dada a sua emergência e relevância com ações que visem a pactuação em torno da anti-segregação racial. Concebido como um espaço de acolhimento, visa também o compartilhamento de experiências que possam fundamentar a existência do coletivo e serem propulsoras de ações afirmativas com vistas à garantia de direitos.

No período de construção deste coletivo (2022), foram desenvolvidas ações formativas da equipe de coordenação, como por exemplo: visitas técnicas aos quilombos “Arvinha” e “Mormaço” (Sertão/RS) e do Curso de Educação das Relações Étnico-Raciais, proporcionado pela Diretoria de Desenvolvimento e Formação Acadêmica, que contou com encontros e incluiu a participação de funcionários e estudantes bolsistas de extensão vinculados ao SAEs. O coletivo Étnico-Racial Maria Firmina, em 2023/1, deu continuidade nas ações por meio da construção de um cronograma de mapeamento nos cursos da UPF, com o objetivo de localizar os estudantes não-brancos e promover um encontro aberto para discutir “O que é ser uma pessoa não-branca na Universidade?”

Nas datas e horários organizados para o mapeamento nas unidades, não foram localizados estudantes não brancos. Os integrantes do coletivo estavam se interpelando: *como localizar e/ou contatar essas pessoas na Universidade? O que é ser uma pessoa não-branca na Universidade?* No primeiro encontro do coletivo Maria Firmina participaram estudantes de vários cursos, funcionários e comunidade externa. Durante o encontro, realizaram uma autodeclaração manual e tiveram entre pretos e pardos 18 participantes e 17 pessoas brancas. Receberam *feedbacks* positivos e depoimentos sobre a importância das discussões e ações dentro desta pauta.

Todo esse processo visa compreender a realidade, aprofundar teoricamente e, na sequência, contribuir com subsídios para desenvolver uma Política de Ação Afirmativa na Universidade de Passo Fundo. É fundamental que possamos escutar uma voz ainda au-



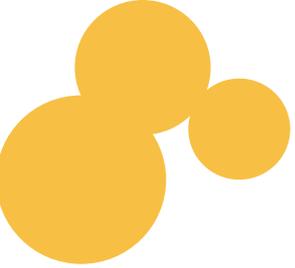
sente na universidade. As pessoas indígenas, embora estejam presentes em nossos projetos de extensão, elas ainda não pautam a universidade. A construção de uma política de ação afirmativa é uma estratégia importante para que essa população também seja partícipe da Universidade de Passo Fundo.

CONCLUSÃO

A Universidade, na sociedade brasileira, é um lugar de prestígio e poder que historicamente foi ocupado por pessoas brancas que definem os valores e princípios que regem essa instituição. Não é uma instituição democrática que todos e todas possuem voz e vez. As pessoas negras ainda estão ausentes desses lugares. *Qual o lugar dessas pessoas na universidade?* pensamos que atualmente seria principalmente na extensão universitária, ou seja, na relação que a universidade estabelece com seus territórios, por meio de uma extensão universitária construída por estudantes, professores e professoras e funcionários e funcionárias.

Embora ainda esteja distante do ideal, em uma busca de construção de uma identidade institucional em que a temática aqui discutida seja uma prioridade, as ações e projetos aqui evidenciados favorecem que as pessoas, conforme suas diferentes posições e espaços que ocupam dentro da universidade, sejam protagonistas de uma formação mais inclusiva das pautas étnico-raciais através de um lugar de fala, em que possam manifestar suas demandas e construir estratégias para alcançá-las.

Destarte, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas institucionais que ampliem os espaços de escuta e fala dos sujeitos alvos e que se busque formas de efetivar as mudanças necessárias para diminuir as iniquidades culturais e étnico-raciais que foram construídas através de nossa história.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 10.639** de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. Brasília: Presidência da República, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Lei n.º 11.645** de 10 de março de 2008. D.O.U de 11 de março de 2008. Brasília: Presidência da República, 10 mar. 2008.

CURIEL, O. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. Universidad Central, Colombia, 2007. P. 92-101. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogo. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogã, 2019.

LEAL, O. F.; DOS ANJOS, J. C. Cidadania de quem? Possibilidades e limites da Antropologia. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, n. 10, Porto Alegre, EDUFRGS, 1999.

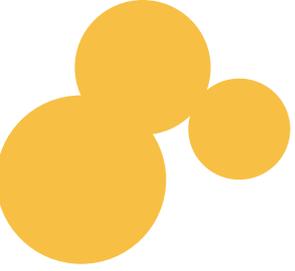
MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, p. 73-117, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

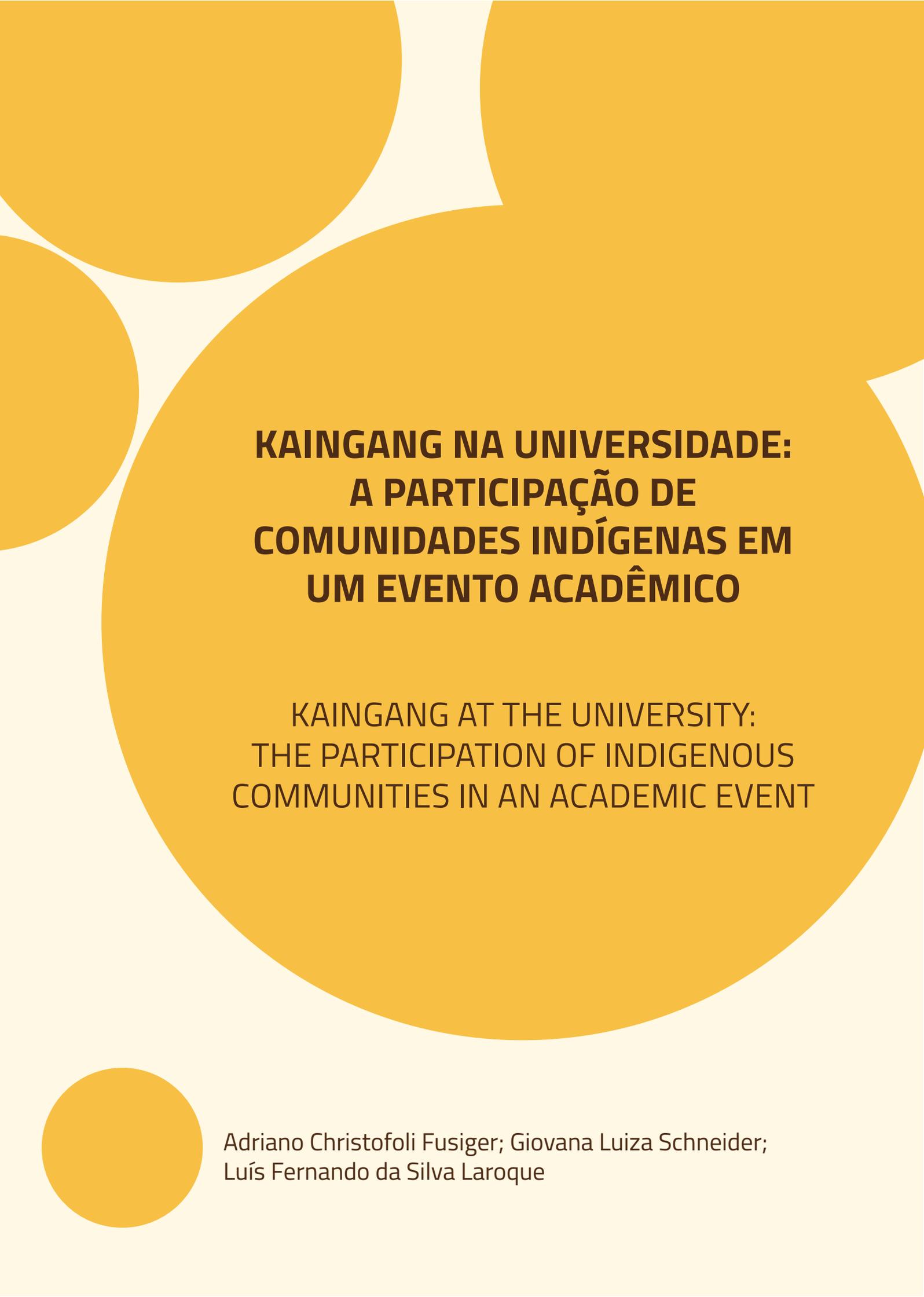
RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, F. S. dos. **Casa de têranga**: nomeações e materialidades na migração transnacional entre Senegal e Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, 2022.



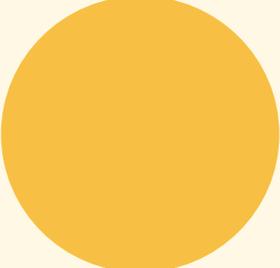
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2026)**. Passo Fundo-RS, 2022.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Vice-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. **Política de Extensão e Assuntos Comunitários**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.

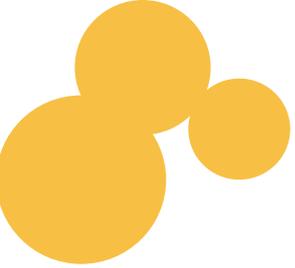


**KAINGANG NA UNIVERSIDADE:
A PARTICIPAÇÃO DE
COMUNIDADES INDÍGENAS EM
UM EVENTO ACADÊMICO**

KAINGANG AT THE UNIVERSITY:
THE PARTICIPATION OF INDIGENOUS
COMMUNITIES IN AN ACADEMIC EVENT



Adriano Christofoli Fusiger; Giovana Luiza Schneider;
Luís Fernando da Silva Laroque



RESUMO:

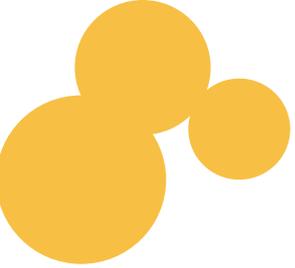
O estudo trata sobre ações extensionistas envolvendo comunidades indígenas em contextos urbanos e em uma universidade, localizados na porção centro leste do estado do Rio Grande do Sul, no decorrer dos meses de março e abril de 2023. As questões norteadoras são: Quais os cuidados para movimentos de aproximação da universidade com povos indígenas? Que possibilidades e limites uma atividade de extensão poderá enfrentar? O objetivo do trabalho visa apresentar ações extensionistas envolvendo indígenas e universidade na organização e participação do Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade que tratou sobre deconolialidade, realizado na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul. Os resultados, tomando como base autores que discutem extensão, interculturalidade e diversidade cultural, demonstraram algumas possibilidades, mas também limitações em movimentos de ações extensionistas para o exercício da interculturalidade com indígenas, no caso da etnia Kaingang, cujas lógicas culturais são distintas da lógica universitária, essa ainda permeada por temporalidades e espacialidade fortemente centrada em pressupostos eurocêntricos. Por fim, é possível constatar, que muito ainda é preciso avançar, mas o grupo extensionista e a universidade seguem no desafio.

Palavras-chave: Extensão. Kaingang. Diálogos na Contemporaneidade.

ABSTRACT:

The study deals with extension actions involving indigenous communities in urban contexts and a university, located in the east-central portion of the state of Rio Grande do Sul, during the months of March and April 2023. The guiding questions are: What are the precautions for movements to bring the university closer to indigenous peoples? What possibilities and limits can an extension activity face? The objective of this work is to present extensionist actions involving indigenous people and the university in the organization and participation of the International Symposium Diálogos na Contemporaneidade, which dealt with deconoliality, held in the city of Lajeado, Rio Grande do Sul. The results, based on authors who discuss extension, interculturality and cultural diversity, demonstrate some possibilities, but also limitations in movements of extensionist actions for the exercise of interculturality with indigenous people, in the case of the Kaingang ethnic group, whose cultural logic is different from the university logic. which is still permeated by temporalities and spatiality strongly centered on Eurocentric assumptions. Finally, it can be seen that much progress still needs to be made, but the extension group and the university continue to face the challenge.

Keywords: Extension. Kaingang. Contemporary Dialogues.



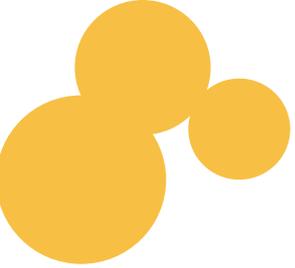
1 INTRODUÇÃO

A investigação trata a respeito de ações extensionistas com comunidades indígenas Kaingang em contextos urbanos no Vale do Taquari, região localizada na porção centro leste do Estado do Rio Grande do Sul. Vincula-se ao projeto de extensão “História e Cultura Kaingang” e ao Programa de Extensão “Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade” e também às pesquisas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - Univates, na cidade Lajeado, no Rio Grande do Sul.

Como recorte de estudo selecionou-se a atuação do Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang no evento acadêmico “VIII Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade – Decolonialidades, vozes territórios e existências”, ocorrido nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2023, nas dependências da Universidade do Vale do Taquari - Univates. As questões norteadoras são: Quais os cuidados para movimentos de aproximação da universidade com povos indígenas? Que possibilidades e limites uma atividade de extensão poderá enfrentar? O objetivo do trabalho visa apresentar ações extensionistas envolvendo indígenas Kaingang e Universidade na organização e participação em um evento acadêmico sobre decolonialidades, realizado na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul.

A atividade extensionista iniciou desde a preparação da ação, onde a presença do Projeto de Extensão se fez de suma importância para o protagonismo e participação indígena Kaingang no evento proposto pela instituição. Para isso se fez necessário exercitar práticas de alteridades e de interculturalidade envolvendo os indígenas e organizadores do evento.

O método de pesquisa foi qualitativo com a utilização da abordagem etno-histórica. A etno-história, segundo Cavalcante (2011), consiste num procedimento que possibilita considerar as historicidades indígenas e dos grupos étnicos que possuem pautas culturais distintas do mundo ocidental. Do ponto de vista teórico recorreu-se a autores tais como Santos e Nunes (2003), Rodrigues, Costa, Prata e Neto (2013), Ávila, Silvestre, Santos e Ferreira (2022) para análise e discussão a respeito de extensão, interculturalidade e diversidade cultural. Os procedimentos metodológicos constituíram-se de mais de uma dezena de saídas de campo durante os meses de março e abril de 2023. Durante as saídas



de campo e nos dias das atividades extensionistas foram produzidos diários de campo e realizados registros fotográficos, os quais fazem parte do acervo documento do Projeto de Extensão.

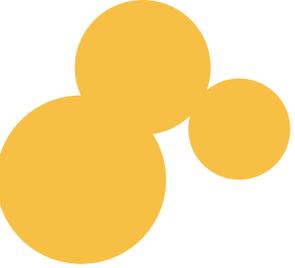
Do ponto de vista ético, o Projeto História e Cultura Kaingang, onde o presente trabalho se insere assim como os autores do mesmo, conta com o Termo de Anuência Prévia (TAP) de lideranças das Comunidades Kaingang por se tratarem de coletividades indígenas e também se encontra cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), com o cadastro número A835894.

O texto, além da introdução e considerações finais, encontra-se dividido em três partes: inicialmente é apresentada uma breve contextualização histórica sobre os indígenas Kaingang, logo a seguir são relatadas ações extensionistas envolvendo indígenas e universidade na organização de um simpósio acadêmico. Por último, é tratada a continuidade de ações e práticas extensionistas, sobretudo envolvendo a interculturalidade e diversidade cultural no VIII Simpósio Internacional Diálogos da Contemporaneidade, ocorrido na Universidade do Vale do Taquari - Univates.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE OS INDÍGENAS KAINGANG

Os indígenas Kaingang constituem uma etnia com cerca de trinta mil indivíduos espalhados pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, regiões onde residem atualmente e onde se encontra o ancestral território composto de zonas de planalto. Um dos aspectos que permeiam a cultura deste povo é o seu seminomadismo, que com o passar das décadas dos últimos séculos, diminuiu, mas não cessou o ritmo de seus deslocamentos pelo tradicional território. Além disso, a prática da oralidade é parte de sua tradição, assim os cerimoniais e a extensa simbologia que se mantêm até a atualidade.

Esse grupo étnico trata-se da segunda maior etnia indígena do Brasil, atrás apenas dos Guarani, totalizando aproximadamente uma população estimada em mais de 38.000 mil indivíduos (BRASIL, IBGE, 2012). Os Kaingang pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, no passado foram conhecidos por diversos nomes, tais como Guayaná, Coroado, Bugre, Botocudo, *Xokleng*, Bate, Chova, *Pinaré*, *Kaiguá*, entre outros (Laroque, 2002).



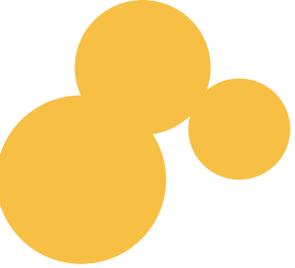
No estado do Rio Grande do Sul, os indígenas da etnia Kaingang, tanto no passado como na atualidade, costumam ocupar territórios de planalto, localizados próximos às bacias hidrográficas do Rio Jacuí, Uruguai, Sinos, Caí e Taquari, por onde dão continuidade às movimentações pelo seu tradicional território (Laroque, 2000).

Os Kaingang, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, não estabeleceram maiores contatos com os colonizadores europeus. Contudo, a realidade se modificou a partir das primeiras décadas do século XIX, em vista do projeto colonizador, que a partir de 1824, incentivou a vinda de germânicos/alemães para o Rio Grande do Sul e os colocou em territórios indígenas Kaingang, alguns dos quais atualmente encontram-se em áreas de jurisdição de cidades como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Feliz, Canela e Porto Alegre, por exemplo (Nonnenmacher, 2000).

No decorrer da década de 1840, em áreas do alto rio Uruguai, porção norte do Rio Grande do Sul, foi criada a política oficial de aldeamentos como é o caso de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, com o propósito de confinamento indígena para torná-los produtivos aos moldes do Estado Imperial. Algumas parcialidades Kaingang negaram-se terminantemente a deixar seus territórios, sendo caçados e até mortos por grupos armados denominados de Companhia de Pedestres e de “bugreiros”, que tinha o objetivo de perseguir os Kaingang que não desejavam se estabelecer nos aldeamentos; outras até se deslocaram para os aldeamentos, mas seguindo seus próprios termos, e de tempo em tempo empreendiam viagens de volta para territórios ancestrais (Lappe, 2012).

Na passagem do período imperial para o republicano, o Brasil tem uma nova configuração da política indigenista com a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), mas que em 1918 passou a ser denominado apenas de SPI e, em 1967, transforma-se na Funai. Durante este processo histórico os Kaingang continuaram se deslocando pelos seus tradicionais territórios, dentre esses as tradicionais áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, onde localiza-se a Região do Vale do Taquari, recorte espacial do presente trabalho.

No Vale do Taquari a intensificação e estabelecimento das comunidades indígenas deu-se a partir de meados da década de 1960, fenômeno que passou a ser denominado de indígenas em contextos urbanos, mas que na realidade faz parte do processo sócio-po-

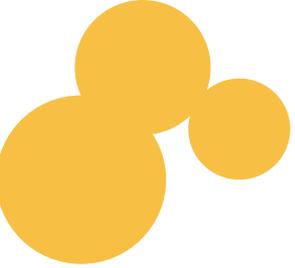


lítico-cultural do povo Kaingang que consiste no deslocamento pelo tradicional território onde se encontra enterrado o cordão umbilical dos seus antepassados.

Atualmente temos quatro comunidades Kaingang no Vale do Taquari: *Jamã Ty Tãnh*/Estrela, *Fosá*/Lajeado, *Pó Mág*/Tabaí e *Tãhn Mág*/Cruzeiro do Sul, sendo que três dessas comunidades participaram da atividade extensionista tratadas nesta investigação. A comunidade mais antiga da região é na cidade de Estrela, denominada de *Jamã Ty Tãhn* (aldeia dos coqueiros), cujo estabelecimento retrocede a meados da década de 1960, decorrente de movimentações indígenas internas pela região de planalto e possivelmente descendentes daquelas parcialidades que não se estabeleceram nos aldeamentos do século XIX, como muito bem se consegue perceber pelas suas especificidades, uma vez comparada com as outras três comunidades Kaingang presentes no Vale do Taquari. Um aspecto relevante sobre a *Jamã Ty Tãhn* é a presença de lideranças femininas e sua continuidade no cacicado da aldeia, algo não decorrente nas demais aldeias da região (Invernizzi, 2017).

Outra é a Comunidade *Fosá* (cedro), localizada no Bairro Jardim do Cedro, na cidade de Lajeado, cuja aldeia foi fundada em meados de 2002. Os primeiros moradores são provenientes de aldeias indígenas do norte do estado do Rio Grande do Sul e primeiramente estabeleceram-se próximo à Estação Rodoviária da cidade, no Bairro Florestal. Quando chegaram na cidade, por volta do ano dois mil, os Kaingang viviam em situações precárias, já que residiam basicamente em pequenos barracos, em sua maioria construídos a partir de lona e restos de produção. Um dos vários fatores que preconizavam sua estadia, além da péssima condição de moradia, era a falta de água, impedindo uma higiene adequada, além da dificuldade na produção do alimento para o pequeno grupo ali estabelecido. A Prefeitura, juntamente às lideranças desse grupo, negociou a transferência para uma outra área no bairro Jardim do Cedro, o que futuramente culminou na fundação da Comunidade *Fosá* (Lappe; Laroque, 2018).

Com o decorrer dos anos, existiram distensões da comunidade *Fosá* devido ao faccionalismo da cultura Kaingang, que decorreram na criação de mais duas novas comunidades: uma localizada na cidade de Tabaí, Comunidade *Pó Mág* (aldeia da pedra grande) onde um pequeno grupo de indígenas liderado por Francisco Rokãg dos Santos dirigiu-se para o município de Tabaí, após discordância com demais lideranças da *Fosá* na época; essa era a menor e mais afastada comunidade do Vale do Taquari, estava composta de

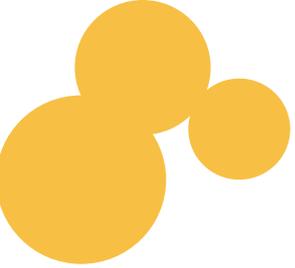


poucas famílias e os moradores mantiveram seu sustento com a fabricação do artesanato e pelo trabalho que alguns prestaram nas empresas locais (Bussoli, 2016). A outra Comunidade Kaingang é da liderança Gregório da Silva Antunes, que já havia sido cacique da comunidade *Fosá*, mas devido ao faccionalismo e questões internas necessitou deixar a aldeia. Inicialmente dirigiu-se para Comunidade *Topê Pẽn* (Morro do Osso ou Pé de Deus), localizada em Porto Alegre, mas, segundo relatos, ele não se adaptou aos ares de cidade grande e retornou para a região do Vale do Taquari, onde juntamente ao seu grupo fundou a Comunidade *Tãnh Mág*, município de Cruzeiro do Sul. A localidade inicialmente foi considerada um *waré* (acampamento temporário), mas após algum período de tempo o local foi transformado em um *emã* (aldeia fixa) denominada como - *Tãhn Mág* - nome que no idioma tradicional significa “coqueiro grande” (Diário de Campo, 19/11/2021).

3 AÇÕES EXTENSIONISTAS: ORGANIZANDO ATIVIDADES COM INDÍGENAS EM UM EVENTO ACADÊMICO

O Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade é um evento que ocorre de forma bienal, realizado pela Universidade do Vale do Taquari - Univates, tendo sua oitava edição ocorrida no ano de 2023. A temática proposta para edição do evento pensou nas subjetividades e como são afetadas pelos discursos hegemônicos, trazendo o título “Decolonialidades: Vozes, territórios e existências”. O simpósio, conforme já mencionado, estava previsto para os dias 17, 18 e 19 de abril de 2023, abrindo não só a possibilidade de diálogos acerca de temas contemporâneos, mas também da integração comunidade-universidade, portanto indo ao encontro da extensão acadêmica, que segundo Rodrigues, Costa, Prata, Batalha e Neto (2013), identifica demandas sociais, promovendo o intercâmbio entre universidade e sociedade.

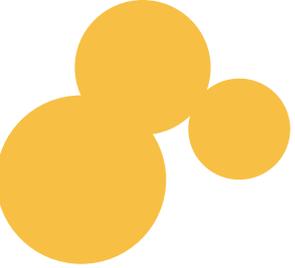
O grupo extensionista participou ativamente desde a organização da atividade com os indígenas em contextos urbanos do Vale do Taquari, tomando cuidado para que cada aldeia Kaingang tivesse a oportunidade de demonstrar sua arte, sobretudo por meio do artesanato, no mínimo, em um dos dias do simpósio. Foi dada ênfase a isso nos contatos estabelecidos com a Comissão Organizadora do evento, portanto ação de mediação entre universidade e público-alvo com o qual o projeto de extensão atua, levando em consideração as especificidades culturais Kaingang que pelo fato de pertencerem ao Grupo Jê são



faccionalistas, havendo em alguns casos disputas entre lideranças (caciques) e também entre integrantes das comunidades indígenas.

Foi solicitado então, pela organização do evento, que fizéssemos a interlocução com as comunidades Kaingang da região para se fazerem presentes no Evento Diálogos na Contemporaneidade. Sendo assim, professores, bolsista de extensão e estudantes voluntários junto ao projeto extensionista, no decorrer dos meses de março e abril de 2023, se deslocaram várias vezes pelas aldeias, alguns momentos contaram com elemento da Comissão do Evento, para convidar integrantes das comunidades indígenas para se fazerem presentes no simpósio, assim como a exposição da arte e comercializar suas produções. Foram realizadas, também, compras de alguns itens de artesanato de cada comunidade do Vale do Taquari, tendo o cuidado de oportunizar que todas estivessem com sua arte exposta na decoração do palco do evento. (Diário de Campo, 03/03/2023; Diário de Campo, 07/03/2023; Diário de Campo, 17/03/2023).

Gradativamente e com o passar das semanas, todas demandas e tarefas envolvendo a organização do evento foram sendo cumpridas. Os bolsistas e os professores responsáveis pela organização do evento deslocaram-se várias vezes pelas comunidades Kaingang da região, para compra de uma amostragem do artesanato que seria exposta na decoração do palco durante a realização do evento. A primeira comunidade contatada foi a *Fosá*, onde se efetivou o convite para o Simpósio e comprou-se produções de artesanato. O convite também foi estendido para o grupo de dança, a fim de realizarem uma participação na abertura do evento, porém a dança acabou ficando a cargo de um Grupo Quilombola da região que também esteve presente no evento. Posteriormente visitou-se as Comunidades *Tāhn Mág*, município de Cruzeiro do Sul, *Jamã Tÿ Tāhn*, município de Estrela e *Pó Mág*, município de Tabaí onde também se comprou o artesanato e foram feitos os convites para participação no Simpósio. A partir do diálogo com as lideranças das comunidades, a interlocução entre os indígenas e os organizadores do evento foram criadas, assim como sua efetiva participação Kaingang no Simpósio Diálogos da Contemporaneidade. Muito embora toda configuração e relações de alteridade relacionadas a quantos indígenas estariam na Universidade, quais Kaingang (homens, mulheres, crianças), como se deslocariam, em que local estariam expondo sua arte, ainda estava por se fazer (Diário de Campo, 03/03/2023; Diário de Campo, 07/03/2023; Diário de Campo, 17/03/2023).

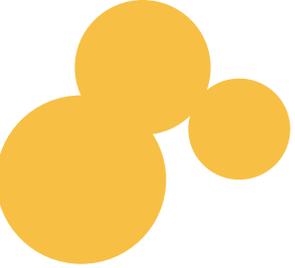


Vale salientar que as ações extensionistas envolvendo as aproximações entre comunidade indígena e universidade tomaram como pressupostos o reconhecimento da diferença e igualdade, na perspectiva proposta por Boaventura de Souza Santos. Neste sentido tem-se:

A ideia de cultura, em um dos seus usos mais comuns, está associada a um dos campos do saber institucionalizados no Ocidente, as humanidades. Definidas como repositório do que de melhor foi pensado e produzido pela humanidade, a cultura, neste sentido, é baseada em critérios de valor, estéticos, morais ou cognitivos, que se definindo a si próprios como universais, iludem a diferença cultural ou especificidade histórica dos objetos que classificam (Santos; Nunes, 2003, p. 27).

Nesse âmbito, é válido relatar um diálogo peculiar ocorrido entre um integrante da comissão que esteve presente em uma saída de campo e um bolsista da extensão. Isto é, chamou a atenção da pessoa da comissão a estrutura das casas de alvenaria de uma das comunidades Kaingang, comparando-as com outra em que eram de madeira. Como o integrante não tinha maiores conhecimentos sobre as particularidades das vivências indígenas – tece comentários sobre a estrutura de alvenaria das casas de uma das aldeias ser “melhor” em relação a outra aldeia, pelo fato da estrutura das casas ser de madeira. Ao mesmo tempo que esta vivência vem ao encontro dos objetivos extensionistas do projeto sobre relações de alteridade também pode ser tomada como ainda temos que nos educar para a diversidade cultural e para romper com lógicas ocidentais e etnocêntricas. Pesa o fato que uma das comunidades em questão somente possui as casas neste modelo em função de uma medida compensatória pela duplicação da BR 386, e que acarretou o deslocamento da aldeia de sua posição original. As casas das aldeias Kaingang costumam ser feitas de madeira, por conta da conexão que possuem com os recursos naturais.

Houve diversos desafios nesta etapa de comunicação com as aldeias da região, permeadas por desencontros; tanto quando os bolsistas se deslocavam até as aldeias e não encontravam nenhuma liderança para alinhar como seria o dia do evento e confirmar a participação da comunidade, como também desencontros de informações e a dificuldade para obter as listas e dados escritos dos Kaingang que se fariam presentes para que a organização do evento se programasse para os deslocamentos, para organização do número de lanches e uma estrutura adequada para ficarem na universidade. Outra limitação que se colocou foi o fato das comunidades, em sua maioria, não trabalharem com pagamento

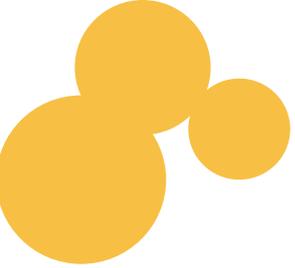


instantâneo (*pix*), sendo esse um dos desafios que se colocou, pois em algumas delas, foi preciso localizar alguma pessoa da aldeia que obtivesse *pix* e conexão com a internet para que a organização do evento realizasse o pagamento dos itens adquiridos (Diário de Campo, 03/03/2023; Diário de Campo 07/03/2023).

4 AÇÕES EXTENSIONISTAS: A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS KAINGANG NO EVENTO DIÁLOGOS NA CONTEMPORANEIDADE

O evento, conforme previsto, ocorreu durante os dias 17, 18 e 19 de abril de 2023 no Teatro da Universidade do Vale do Taquari - Univates, em Lajeado, Rio Grande do Sul e contou com a participação de representante de três comunidades Kaingang da região do Vale do Taquari. Sendo assim, a presença Kaingang na Univates ficou organizada de modo que na segunda-feira (17) estivessem presentes os Kaingang da Comunidade *Fosá*, município de Lajeado; terça-feira (18) a Comunidade *Jamã Tÿ Tãnh*, município de Estrela e na quarta-feira (19) a *Tãhn Mág*, município de Cruzeiro do Sul. Entretanto, mais próximo à realização do evento, a comunidade *Jamã Tÿ Tãhn*/Estrela informou não conseguir ter artesanato para expor no evento, mas que estaria presente, enquanto que a Comunidade *Pó Mág*/Tabaí, devido a motivos internos dos próprios Kaingang, comunicou que não estaria presente no evento.

O grupo extensionista organizou um cronograma juntamente à comissão organizadora do evento para busca e acompanhamento dos indígenas nas atividades. Todo processo contribui para relações de interculturalidade entre os indígenas, extensionistas e pessoal da Universidade, considerando o exercício do diálogo constante pelo fato de estarmos lidando com duas lógicas culturais distintas. Por um lado, organização e agendamentos para que o horário dos envolvidos coincidissem em cada dia do evento, reserva de veículos da instituição, exigências documentais fortemente centrados em registros escritos e na lógica ocidental; por outro a lógica indígena cadenciada por outra temporalidade de agendamentos, pelos registros orais e falas em detrimento do escrito, pela lógica da troca e não do lucro na comercialização do artesanato onde cestos, balaios, filtros dos sonhos e adereços, muito mais que objeto continham marcas clônicas, afetos, sentimentos onde simbolicamente uma mera troca monetária ofusca muito dos seus significados.

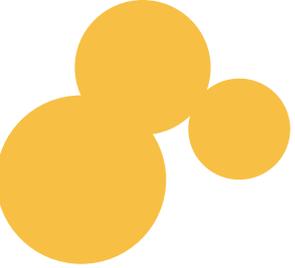


Estes cuidados, conforme é possível perceber, alinham-se a outras experiências extensionistas ocorridas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, no que diz respeito à extensão e interculturalidade numa perspectiva decolonial.

[...] a extensão universitária propõe o encontro da universidade com as comunidades para se conduzir a troca de conhecimentos e saberes, e tem se valido dessa perspectiva em que a prática extensionista direcionada à perspectiva intercultural contribui para aprofundar a visão de que, na extensão, as atividades que valorizam a troca mútua de conhecimento prevalecem para construir saberes que sejam traduzidos tanto para a universidade quanto para a comunidade local. Dessa forma, predomina-se a valorização dos espaços comunitários como lócus de construção do conhecimento que a extensão universitária perfaz, interligada às necessidades mútuas desses ecossistemas que convergem interculturalmente na igualdade e na diferença, na busca pela superação da dominação pelo conhecimento (Ávila, *et al.*, 2022, p.8).

Conforme informado, o evento Diálogos na Contemporaneidade teve o desafio de estabelecer relações e debates com as ditas “minorias sociais” presentes na região, a fim de fomentar discussões sobre respeito e inclusão e a diversidade cultural. No primeiro dia, com recorde de público em um evento acadêmico, tivemos a fala da militante Rita Von Hunty, abordando temas como os direitos LGBTQIAP+, resistência e política. No segundo dia, o qual iremos nos ater com maior profundidade, foi abordada a causa indígena, e no terceiro, a voz do povo negro. Durante o evento, os bolsistas diariamente se dirigiram ao transporte fornecido pela universidade, para buscar os membros da comunidade, que viriam expor seus artesanatos. Foram recepcionados e oferecida toda a estrutura para exporem suas produções e ficarem à vontade no *hall* do teatro da universidade, local com bastante visibilidade e que todos que passaram nos três dias de evento puderam adquirir as peças produzidas pelos artesãos com todo o cuidado e atenção aos detalhes. Além disso, nos três dias de evento foram disponibilizados lanches para os convidados, foram acompanhados durante as vendas, feitas divulgações nas redes sociais e convidados também a assistirem às falas dos palestrantes do evento (Diário de Campo, 17/04/2023; Diário de Campo, 18/04/2023; Diário de Campo 19/04/2023).

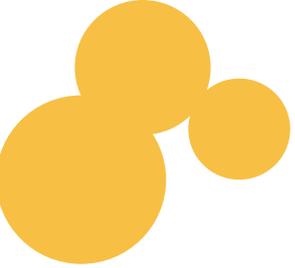
O segundo dia foi mais focado na causa indígena, portanto o recorte selecionado para este estudo, e momento que contamos na mesa com a participação de expoentes perso-



nalidades indígenas: Lucia Fernanda Inácio Belfort Sales (Fernanda Kaingang) e Luiz Alan *Retanh Vaz* (Professor Alan). A mesa com a temática - Diálogos com povos indígenas: (re) existência a partir do pensamento identitário - esteve composta pelos mediadores professor Luís Fernando da Silva Laroque e Luiz Alan *Rethanh Vaz*. Subindo ao palco, munida de adereços indígenas, ficando de pé e portando um maracá, tivemos a Fernanda Kaingang. Movimentando-se e gesticulando passo de cenas Kaingang, expôs suas indignações sobre assuntos pertinentes do momento, falou e ressaltou muito sobre o genocídio da população indígena que continua ocorrendo desde a “invasão” da América e do Brasil. Pontuou que muito pouco ou quase nada estava sendo feito para que isso parasse de acontecer, com exceção do movimento indígena (Diário de Campo, 18/04/2023).

Criticou o poder público e outros órgãos para agirem contra o genocídio dos povos indígenas que continua a acontecer, assim como a atuação de grandes fazendeiros e do agronegócio que para efetivação do plantio da soja e da criação de gado, expulsa indígenas de seus territórios tradicionais. Ainda, que quando os mesmos se recusam a sair, são brutalmente assassinados a sangue-frio, são espancados e outras coisas imensuráveis. Fernanda Kaingang relata ainda a respeito de acontecimentos com ela própria, que sofre até hoje diversas ameaças por conta de sua voz ativa na luta a favor dos povos originários. Relata já ter sido ameaçada principalmente pelos “ricachos do agro” que não possuem amor à vida, apenas ao dinheiro que a terra tem a lhes oferecer, maltratando-a com sua cultura de agricultura e pecuária. A mesma disse que, infelizmente, muitos indígenas estão tendo a mentalidade de deixar os intrusos brancos adentrar seus territórios e algumas vezes até mesmo expulsar os indígenas que não concordam (Diário de Campo, 18/04/2023).

A voz da palestrante foi bastante impactante, pois se percebeu a reação do público ao ouvi-la falar, demonstrando olhos e ouvidos muito atentos às histórias de dor, luta e resistência. Durante esta noite em específico do evento, tivemos presente as três comunidades do Vale, sendo que a comunidade *Tāhn Mág/Cruzeiro do Sul* estava expondo seu artesanato, a comunidade *Jamã Tỳ Tāhn/Estrela*, se fez presente em um grupo composto por cinco Kaingang, que ouviram o debate da intelectual indígena Fernanda Kaingang e também conversaram com a mesma nos bastidores, por sua vez, a Comunidade *Fosá/Lajeado* esteve presente por meio do professor Luiz Alan na mediação da mesa e também de

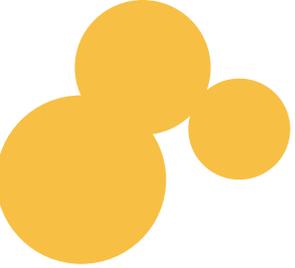


um de seus filhos que ficou na recepção do teatro com alguns materiais para exposição e comercialização (Diário de Campo, 18/04/2023).

É válido ainda ressaltar a significativa presença de mulheres e crianças das comunidades nos três dias do evento, algo incomum para a lógica Kaingang, na qual geralmente assumem a frente desses postos os homens, ainda mais em espaço mais distante da aldeia e no turno da noite, momento de maior concentração das atividades do evento e dos Kaingang na universidade (Diário de Campo, 17/04/2023; Diário de Campo, 18/04/2023; Diário de Campo 19/04/2023), fato esse que denota confiança depositada no grupo de extensão e as relações de alteridade, aceitando que viessem sozinhas e se colocassem dessa forma em público.

Outro cuidado por parte do grupo extensionista e da comissão organizadora do Diálogos na Contemporaneidade, está relacionada ao respeito à sociabilidade Kaingang, prescrita em cerimoniais da comensalidade quando historicamente aconteciam visitas a parentes e amigos. Considerando este traço cultural e que ainda é mantido pelo povo Kaingang, logo após o turno vespertino foi organizado um momento com o oferecimento de lanches aos indígenas composto de guaraná e pastéis, ação que em nosso ponto de vista cumpriu uma das etiquetas da lógica Kaingang.

Durante todo o evento, o público participante, basicamente formado por estudantes, professores e pessoas da região, no que se refere à aproximação com os indígenas apresentou comportamento variado. Uma parte já na recepção do teatro, logo se aproximou dos indígenas para interlocuções, apreciar sua arte, adquirir algumas peças, registros fotográficos e assim por diante no decorrer do evento, seja com a presença dos Kaingang no palco, seja com sua presença na plateia, isto é, predispostos às relações de interculturalidade. Outra parte do público, já na entrada do teatro, se quer direcionou o olhar para os indígenas, nada demonstrou e nenhuma aproximação foi possível observar com os Kaingang, posturas que em nosso ponto de vista tendem a demonstrar a continuidade das diferenças culturais mesmo no meio universitário e num evento que justamente fazia a crítica a posturas colonialistas.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

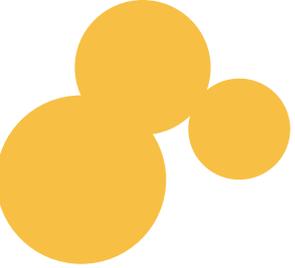
O objetivo do Projeto História e Cultura Kaingang é atuar com as comunidades indígenas Kaingang, que se encontram em territórios localizados principalmente nos municípios de Lajeado, Estrela, Tabaí e Cruzeiro do Sul, visando conhecer a história, os traços culturais e as condições atuais de sustentabilidade, meio ambiente, educação e saúde indígena. Nesse sentido, as ações extensionistas realizadas pelo projeto foram de fundamental importância para Universidade do Vale do Taquari - Univates, sobretudo na organização e realização do “VIII Simpósio Internacional Diálogos da Contemporaneidade”, ao menos no que diz respeito à temática indígena.

A extensão universitária também pôde contribuir como exercício de cidadania, da moral, da consciência ética e posturas mais abertas na relação dialógica de saberes acumulados pela produção científica, mas também de saberes e fazeres que podem estar para além dos “muros” acadêmicos. Esse é o caso dos conhecimentos e percepções indígenas que historicamente foram e ainda continuam sendo negligenciadas pelos discursos oficiais e senso comum.

Sendo assim, o evento Diálogos da Contemporaneidade evidenciou um caminho produtivo na relação da extensão, interculturalidade e diversidade cultural. Isso porque mesmo havendo dificuldades e limites em gerenciar temporalidade e espacialidades distintas entre integrantes da comissão organizadora, professores, funcionários, estudantes, intelectuais indígenas e os Kaingang das Comunidades do Vale do Taquari, o evento possibilitou significativas discussões, interações e contou com a presença e protagonismo indígenas Kaingang na Universidade durante os três dias com suas sensibilidades, traços culturais e jeito de ser. Por fim, é possível constatar, que muito ainda é preciso avançar, mas o grupo extensionista e a universidade seguem no desafio.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, F. G.; SILVESTRE, A. L.; SANTOS, F. O; PEREIRA, C. C. Q. Extensão e Interculturalidade: contribuições para a extensão universitária numa perspectiva decolonial. **Revista Pedagógica**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó. 4, p. 1-24.



2022. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/71107>. Acesso 24 jun. 2023.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BUSOLLI, J. A Terra Indígena Pó Mág, Tabai/RS: no contexto das movimentações de reterritorialidade Kaingang e busca pela garantia dos Direitos Constitucionais. **Revista Signos**. Lajeado, a. 37, n. 2, p. 249-274. 2016.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História** (São Paulo). v. 30, n. 1, p. 349 – 371, jan/jun., 2011.

DIÁRIO DE CAMPO 19/11/2021. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2021. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO 03/03/2023. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2023. 2 p.

DIÁRIO DE CAMPO 07/03/2023. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2023. 3 p.

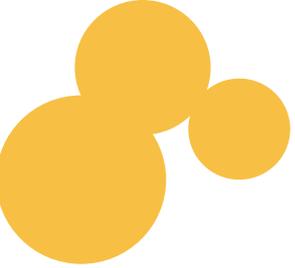
DIÁRIO DE CAMPO 17/03/2023. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2023. 2 p.

DIÁRIO DE CAMPO 17/04/2023. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2023. 2 p.

DIÁRIO DE CAMPO 18/04/2023. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2023. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO 19/04/2023. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado/RS: Univates. 2023. 1 p.

INVERNIZZI, M. **Kaingang em territórios da bacia hidrográfica do Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul**: relações socioculturais e ambientais. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em de Ambiente e Desenvolvimento). Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2147>. Acesso em: 23 jun. 2023.



LAPPE, E. **Natureza e territorialidade**: um estudo sobre os Kaingang das terras indígenas Linha Glória/Estrela, por Fi Gâ/São Leopoldo e Foxá/Lajeado. 2012. 132 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Centro Universitário Univates, Lajeado, Rio Grande do Sul. 2012.

LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. da S. Terra indígena Foxá "aqui no cedro": passado e presente Kaingang na sociedade do Vale do Taquari-RS-BR. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 025-042, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125928>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LAROQUE, L. F. da S. **Guaíba no contexto histórico-arqueológico do Rio Grande do Sul**. Guaíba: Ed. do Autor, 2002. P. 124.

LAROQUE, L. F. da S. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Pesquisas. Antropologia** 56. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

NONNENMACHER, M. S. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul**: século XIX. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. 126 p.

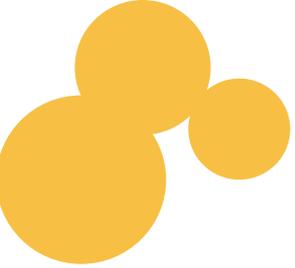
RODRIGUES; A. L. L.; COSTA; C. L. N. do A.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; NETO, I. D. F. P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT**, v.1, n.16, p.141-148, 2013.

SANTOS, B. de S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SOUZA, Boaventura de Souza (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.25-68.

**COMUNIDADE KAINGANG POR FI
GA: INDÍGENAS EM TERRITÓRIO
URBANO E DIÁLOGOS
INTERCULTURAIS NA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA**

KAINGANG COMMUNITY POR FI GA:
INDIGENOUS PEOPLE IN URBAN
TERRITORY AND INTERCULTURAL
DIALOGUES THROUGH UNIVERSITY
EXTENSION

Norberto Kuhn Junior; Fábio Alessandro Almeida



RESUMO

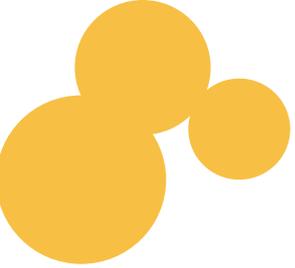
Este artigo tem por objetivo discutir os desafios enfrentados pelos indígenas da comunidade indígena Kaingang Por Fi Ga de São Leopoldo, Região Metropolitana de Porto Alegre. Partindo da representação do indígena em contexto urbano, o artigo analisa dados coletados na comunidade, por meio de entrevista semiestruturada, aplicada através de estudo de campo realizado no contexto de atuação no projeto de extensão “Múltiplas Leituras: povos indígenas e etno-desenvolvimento”, projeto pertencente ao núcleo de Direitos Humanos da Universidade Feevale. Toma-se como ponto de partida as diferentes interpretações que surgem no imaginário comum e discute-se a importância da indianidade e os desafios etnográficos desta população inserida em meio urbanizado, na perspectiva das lideranças da comunidade.

Palavras-chave: Indianidade. Por Fi Ga. Território Indígena. Extensão Universitária.

ABSTRACT

This article aims to discuss the challenges faced by the indigenous people of the Kaingang Por Fi Ga indigenous community in São Leopoldo, Metropolitan Region of Porto Alegre. Starting from the representation of the indigenous being in an urban context, the article analyzes data collected in the community, through a semi-structured interview, applied through a field study carried out in the context of work in the extension project “Multiple Readings: indigenous peoples and ethnodevelopment”, project belonging to the nucleus of Human Rights of the Feevale University. It takes as a starting point the different interpretations that arise in the common imagination and discusses the importance of indigenusness and the ethnographic challenges of this population inserted in an urbanized environment, from the perspective of community leaders.

Keywords: Indianness. Por Fi Ga. Indigenous Territory. University Extension.



INTRODUÇÃO

Como a cultura indígena é entendida para povos indígenas no século XXI? Como a preservação de seus costumes e o desenvolvimento de um perfil profissional são percebidos por povos originários? Comunidades indígenas localizadas em áreas de preservação ambiental ou que ainda estão em seus territórios, sobretudo distantes dos grandes centros urbanos, em muitos casos, têm na agricultura, na coleta, na caça e pesca ou na simples roça, uma possibilidade de renda ¹ ou alimentação, mas, se tratando das comunidades indígenas citadinas e já inseridas em meio urbanizado - após deslocamentos forçados ou não - o que fazem estes indígenas como trabalhadores?

Para uma sociedade dividida em classes e que percebe o mundo a partir dos valores do seu estrato social, a compreensão da presença de povos indígenas e a pluralidade do seu modo de viver, em contextos urbanos, está marcada por uma opacidade na capacidade de percebê-los como grupos igualmente sujeitos às dinâmicas sociais a que estão sujeitas as culturas.

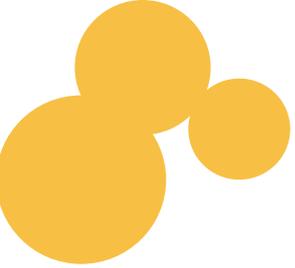
Segundo o historiador brasileiro Boris Fausto, a percepção portuguesa do século XVI, quanto a indianidade, era baseada a partir de qualidades positivas e qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto à sua dominação (Fausto, 2001), ou seja, indígenas eram subdivididos entre “aliados” e “inimigos”. A presença de povos indígenas, no século XVI, se mostrou como um obstáculo ao processo de colonização e mercantilização que antecede as formas tipicamente capitalistas da época, na perspectiva atual, ao analisarmos a questão sobre o seu modo de viver, sobretudo sob a perspectiva agrária, a presença indígena constitui-se um obstáculo para a lógica capitalista.

No Brasil do século XVI, a percepção sobre a organização social justifica que indígenas tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo, muito da sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras (Fausto, 2001) sendo assim, considerados inaptos ao trabalho no período entendido como Brasil Colônia².

Cinco séculos depois, as relações sociais e econômicas brasileiras, constituem-se por diferentes práticas que marginalizam e acabam por colocar seus povos originários na pe-

¹ Segundo o IBGE (2010), no Brasil, 62% indígenas vivem em áreas.

² Brasil Colônia equivale ao período entre os anos 1500 a 1822.



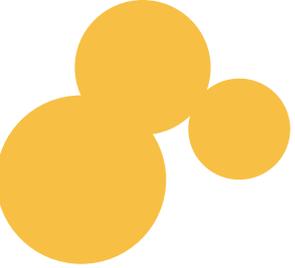
riferia social, conseqüentemente vulneráveis à violência, ao desemprego, à pobreza e miséria, às migrações forçadas, ao suicídio, dentre outros, constituem esta face, que por sua vez vivem a dispersão e fragmentação de suas tradições, costumes, produção coletiva de vida e bens comuns (Machado, 2010).

As invasões de seus territórios, ocupação ou exploração do trabalho indígenas no Brasil dos últimos cinco séculos acabam por trazer comparações inevitáveis sobre o longo processo de devastação física e cultural através da singularidade dos mecanismos adotados por seus “conquistadores” (Holanda, 2000). Em contrapartida, diferentes grupos indígenas mostravam forte resistência a dominação europeia, sendo a migração para as regiões mais afastadas do litoral e os conflitos os atos mais comuns para o período, entretanto, à luz do século XXI, a forte resistência ao desaparecimento de sua cultura se dá no campo social, sem poderem viver segundo a sua tradição.

A questão indígena brasileira envolve diversas problemáticas quanto a preservação de sua cultura e modos de vida. Se olharmos para o processo histórico social vivido por estes povos, veremos as ameaças à continuidade da existência de vida indígena: a desconstrução da identidade indígena que teve início no “encontro” com navegadores europeus do século XVI, seguiu durante os processos de expansão das fronteiras agrícolas, da expansão urbana e industrialização do Brasil no século XX e, enfim, chega aos nossos dias colocando nas pautas políticas o aumento da pobreza, a informalidade no mundo do trabalho e o avanço sobre seus territórios.

Como elemento de resistência destes povos, está a afirmação do modo de ser indígena: suas formas de organização social integradas a uma cosmologia de vivências espirituais, linguísticas, estéticas (“marcas tribais”). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no Brasil, existem 305 etnias de povos indígenas, falantes de 274 línguas totalizando 896,9 distribuídos em 688 terras indígenas em todo território brasileiro (IBGE, 2010).

A partir dos dados que serão apresentados, faremos apontamentos sobre a condição do ser indígena na perspectiva de lideranças de uma comunidade de etnia Kaingang, inserida no meio urbano e em pleno século XXI. Objetivamente, tomamos como base o diálogo e as vivências dos autores, junto à Comunidade Por Fi Ga, de São Leopoldo, RS. Tais vivências, iniciadas no ano de 2019, foram oportunizadas pela extensão universitária no âmbi-



to do Projeto de Extensão “Múltiplas Leituras: povos indígenas e etno-desenvolvimento”, projeto esse pertencente ao núcleo de Direitos Humanos da Universidade Feevale.

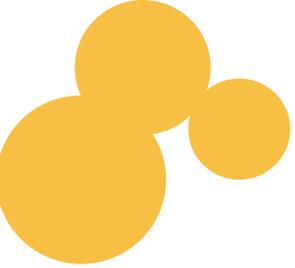
A IDENTIDADE INDÍGENA

No século XVI, a cidade de Burgos foi sede de um importante debate que reuniu juristas e teólogos de Castela, na pauta estava a situação dos nativos do Novo Mundo e a existência ou não de alma nestes habitantes, logo, deveria também ser debatido se o regime de escravidão se aplicaria a estes. Segundo Ramella (2007), a Reunião em Burgos em 1512 acabou desdobrando fatos e debates sobre a qualidade humana dos indígenas, até que em 1537, o Papa Paulo III editou a *Bula Veritas Ipsa*, definindo como humanos e atribuindo o direito de serem catequizados (Machado, 2011).

Seguindo o campo trazido por estes debates, logo percebemos na sociedade colonial, sob a perspectiva europeia, o princípio da discriminação que há mais de quinhentos anos ainda dificulta a sociedade atual de entender e aceitar a diversidade. Em seu artigo, Machado (2011) problematiza o apagamento da história indígena brasileira dos primeiros séculos, como também Varnhagem, *apud* Barbieri (2007) cita que: “para os indígenas não há história, apenas etnografia”.

Permeando os debates envolvendo a sociedade brasileira e a questão indígena, o século XX, foi marcado pelo reconhecimento de determinados direitos indígenas, como também a implementação e políticas que não evoluíram para afirmação identitária dos povos indígenas, entre elas os processos de tutela, que segundo Arruti (1995) deveria agir até os povos indígenas fossem “capazes” de se sustentar e assim serem integrados ao mercado nacional de mão de obra” (Arruti, 1995, p.60). Ainda sobre a tentativa civilizadora através da integração forçada, Ailton Krenak afirma:

Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas no liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos. (Krenac, 2020, p. 14)



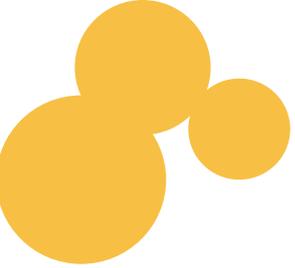
Desenvolvido pelos órgãos indígenas do Estado brasileiro que, segundo Rangel (2009), acabaram por criar um agente regularizador forjado através da transformação de reservas em fazendas com intuito civilizador através do trabalho agrícola e artesanal, política entendida como desastrosa para Rangel (2007), pois acarretou a decadência e o desmatamento de muitas reservas indígenas, restando um local sem estrutura mínima para subsistência de indígenas.

A transição do século XX para o XXI, foi de notório ganho político para populações indígenas, à luz do movimento de internacionalização dos Direitos Humanos a Convenção de número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos Humanos (ONU), deram visibilidade política mundial, segundo Machado (2011) influenciaram o processo de rompimento do constitucionalismo integracionista que buscava inserir, a todo custo, grupos indígenas na sociedade brasileira sem a devida atenção étnica, para um desenvolvimento do constitucionalismo pluricultural.

Ainda, conforme Machado (2011), ao analisar 21 Constituições sancionadas nas últimas duas décadas na América Latina, 13 delas contêm diretrizes voltadas para proteção étnica de indígenas e a grande maioria identificam-se como um Estado multiétnico, estes processos, lembra Machado (2011), evidenciam o rompimento da política orfanológica e integracionista principalmente na mentalidade em relação a diferença dos povos indígenas.

No que rege as políticas voltadas para os povos originários, aos poucos vão desenvolvendo atitudes de determinação étnica em povos indígenas, a exemplo disso, no ano de 2021 foi realizado na Universidade de Campinas (UNICAMP) o 9º Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, evento protagonizado por indígenas que trazem pautas voltadas para a sua luta através de atitudes afirmativas à luz da ciência. Para Machado (2011), o movimento indígena de resistência, caracterizado pelo direito a diferença, passa a exprimir o direito de reexistir destes povos.

As lideranças indígenas contemporâneas recolocam sua identidade na relação com o mundo ocidental (a sociedade não-indígena). Não visam integração, pelo contrário, seu objetivo é a diferenciação: a sua força política está em saber manejar com os códigos ocidentais, da sociedade global e, ao mesmo tempo, manejar a distinção, afirmando o que lhe é específico, o que o diferencia, o que o faz ser indígena e pensar como indígena; tra-



ta-se, portanto, de como uma nova identidade é atualizada e recriada a partir das identidades tradicionais, mas que, ao mesmo tempo, lhes outorgam sentido e razão as suas reivindicações (Reichert, 2013)

OS KAINGANG

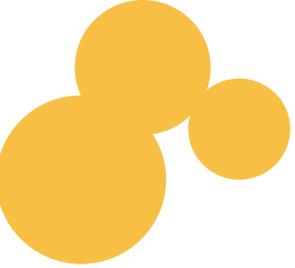
Os povos dos pinheirais, como eram chamados os Kaingang, no século XIX, também conhecidos como “Coroados” e “Botocudos” e apelidados de “bugres”, hoje, sobrevivem e mantêm sua língua de origem e sua cultura em pequenas reservas ou marginalizados, acampando ao longo das estradas ou perambulando pelas cidades (Pacheco Neto, 2015).

O povo indígena de etnia Kaingang ocupou, historicamente, um vasto território que, no século XIX, se estendia entre os três estados da região Sul do Brasil, regiões do sul e sudeste paulista, indo até a região de San Pedro, em Misiones na Argentina; representando uma ocupação tão ampla, que possibilitava aldeias com agrupamentos entre 150 e 200 pessoas (D’angelis, 2006).

Sua cultura desenvolveu-se em meio aos pinheirais, principalmente em áreas de floresta subtropicais de araucárias, pinheiro típico da região Sul do Brasil, e que foi importante na alimentação deste povo, devido ao seu alto valor nutritivo, se tornando símbolo da cultura Kaingang (Becker, 1975).

Pertencentes ao tronco linguístico macro-Jê (assim como os seus parentes próximos, os Xokleng) e ao terceiro povo indígena do território brasileiro, o povo Kaingang destaca-se pela resistência cultural frente ao longo período e momentos de expansão das fronteiras econômicas brasileiras. Neste sentido, o primeiro contato com a sociedade envolvente, data-se das primeiras décadas do século XVII, quando alguns grupos Kaingang e Xokleng foram missionados por padres jesuítas na região que atualmente corresponde ao oeste do estado do Paraná (Becker, 1975).

Após este período, seu território sofreu forte investida militar, no final do século XVIII, com a tentativa de conquista e invasão das pastagens da região de Koran-bang-rê (atual região de Guarapuava, estado do Paraná). A partir de meados do século XIX, o contato com povos Kaingang se deu por meio de alianças entre os chefes indígenas locais, que aceitaram aliar-se a chefes brancos (Becker, 1975).



Na primeira metade do século XIX, pela primeira vez, uma expedição de não-indígenas, sob o conhecimento e autorização de caciques Kaingang de Nonoai, adentrava o território de domínio do povo Kaingang na província, sob o pretexto de abrir um picadão³ que comunicasse a Freguesia de Ponta Grossa à Província do Rio Grande do Sul (Campos, 1957). A expedição de Francisco da Rocha Loures (1845) sob as terras Kaingang, no Rio Grande do Sul, abriu caminho para a penetração brasileira no território Kaingang. Logo, as aldeias que ofereciam resistência foram vencidas entre 1840 e 1930.

Atualmente, o povo Kaingang está estimado em aproximadamente 50.000 indígenas (IBGE, 2012), dos quais a maior parte habita o estado do Rio Grande do Sul, vivendo em áreas demarcadas e em acampamentos indígenas, que, juntos, somam trinta áreas oficialmente demarcadas e representam uma pequena parcela de sua ocupação original (Povos Indígenas No Brasil, 2020d).

COMUNIDADE INDÍGENA POR FI GA

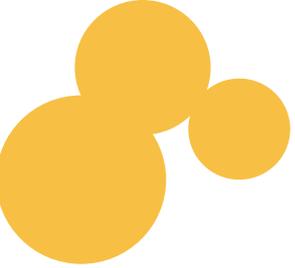
A comunidade indígena Por Fi Ga é uma área demarcada e ocupada por indígenas de etnia Kaingang, localizada na cidade de São Leopoldo (RS), Região Metropolitana de Porto Alegre, abrangendo uma área com mais de 14 hectares de terra e abrigando um total de 236 indígenas, sendo que 71 são crianças de 0 a 12 anos e estão divididos principalmente em 64 famílias⁴. É considerada, pelos órgãos públicos (Ministério da Justiça e Fundação Nacional do Índio) como Aldeia Urbana e Terra Protegida. O nome “Por Fi” é dado a um pássaro que se comunica com guerreiros Kaingang avisando-os sobre os perigos da mata. Ga significa território, terra, com sentido de “mundo”, “lugar de viver”⁵ (Schwingel; Pilger, 2014).

Existe uma importante estrutura física comunitária, que conta com um posto de saúde (integrado ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e regido pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas), um espaço social (salão comunitário) e uma

³ Caminho/estrada construída entre a mata fechada.

⁴ Dados divulgados em janeiro de 2021.

⁵ Transcende, portanto, o sentido físico-geográfico e jurídico de “propriedade”.



escola de séries iniciais, além de contar com outras estruturas de apoio. As casas existentes na comunidade são, em sua maioria, de alvenaria, sendo algumas construídas em madeira.

A comunidade Por Fi Ga foi definitivamente reconhecida como área indígena demarcada no ano de 2014. Entretanto, esta conquista foi fruto de uma intensa “luta” desta comunidade indígena e da sociedade indigenista, que teve seu início na década de 1990, com a chegada de grupos de etnia Kaingang à região do Vale do Rio dos Sinos. Estes grupos, em sua maioria oriundos da Terra Indígena de Nonoai (RS), não possuíam moradia nem local fixo para se alojarem em São Leopoldo, então permaneceram acampados, em áreas pertencentes ao município, por cerca de 15 dias.

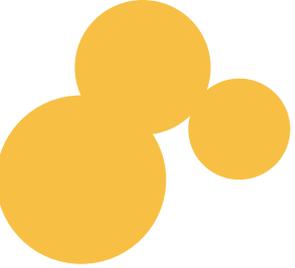
Após seis anos entre idas e vindas, nos mais de cem quilômetros que separam as cidades de Nonoai (RS) e São Leopoldo (RS), os indígenas Kaingang, no ano de 1996, decidiram fixar-se de maneira permanente na cidade (Lazzari, 2010). Então, escolheram acampar nas imediações do viaduto de acesso à cidade, às margens da Rodovia BR-116, mais precisamente ao lado da rodoviária municipal, local totalmente marginalizado e sem nenhum tipo de estrutura física que comportasse o mínimo de cidadania necessária à pessoa.

A escolha da cidade de São Leopoldo não foi por acaso, mas por representar um tradicional território indígena para os Kaingang. Assim, a história oral Kaingang narra que a cidade serviu como uma aldeia de passagem para os Kaingang que habitavam a Terra Indígena de Nonoai (RS) e estavam em deslocamento para a capital da Província, então, comumente ficavam acampados às margens do Rio dos Sinos (Lazzari, 2010).

Além da história oral, aspectos territoriais também definiram o local, pois São Leopoldo está localizada em meio a um centro metropolitano, facilitando assim a comercialização de artesanatos e o deslocamento destes indígenas.

A cidade de São Leopoldo, segundo a história narrada por este povo, e já comentada neste trabalho, serviu como aldeia de passagem. Portanto, para indígenas desta etnia, a região é reconhecida como sendo uma terra indígena, conforme cita Fortes:

[...] quando nós éramos pequenos nossos avós contavam nossas histórias [...] São Leopoldo tinha história dos índios Kaingang [...] nossos caciques vinham de Nonoai, para ir para Porto Alegre e eles falavam para nós que São Leopoldo era nome de pássaro. Contavam como os seus guerreiros cuidavam dos próprios caciques e como os pajés faziam seus acampamentos no Rio dos Sinos [...] (Lazzari, 2010, p. 37).



Através da oralidade e da memória, a história do povo Kaingang está estritamente ligada à cidade de São Leopoldo. Sendo assim, no ano de 1989, teve início a chegada dos primeiros casais de etnia Kaingang à cidade, movimento que é reconhecido como marco para a comunidade Por Fi Ga (Lazzari, 2010), que, após décadas de lutas, incertezas e dificuldades extremas, obtiveram, no ano de 2014, a demarcação de sua área de terra.

Reconhecer a diversidade cultural é assumir uma nova relação com os processos de construção do conhecimento (Silva, 2002). Questões como essas deram origem ao projeto de extensão Múltiplas Leituras: povos indígenas e etno-desenvolvimento, como é conhecido hoje. Em 2005, articulado com o curso de História pela Universidade Feevale. Inicialmente o projeto propunha apenas contribuir para a formação de professores sob uma perspectiva pluriétnica.

Após quase duas décadas, o projeto de extensão continua viabilizando o diálogo com a comunidade indígena Por Fi Ga, buscando promover ações integradas, como participação de lideranças indígenas em aulas temáticas da Universidade, aulas práticas na comunidade, oficinas pedagógicas, reuniões e encontros com lideranças para discussão sobre políticas públicas, atividades estas que resultam dos esforços de curricularização da extensão⁶.

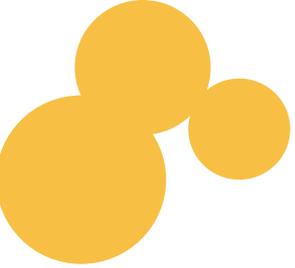
Esta relação direta com a Comunidade Por Fi Ga torna possível diferentes articulações curriculares, promovendo difusão e produção de conhecimentos sobre a temática indígena e a interculturalidade. Desse modo, o Projeto cumpre importante papel na formação do público acadêmico não-indígena, não apenas do ponto de vista epistemológico (porque possibilita troca de saberes), mas, principalmente, do ponto de vista ético, à medida que contribui nos debates sobre “o que nos importa” para o “bem viver”: o enfrentamento do preconceito em relação aos povos indígenas.

INDÍGENAS DA COMUNIDADE POR FI GA E A DIVERSIDADE

Com o advento da Revolução Francesa na Europa do século XVIII, os lemas de liberdade, igualdade e fraternidade, à luz da Iluminismo⁷, germinaram sobre as relações

⁶ A curricularização da extensão consiste na integração das atividades de extensão universitária em parcela da carga horária dos cursos de graduação, em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Educação. N° 7/2018).

⁷ Movimento intelectual que surgiu na Europa do século XVIII.



entre o Estado para com o cidadão, o direito de que todos são iguais perante a lei, trepidaram sobre a sujeição descabida, arbitrária e intolerável imposta às grandes massas pelas forças sociais dominantes.

O conceito de igualdade, desde o seu sentido formal até a igualdade material, influenciada pelo igualitarismo marxista, tem por objetivo desenvolver uma sociedade sem distinção de qualquer natureza, seja ela: social, histórica, cultural, antropológica, geográfica ou étnicas. Segundo Rousseau (1994), para se conhecer a origem da desigualdade material entre os homens, é necessário desvendar o próprio homem, assim, para este genebrino, a origem da desigualdade é cultural propiciada pelo surgimento da concepção quanto ao “outro”.

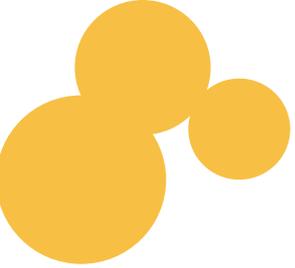
A partir desta distinção fundamental, infere-se que a imposição de políticas ditas igualitárias, como são as políticas afirmativas, fomentam o direito à socio diversidade e à pluralidade étnica e cultural que impõe uma alteração nas relações sociais a fim de garantir direitos fundamentais aos cidadãos.

O artigo 7 da Constituição Federal brasileira prevê os direitos sociais, garante que todos são iguais perante a lei (BRASIL, 1995), para os indígenas da comunidade Por Fi Ga, a igualdade em direitos é um desafio diário, segundo a técnica em enfermagem da comunidade e voz atuante na luta pelos direitos (principalmente de gênero) indígenas da comunidade, existe um preconceito estrutural na sociedade em geral, para esta indígena, a disputa por vagas de trabalho se mostra desleal quando coloca indígenas e não indígenas disputando uma mesma colocação profissional, conforme cita:

[...] A gente envia currículos para prefeitura, clínicas e lares geriátricos da região, quando somos chamados para entrevistas e eles percebem que somos indígenas falam que irão ligar para informar sobre o processo, mas nunca ligam, parecem que não querem contratar indígenas [...] (S. K., Entrevista realizada em 2021)

Conforme indígenas da comunidade Por Fi Ga, que buscam ingressar no mercado de trabalho nas empresas da região do Vale do Rio dos Sinos, dizem perceber que a condição de ser indígena impõe obstáculo nos processos de seleção para vagas de trabalho.

Na cultura indígena, a perspectiva do trabalho não é constituída sobre a idêntica base econômica como entendido pela sociedade em geral, que por sua vez é fortemente in-



fluenciada pelas relações capitalistas. Neste sentido, a representação de quais as atividades são percebidas como trabalho não poderão ser restringidas ao breve conceito de acúmulo de capital. No entanto, para analisá-las fundamentalmente na concepção indígena é necessário entender o que é que reconheceremos como trabalho para o povo Kaingang da comunidade Por Fi Ga, ou seja, como esta comunidade encara o que as atividades que nós entendemos como trabalho. Para além deste debate, o ingresso de indígenas no mercado de trabalho da região do Vale do Rio dos Sinos, ainda se mostra um desafio a ser superado.

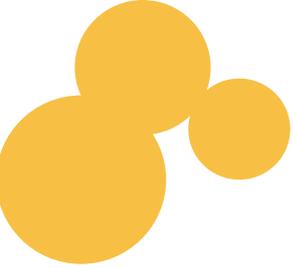
Na área da educação, indígenas da comunidade Por Fi Ga também sofrem preconceito, segundo o ex-cacique, estudantes indígenas precisam continuar seus estudos em escolas fora da comunidade, pois a escola no interior da comunidade atende as séries iniciais do Ensino Fundamental, porém, a grande maioria destes alunos não conclui o Ensino Médio devido ao tratamento desigual sofrido nas escolas, conforme aponta:

[...] Aqui na comunidade, a escola vai até o quinto ano, depois os alunos precisam ir nas escolas fora daqui, a maioria não termina o Ensino Médio, pois os outros alunos não “se misturam” com eles, os indígenas ficam só entre eles, daí um para de estudar, o outro também e quando vê os outros que continuaram ficam sozinhos e não vão mais à escola, eles não conseguem criar amizades na escola[...] (J. K., Entrevista realizada em 2021)

No campo político, para a liderança desta comunidade, a ideologia predominante acerca dos direitos indígenas é de descaso e abandono, conforme cita outro ex-cacique e forte liderança desde a chegada das primeiras famílias da comunidade na cidade de São Leopoldo, comunidade indígena, as políticas públicas não atendem satisfatoriamente os indígenas:

[...] O índio é abandonado, os políticos não estão “nem aí” se nós temos o que comer, eles sempre nos deixaram de “fora”. O índio precisa vender artesanato, pedir ajuda para sobreviver, essa é a verdade, sempre fomos abandonados [...] (A.N., Entrevista realizada em 2022)

Ao adentrar na perspectiva de indígenas do século XXI e a preservação de sua identidade étnica, logo um desafio é proposto, neste sentido, ao se tratar de uma comunidade que vive em meio urbanizado, este desafio é potencializado. Com a disseminação de tecnologia e da inteligência artificial, fenômeno comum neste primeiro quarto de século XXI,



uma das principais lideranças e ex-cacique, professor e mestre em educação, frente e forte liderança não apenas na comunidade, mas também entre os caciques da região principalmente em debates relacionados a educação indígena Kaingang.

Para ele, o fato de a comunidade estar inserida em meio a região metropolitana não se mostra um problema para a preservação da cultura Kaingang, para o mesmo, a cultura sofrerá concorrência quando os indígenas tentam trazer para a sua cultura elementos que não pertencem a este meio, conforma cita:

[...] Não vejo problema em estar no meio da cidade, isso não é algo ruim, pois assim, nós podemos vender nosso artesanato. O problema de preservar a cultura do índio não existe quando o índio sabe a sua verdadeira identidade, pois ele pode sair da comunidade e não perder a sua identidade, índio pode viver na cidade sabendo quem ele é e o que a sua cultura representa[...] (D.R.C., Entrevista realizada em 2021).

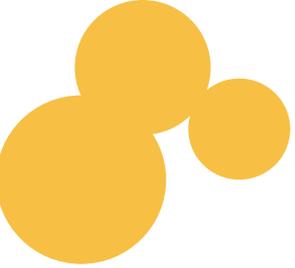
Conforme seu relato, a cultura indígena é algo que naturalmente se produz no interior das comunidades, através da preservação dos costumes do grupo, e deve ser “afirmada” fora da comunidade, pois para esta liderança indígena, o índio que conhece a sua importância não irá buscar fora da comunidade a sua representatividade.

De acordo com Malinowski (1975), o processo de formação cultural, em suas mais variadas manifestações, consiste, inicialmente, como um instrumento de bens e consumo institucional:

Como é óbvio, a cultura consiste em um conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos (Malinowski, 1975, p. 37).

Conforme aponta a formação da cultura material, se dá, no cotidiano do grande grupo, assim, ao encontrar uma possibilidade, um invento, este passa a ser difundido de forma institucional, segundo cita Malinowski:

A cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autônomas e em parte associadas. Integram-na múltiplos princípios tais como a consanguinidade resultante da procriação, a contiguidade no espaço devida à cooperação, a especialização em diversas atividades e, não menos importante, o uso do poder na estrutura política (Malinowski. 1975, p. 40).



Assim, com o processo de criação cultural oriundo de instituições autônomas ou associadas, são criadas a partir de um obstáculo, que é inserido como uma característica grupal, conforme segue:

Em termos de análise funcional, mostraremos que qualquer invento, revolução, mudança intelectual ou social apenas ocorre quando criada novas necessidades; incorporam-se assim no processo cultural ou na instituição novos mecanismos relativos à técnica, ao conhecimento ou crença (Malinowski, 1975, p. 41).

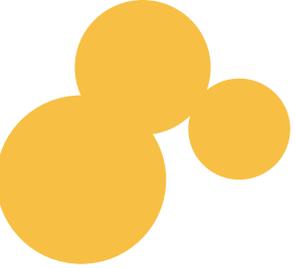
De modo a concluir o pensamento deste autor, o processo de formação cultural se dá no campo institucional, a partir de um desafio comum ao grupo, ao desenvolver a possibilidade de solução, esta é socializada com o grande grupo, assim cria-se a cultura material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo destacou o médico brasileiro Nina Rodriguez, o problema para a constituição de uma identidade nacional no Brasil, eram os mestiços e não os índios, pois estes últimos, iriam desaparecer (Schwarcz, 2009). Conforme as previsões do médico maranhense, a extinção da identidade indígena no Brasil era anunciada a medida em que os dados quanto a sua diminuição em números eram divulgados.

A coleta e utilização dos dados abordados neste artigo, assim como a aproximação deste autor com o tema e o objeto deste estudo, foi possível devido ao projeto de extensão Múltiplas leituras: povos indígenas e etnodesenvolvimento, que garantiu o subsídio necessário para esta e outras pesquisas desenvolvidas em parceria com a comunidade indígena. Projetos de extensão desenvolvem em seus bolsistas uma atitude investigativa para construção do conhecimento, e neste sentido, cooperam para uma formação de qualidade, conforme estabelece as diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (BRASIL, 2018).

Sendo assim, ao analisarmos quatro diferentes entrevistas, com importantes lideranças da comunidade indígena Por Fi Ga, que representam os diferentes desafios em áreas distintas como: o mercado de trabalho (S.K.), o acesso e permanência na escola

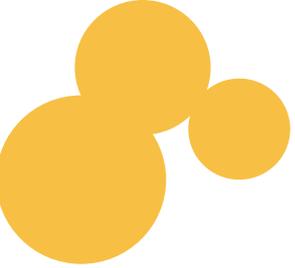


(J.K.), as políticas públicas para indígenas (A.N.) e a representação da cultura Kaingang para indígenas que vivem em meio urbanizado (D. R.C.). Logo, como visto na análise, podemos entender, que os desafios para indígenas continuarem simplesmente a serem indígenas, isso é, terem o direito de viver conforme as suas tradições e costumes, se mostra um desafio diário.

Neste sentido, o projeto de extensão Múltiplas Leituras: povos indígenas e etno-desenvolvimento, contribui para o desenvolvimento da indianidade através de suas atividades desenvolvidas na comunidade, como também a abertura do diálogo para indígenas nos eventos promovidos pela Universidade. O desenvolvimento de pesquisas realizadas por bolsistas e voluntários do projeto de extensão, se mostra como uma importante parceira da comunidade indígena, pois o resultado destas pesquisas poderá amparar decisões e criação de políticas públicas afirmativas como também propagar os desafios enfrentados por estes indígenas para preservar a sua cultura e os seus costumes.

A defesa da questão étnico-racial, observada nas entrevistas analisadas, em muito lembra os desafios de indígenas do século XVI para defender a sua vida, conforme analisa Caio Prado Júnior: “Os nativos defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio, fugiram para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo que fazer frente ao colono que ia buscá-lo em seus refúgios (Prado Junior, 2012. Pag. 35).

As mudanças na sociedade em geral, no sentido econômico, político e social tendem a ser uma constante, porém se apresenta de forma mais agressiva para as minorias, entretanto a possibilidade desta relação ser menos conflituosa para povos indígenas dependerá da forma tolerante dispendida a estes povos. A parceria entre a Universidade Feevale e a comunidade indígena Por Fi Ga, representada por meio do Projeto de Extensão Múltiplas Leituras: povos indígenas e etno-desenvolvimento é um importante propagador da cultura indígena para a sociedade em geral, sobretudo para a comunidade acadêmica. Fortalecer o vínculo entre academia e povos originários é uma atitude de resistência contra o desaparecimento destes grupos. Cabe ainda destacar a importância da implementação de políticas institucionais de concessão de bolsa para a atividade de extensão. Tais políticas de fomento impactam duplamente: tanto nos processos de formação e construção de trajetórias acadêmicas, quanto no compromisso ético com desenvolvimento social. O presente estudo – nos seus limites – traduz a riqueza da interlocução com a comunidade – nesse



caso, uma comunidade indígena e o diálogo estabelecido com a comunidade impulsionou a continuidade de um percurso de formação e pesquisa, agora desenvolvido no âmbito da Pós-graduação, no Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. O desafio que nos colocamos agora é entender os dilemas enfrentados pelos povos indígenas na disputa por vagas no mercado de trabalho formal, na região do Vale do Rio dos Sinos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, S. R. J. **O direito internacional dos direitos humanos no Brasil e os índios**. DireitoNet, [S.l.], out. 2007. Disponível em: . Acesso em: 12.12.2022

BRASIL, Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018. Seção 1, p. 49-50. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 jun. 2023.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

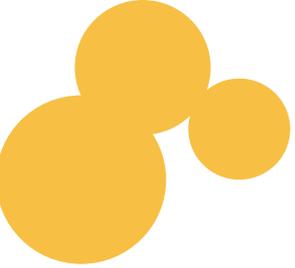
KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2020

MACHADO, J. L. **O trabalhador indígena e o direito à diferença: o caminho para um novo paradigma antropológico no direito laboral**. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.53, n.83, p.269-283, jan./jun.2011

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo: Jorge Zahar, 1975.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAZ, R. P. F. **Cultura indígena: racismo, preconceito e suas implicações na educação**. 2018. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Especialização em Educação, Proteção de



Direitos e Trabalho em Rede, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-humanas/especializacao-4/896-cultura-indigena-racismo-preconceito-e-suas-implicacoes-na-educacao/file>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PIGAFETTA, A. **A primeira viagem ao redor do mundo**: o diário da expedição de Fernão de Magalhães. Porto Alegre, L&PM, [1524] 1985. 202 p.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Demarcações**. São Paulo, 2020c. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Demarca%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 06 abr. 2023.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Línguas**. São Paulo, 2020b. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em: 21 abr. 2023.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Povo Kaingang**. São Paulo, 2020d. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acesso em: 16 abr. 2023.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Povos**. São Paulo, 2020a. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 30 abr. 2023.

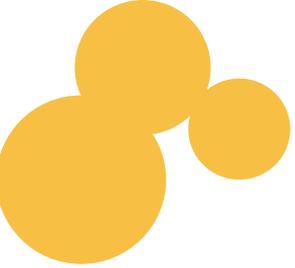
RAMELLA, S. T. **El derecho a la diferencia en la Constitución Argentina de 1994**. Hacia un nuevo paradigma antropológico. Universidad Nacional de Cuyo, proyectos bienales 2005 - 2007, [S.l.], 2007. p. 298-321. Disponível em: . Acesso em: 12.12.2022

RANGEL, L. H. V. **Índios brasileiros: despossuídos da terra, mão-de-obra marginal**. Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, jul./ dez. 1990. v. 4, p. 3/4. –

REICHERT, I. C. Direito em debate: os avanços e os desafios para implementação dos direitos dos povos indígenas pós-constituição federal de 1988. II Seminário Interinstitucional PIBID-Feevale e IV Seminário Institucional. **PIBID-Feevale**. 2013. (Congresso).

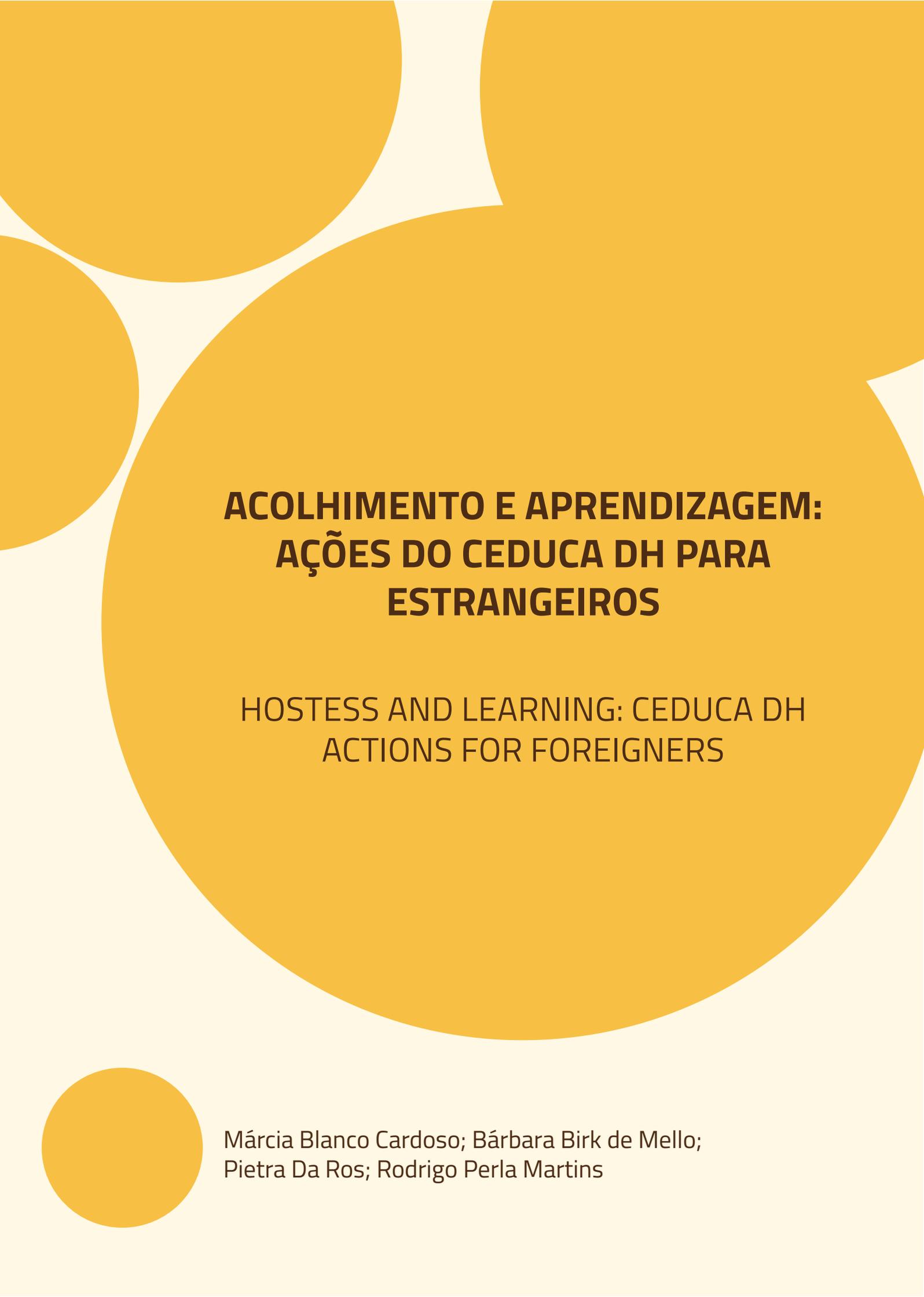
REZENDE, S. B. A. de. **Os indígenas no corte da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul**: breve histórico da luta pelo reconhecimento de seus direitos trabalhistas. Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, p. 153-176, abr. 2007.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.



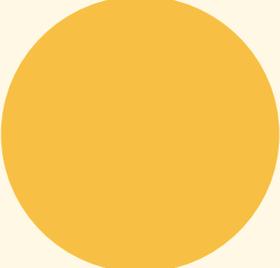
SCHWARCZ, L. M. (2009). Nina Rodrigues: **Um radical do pessimismo**. In A. Botelho, & L. M. Schwarcz, (Orgs.), *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (pp. 90-103). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

SCHWINGEL, K.; PILGER, M. I. (Org.) **Por Fi Ga Keme**: história da Tovaca. São Leopoldo, Oikos 2014.

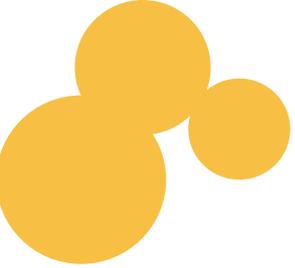


**ACOLHIMENTO E APRENDIZAGEM:
AÇÕES DO CEDUCA DH PARA
ESTRANGEIROS**

HOSTESS AND LEARNING: CEDUCA DH
ACTIONS FOR FOREIGNERS



Márcia Blanco Cardoso; Bárbara Birk de Mello;
Pietra Da Ros; Rodrigo Perla Martins



RESUMO

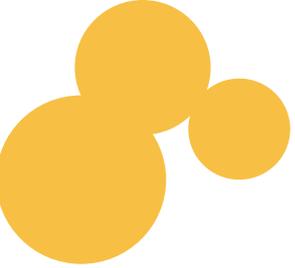
A partir do ano de 2010, o mundo viveu um grande movimento migratório, especificamente a partir do continente africano, do Oriente Médio e da América Central/Caribe. Nesse movimento, as cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) receberam migrantes de origens diversas, principalmente haitianos, senegaleses e venezuelanos. O município de Novo Hamburgo é parte dessa região, além de ser o lugar em que nasceu a Universidade Feevale; é onde encontra-se sua sede e grande parte das suas ações sociais acontecem. Esse artigo busca apresentar, portanto, as ações realizadas com estrangeiros através do projeto multidisciplinar “Centro de Educação em Direitos Humanos” (CEDUCA DH), que busca atender aos princípios da universidade com forte ação comunitária. Para tanto, além da metodologia da pesquisa-ação, apresentamos, aqui, uma breve exposição do histórico e das ações do projeto que teve início em 2016 e continua ainda hoje, 2023. A reflexão proposta trata da questão da pandemia e da necessidade de realizar atendimentos virtuais, abrangendo, também, o retorno, que ocorreu após os momentos mais agudos da crise e dos conceitos que estão na centralidade de nossas ações: acolhimento e diversidade; aprender e ensinar “com” o “outro” que é nosso fazer cotidiano.

Palavras-chave: Migração. Direitos Humanos. Educação. Extensão. Acolhimento.

ABSTRACT

Since 2010, the world has experienced a large migratory movement, specifically from the African continent, the Middle East and Central America/Caribbean. In this movement, the cities of the Metropolitan Region of Porto Alegre (RMPA) received migrants from different origins, mainly Haitians, Senegalese and Venezuelans. The municipality of Novo Hamburgo is part of this region, besides being the place where the Feevale University was born; it is where its headquarters are and much of its social actions take place. Therefore, this article seeks to present the actions carried out with foreigners through the multidisciplinary project “Center for Education in Human Rights” (CEDUCA DH), which aims to meet the principles of the University with strong community action. Moreover, in addition to the methodology of action research, we present a brief exposition of the history and actions of the project that began in 2016 and continue to this day. The proposed reflection addresses the issue of the pandemic and the need to perform virtual services, also covering the return, which occurred after the most acute moments of the crisis and the concepts that are at the center of our actions: reception and diversity; learn and teach “with” the other who is our everyday doing.

Keywords: Migration. Human Rights. Education. Extension. Reception.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo o Relatório de 2022, do Observatório das Migrações Internacionais (ObMi-gra), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil possui, aproximadamente, 1,3 milhão de estrangeiros vivendo no país, incluindo os mais de 60.000 refugiados (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). Outro dado que chama a atenção no relatório é o aumento do número de mulheres, crianças e adolescentes entre esses estrangeiros na última década. Entre crianças e adolescentes, segundo o critério de nacionalidade, predominam haitianos, venezuelanos e bolivianos.

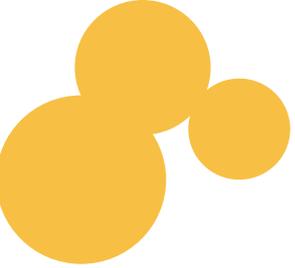
No Rio Grande do Sul, foi lançado, em dezembro de 2022, o “Perfil dos Migrantes no Rio Grande do Sul”, produzido pelo Departamento de Economia e Estatística, vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG, 2022b), do governo do Rio Grande do Sul. Os números apresentaram grande crescimento, talvez em função da desatualização de números anteriores, por conta da pandemia.

Segundo o site da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do RS,

Em números totais, a base de dados do Sismigra indica que em fevereiro de 2022 o RS contava com 93.088 registros de migrantes, enquanto a Rais apontou em dezembro de 2020 para 20.992 migrantes formalmente empregados e o Cadastro Único, com dados de agosto de 2022, mostra 32.505 registros de nacionais de outros países (SSPG, 2022a).¹

Nos números disponibilizados, há uma distribuição dos estrangeiros residentes a partir das regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) formalizados desde 1991 no Rio Grande do Sul. Nesse caso, na região do COREDES Vale do Rio dos Sinos, em que o município de Novo Hamburgo está inserido, constam 5 mil migrantes. Venezuelanos são a maioria, sendo mais de 60%, enquanto o segundo maior grupo é o de haitianos, seguido por uruguaios, argentinos e cubanos (COREDES RS, 2023). Esse perfil migratório em direção ao Brasil e muitos outros países é parte de um fenômeno mundial. A partir do ano de 2010, o mundo viveu um grande movimento de migração, especificamente a partir do continente africano, do Oriente Médio e da América Central/Caribe.

¹ Sismigra é o Sistema de Registro Nacional Migratório, vinculado a Polícia Federal. Já a sigla RAIS é a Relação Anual de Informações Sociais, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.



Conflitos, guerras e questões ambientais foram alguns dos motivos que fomentaram a migração, acrescidos a uma expansão da economia em escala mundial ocorrida no início do século XXI. Além disso, no Brasil, especificamente, a construção civil gerou muitos empregos em função da realização no país de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014, da qual, aliás, Porto Alegre foi uma das sedes, e as Olimpíadas de 2016.

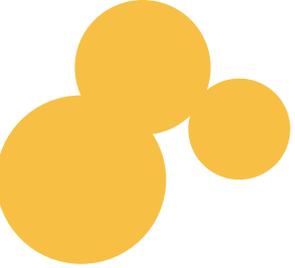
Especificamente no caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), obras como a extensão do Trensurb até Novo Hamburgo, BR 448 (Rodovia do Parque), conjuntos habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida” e outros tantos projetos absorveram operários de todo o mundo, com enfoque nos africanos. Além disso, a região também recebeu muitos cubanos pelo Programa Mais Médicos, a partir de 2013 (MS, 2023).

Do continente americano, também vieram cidadãos do Haiti e da Venezuela, que migraram para países americanos — principalmente o Brasil — nos anos posteriores a 2013.

Em 2010, o Haiti vivenciava mais um capítulo de seu complexo processo histórico e político: em um cenário permeado por pobreza e por uma guerra civil fratricida, onde 60% da população sobrevivia com 2 dólares por dia (Caetano, 2021), o país ainda foi atingido por um terremoto que devastou boa parte do território, matando milhares de pessoas, incluindo brasileiros, como Zilda Arns, médica pediatra reconhecida mundialmente.

Foi justamente nesse contexto, com a chegada de estrangeiros à região, que nasceu o projeto aqui apresentado, a fim de acolher estrangeiros que chegavam a Novo Hamburgo. Assim, as ações extensionistas foram planejadas para receber a quem chegasse, sem restrições, compreendendo a diversidade cultural que teria o grupo de beneficiados e se preparando para tal, no intuito, também, de contribuir para a promoção do respeito e para o combate à intolerância.

Antes de iniciar propriamente as discussões, é importante que o(a) leitor(a) entenda a trajetória do projeto que aqui nos referimos. Atualmente, o projeto de extensão é denominado Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH). Ele iniciou suas atividades em 2021 e antes disso já havia outro projeto de extensão que atuava na mesma temática, o mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos. Este projeto atuou de 2016 a 2020 e, ao fim dele, iniciou-se o CEDUCA DH que manteve as caracte-



rísticas de ação acrescidas de outras. Logo, ao longo do capítulo, falaremos de ambos os momentos entendendo que os projetos mudaram suas nomenclaturas e algumas frentes de ação, mas a principal que trabalharemos aqui, que é o acolhimento de refugiados e migrantes da Região do Vale do Rio dos Sinos sempre se manteve central.

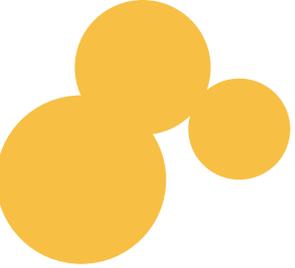
Aqui, os objetivos do estudo são relatar brevemente a questão do processo migratório atual e como se deu a necessidade de criação de ações universitárias para atuar e refletir sobre a questão; apresentar o projeto de extensão Centro de Educação em Direitos Humanos/ CEDUCA DH (denominado “O mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”, entre 2016 e 2020); analisar as dificuldades e como o projeto manteve suas ações no período da pandemia da Covid-19 e como se deu o retorno às ações presenciais; refletir sobre o processo de ensinar-aprender sobre diversidade e acolhimento cotidianamente, no fazer extensionista, no pensar acadêmico e sobretudo no processo de aprender “sobre” e com o “outro”.

O MUNDO EM NH E O CEDUCA DH: DOIS MOMENTOS E UM MESMO OBJETIVO

Em 2015, representantes da Universidade Feevale foram convidados pela Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (COMPPIR/NH), vinculada à Prefeitura Municipal, para conhecer um pouco da nova situação que eles enfrentavam: uma onda de mais de 50 jovens senegaleses que haviam chegado há poucos meses ao município, muitos tendo passado por outros países, mas a maioria saindo de Caxias do Sul e migrando para a Região Metropolitana.

Partindo dessa demanda, teve início, em 2016, a primeira versão do projeto de extensão CEDUCA DH, denominado “O Mundo em NH: refugiados e migrantes — uma questão de Direitos Humanos”, com o objetivo de promover uma cultura de paz e tolerância através do acolhimento e da inserção social de grupos de refugiados e migrantes e da articulação de ações educativas voltadas aos Direitos Humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade de atividade cidadã cotidiana.

Iniciamos com o atendimento a jovens senegaleses. No segundo semestre do mesmo ano, já tínhamos acolhido os primeiros 20 haitianos que chegavam no município. De lá para cá, foram muitas pessoas, de diferentes nacionalidades atendidas – como Argentina,



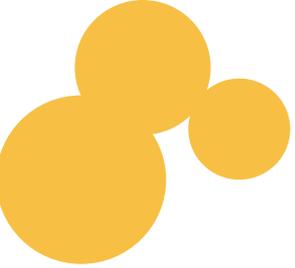
Colômbia, Filipinas, Haiti, Egito, Palestina, Senegal, Suécia, Turquia, Venezuela e Rússia, falantes de diferentes línguas, a maioria sendo bilíngue ou multilíngue, com culturas, vivências e experiências bem particulares, diversos níveis de escolaridade e sem limite de idade. Essa diversidade, que é tão rica, exigiu que houvesse o preparo de bolsistas e professores integrantes do projeto, pois os encontros do projeto envolvem a construção a partir do outro, com um olhar de alteridade do processo dialógico (Bakhtin, 2003).

A maior parte das ações acontece por meio de atendimentos específicos, sendo em especial relativas à documentação, além de oficinas de ações educativas que têm por finalidade integrá-los à comunidade e diminuir o racismo e a xenofobia. Os cursos de Letras, Direito, Fotografia, Artes, Pedagogia, História e Psicologia da Universidade Feevale estavam envolvidos no Projeto, que, ao longo desses anos, já atendeu em torno de 80 migrantes e refugiados. Na prática, eram oficinas semanais de Língua Portuguesa, Realidade Brasileira e Criatividade, e um grupo com Roda de Conversa, formado por estudantes e professoras da Psicologia. Além disso, aqueles que participam do Projeto têm à sua disposição, caso necessitem, assessoramento jurídico e psicossocial individual, bem como encaminhamentos, quando necessário, à área da saúde e outras demandas.

De 2016 a 2020, o mesmo grupo de professores atuou em dois projetos: “O Mundo em NH” e “Educação em Direitos Humanos”: o primeiro com as ações diretas com estrangeiros e o segundo, tratando das questões de educação em direitos humanos, realizando formações e ações de combate à xenofobia. Os bolsistas e voluntários é que se dedicavam a aspectos específicos de cada projeto, mas, mesmo assim, sempre fazíamos reuniões conjuntas. Formações sobre curricularização e um Seminário anual. Dessa forma, todos sentiam-se parte de um mesmo propósito.

Em 2020, fomos desafiados pela universidade a unir os dois projetos em um único, mas com um diferencial: reforçar a integração com a pesquisa e o ensino. Assim, foi construído, a muitas mãos, o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH), que teve seu início em 2021 e manteve algumas ações já desenvolvidas n’O Mundo em NH, além de desenvolver outras que não eram voltadas especificamente para os migrantes e que, por isso, não aprofundaremos aqui.

O Projeto foi construído tendo como alguns de seus princípios:



INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

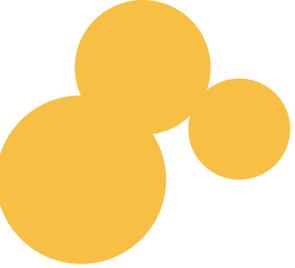
[...] articular ações, com foco no acolhimento e inserção social de imigrantes e refugiados atendidos pelo município de Novo Hamburgo. Sendo assim, o projeto se propõe a atuar junto desses refugiados e imigrantes, além contribuir na formação de gestores, agentes públicos e privados, na busca de maior inserção e acolhimento a esses grupos, na região, consolidando uma prática efetiva de Direitos Humanos. (Feevale, 2016)

Ademais, a diminuição da xenofobia e da violência sempre estiveram em pauta. Para atingir esses objetivos, as atividades do projeto centraram-se em oficinas semanais e atendimento psicossocial e jurídico para os refugiados e migrantes que residem na RMPA, mais especificamente em Novo Hamburgo e São Leopoldo. Ainda, foram realizadas formações com agentes públicos e em espaços privados acerca da temática dos direitos humanos e migrações. No novo CEDUCA DH, o público cresceu, pois mantivemos essas ações, além das demais, vinculadas à área de Direitos Humanos. São integrantes:

Atores, públicos e privados, nas áreas da educação, em práticas escolares e não escolares, justiça e segurança pública; indivíduos do Instituto Penal de NH e da Penitenciária Modulada de Montenegro privados de liberdade; migrantes e refugiados, residentes na região de abrangência da Universidade Feevale, a partir da idade escolar e sem limite de idade; comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Xavier (São Leopoldo). (Feevale, 2023).

Entre as ações do CEDUCA DH relacionadas às formações com profissionais, vale destacar a formação sobre migração e direitos humanos de 18 novos guardas municipais, em 2018; 31 novos agentes da Guarda Municipal de Novo Hamburgo em 2021, e um grupo de 21 profissionais em 2023. Cita-se, ademais, a formação com 47 secretários escolares para recepção de alunos estrangeiros nas escolas públicas municipais de São Leopoldo em 2022, tendo ocorrido muitas outras, como as que foram realizadas em escolas da rede pública e privada.

Como foi possível ver, o projeto O Mundo em NH é uma primeira versão do que viria a ser o CEDUCA DH. A seguir, discutiremos a pandemia da Covid-19 e o retorno as atividades presenciais, sendo que em 2020 as ações ainda estavam ligadas ao Mundo em NH e em 2021 passaram a integrar o CEDUCA DH. Então, o período pandêmico perpassa a mudança de projetos também.



Porém, antes de adentrar na análise das atividades desenvolvidas no projeto, é importante pontuar algumas questões quanto à centralidade da extensão universitária e como, ao falarmos sobre migrações e acolhimentos, falamos também em interculturalidade e diversidade.

A prática extensionista é inovadora e abre diversas possibilidades de conhecimento de realidades que de outra forma os universitários provavelmente não acessariam. Assim, busca-se “Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade” (Serrano, 2012, p. 11).

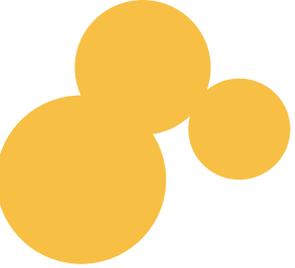
Atualmente, a extensão universitária deve se desafiar a repensar a relação de ensino, pesquisa e necessidades sociais, almejando práticas extensionistas que realmente transformem a realidade (Carbonari; Pereira, 2007). Logo, de forma alguma, a extensão pode ter cunho assistencialista, e sim, deve haver compartilhamento de experiências entre a universidade e a comunidade.

Ainda, a extensão tem um olhar especial para a diversidade e interculturalidade. No projeto que aqui trabalhamos, temos como foco a diversidade cultural. A diversidade cultural está presente em todos os espaços da nossa vida, na nossa sociabilidade cotidiana e deverá ser considerada, como destaca a UNESCO (2001), na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural: “[...] uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento econômico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.”

E, quando falamos em diversidade cultural, vem à tona a discussão sobre interculturalidade. Para Ramos (2011):

O objetivo da interculturalidade não é a separação do universal e do particular, mas a reunião, ou seja, a organização de um contexto social e relacional integrativo que tenha em conta um processo dialético ligando o Eu e o Outro, a abertura ao mundo e o reconhecimento das identidades e da alteridade. (Ramos, 2011, p. 198).

Concordamos com Ramos (2011) e, ao atuar com migrantes cotidianamente na extensão, somos desafiados a pensar essa relação entre o “eu” e o “outro” de forma cons-



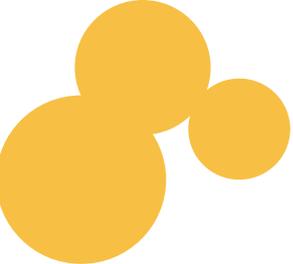
tante. Afinal, a construção do “eu” só se dá a partir do contato com o “outro” e vice-versa. E quando temos um projeto de extensão que tem como foco o acolhimento e inserção de migrantes, o foco é a dialética entre “eles”, migrantes, e “nós”, professores e acadêmicos do projeto, num constante processo de ensino-aprendizagem. Buscar, o que Ramos (2011) chama de um contexto social e relacional integrativo.

Dito isso, ressalta-se a importância da atividade extensionista para fortalecer os laços entre comunidade e universidade, ligar o Eu e o Outro, além da relação entre teoria e prática e entre ensino, pesquisa e extensão. Assim como disse Freire: “A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.” (Freire, 1996, p. 25). Na sequência, apresentaremos mais desta prática.

PANDEMIA E O RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS: NOSSO MAIOR DE-SAFIO

De 2016 até o início de 2020, as atividades do projeto eram todas presenciais, na própria Universidade Feevale. Porém, com a chegada da pandemia da Covid-19, as atividades passaram a ocorrer de forma remota, nas modalidades síncrona e assíncrona. No primeiro semestre de 2020, a preocupação principal foi acompanhar à distância todos os participantes do projeto, disponibilizando álcool em gel, máscaras e todas as informações possíveis acerca do vírus, além de lhes enviar atividades de Língua Portuguesa através do grupo de *WhatsApp* do projeto. Ao longo da pandemia, com o agravamento da situação econômica, também foram distribuídas cestas de alimentos e de higiene em diferentes ocasiões. Até mesmo os atendimentos da área da Psicologia aconteciam através de chamadas de vídeo. Como foi definido pelas participantes em artigo publicado:

Em tempos de isolamento social em função da pandemia, por exemplo, como é o caso da situação em que todos nos encontramos neste momento, as aulas não estão acontecendo presencialmente, mas de forma virtual. Semanalmente, no mesmo dia da aula reservado para a aula, os beneficiados recebem, pelo *WhatsApp*, materiais e dicas para que possam, mesmo em tempos adversos, continuar ampliando seus conhecimentos linguísticos. Dessa forma, a língua, para além de um conteúdo que precisa ser aprendido, é acolhimento, é a possibilidade de olhar para o outro e considerar o momento e suas necessidades para, a partir desses elementos, planejar o que será enviado e a melhor forma de fazê-lo. (Volmer *et al.*, 2021)

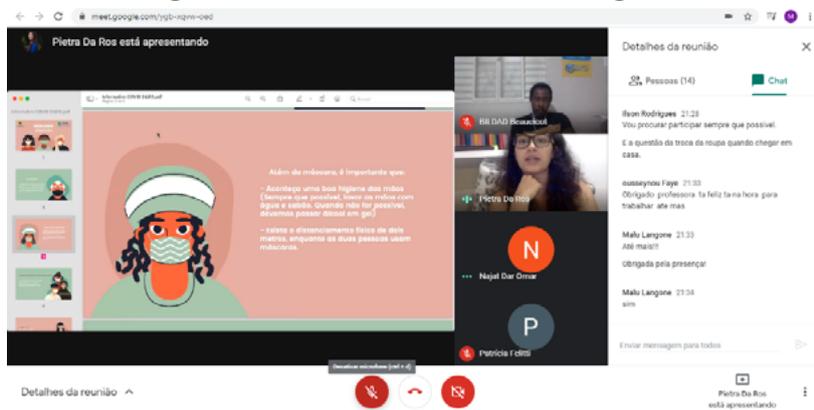


INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

As dificuldades foram sendo superadas pela vontade de estarmos juntos. Ocorreram, no período, palestras com diferentes profissionais explicando sobre vacinas, síndromes respiratórias e tudo o que pudesse ajudar o grupo foram oferecidos. A presença foi intensa no decorrer de 2020.

Já no segundo ano de pandemia da Covid-19, percebeu-se uma certa retração na participação das oficinas online, o que entendemos se dever ao momento em que vivíamos e ao desgaste que todos sentiam em relação a estar já há mais de um ano com aulas virtuais. Mesmo assim, tivemos novos ingressantes no projeto, e pessoas que já tinham participado do mesmo, mas estavam vivendo em outros locais, também conseguiram acompanhar as oficinas, o que demonstra o carinho dos migrantes pelo CEDUCA DH. Alguns registros das atividades remotos podem ser visualizados nas Figuras 1, 2 e 3, abaixo.

Figura 1 — Final de aula com dicas de higiene.



Fonte: Registro dos autores em março de 2021.

Figura 2 — Palestra com Prof. Dr. Fernando Spilki sobre o coronavírus

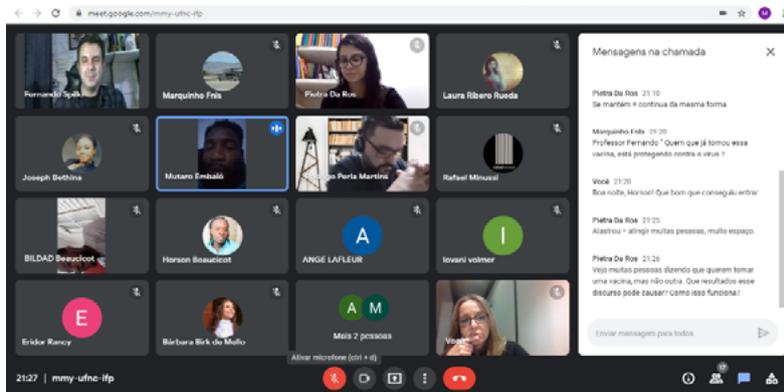


Foto: Registro dos autores em 2020.

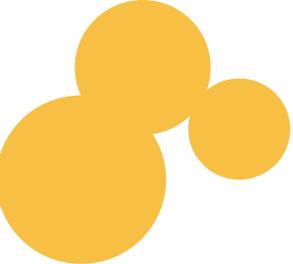


Figura 3 — Captura de tela de alguns dos vídeos enviados aos estrangeiros



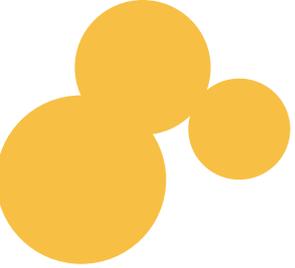
Foto: Registro dos autores em 2020.

Apesar de termos conseguido dar continuidade às nossas ações, uma questão se impunha: a aprendizagem da língua não acontecia com a mesma qualidade e rapidez, no formato *online*. Como fazer o caminho de volta? Como fazer valer a pena, o deslocamento?

A resposta veio no segundo semestre de 2022, com uma nova possibilidade ofertada pela universidade através do projeto: a de realização de provas para certificação das aulas de português, com uma quantidade mínima determinada de horas de aulas presenciais e à distância. Sendo sempre de forma gratuita, a iniciativa contemplou uma demanda frequente, pois, a partir dela, foram possibilitados alguns encaminhamentos, como para a carteira de habilitação e outras questões. A animação de todos foi grande, e, em dezembro de 2022, tivemos o primeiro grupo realizando provas presencialmente.

Dessa forma, comprovamos, na prática que a

[...] sensibilidade no fazer pedagógico evidencia-se no olhar atento e na escuta ativa, na busca pelas reais necessidades dos beneficiados do Projeto, o que significa, também, valorizar seus saberes prévios. Partindo dessa premissa, a elaboração de materiais autênticos e de atividades que possibilitam olhar para si e o outro contribuem para uma formação humana, para além daquilo que qualquer manual pedagógico possa sugerir. (Volmer; Da Ros, 2020)



Atualmente, estamos com ações híbridas. Geralmente, as atividades são presenciais, tanto oficinas como atendimentos jurídicos e da Psicologia. Mesmo assim, atividades são enviadas de maneira *online* para complementar estudos, mantemos o grupo de *WhatsApp* com todos os participantes e realizamos encontros à distância quando necessário, como ocorreu no momento do ciclone que atingiu o Rio Grande do Sul, no início do mês de junho de 2023². Assim, conseguimos estar perto, mesmo longe. Entender as necessidades de todos, compartilhar os sonhos, anseios e muito conhecimento, pois todos aprendemos muito, e sempre.

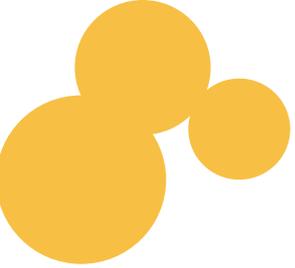
UM OLHAR PARA TRÁS: O IMPACTO DAS AÇÕES ATÉ O MOMENTO

Apesar da necessidade frequente de andar para a frente e evoluir em termos de atuação no intuito de melhor contribuir com o grupo de sujeitos atendidos pelo projeto e atender as demandas existentes, é igualmente preciso que haja a consciência do trajeto já percorrido. Utilizar o termo “beneficiados” é questionável para os envolvidos nas ações citadas: não é raro ouvir relatos de que todos sentem os benefícios das ações. Para uma das autoras, que atuou como bolsista em ambos os projetos, os maiores desafios estavam justamente na riqueza da diversidade cultural:

Em uma mesma sala estavam crianças, adolescentes e adultos com diferentes níveis de escolaridade e entendimentos de mundo. Os debates que surgiam sobre a língua portuguesa nas oficinas que eu ministrava levavam a debates não só gramaticais, mas de costumes e referências brasileiras. (Relato da ex-bolsista)

Um momento marcante tem relação a um homem, senegalês, que beirava os quarenta anos de idade e falava *wolof* (um dos dialetos de seu país), francês, árabe e espanhol. Enquanto aprendia português, relatou que não sabia escrever em nenhuma das línguas. E foi ao colocar um lápis em sua mão que a ação transformadora se mostra mais aparente. O impacto do projeto está aí: no homem que aprende a se expressar pela escrita ou na criança de sete anos que, ao compreender o que são laços afetivos e ser desafiada a fazer um

² Chamada da notícia do Portal G1, no dia 16 de junho de 2023: “Rajadas de vento atingiram 100 km/h. Há mortos e desaparecidos. Em algumas cidades, choveu pelo menos 200 milímetros em 24 horas. Há pelo menos 460 mil pontos sem energia elétrica. Água invadiu casas, hospital e universidade”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/16/ciclone-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2023.



miniconto, escreve que “há chuva, muita chuva, mas sempre sai o sol”, afirmando que o sol são as pessoas que conheceu no Brasil e no projeto, que fazem os dias dela mais felizes.

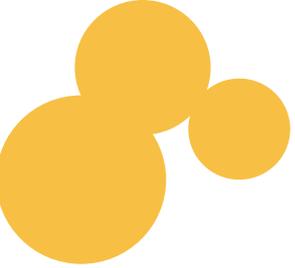
O impacto está, também, em todos os sujeitos que participavam das oficinas e conquistaram sua naturalização brasileira, nos migrantes que conquistaram o sonho do negócio próprio e naqueles que foram aprovados na avaliação de proficiência para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) e estão cursando o ensino superior.

A realidade é que não há receita de bolo para atender pessoas; é a sensibilidade, a oitiva e o planejamento que possibilitam o andamento bem-sucedido das ações extensionistas. Pensar a universidade como um espaço de compartilhamento de experiências, de diversidade, de trocas, de olhar o mundo a partir de novos paradigmas é fundamental e nós, no CEDUCA DH, temos o privilégio de vivenciar isso cotidianamente, entre acadêmicos, professores e beneficiados. E dessa forma, nesse modelo da pesquisa-ação: estudando, lendo, atuando e formando novos profissionais, construindo materiais e modelos pedagógicos que podem ser multiplicados para outros espaços, contribuímos para uma sociedade de maior equidade, em que os profissionais oriundos dessas ações tão relevantes, façam a diferença nos mais variados espaços que atuem, no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos apresentar o projeto de extensão CEDUCA DH, trazendo a caminhada de um projeto que se integrou e se confundiu – num bom sentido – já que, ao passo que o CEDUCA DH surge no ano de 2021, logo após o fim das atividades do O Mundo em NH, para buscar manter o acolhimento e inserção de migrantes na região do Vale do Rio dos Sinos.

Além de apresentar essa caminhada, buscamos analisar as dificuldades e como o projeto manteve suas ações no período da pandemia da Covid-19 e como se deu o retorno às ações presenciais, bem como refletir sobre o processo de ensinar-aprender sobre diversidade e acolhimento cotidianamente, no fazer extensionista, no pensar acadêmico e sobretudo no processo de aprender “sobre” e com o “outro”.



Fizemos isso a partir da metodologia de pesquisa-ação e entendemos que, foi central manter as atividades extensionistas, mesmo que de forma virtual, para termos vínculos em um momento tão complexo quanto o da pandemia. Se, por vezes, o processo de ensino-aprendizagem não conseguiu ser realizado com a mesma intensidade e profundidade que era antes, por outro lado, o acolhimento se manteve.

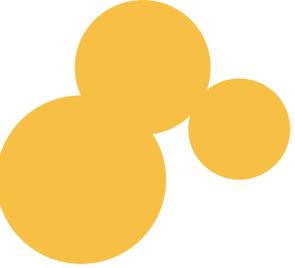
Como destacamos, houve dificuldades no processo de entrada para um meio de aulas virtual, mas, utilizamos de recursos como vídeos no *Youtube* e aulas via *Google Meet*, aos poucos as atividades de oficinas foram retornando. E, como pontos positivos desse processo, podemos destacar que os participantes das oficinas possuíam acesso à internet via dispositivo móvel, o que ajudou a fazer os encontros neste modelo.

Ainda, o fato de ser *online* possibilitou que pessoas que não estavam conseguindo se deslocar até a universidade para as aulas, seja devido a questões financeiras, de tempo ou de horário de transporte público, conseguiram voltar a participar das ações do projeto. Nesse sentido, importante citar que participantes do projeto que estavam em outros países também puderam e fizeram questão de participar das oficinas mostrando um vínculo que vai além do processo de aprendizagem da Língua Portuguesa e oficinas variadas e chega na dimensão do vínculo afetivo entre projeto e participantes, principalmente entre professores e alunos do projeto com os chamados “beneficiários”.

Aqui, trazemos o relato de uma ex-bolsista que atuou no CEDUCA DH e no O Mundo em NH: “Não sei se chamar os migrantes de beneficiários é correto. Eu me sinto muito mais beneficiária do que eles ao poder ter esse compartilhamento de experiências e vivências que somente a extensão universitária proporciona.”

Aqui, podemos voltar para o início do texto e trazer novamente as discussões de diversidade e interculturalidade no sentido de que não existe uma distinção clara e fria entre o “eu” – acadêmica bolsista – e o “outro” – chamado de beneficiário. Não existe, pois, na dimensão da diversidade cultural e interculturalidade se busca uma construção coletiva sem minimizar características consideradas centrais para os grupos sociais. Buscamos um compartilhamento a partir do processo ensino-aprendizagem.

Finalizando, reafirmamos a importância da extensão universitária no diálogo entre comunidade e universidade. E, por que não, em diálogo com a pesquisa, pois a extensão



não anda dissociada da pesquisa. Projetos de extensão possibilitam um olhar para a diversidade e para a interculturalidade, sendo projetos como o que aqui tratamos um exemplo potente disto. Ao trabalhar com a temática da migração, atuamos com a diversidade e a interculturalidade, tanto dentro quanto fora do ambiente das oficinas.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. **Síria**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/siria/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAETANO, E. Entenda a triste realidade do Haiti. **Brasil Escola**. Publicado originalmente em: 31 ago 2021. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/entenda-a-triste-realidade-do-haiti.htm#:~:text=Em%20torno%20de%2060%25%20da,pouco%20mais%20de%20R%24%20100>. Acesso em: 02 fev. 2023.

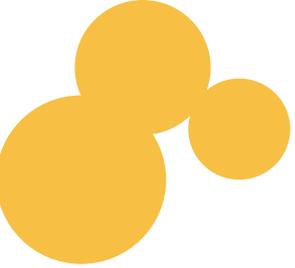
CASA CIVIL, Brasil. **Sobre a operação Acolhida**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CARBONARI, M.; PEREIRA, A. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Londrina, v.10. n. 10, 2007. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

G1. **Ciclone no RS**: temporais causam alagamentos, bloqueio de estradas, cancelamento de voos e falta de luz. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/16/ciclone-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 05 jul 2023.

COREDES RS. Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. **COREDES**. Disponível em: <https://www.forumdoscoredes.org.br/coredes/>. Acesso em: 02 fev. 2023.



FEEVALE. Programas e Projetos Sociais. **Área Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.feevale.br/pesquisa-e-extensao/programas-e-projetos-sociais/direitos-humanos>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FEEVALE. **Projeto de Extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”**. PROPPEX - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, 2016. (Projeto)

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996. p. 141.

LARA, R. Em 2010, terremoto de magnitude similar matou mais de 200 mil pessoas no Haiti. **CNN Brasil**. Publicado originalmente em: 14 ago 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2010-terremoto-de-magnitude-similar-matou-mais-de-200-mil-pessoas-no-haiti/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

MS, Ministério da Saúde - Brasil. **Programa Mais Médicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-mais-medicos>. Acesso em 02 fev 2023.

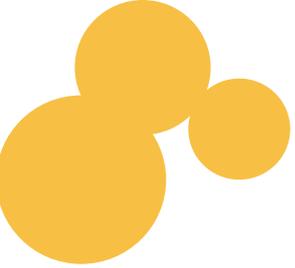
SERRANO, M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Escola Técnica de Saúde da UFPB, p. 1-15, 2012.

SJCDH, Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. **Sobre o COMIRAT/RS**. Disponível em: <https://justica.rs.gov.br/sobre-o-comirat-rs>. 02 fev. 2023.

SSPG, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul. **Migrantes do Uruguai, Haiti e Venezuela formam maior parte da população estrangeira no RS, mostra estudo**. Publicado originalmente em: 22 dez. 2022. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/migrantes-do-uruguai-haiti-e-venezuela-formam-maior-parte-da-populacao-estrangeira-no-rs-mostra-estudo>. Acesso em: 02 fev. 2023. (a)

SSPG. **Perfil dos Imigrantes no RS**: Cadastro Único (AGO/2020) e Cartão Nacional da Saúde (DEZ/2019). Publicado originalmente em: 27 out. 2020. Disponível em: <https://justica.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/15162256-estudo-perfil-dos-imigrantes-no-rs-2020.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SSPG. **Perfil dos Migrantes no RS**: segundo os dados do Sismigra, da RAIS e do Cadastro Único. Publicado originalmente em: dez. 2022. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov>.



br/upload/arquivos/202212/22113155-2022-ppt-spgg-migrantes.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023. (b)

VOLMER, L.; DA ROS, P. Extensão universitária e formação docente. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 52, 2020

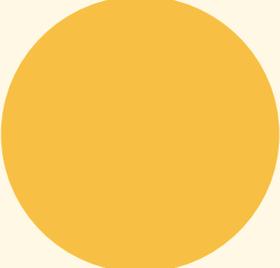
VOLMER, L.; DA ROS, P; MARTINS, R. L. Língua portuguesa para refugiados e migrantes: quem ensina aprende e quem aprende ensina. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 24, n. 2, p. 226-241, 2021.

UNESCO. **Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle**. Paris: Unesco, 2001.

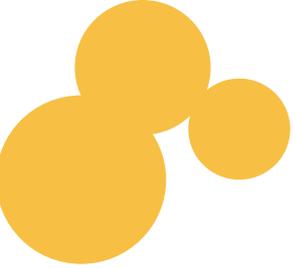


**EDUCAR PARA COMPREENSÃO
DO PROCESSO MIGRATÓRIO É
TAMBÉM PROMOVER O RESPEITO
E A INTEGRAÇÃO CULTURAL**

EDUCATION TO UNDERSTAND THE
MIGRATORY PROCESS IS ALSO
PROMOTING RESPECT AND CULTURAL
INTEGRATION



Patricia Grazziotin Noschang; Micheli Piucco; Manuela
Horana Görger Dos Santos; Laura Brandão Pasinato



RESUMO

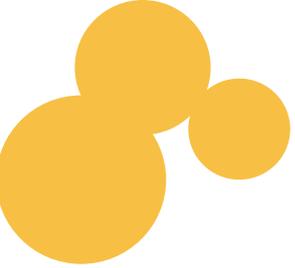
O presente trabalho tem como objetivo delinear a importância do respeito, acolhimento e observância dos direitos dos migrantes para um processo de promoção do diálogo intercultural, do respeito e reconhecimento da interculturalidade nos países de destino especialmente a partir da promoção do direito à educação. Neste sentido, utiliza-se como instrumento o relato de atividades realizadas nos Projetos de Extensão Balcão do Migrante e Refugiado e Educação em Direitos Humanos para a Juventude da Escola de Ciências Jurídicas - Curso de Direito da Universidade de Passo Fundo, com o intuito de demonstrar a importância da conscientização e promoção de políticas direcionadas na temática. Para essa abordagem será utilizado o método de abordagem dedutivo e de procedimento, o relato de experiência e legal-bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Educação. Extensão universitária. Interculturalidade. Migração.

ABSTRACT

The present work aims to outline the importance of respect, reception and observance of the rights of migrants for a process of promoting intercultural dialogue, respect and recognition of interculturality in the destination countries, especially from the promotion of the right to education. In this sense, it is used as an instrument the report of activities carried out in the Extension Projects Balcão do Migrante e Refugee and Education in Human Rights for Youth of the School of Legal Sciences of the University of Passo Fundo in order to demonstrate the importance of awareness and promotion of policies focused on the theme. For this approach, the deductive and procedural method of approach, the experience report and legal-bibliographic will be used.

KEYWORDS: Human rights. Education. University Extension. Interculturality. Migration.



1 INTRODUÇÃO

Compreender o processo migratório é o primeiro passo para que se possa acolher em uma comunidade famílias migrantes e refugiadas. Os motivos, ou razões para o deslocamento, são únicos para cada família ou mesmo indivíduo. Independentemente das circunstâncias que levaram ao deslocamento, a decisão de migrar não é fácil uma vez que impõe perdas, e o enfrentamento do desconhecido.

Com enfoque no caso brasileiro, os migrantes e refugiados ao chegarem no país, enfrentam uma série de desafios. Com destaque, a compreensão de um novo idioma, a regularização documental, a inserção laboral, social e a adaptação educacional nos mais diversos níveis escolares.

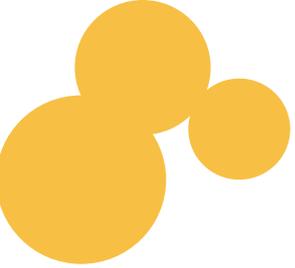
No que se refere ao direito à educação, a Constituição Federal de 1988, garante no artigo 5^a a igualdade de direitos entre brasileiros e “estrangeiros” residentes no Brasil, sem distinção de qualquer natureza¹, e o dever do Estado em garantir a educação básica e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade, prevista no artigo 208² da Carta Magna brasileira. Importante ressaltar que a Constituição Federal é a lei maior no estado brasileiro que rege os direitos individuais e coletivos e assim inclui todos e todas sem distinção de raça ou nacionalidade, salvo as previstas na própria Carta.

Destaca-se que o direito à educação também é compromisso do Estado brasileiro com base nos tratados de direitos humanos firmados em âmbito internacional e, posteriormente, ratificados internamente, tais como previsto no artigo 13³ do Pacto Internacio-

¹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

² Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

³ ARTIGO 13. 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. [...].(BRASIL, Decreto 591/1992, 2022).



nal de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, e também no artigo 13⁴ do Protocolo de San Salvador que acrescenta os direitos econômicos, sociais e culturais à Convenção Americana de Direitos Humanos. Soma-se às normativas o compromisso dos Estados em alcançarem as metas previstas na Agenda 2030, e aqui especialmente nomeadas as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável n. 4 - Educação de Qualidade e, n. 10 - Redução das Desigualdades.

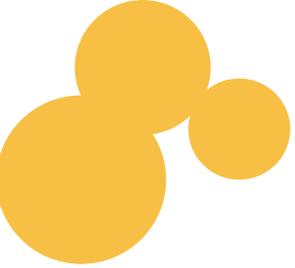
Ainda, no que concerne a proteção dos refugiados, é importante adicionar o disposto na Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967, recepcionados pela Lei 9.474 de 1997 que institui no Brasil o Estatuto dos Refugiados. A convenção prevê no artigo 22⁵ a garantia à educação das pessoas refugiadas e o tratamento mais favorável possível.

Já a Lei de Migração - 13.445/2017, dispõe nos artigos 3 e 4, que tratam dos princípios e diretrizes que devem reger a política migratória brasileira bem como as garantias e direitos aos migrantes, o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”.

Diante de diversos diplomas legais - quantitativamente o que dificulta a compreensão e análise - prevendo direitos e garantias à educação para a população migrante e refugiada, o Conselho Nacional de Educação emitiu a Resolução n. 1 de 13 de novembro de 2020 que “Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro”, reafirmando os direitos e o ingresso das crianças à educação sem discriminação e facilitando

⁴ Artigo 13. Direito à Educação. 1. Toda pessoa tem direito à educação. 2. Os Estados-Partes neste Protocolo convêm em que a educação deverá orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade, e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz. Convêm também em que a educação deve tornar todas as pessoas capazes de participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista e de conseguir uma subsistência digna; bem como favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos, e promover as atividades em prol da manutenção da paz. (BRASIL, Decreto 3.321/99, 2022).

⁵ Art. 22 - Educação pública 1. Os Estados Contratantes darão aos refugiados o mesmo tratamento que aos nacionais no que concerne ao ensino primário. 2. Os Estados Contratantes darão aos refugiados um tratamento tão favorável quanto possível, e em todo caso não menos favorável do que o que é dado aos estrangeiros em geral, nas mesmas circunstâncias, quanto aos graus de ensino além do primário e notadamente no que concerne ao acesso aos estudos, ao reconhecimento de certificados de estudos, de diplomas e títulos universitários estrangeiros, à isenção de direitos e taxas e à concessão de bolsas de estudo. (ACNUR, Convenção de Genebra 1951, 2022)



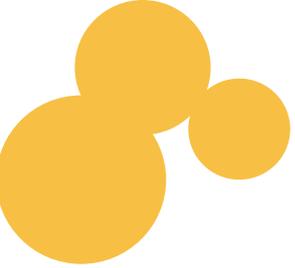
a inserção e inclusão. A Resolução ainda tem como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Crianças ratificada pelo Brasil em 1991.

Contudo, a letra dura e fria da lei não prevê o olhar de acolhimento, nem considera as histórias de dor e sofrimento que acompanham o deslocamento de quem decidiu deixar tudo para trás em busca de uma nova vida e novas oportunidades. E por este motivo o acolhimento da escola, direção, educadores e estudantes é fundamental para a sensação de pertencimento. E, assim, se busca promover a compreensão do processo migratório para garantir o direito ao acolhimento.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo descrever as ações realizadas pela Escola de Ciências Jurídicas (Direito Passo Fundo) objetivando evidenciar o direito à educação da população migrante e refugiada bem como a compreensão do processo migratório que também promove o reconhecimento da interculturalidade e o direito ao acolhimento. Nesse sentido, a primeira parte busca trazer as ações promovidas pelo Projeto de Extensão Balcão do Migrante e Refugiado na educação com trabalho de capacitação dos professores das escolas municipais de Passo Fundo e Marau no Rio Grande do Sul, além de eventos realizados objetivando garantir o direito ao acolhimento, combate à xenofobia e o reconhecimento da interculturalidade que aconteceram em 2022. Já a segunda etapa demonstra as ações promovidas pelo Projeto de Extensão Educação em Direitos Humanos para Juventude realizadas pelas alunas bolsistas do projeto com estudantes do Ensino Médio de duas escolas: Centro de Ensino Médio Integrado de Passo Fundo e Instituto Estadual Cardeal Arcoverde, em atividades que promoveram a simulação do julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos utilizando o Caso das Caravanas de Migrantes.

Para isso, se utiliza como método de abordagem o dedutivo e de procedimento o narrativo, com enfoque na realização de relato de experiência e método legal-bibliográfico para contribuir com marcos teóricos que fundamentam esse trabalho, tendo por base a teoria crítica dos direitos humanos.

Como resultados, evidencia-se a importância de abordar o tema da educação e da inclusão nas escolas, especialmente na realização do acolhimento dos migrantes e refugiados para que se sintam incluídos e pertencentes.



2 DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS

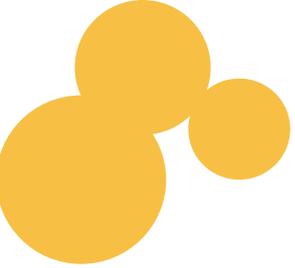
O Projeto de Extensão Balcão do Migrante e Refugiado está vinculado à Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo. Tem como escopo realizar o atendimento dos migrantes e refugiados que se vinculam à circunscrição da Polícia Federal de Passo Fundo, a qual comporta o município de Passo Fundo e mais 122 municípios da região.

Desde o início de suas atividades, em 2020, o Projeto tem realizado parcerias importantes com o intuito de garantir e proporcionar um atendimento de qualidade aos migrantes e refugiados. Realizou convênio de forma inédita com a Delegacia da Polícia Federal de Passo Fundo, e integra a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), importante selo de reconhecimento das atividades desenvolvidas em prol dos refugiados.

Assim, ao longo dos anos de sua atuação, o Balcão do Migrante tem consolidado sua atuação na região, tornando-se referência para população migrante e refugiada que necessitam de auxílio especialmente na regularização documental, sendo que todos os atendimentos são realizados na Escola de Ciências Jurídicas - Direito/Passo Fundo ou por meio do *WhatsApp* do projeto, de forma gratuita.

Destaca-se a atuação do Projeto em observância a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Além disso, é salutar e ressaltar que os direitos humanos devem nortear o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes têm como escopo primordial garantir os direitos humanos. A partir do contexto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e a impossibilidade de garantir a universalização dos direitos a todas as pessoas, os ODS vinculam suas ações para cada contexto nacional, partindo de uma perspectiva de aplicação mais efetiva dos direitos.

Assim, os ODS são aplicados em uma lógica universal, mas a partir do respeito e da garantia dos direitos, primeiramente, em nível local, regional e nacional. Abordar os ODS a partir do tema da migração e da garantia de direitos é destacar o papel nacional e internacional, da sociedade civil e de organizações e empresas sobre a necessidade de implementação de instrumentos efetivos que busquem a tolerância e o comprometimento com as diversidades.



2.1 DA COMPREENSÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO E DAS OFICINAS REALIZADAS

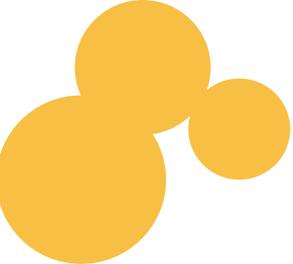
Em 2018, com o objetivo de formar agentes públicos para a atuação na implementação de políticas públicas de acolhimento e atendimento aos migrantes e refugiados, conforme previsto na Lei de Migração, o Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo/RS - FMHPF ofereceu o I Curso de Capacitação para Agentes Públicos do município de Passo Fundo, convidando para essa formação os servidores das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

Essa proposta seguiu sendo realizada em 2019 presencialmente, em 2020 a modalidade *online*⁶ e retornou presencialmente em maio de 2022. Em todas as edições realizadas pelo curso buscou-se apresentar e trazer ao público a compreensão do processo migratório, travessias e dificuldades encontradas pelos migrantes e pelas mulheres que também migraram em conjunto ou vieram posteriormente. Além da compreensão das dores do deslocamento, a proposta do curso também foi de apresentar que existem direitos de acesso à educação, saúde e assistência social garantidos pela Lei 13.445/2017 e/ou pela Lei 9.474/97 no Brasil seja para a população migrante ou refugiada. Em todas as edições também se buscou o protagonismo dos migrantes possibilitando aos seus representantes o lugar e espaço de fala.

A proposta dos eventos também buscava demonstrar a diversidade cultural e religiosa trazida pelos migrantes. As questões interculturais estão presentes tanto na migração de norte a sul do Brasil quanto em âmbito dos deslocamentos internacionais. Segundo Silvia Dantas, a interculturalidade “[...] assinala uma dimensão de interação, contato entre pessoas de culturas distintas. Atualmente, a migração é considerada um dos temas definidores do mundo globalizado, em função do grande número de deslocamentos no mundo.” (2017, p. 8)

Assim, essa proposta de curso de capacitação realizada em Passo Fundo pelo Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo e com a participação direta da UPF nas edições de

⁶ II Curso de Formação sobre Migração e Políticas Públicas para agentes Públicos e I Curso de Extensão sobre Migrações do Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo - RS. Realizado em 2020. (Fórum de Mobilidade Humana, 2022)



INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

2019, 2020 e 2022 foi a inspiração para repetir a mesma formação para os professores da rede pública do município de Marau/RS, distante cerca de 30 quilômetros de Passo Fundo.

Figura 1 - Cronograma do Evento de 2022 e Mesa 4: Relatos de Migração.



Fonte: Os autores

Figura 2 - Mesa 2: Relatos de Migração



Fonte: Os autores

A escolha de realizar a oficina com o município de Marau/RS se deu pela aproximação e convênio assinado entre a UPF/Balcão do Migrante e Refugiado/CSVM e a Prefeitura de Marau. Esse convênio prevê a instalação e funcionamento do Balcão do Migrante e Refugiado/UPF no município de Marau em 2023. As atividades preparatórias e a formação da equipe ocorreram durante o mês de setembro de 2022, no diálogo realizado entre a Secretaria da Educação do Município de Marau e a Coordenação do Balcão do Migrante e Refugiado/UPF.

O propósito das oficinas foi evidenciar as dificuldades do processo migratório e refletir, por meio da escuta e do diálogo, as experiências vivenciadas por educadores e por

INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

alunos migrantes que cursaram no momento o Ensino Médio e puderam verbalizar seus desejos, angústias e a necessidade de acolhimento e trazer o reconhecimento de uma interculturalidade. O evento foi realizado no mês de outubro de 2022.

Como afirma Herrera Flores, “o relevante é construir uma cultura dos direitos que acolha em seu seio a universalidade das garantias e o respeito pelo diferente”. E a migração é um destes caminhos para resistir a concepções que limitam a sua compreensão e de seu processo a questões de tráfico de pessoas e aquisição de documentos, ao discurso que considera a migração um problema policial ou de fronteira e, principalmente, “resistir a considerar a ‘realidade’ da imigração e do contato entre culturas como a principal geradora de problemas sociais na época em que vivemos [...]”, especialmente quando considera-se o imigrante o diferente o “[...] responsável por nossas frustrações e nossa incapacidade política para resolver os problemas da delinquência organizada, bem como o problema dos débeis sistemas de pensões que nos predizem um futuro incerto e problemático ” (2009, p.161).

Figura 3 - Card de divulgação do evento e Mesa 1: Prof^a Patrícia G. Noschang.



Fonte: Os autores

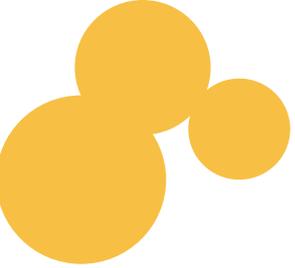


Figura 4 - Mesa 2: Relatos de Migração



Fonte: Os autores

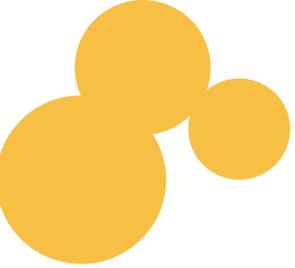
Assim, o encerramento das atividades do GT 1 ocorreu com o compartilhamento das experiências e resultados obtidos pelas oficinas realizadas pelas universidades, no evento que se realizou em novembro de 2022 na PUC-Minas, campus de Betim, denominado Seminário: Desafios da Inserção Educacional da Pessoa Imigrante e Refugiada. Após o evento, os professores e professoras integrantes das Cátedras do GT 1 também entenderam que seria importante escrever e compartilhar as experiências em forma de relato que estão assim publicadas nesta obra.

Figura 5 – Seminário



Fonte: Acervo da Equipe PUC Minas

Os desafios para inclusão e acolhimento de crianças e jovens é também um desafio em âmbito estadual para o Rio Grande do Sul. Neste sentido, foi confiado pelo Fórum Permanente de Mobilidade do Rio Grande do Sul (FPMHRS) que a UPF coordenasse um Grupo de Trabalho para a realização de um evento em conjunto com o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul com o objetivo de evidenciar para rede de associações das



Escolas Públicas Estaduais e Municipais as dificuldades e os desafios para o acolhimento de crianças, jovens e adultos migrantes (Ministério Público RS, 2022).

Figura 6 - Mesa 1: Direito ao Acolhimento e Mesa 2: Representante dos Migrantes.



Fonte: Os autores

Essas atividades e eventos buscam, e tem como objetivo, demonstrar as dificuldades enfrentadas pela população migrante e refugiada no processo migratório o qual vem com dores e deixa para trás uma história de vida e referências. Assim percebe-se que a sociedade que recebe a população migrante e refugiada deve estar preparada e capacitada no que “[...] diz respeito à igualdade na aplicação das leis e na proteção aos direitos humanos, bem como na ausência de leis que discriminem o acesso a serviços públicos em função da nacionalidade.” Ou seja, “devem existir instituições governamentais e não governamentais capazes de formar uma agenda sobre questões migratórias, de tal modo que a tolerância e a interação sejam promovidas em processos decisórios que reverberem em políticas públicas locais” (Borba; Moreira, p. 465).

Das atividades realizadas pode-se dizer que os resultados já se evidenciaram nos diálogos promovidos nas capacitações realizadas quando foi possível compreender que o processo migratório, ou seja, a decisão de migrar, somada às dificuldades enfrentadas na travessia de alguma forma deixam traumas e marcas. Neste sentido, as capacitações buscaram evidenciar a necessidade de um olhar e escuta sensível e que promova o direito ao acolhimento para migrantes e refugiados quando buscam o setor público municipal seja na assistência social, saúde ou educação. As capacitações também buscaram trazer a compreensão da diversidade religiosa e os desafios para as equipes de saúde da mulher muçulmana. Os diálogos proporcionaram aos agentes públicos municipais um exercício de tolerância bem como de entendimento da diversidade cultural e religiosa.

2.2 DO RECONHECIMENTO E REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

No que se refere ao acesso à educação e a interculturalidade estão as dificuldades de acesso ao ensino superior e a possibilidade de trabalhar na área de formação devido a burocracia, o custo e uma série de exigências da legislação brasileira que atravança os pedidos de revalidação e reconhecimento de diplomas para quem tem formação fora do Brasil, mas especialmente para os não nacionais.

Em junho de 2023, durante a Semana Nacional de Discussões sobre Migração, Refúgio e Apátrida realizada em Brasília/DF, o Balcão Migra em conjunto com as Universidades que compõem o Grupo de Trabalho “Revalidação e Reconhecimento de Diplomas e Títulos Acadêmicos e Inserção de Refugiados na Educação” da Cátedra Sérgio Vieira de Mello / ACNUR - ONU, participaram do evento que marcou a apresentação, a partir de consultoria realizada que resultou no livro intitulado “Revalidação de Diplomas de Pessoas Refugiadas: Desafios e Oportunidades”, sistematização e consolidação das informações a nível nacional sobre o panorama do tema no Brasil e, além disso, diagnosticar os problemas e as possibilidades para então encaminhar e aperfeiçoar o cenário.

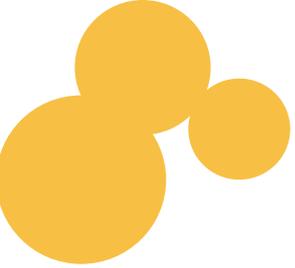
Destaca-se que a revalidação e o reconhecimento de diplomas aos migrantes e refugiados é um importante tema a ser enfrentado e aperfeiçoado a nível nacional, pois trata-se de um instrumento de garantia ao direito à igualdade e, além disso, visa proporcionar a inserção e a integração desta população no Brasil.

Figura 7 - Apresentação dos resultados do GT 4 e Grupo de Trabalho das Cátedras e equipe do ACNUR



Fonte: Os autores

Diante do exposto, é necessário frisar que a sociedade e a comunidade local devem estar preparadas para receber, acolher e respeitar os migrantes, especialmente considerando a igualdade, esta que está assegurada na legislação interna e internacional, mas



além disso, a sociedade deve buscar diminuir os casos de discriminação ao que se refere a serviços públicos em decorrência de questões como a nacionalidade.

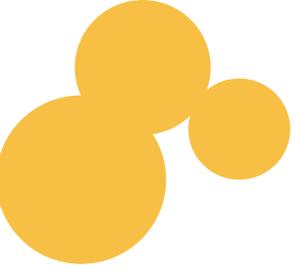
Necessário se faz a existência de instituições, sejam governamentais ou não-governamentais, que sejam capazes de fomentar e formar uma agenda sobre questões migratórias, na qual a tolerância e a interação sejam promovidas também nos processos decisórios que reverberam em políticas públicas locais, em uma verdadeira democracia participativa.

Como resultado do Grupo de Trabalho, além da produção dos resultados das pesquisas sobre a revalidação de diplomas e o contato direto com lideranças no tema no evento realizado em Brasília, buscou-se demonstrar às universidades às possibilidades de práticas inovadoras e inclusivas dos refugiados e, além disso, a partir de questões, especialmente, a nível do governo federal, determinar a necessidade de implementação e garantia dos direitos assegurados em leis internas e internacionais de forma menos burocrática e mais facilitada aos refugiados.

3 EDUCAR JOVENS PARA PROMOVER A INTERCULTURALIDADE

O Projeto de Extensão Educação em Direitos Humanos para a Juventude, vinculado a Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo, realiza a atividade da Simulação da Corte Interamericana de Direitos Humanos com alunos do Ensino Médio, na qual é escolhido um caso de violação de direitos humanos a ser trabalhado, estudado, discutido e, então, ter seu julgamento simulado com os estudantes. O Projeto busca proporcionar a compreensão teórica e prática dos direitos humanos, através de metodologias ativas que promovem o protagonismo estudantil. A inclusão de ações com diferentes temáticas no âmbito do Ensino Médio torna-se essencial para o desenvolvimento dos alunos, além disso, a oralidade e o comprometimento são imprescindíveis para serem trabalhados na sala de aula.

No ano de 2022, o Projeto pode ser introduzido em duas instituições de ensino: o Centro de Ensino Médio Integrado UPF e o Instituto Estadual Cardeal Arcoverde. Em ambas as escolas foi trabalhado o mesmo caso, o caso fictício “Gonzalo Belano e mais 807 migrantes waienses vs. República de Arcádia”. O caso tematiza a migração e o refúgio,

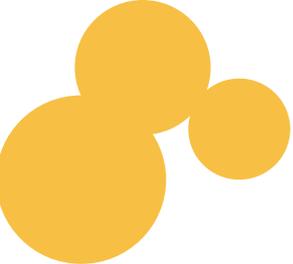


e retrata uma caravana migratória de 7000 pessoas que saiu de Puerto Waira - país que enfrenta problemas com pobreza, alta criminalidade, corrupção e desemprego - e chegou no país de Arcádia - país que os migrantes acreditavam poder se refugiar e obter melhores condições de vida. No caso, 808 migrantes foram identificados com antecedentes criminais e, portanto, não foram aceitos em Arcádia, sendo devolvidos aos Estados Unidos de Tlaxcochitlán, país que faz fronteira com Puerto Waira e Arcádia, e serviu de caminho para os migrantes. Nesse sentido, a questão discutida foram os direitos humanos violados por Arcádia na recepção e, posteriormente, na devolução desses migrantes.

No Centro de Ensino Médio Integrado, a preparação para a atividade iniciou em maio e seguiu até outubro, quando ocorreu a apresentação final do Júri Simulado em um dia repleto de emoção. Dentro de cada uma das quatro turmas, dois grupos foram formados, um representando o Estado e o outro, as vítimas. Os dois grupos dentro de cada turma enfrentaram-se pela manhã, sendo realizado, então, quatro debates cada um com um assunto específico do caso (Convenção de Genebra e o princípio da não devolução, Soberania do Estado sobre questões migratórias, Esgotamentos dos recursos internos e as Violações dos artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos), utilizando-se do sistema de réplica e tréplica. À tarde, foi realizada a final entre a melhor defesa das vítimas e a melhor defesa do Estado e após um lindo e emocionante debate, os representantes das vítimas ganharam o primeiro *Disputatio* no Integrado.

Durante todo o percurso da atividade, o envolvimento e interesse dos alunos era evidente. A competitividade, o espírito esportivo, o conhecimento, e, sobretudo, a empatia foram alguns dos valores praticados e exercidos pelos alunos. A busca para entender os dois lados do caso foi desempenhada com afinco, sempre priorizando os direitos humanos e a compreensão aos migrantes. Após tantos meses de preparação, e sabendo do trabalho, esforço e perseverança que os alunos se comprometeram em apresentar, a conclusão da atividade se deu de forma clara e qualificada que parecia um júri real.

No Instituto Estadual Cardeal Arcoverde, os alunos aceitaram o desafio e buscaram entender a dinâmica de um júri: como seria procedido frente às alegações do Estado e da defesa das vítimas. A preparação para a atividade iniciou em outubro e seguiu até novembro, onde ocorreu a apresentação final do Júri Simulado. Durante as visitas do Projeto de Extensão na escola, percebeu-se o interesse em sanar as dúvidas e procurar formas



diferentes de apresentar as alegações. Os alunos aprofundaram a análise sobre o caso, com destaque a participação de testemunhas durante a simulação e exploração de tópicos abordados como base estrutural de argumentos envolvendo a atividade. Dessa forma, os representantes do Estado ganharam o Júri Simulado no Arcoverde.

Figura 8 - Projeto na Escola Arcoverde



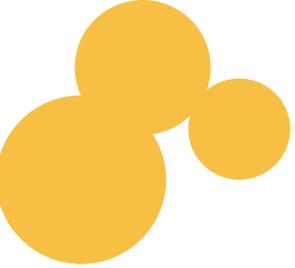
Fonte: Os autores

Figura 9 - Projeto no Integrado UPF.



Fonte: Os autores

Os depoimentos dos alunos após a atividade refletiram a importância do Projeto na vivência de cada participante, contribuindo para o conhecimento acerca dos Direitos Humanos e diversos princípios derivados desse tema. Como formadores de ideias e opiniões, a diferença feita na vivência de todos que participaram da Simulação não se prende apenas na parte escolar, mas sim na vida como um todo, muitos que tinham vergonha de falar em público e enfrentaram o desafio da oralidade ou ajudaram o grupo de outra forma, estabelecendo, assim, uma confiança que cada um faria o que fosse possível para ajudar o grupo a apresentar o seu lado do caso.



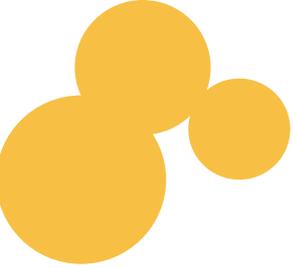
Na turma desta escola havia um imigrante haitiano que conseguiu interagir com a proposta fazendo com que os colegas de turma compreendessem um pouco melhor sobre os direitos dos migrantes e as dificuldades enfrentadas no processo migratório. Esse foi um dos resultados importantes da atividade realizada, uma vez que trouxe para compreensão do grupo de estudantes as dificuldades enfrentadas no processo migratório.

E assim, busca-se contribuir para formação de um cidadão cosmopolita que dialogue e respeite a interculturalidade. Maria de Fátima Wolkmer considera que os elementos para formar um cidadão cosmopolita hoje seriam: “diálogo, participação, respaldo em leis e instituições regionais e globais (ainda insuficientes), ética intercultural (a unidade na diferença), solidariedade frente à todas as formas de exclusão, e um projeto comum para a humanidade, cujo núcleo venha a ser o respeito à vida.” (2003,p.47).

Ainda segunda a autora “a possibilidade de construção de novas formas de viver, que respeite o direito a diversidade cultural, as diferenças, a natureza, a igualdade, liberdade etc., tem seu processo iniciado na produção de uma subjetividade, na emergência do ‘modo de ser ético’, que tem como critério de suas práticas o respeito à vida” (2003, p.47). Importante para a juventude trazer a vivencia em Direitos Humanos, o respeito às diferenças de todas as formas (econômica, cultural, religiosa, étnica, etc.) na construção da cidadania inclusiva. Assim, o projeto proporciona esta metodologia de aprendizagem. Não está só no ato de educar para valores, mas também na capacidade de formar um cidadão com perspectivas críticas, possibilitando o protagonismo estudantil.

Ver a juventude engajar na defesa e proteção dos Direitos Humanos, por meio de uma atividade e metodologia que pode ser desafiadora para muitos, é tocante e inspirador, refletindo conscientização e busca por jovens que compreendam a importância dos Direitos Humanos e, mais especificamente na atividade de 2022, compreendem o direito da migração, do refúgio e do acolhimento.

Segundo Herrera Flores, vivemos em um momento de “exclusão generalizada”, na qual os indivíduos são substituídos por uma única questão: a rentabilidade. Neste sentido, visualiza-se o fechamento de fronteiras e as limitações ao recebimento de pessoas em busca de acolhimento, de alimento, de educação, de acesso à saúde, de meios para sobreviver, sendo barradas, por serem taxadas como os “diferentes” (2009, p. 146). Segundo o autor:



INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

O debate político e teórico sobre o multiculturalismo que ocorre nos países enriquecidos pela ordem global, ao contrário de se centrar nos números da miséria e nos efeitos que a “globalização” está produzindo na luta de classes, dedica-se a gritar contra os perigos culturais que representam os diferentes, sobretudo aqueles que são obrigados a imigrar para melhorar, na medida do possível, suas precárias condições de vida (2009, p. 146).

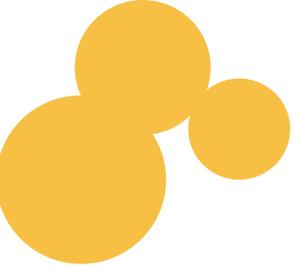
Assim, depreende-se que a imigração é visualizada como um problema com conotações culturais e de um desequilíbrio em termos de distribuição de riqueza. Flores, busca demonstrar que a visão e a polêmica em termos de universalismo e relativismo dos direitos culturais devem ser superadas, considerando que ambas são reducionistas, pois atuam como uma medida de exclusão (2009, p. 148-150).

Neste sentido, a universalidade pode atuar como transformadora da realidade, promovendo a interação com o outro e com as pretensões e aspirações de reconhecimento e de respeito. Esse processo, é denominado de “multiculturalismo crítico ou de resistência”, o qual dá ênfase ao essencialismo que cria condições para que as potencialidades humanas sejam desenvolvidas, a partir não da exclusão, mas das generalidades que são compartilhadas não das quais partimos, mas das quais chegamos. Por isso, o objetivo é propor uma prática não universalista ou multicultural, mas intercultural (FLORES, 2009, p. 158-160).

Neste viés e considerando o tema das migrações, Flores destaca que se deve reconhecer inicialmente o papel benéfico das migrações em todas as épocas e deve-se fazer chegar à opinião pública as vantagens em termos econômicos, fiscais e culturais que a imigração proporciona (2009, p. 161-162). Nestes termos destaca que:

Reivindicar a interculturalidade não se restringe, por outro lado, ao necessário reconhecimento do outro. É preciso, também, transferir poder, “empoderar” os excluídos dos processos de construção de hegemonia. Do mesmo modo, trabalhar na criação de mediações políticas, institucionais e jurídicas que garantam os acima referidos reconhecimentos e transferência de poder (2009, p. 164).

Assim, o desenvolvimento das atividades propostas teve como objetivo promover a inclusão e o sentimento de pertencimento, demonstrando a importância da interculturalidade nas relações sociais e o acolhimento como instrumento efetivo para promovê-las. Contudo, percebe-se que os resultados alcançados nas duas escolas trabalhadas foram diferentes. No Centro de Ensino Médio Integrado, os alunos buscaram mais a competição



entre equipes e alguns estudantes se destacaram pela oratória e argumentação. Já no Instituto Estadual Cardeal Arcoverde percebeu-se uma maior dedicação das duas turmas desde a compreensão do caso até a argumentação e oratória. A preocupação da turma foi além da proposta oferecida pelo Projeto EDUDHJUV, pensando, inclusive, em ter depoimento das vítimas e testemunhas. Ao final, os relatos dos/das estudantes mencionaram o quanto a prática do Júri Simulado havia contribuído para desinibição, poder de fala, desafio de enfrentar o público e se colocar como argumentadores e defensores de direitos. Era exatamente o que a proposta do Projeto EDUDHJUV buscava: empoderar os jovens para conhecerem seus direitos e dar força que busquem efetivá-los.

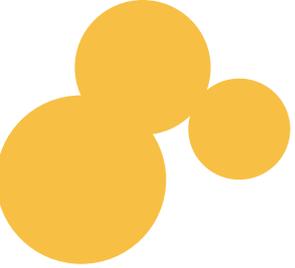
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos migrantes e refugiados decorre de iniciativas que perpassam as garantias e disposições definidas em lei. A legislação possui demasiada importância, entretanto, para tornar efetivo o disposto em lei é necessário que políticas direcionadas e a atuação social sejam presentes para acolher e incluir os migrantes na sociedade e nas comunidades locais.

Os relatos apresentados, sejam no âmbito do Projeto Balcão do Migrante e Refugiado ou do Projeto Educação em Direitos Humanos para a Juventude, ambos projetos de extensão da Escola de Ciências Jurídicas, Curso de Direito da Universidade de Passo Fundo, buscam abordar a temática da migração para demonstrar a importância de garantir de forma efetiva os direitos dessa população, mas, além disso, de integrá-los.

A atuação dos projetos desenvolve-se especialmente a partir de atividades abordadas pelos alunos que os integram e professores e, além disso, direciona-se à comunidade local e aos jovens estudantes do ensino médio, os quais buscam a instigação para serem ativistas em prol dos direitos humanos e que multipliquem os ensinamentos compartilhados.

Dentre os principais benefícios da migração cita-se as questões culturais, laborais e fiscais. Neste sentido, é dever de todos buscar integrar os migrantes para que sintam-se pertencentes e acolhidos, somente assim é que será possível ter além de uma sociedade intercultural e cosmopolita uma sociedade que respeite e efetive os direitos inerentes a todos.



Destaca-se que as atividades desenvolvem-se considerando a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das suas 169 metas. A Agenda 2030 tem como principal objetivo nortear uma agenda global em prol de três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental, nos quais a migração tem papel de protagonista, bem como as ações a partir das parcerias sociais e governamentais.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Relatório Anual das CSVN**, Brasília, 2022.

ACNUR. **Convenção de Genebra 1951**. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 18 dez 2022.

BORBA, J.; MOREIRA, J. O processo de integração local de haitianos em Santo André a partir da perspectiva dos migrantes. In: BAENINGER, R.; BÓGUS, L. M.; MOREIRA, J. B.; VEDOVATO, L. R.; FERNANDES, D.; DE SOUZA, M. R.; BALTAR, C. S.; PERES, R. G.; WALDMAN, T. C.; MAGALHÃES, L. F. A. (Organizadores.). **Migrações - Sul Sul**. –(2a edição). Campinas, S: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.p.463-478.

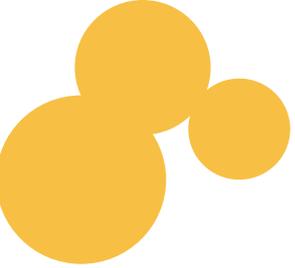
BRASIL. **Decreto 3.321/99**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3321.htm. Acesso em: 18 dez 2022.

BRASIL. **Decreto 591/1992**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 18 dez 2022.

DANTAS, S. Saúde mental, interculturalidade e imigração. Dossiê interculturalidades. **Revista USP**. n. 114. p. 55-70. 2017.

FÓRUM DE MOBILIDADE HUMANA DE PASSO FUNDO. **II Curso de Formação sobre Migração e Políticas Públicas para agentes Públicos e I Curso de Extensão sobre Migrações do Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo - RS**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Uhf5DER_ihM&list=PLiPjPUWpyZiCoHapq1vBnctjKYXuCSu3b. Acesso em: 17 dez 2022.

HERRERA FLORES, J. **A (re) invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Boiteux, 2009.



IBGE. **Cidades e Estados. Passo Fundo/RS**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/passo-fundo.html>. Acesso em: 18 dez 2022.

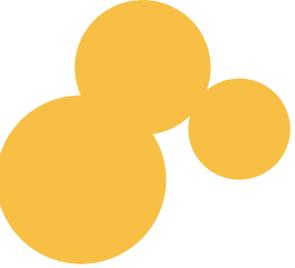
MINISTÉRIO PÚBLICO RS. **Evento transmitido online pelo Canal Youtube do Ministério Público RS**. Encontro sobre inclusão escolar para migrantes e refugiados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PxYRPBLuTtQ&t=11400s>. Acesso em: 18 dez 2022.

WOLKMER, M. de F. **Cidadania cosmopolita, ética intercultural e globalização neoliberal**. N. 46. Sequência. Florianópolis, 2006. p. 29-49

**A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE
INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DE
IMIGRANTES PELO PROJETO
UNOMIGRAÇÕES NA CIDADE DE
CHAPECÓ/SC**

THE PROMOTION OF INCLUSIVE
AND INTEGRATIVE ACTIONS FOR
IMMIGRANTS THROUGH THE
UNOMIGRAÇÕES PROJECT IN THE CITY
OF CHAPECÓ/SC

Odisséia Aparecida Paludo Fontana; Ana Paula Nezzi



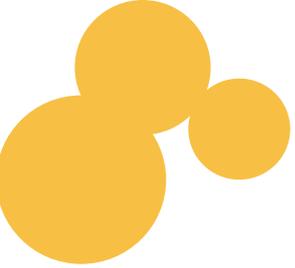
RESUMO

Este artigo aborda o Projeto de Extensão Voluntária Unomigrações, o qual está vinculado à Escola de Humanidades, ao curso de graduação em Direito e Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ. O objetivo geral do projeto é prestar informações sociojurídicas para os imigrantes e refugiados por meio de atividades extensionistas, aliadas à pesquisa e ao ensino. Por sua vez, os objetivos específicos são: aproximar os alunos de situações reais atinentes à sua área de formação e pesquisa, qualificando sua atuação prática e o resultado das pesquisas científicas, voltadas também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030; promover a inserção dos alunos na comunidade externa com a finalidade de obter novos conhecimentos e parcerias entre academia e sociedade; proporcionar aos alunos, por meio das ações de extensão, vivências inter e multidisciplinares que potencializam a atuação do egresso nas atividades profissionais e científicas e na atuação crítico-reflexiva e ético em sociedade; interrelacionar ensino, pesquisa e extensão visando à qualificação dos mestrandos e graduandos; e integrar o trabalho em rede para dar publicidade às pesquisas científicas voltadas aos imigrantes e refugiados. A metodologia do projeto é de caráter Bibliográfico, Qualitativo e Quantitativo, além de estudo de caso. Afora a integração e inclusão dos imigrantes na comunidade local, o projeto possibilita a aproximação dos pilares da extensão, da pesquisa e do ensino, atribuindo autonomia aos estudantes para aplicar o conhecimento teórico formado em sala de aula às situações fáticas do cotidiano, auxiliando no desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais.

Palavras-Chave: Promoção. Ações. Integração. Inclusão. Imigrantes.

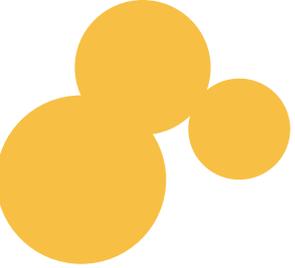
ABSTRACT

This article addresses the voluntary extension project Unomigrações. The project is linked to the School of Humanities, to the Law School and the *Stricto Sensu* post-graduate course in Law of Universidade Unomigrações. Its main objective is to provide socio-legal information for immigrants and refugees through extension activities, along with research and teaching. The specific objectives aim to bring students closer to real situations related to their area of training and research, qualifying their practical performance and the re-



sult of scientific research, also focusing on 2030 Agenda's Sustainable Development Goals (SDGs); promote the insertion of students in the external community in order to obtain new knowledge and partnerships between academia and society; provide students, through extensive actions, inter and multidisciplinary experiences that enhance the performance of graduates in professional and scientific activities and critical-reflexive and ethical performance in society; interrelate teaching, research and extension aiming at the qualification of master's students and graduates; and integrate networking to publicize scientific research focused on immigrants and refugees. The project's methodology is bibliographical, qualitative and quantitative, and also utilizes case study. Besides the integration and inclusion of immigrants in the local community, the project enables the approach of the pillars of research, teaching, and service, giving autonomy to the students to apply the theoretical knowledge formed in the classroom to everyday situations while also helping them to develop professional and personal skills.

Keywords: Promotion. Actions. Integration. Inclusion. Immigrants.



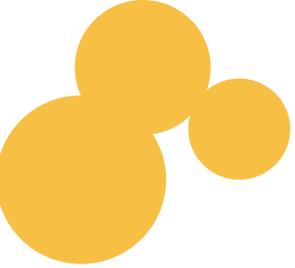
1 INTRODUÇÃO

O Projeto Unomigrações foi idealizado após a percepção do aumento dos movimentos migratórios para o Brasil, especificamente no oeste de Santa Catarina, a partir de 2010 e de forma mais acentuada nos anos de 2017 e 2018. Nesse sentido, denotou-se que com a chegada dos imigrantes muitos impactos foram causados na sociedade, tanto nos aspectos sociais quanto nos econômicos, além do aumento na força produtiva, o que propiciou mais desenvolvimento, diversificação na cultura, língua, religião, costumes, entre outros.

Esses impactos despertaram interesse, preocupação e sensibilização na academia, razão pela qual o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da UNOCHAPECÓ oferta em sua matriz curricular uma disciplina que engloba a questão migracional. Como a UNOCHAPECÓ é uma universidade, tem por base os pilares do ensino, pesquisa e extensão interligados, além de ser uma instituição comunitária, que busca estar inserida nas ações locais e regionais para o desenvolvimento do espaço que abrange. Ademais, o referido projeto de extensão surgiu de uma ideia da docente também autora deste artigo, que buscou firmar Termo de Convênio com o Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados do Oeste de Santa Catarina (GAIROSC) para compreender melhor as demandas dos imigrantes.

O Projeto de Extensão Voluntária Unomigrações foi elaborado observando o Plano Nacional de Extensão Universitária (2000-2001), no qual a extensão universitária se configura como um processo educativo e científico. Ao promovê-la, se (re)produz um conhecimento de suma importância: um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade e vice-versa. Trata-se de extensão que é experiência na sociedade, práxis de um conhecimento acadêmico que não se basta em si mesmo, aliado numa troca de saberes executada entre representantes sociais que produzem os saberes populares e pesquisadores acadêmicos que têm como objetivo produzir e aplicar ciência, na construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

O Unomigrações surge com a finalidade de aproximar o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da UNOCHAPECÓ com o GAIROSC, no sentido de prestar informações sociojurídicas aos imigrantes e refugiados, assim como ter acesso aos dados qualitativos e quantitativos, referentes ao movimento migracional em Chapecó e região, para a



partir desse acesso produzir pesquisas científicas, devidamente aprovadas pelo Comitê de Ética da UNOCHAPECÓ. Ao fim, objetiva-se apresentar o resultado das pesquisas à comunidade de imigrantes, refugiados e sociedade em geral, por meio de ações promotoras de cidadania, encaminhamentos para resolver, minimizar os conflitos e apontar estratégias jurídicas para os problemas enfrentados pelos imigrantes e refugiados que procuram o GAIROSC, enfatizando as habilidades e competências desenvolvidas pelos mestrandos e graduandos.

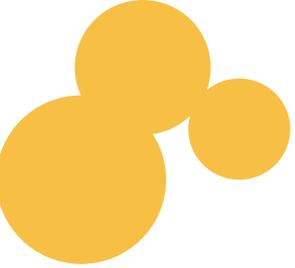
2 FENÔMENO MIGRATÓRIO

Desde a antiguidade até os dias atuais o ato de migrar está intrinsecamente relacionado à busca por melhores oportunidades, sejam elas de vida, saúde, estudo ou fuga da estagnação econômica e da condição de pobreza ou de perseguições políticas, religiosas, sexuais, culturais e étnicas, de transformações ou catástrofes naturais, da falta de alimentos, das questões armadas, bem como das ameaças à sobrevivência (Prado; Coelho, 2015).

O ato de migrar é responsável pela constituição de diferentes povos existentes no globo e, independentemente do local que ocorre a migração, sempre vem acompanhado por inúmeras mudanças e impacto na vida dos que migram e do grupo que permanecem no país de origem, assim como causam reflexos no cotidiano dos que vivem no país receptivo.

Qualquer fenômeno relacionado à Imigração, independentemente do local em que ocorra, é acompanhado por um conjunto de mudanças e um considerável impacto na vida do grupo. Não se trata de um fato cotidiano, mas sim, de uma excepcionalidade que marca profundamente, através de gerações, as memórias individuais e coletivas dos envolvidos (Piffer, 2014, p. 132).

O fenômeno migratório vem acontecendo há muito tempo, como já citado, e causou nas sociedades impactos sociais, econômicos, culturais, entre outros. Brito (2017) destaca que na segunda metade do século XIX as migrações assumiram importância no cenário internacional, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo. O primeiro padrão, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, é marcado pela migração da população europeia para os Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil e a



Austrália, fluxo impulsionado pela reestruturação produtiva do capitalismo na indústria e na agricultura.

De outra sorte, o segundo padrão acontece entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Apesar das migrações internacionais terem diminuído nesse período, o fluxo foi marcado pela mobilidade forçada gerada pelos regimes totalitários e pelo contexto bélico. Já o terceiro padrão ocorre após a Segunda Guerra Mundial, com a migração da população dos países pobres para os países desenvolvidos e esse ciclo se encerra nos anos de 1970. O quarto padrão acontece no contexto da Terceira Revolução Industrial e é marcado pelos conflitos sociais, políticos e étnicos derivados da presença dos imigrantes nos países desenvolvidos (Brito, 2017).

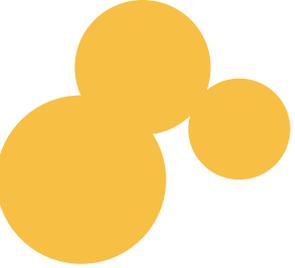
No século XXI, as migrações internacionais alcançaram dimensões sem precedentes, passando a se globalizar em um processo contínuo, tendo em vista que os fatores dessa mobilidade são estruturais: diferenças nos níveis de desenvolvimento humanos, crises políticas e ambientais, redução no custo de transportes, falta de esperança em países pobres, a mídia e as mudanças climáticas (Wenden, 2016).

Ademais, situações econômicas também influenciam a migração. A crise econômica do ano de 2008, por exemplo, promoveu alterações nos fluxos da migração internacional. Nesse sentido, verifica-se que as regiões que até então atraíam migrantes, as quais eram localizadas, sobretudo, no Hemisfério Norte, deixaram de ser atrativas e, inclusive, promoveram a expulsão de mão de obra, sendo que migrantes fizeram a viagem de retorno. Aliás, as pessoas migraram dos países ricos principalmente para os países emergentes que necessitavam de mão de obra qualificada, a exemplo do Brasil (Fernandes, 2015).

2.1 IMIGRANTES NO BRASIL

Ante este panorama geral, destaca-se que a migração faz parte da história e da formação do povo brasileiro.

Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos e de modo especial, parte da região Sul do Brasil como “ A terceira configuração histórica-cultural da região sulina é constituída pelos brasileiros de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa e várias outras, introduzi-



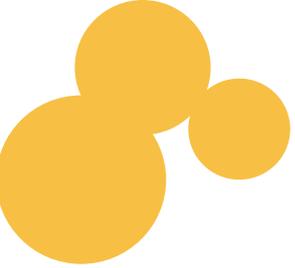
dos como imigrantes do século passado, principalmente nas últimas décadas” (Ribeiro, 2015, p. 436).

O fim da escravidão no Brasil demorou um pouco mais, pois havia a preocupação de quem seria a massa trabalhadora nesse novo cenário de transição. Destarte, por razões culturais, restringia-se a entrada de alguns grupos imigrantes, como africanos, chineses ou asiáticos, dando-se preferência para a entrada de europeus (Radin, 2020).

A imigração de trabalhadores europeus não foi apenas uma importação de mão de obra, tratou-se também de um projeto que pretendia a reorganização social do Brasil, direcionando o eixo para o Sul, criando propriedades de pequeno e médio porte, visando transformar o Brasil em um país moderno e competitivo (Romanato, 2020).

Apesar dos incentivos à imigração no século XIX e décadas seguintes com o deslinde da Segunda Guerra Mundial, os movimentos migratórios para o Brasil foram praticamente interrompidos (Patarra; Fernandes, 2011). O movimento migratório fez parte da construção do Brasil, mas em questão de impacto demográfico somente no período de 1820 a 1930 tais movimentos migratórios tiveram maior impacto. A partir de então, a emigração ou a imigração não causaram mudanças significativas na estrutura populacional do país (Oliveira, 2020).

Na primeira década do século XXI, o Brasil sofria com a falta de mão de obra qualificada para integrar-se ao capitalismo transnacional. Assim, a fim de suprir essa lacuna, aumentou-se a chegada de norte-americanos, japoneses, ingleses e outros, os quais possuíam reconhecida qualificação da mão de obra. Desde 2007, além dos imigrantes com mão de obra qualificada para a economia globalizada, também passaram a chegar ao Brasil imigrantes sem as qualificações técnicas desejáveis, tais como bolivianos, paraguaios e africanos. Durante a primeira quinzena do século XXI, os latino-americanos começaram a migrar para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Com a presença brasileira no Haiti a partir de 2010, em razão do desastre ambiental causado por um terremoto, também se criou rota migratória haitiana para o Brasil (Miranda; Mistura, 2018). Ainda, a partir de 2015, com a crise econômica e política vivenciada na Venezuela, o Brasil igualmente passou a ser um país receptor de imigrantes venezuelanos.



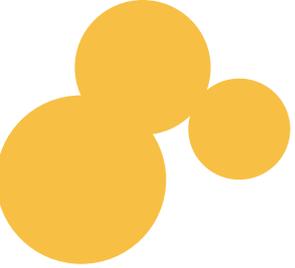
Em 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou que existiam no Brasil 1,3 milhões de imigrantes residentes, tendo seus fluxos, nos últimos anos, provenientes da Venezuela, do Haiti, da Bolívia e da Colômbia. De acordo com o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais, estima-se que o número de imigrantes que passaram a residir no Brasil, entre os anos de 2011 a 2020, totalizavam 986.919 (novecentos e oitenta e seis mil e novecentos e dezenove) pessoas, sendo inclusos os residentes, temporários e fronteiriços (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

No ano de 2018 foi criado o Projeto Operação Acolhida na fronteira do Brasil com a Venezuela em razão do aumento do movimento migratório na região, objetivando proteger os venezuelanos que atravessam a fronteira, prestando auxílio humanitário como uma estratégia do governo federal para fornecer assistência de emergência aos refugiados e migrantes venezuelanos. Por meio do Projeto Acolhida, muitos imigrantes deslocam-se para várias regiões do país para trabalhar, sendo Santa Catarina destaque pelo aumento da procura dos imigrantes devido a disponibilidade de emprego: “Um em cada quatro venezuelanos empregados no país está no Estado catarinense.” (Borges, 2022).

2.2 IMIGRANTES NO OESTE DE SANTA CATARINA – CHAPECÓ

De acordo com a reportagem de Daniel Borges publicada no Jornal ND+ (2022), as cidades de Santa Catarina destacam-se como as que mais receberam interiorização de imigrantes. No mesmo sentido, o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) divulgou que do ano de 2000 até 2022 aproximadamente 111.384 (cento e onze mil e trezentos e oitenta e quatro) imigrantes de diversas nacionalidades passaram a residir no estado.

A região oeste de Santa Catarina é caracterizada pela implementação de muitas agroindústrias, indústrias metalúrgicas, empresas voltadas à construção civil, comércio, prestações de serviços, entre outras, o que proporcionou o recebimento de novos imigrantes por meio do processo de interiorização, incluindo principalmente haitianos, senegaleses, cubanos, colombianos e venezuelanos. Chapecó, cidade parte da região, aparece em sexto lugar no *ranking* de cidades brasileiras que mais recebem imigrantes, estando à frente de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o que confirma o potencial econômico do estado e desse local (Borges, 2022). A região atualmente conta com imigrantes de mais de 40

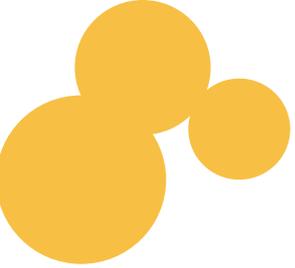


(quarenta) nacionalidades, sendo a maioria composta por haitianos e venezuelanos (Perboni, 2022).

Devido a esse grande movimento migratório, muitas demandas começaram a surgir na sociedade local em relação aos imigrantes, refugiados e apátridas. Neste aspecto, se destacam a dificuldade de comunicação entre nacionais e imigrantes em razão da língua, questões envolvendo documentação para regularização em solo brasileiro, trabalho, moradia, saúde, transporte, escolas, etc. Esse panorama fez com que a questão migracional integrasse os debates nas disciplinas da Graduação e na Pós-Graduação *stricto sensu* do Curso de Direito da UNOCHAPECÓ. A necessidade de estudo e pesquisa fez surgir uma disciplina que englobe o estudo das migrações neste mesmo curso de mestrado, desencadeando como consequência, ainda, a instauração do projeto de extensão universitária Unomigrações em parceria com o Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados do Oeste de Santa Catarina (GAIROSC).

A UNOCHAPECÓ é uma instituição comunitária, sempre muito ativa na sociedade e preocupada em promover ações que interajam com a solução ou encaminhamento das contingências locais e regionais. A universidade é também signatária da Agenda 2030 da ONU, sendo o projeto Unomigrações ligado aos objetivos Para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais: Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 10 - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles; Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, já que esses atendimentos e encaminhamentos aos imigrantes de uma forma ou outra estão relacionados a estes objetivos.

Assim, a interlocução entre os ODS da Agenda 2030, o propósito comunitário da UNOCHAPECÓ, o ensino, a pesquisa e extensão imbricada à realidade vivenciada pela sociedade com a presença do movimento migracional, fez com que o Unomigrações se tornasse realidade a partir da metodologia abaixo descrita.



3 METODOLOGIA

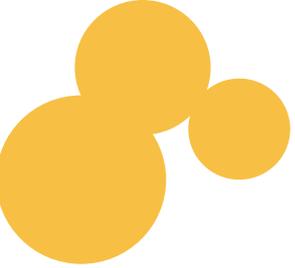
O Projeto de Extensão Unomigrações está embasado na abordagem construtivista, nas teorias de John Dewey e Paulo Freire, os quais expressam a importância da educação pautada no alinhamento entre teoria e prática e nos pilares da educação de Delors - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser -. As atividades desenvolvidas são participativas, visam à autonomia dos mestrandos e graduandos, além do protagonismo, da aprendizagem significativa, da criatividade, da capacidade de mediar conflitos e solucionar problemas complexos, os quais priorizam o desenvolvimento de habilidades e competências e que acabam sendo resultado de pesquisas.

Os graduandos e mestrandos atuam na sede do GAIROSC duas vezes por semana, realizando atendimentos aos imigrantes, refugiados e apátridas, prestando orientações e encaminhamentos para a solução dos problemas por eles enfrentados tanto de maneira administrativa como judicial. A partir destes atendimentos e da percepção de problemas, os mestrandos transformam essa vivência em pesquisas acadêmicas, cujos resultados são socializados com a sociedade em seminários e eventos primando para que os três pilares da educação (ensino, pesquisa e extensão) sejam alinhados e potencializados durante toda a Graduação e o curso de Pós-Graduação.

A metodologia utilizada para realizar os atendimentos perpassa primeiramente por uma capacitação, na qual é explicada a dinâmica de atendimento, ocorrido presencialmente por ordem de chegada ou por telefone/*Whatsapp*. Para cada tipo de demanda os mestrandos e/ou graduandos fazem encaminhamentos diversos, baseados no ordenamento jurídico (exigindo pesquisa doutrinária e legal), análises qualitativas e quantitativas, pois precisam compreender a situação trazida pelo imigrante.

Em razão disso a metodologia caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, além de Bibliográfica, Documental e Estudo De Caso. Para Gil (2012), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa quase impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Em suma, o trabalho é realizado da seguinte forma: o imigrante apresenta o problema para análise e após realiza-se o encaminhamento. Além disso, são registrados os



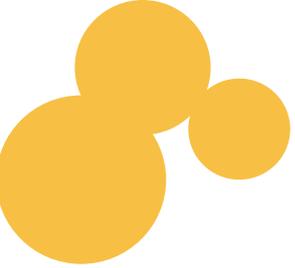
números de atendimentos semanais e qualificadas as demandas e os encaminhamentos. No ano de 2022 (março a dezembro), foram realizados 612 (seiscentos e doze) atendimentos aos imigrantes (presenciais e virtuais) com demandas variadas, tais como: orientações sobre direitos e deveres, assessoria jurídica, auxílio nos processos e regularização migratória, registros de Boletim de Ocorrência, solicitações de antecedentes criminais, registros consulares, orientações sobre trabalho, moradia, entre outros.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

As atividades extensionistas deste projeto possibilitaram o desenvolvimento de pesquisas, tendo em vista que, por meio das análises qualitativas e quantitativas, muitas demandas que chegam tornam-se problemas de pesquisa na Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* e são estudados e discutidos na construção de um trabalho de conclusão de curso e ou em uma dissertação, assim como geram debates em sala de aula dos cursos. Os trabalhos de pesquisa são socializados com a comunidade acadêmica em simpósios, seminários e demais eventos que envolvam a questão migratória.

Também ocorre a execução de outras atividades alinhadas com a teoria e prática, permitindo aos mestrandos e graduandos que interajam com a sociedade em busca de ações e proposições que minimizem os conflitos, além de apontar estratégias jurídicas para os problemas enfrentados pelos imigrantes e refugiados que buscam auxílio. Neste aspecto, destacam-se também as Rodas de Conversa que o projeto tem realizado em parceria com o GAIROSC e a Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI) destinadas a esclarecer dúvidas relacionadas aos direitos trabalhistas, direitos de família, dentre outros e também socializar com os imigrantes pesquisas que foram realizadas e que, por vezes, relacionam-se com as angústias dos participantes.

O projeto Unomigrações também desenvolve, em conjunto com o Laboratório de Línguas da UNOCHAPECÓ (LABLIN), o curso de português para imigrantes de forma totalmente gratuita. Por meio do curso, eles podem aprender a se comunicar melhor em língua portuguesa, além do contato com a cultura brasileira, com os direitos e deveres presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, proporcionando sua integração e inclusão na comunidade, pois a comunicação é fundamental para compreender e ser compreendido.



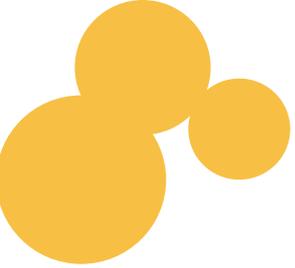
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Unomigrações por meio da atuação dos graduandos e mestrandos realiza atendimentos individuais e coletivos e encaminhamentos sociojurídicos para os imigrantes na cidade de Chapecó/SC, possibilitando na medida do possível estratégias jurídicas para os problemas enfrentados pelos imigrantes e refugiados que procuram o GAIROSC. Entende-se, no cenário atual de profundas inovações, que se faz indispensável a aproximação com a sociedade, atuando desde a formação com questões reais, significativas, que possam ser diferenciais na futura atuação profissional.

As questões jurídicas e sociais tornaram-se cada vez mais complexas, interdisciplinares e inovadoras, pelo que as práticas extensionistas trarão para a universidade as “dores” vivenciadas pelos imigrantes e refugiados e que poderão ser partilhadas, assim como muitas vezes solucionadas, por meios de ações administrativas ou judiciais. Os resultados são apresentados por meio de pesquisa científica e sua respectiva publicização em rede, trazendo benefícios para todas as partes envolvidas, incluindo a comunidade de um modo geral.

O Projeto atende ao propósito da UNOCHAPECÓ, seus princípios, missão e visão, enquanto Instituição comunitária, além de concretizar o disposto no Plano Nacional de Extensão Universitária (2000-2001), proporcionando uma troca de saberes, que terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional. Vivenciar os problemas e angústias faz com seja possível a universidade apresentar estratégias para solucionar ou minimizar esses problemas.

Para além do disposto acima, possibilita-se a integração e inclusão dos imigrantes na comunidade local e a aproximação dos pilares da extensão, da pesquisa e do ensino, proporcionando que os estudantes apliquem o conhecimento teórico formado na sala de aula às situações que os imigrantes trazem cotidianamente, bem como auxiliando no desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais, o que gera benefícios para todas as partes envolvidas.



REFERÊNCIAS

BORGES, D. SC é o 2º Estado do País que mais recebe refugiados venezuelanos. **ND+**. Joinville, 08 de fev. de 2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/sc-pas-estado-mais-recebe-venezuelano/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRITO, F. In: CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais (recurso eletrônico)**. Brasília: Editora UnB, 2017.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Imigração e refúgio no Brasil**: Retratos da década de 2010. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.

DEWEY, J. **How we think**. Nova York: D.C.Heath & CO., Publishers, s/d.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

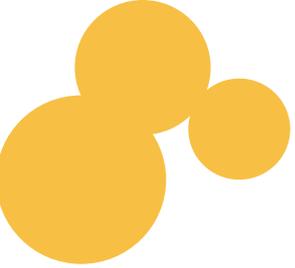
Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária** - Edição Atualizada. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, Brasília. 2000 / 2001

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012

MIRANDA, J. A. A. de; MISTURA, A. Globalização e a nova lei de migração: uma análise da evolução da lida com o imigrante no Brasil. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 20, n. 3, p. 149-173, set./dez. 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (Brasil). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 maio 2023.



OLIVEIRA, A. T. R. de. A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. *In*: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. **Revista internacional em língua portuguesa**. III série. n.24, 2011. Disponível em: <http://aulp.org/wp-content/uploads/2019/01/RILP24.pdf#page=360>. Acesso em: 17 jun. 2023

PERBONI, D. **Migrações, Globalização e Cidadania**: uma análise sobre a importância dos diplomas dos migrantes no município de Chapecó/SC. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Unochapecó, Chapecó, 2022.

PIFFER, C. **Transnacionalidade e Imigração**: a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, Itajaí, 2014.

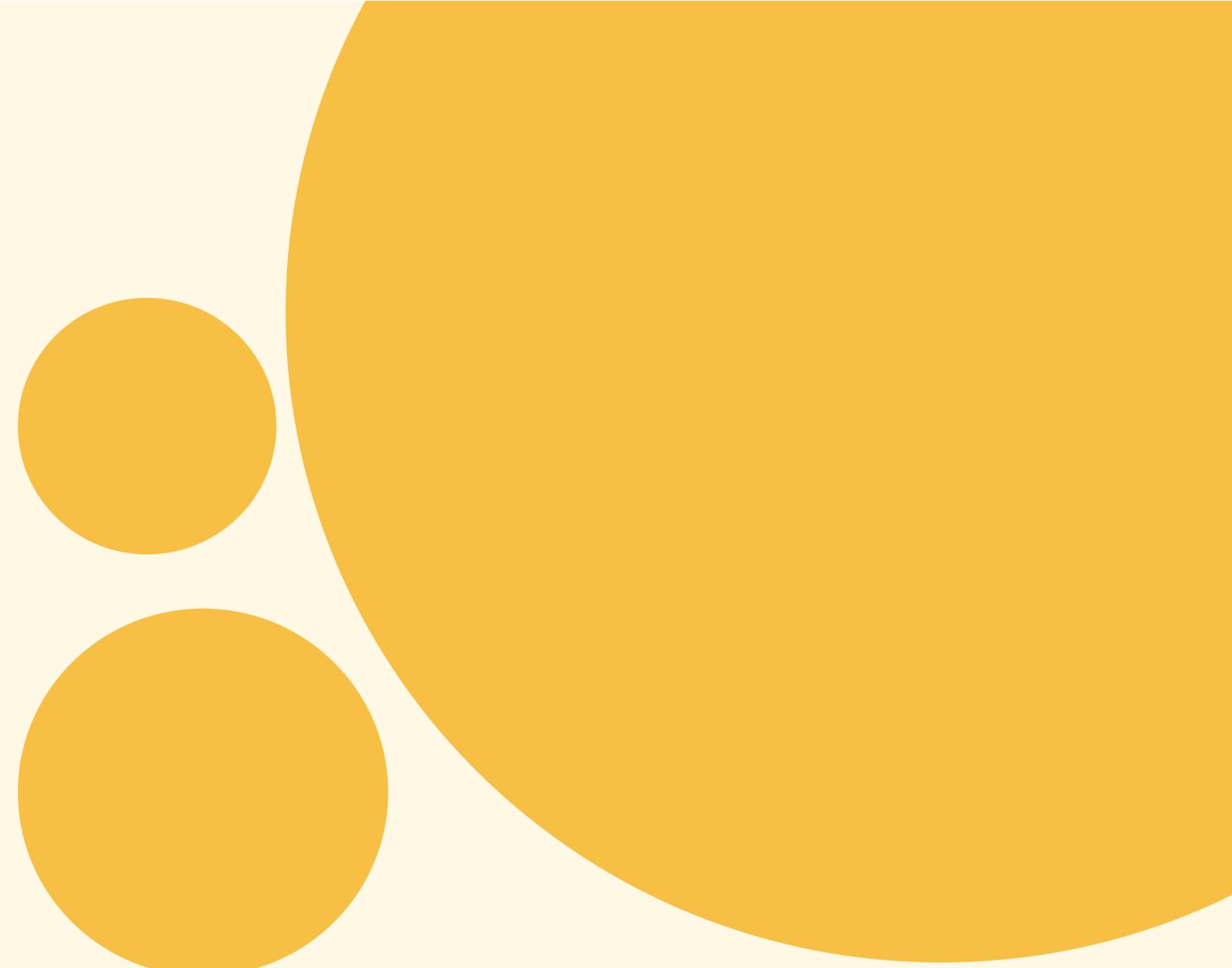
PRADO, E. J. P. do; COELHO, R. **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: formação e o sentido do Brasil. 3 ed. 5 reim. São Paulo:Global, 2015.

RADIN, J. C. **Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná**: fontes diplomáticas italianas (1875-1927). Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

ROMANATO, G. **Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná**: fontes diplomáticas italianas (1875-1927). Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

WENDEN, C. W. de. Las nuevas migracionais. **Dossier Sur sobre migración y derechos humanos**. v. 13. n. 23, p. 17-28, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/1-sur-23-espanhol-catherine-wihtol-de-wenden.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

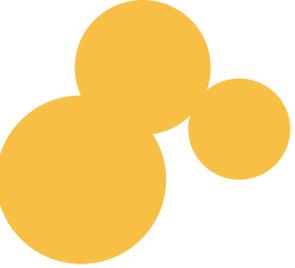


PARTE II

**A INCORPORAÇÃO DE OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA POLÍTICA DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA E A CONSTRUÇÃO
DE UMA UNIVERSIDADE
SOCIALMENTE RELEVANTE**

INCORPORATION OF SUSTAINABLE
DEVELOPMENT OBJECTIVES INTO
UNIVERSITY EXTENSION POLICY AND
THE CONSTRUCTION OF A SOCIALLY
RELEVANT UNIVERSITY

Attela Jeninchen Provesi; Cristiane Maria Riffel;
Mirian Terres dos Santos; Rogerio Correia



RESUMO

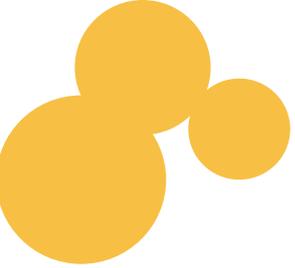
O trabalho objetiva promover uma reflexão em torno dos desafios da construção de uma universidade social e ambientalmente relevante e a contribuição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável neste contexto. A partir do relato de experiência da Universidade do Valor do Itajaí no processo de adoção dos ODS como uma diretriz para a concepção dos programas e projetos de extensão. A pesquisa tem um caráter Qualitativo e os procedimentos de coleta de dados envolveram pesquisa Bibliográfica, pesquisa Documental e a observação participante. A Univali tem como preocupação que os programas e projetos e programas de extensão devam estar alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, pois entende que a universidade é um espaço privilegiado de busca de soluções que contribuam para alcançar os objetivos pactuados.

Palavras-chave: Extensão Universitária. ODs. Univali. Educação para a Sustentabilidade.

ABSTRACT

The work aims to promote reflection around the challenges of building a socially and environmentally relevant university and the contribution of the Sustainable Development Goals in this context. Based on the experience report of Universidade do Valor do Itajaí in the process of adopting the SDGs as a guideline for the design of extension programs and projects. The research has a qualitative character and the data collection procedures involved bibliographical research, documentary research and participant observation. Univali is concerned that programs and projects and extension programs must be aligned with the Sustainable Development Goals – SDGs, as it understands that the university is a privileged space for searching for solutions that contribute to achieving the agreed objectives.

Keywords: University Extension. ODs. Univali. Education for Sustainability.



INTRODUÇÃO

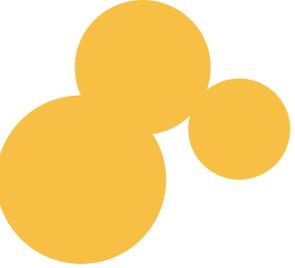
A Univali como instituição comunitária prioriza, por meio da extensão universitária, o desenvolvimento de atividades que envolvam a comunidade externa, promovendo a interação com os acadêmicos e professores, de modo a viabilizar a vivência dos valores essenciais ao exercício da cidadania e a reflexão sobre o conhecimento produzido na universidade.

A extensão universitária é compreendida na Univali como um processo acadêmico-pedagógico que promove o intercâmbio de saberes entre a universidade e a comunidade, com o desenvolvimento de atividades que contribuam na formação profissional e cidadã dos acadêmicos e no desenvolvimento regional. Esta prioriza o desenvolvimento de ações que envolvam a comunidade externa, em interação com os acadêmicos e professores, de modo a viabilizar a vivência dos valores essenciais ao exercício da cidadania e a reflexão sobre o conhecimento produzido na universidade.

A política de extensão da universidade integra o Plano de Desenvolvimento Institucional e busca orientar e qualificar o desenvolvimento dos projetos e atividades, com a compreensão de que extensão universitária é uma dimensão do fazer acadêmico, um processo didático-pedagógico articulado ao ensino e à pesquisa. O desenvolvimento de projetos/programas priorizam à melhoria da qualidade de vida, à garantia dos direitos e da dignidade humana e a promoção da sustentabilidade.

Conforme estabelece a política, os projetos e as atividades de extensão devem ter coerência com os projetos pedagógicos dos cursos e das Escolas do Conhecimento¹. A sua elaboração deve ter como princípio estruturante o papel deste na formação acadêmica e profissional dos alunos; e no atendimento às necessidades e as demandas dos grupos sociais e da comunidade. Portanto, é fundamental no processo de planejamento da extensão

¹ Na Univali, as escolas de conhecimento estão organizadas da seguinte forma: Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade; Escola da Educação; Escola de Ciência da Saúde; Escola de Ciências Jurídicas e Sociais; Escola do Mar, Ciência e Tecnologia; e Escola de Negócios. Trata-se de um projeto institucional que tem como premissa a integração das áreas e níveis de atuação e promove o conhecimento em rede: educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. As estruturas acadêmicas deixam de ser centralizadas para serem expandidas, distributivas e cooperativas entre escolas, cursos e estudantes. Com isso, os currículos passam a ser integrados, com mais disciplinas práticas, núcleos integradores de disciplinas para vários cursos, e o ensino ganha mais possibilidades de ser híbrido entre o presencial e a distância.



reiterar o papel da universidade na sociedade - na formação, na produção e socialização do conhecimento (diferente de empresa, entidade não governamental, governo).

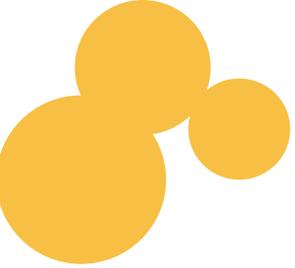
A partir de 2018 a Univali definiu como diretriz que projetos ou programas de extensão devam estar articulados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS que integram a Agenda 2030. Os objetivos foram elaborados por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável que pactuou, entre os seus 193 países membros, a “Agenda 2030”. Ao combinar os processos dos Objetivos do Milênio e os processos resultantes da Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS inauguram uma nova fase para o desenvolvimento dos países, que busca integrar por completo todos os componentes do desenvolvimento sustentável e engajar todos os países na construção do futuro que queremos (PNUD). Essa Agenda consiste em 17 objetivos, 169 metas e 231 indicadores que estabelecem compromissos sociais, ambientais e econômicos a ser cumpridos por governos, empresas, academia e sociedade civil até o ano de 2030.

Neste contexto, o trabalho objetiva refletir sobre o processo de incorporação dos objetivos do desenvolvimento sustentável na política de extensão. Ainda, relatar o caso da Universidade do Valor do Itajaí e os resultados obtidos na adoção da dos ODS como diretriz para os programas e projetos de extensão universitária. A pesquisa tem um caráter qualitativo e os procedimentos de coleta de dados envolveram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a observação participante.

1 OS ODS E A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE

O questionamento sobre a missão da universidade na sociedade contemporânea envolve docentes, estudantes e gestores universitários e, de modo particular, as equipes dedicadas a extensão universitária no Brasil. Isso se materializa em pesquisas acadêmicas, fóruns e publicações apresentam os desafios e também as possibilidades.

No artigo Por uma universidade socialmente relevante (2009) os pesquisadores Renato Janine Ribeiro, Alex Fiúza de Mello e Naomar de Almeida Filho discutem os principais desafios da universidade brasileira, tendo em vista a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior no país, como também, a consolidação desta como uma instituição



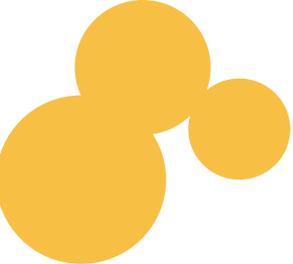
comprometida com a realidade brasileira. Entre os desafios os autores defendem a necessidade de:

desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carência socialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva, etc. (2009, p. 293)

Entendemos que a partir dos anos 2000 as discussões em relação ao compromisso social e ambiental da universidade brasileira se intensificaram com os debates em torno da concepção de desenvolvimento sustentável - entendido como um aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. A concepção alerta para o cuidado com a exploração irracional dos recursos naturais, para o respeito aos direitos humanos, à promoção e ao exercício da cidadania e à forma de produção, distribuição consumo de bens e serviços (Ethos, 2017).

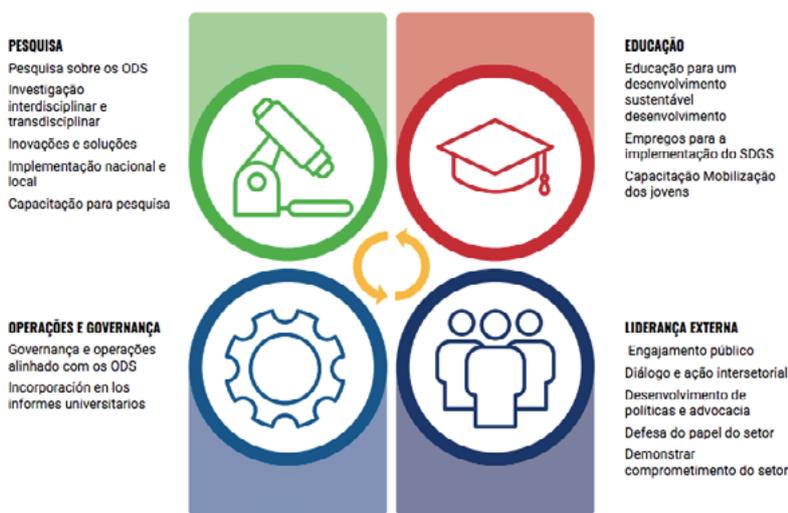
De acordo com o Fórum de Extensão das Universidades Comunitárias (2018), o aprofundamento da crise econômica, social, ambiental e política ampliaram as desarticulações sentidas no âmbito do ensino superior. Neste contexto, surge a necessidade de diálogo e articulação com os grandes marcos da extensão: 100 Anos do Manifesto de Córdoba, 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil e 20 anos de Fórum Nacional do FOREXT. "Esses marcos são guias de nossa atuação e reflexão sobre a Extensão Universitária. Mais do que isso, todos esses marcos afirmam e reafirmam uma educação humanitária, é o mote contínuo de grande transformação social, sobretudo com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação do Brasil das Diretrizes para Extensão no Ensino Superior Brasileiro. (Forext, 2018)

Desde a implementação da Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio no Brasil, o PNUD vem buscando estabelecer uma relação de parceria com Universidades, e organizações que trabalham o tema da educação. De acordo com PNUD, as Instituições de Ensino Superior (IES) por meio do ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, são espaços privilegiados à busca das soluções que os objetivos pactuados apontam.



Como ilustra a Figura 1, as universidades podem contribuir por meio dos espaços de pesquisa, educação, e construção de novos caminhos para um futuro sustentável, estimulando o trabalho colaborativo como base de sua atuação.

Figura 1 - Visão geral das contribuições da universidade para os ODS.



Fonte: Os autores

Neste sentido, a Univali, por meio da concepção de projetos e programas institucionais de extensão, entende em consonância com o PNUD (2020) que os ODS, no fazer acadêmico, são uma estratégia sistêmica e inclusiva que promove uma cultura de desenvolvimento sustentável, contribuindo na formação de uma nova geração comprometida com uma sociedade mais justa e solidária.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A INCORPORAÇÃO DOS ODS NA PRÁTICA

A pauta do ODS começou a fazer parte das discussões da área de extensão da Univali ainda em 2014, quando a Univali passou a ser signatária do Movimento ODS SC.

A universidade sempre esteve ativa na articulação tanto do movimento ODS Santa Catarina assim como da articulação do Comitê de Itajaí. Esta ação inicialmente era liderada pelo projeto de extensão Núcleo ODS. A participação ativa da universidade na articulação do Movimento em nível local e estadual foi estratégico para aprimorar a compreensão da contribuição dos ODS na prática extensionista.

Outro fato que contribuiu para a incorporação dos ODS foi a participação ativa da Universidade no Programa Selo Social de Itajaí. O Selo Social foi criado com o objetivo de reconhecer as iniciativas de órgãos públicos, empresas e organizações não governamentais do município de Itajaí em prol dos ODS. Neste caso, a Univali ao conquistar o reconhecimento público pela sua expertise com o trabalho comunitário foi assumindo um papel de liderança relacionado à temática ODS.

Figura 2 - Certificação da Univali no Programa Selo Social de Itajaí

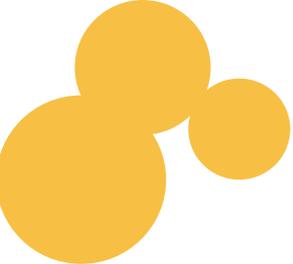


Fonte: Os autores

Em 2023, a universidade recebeu o Selo ODS Educação uma certificação nacional pela conquista de 15 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Realizada pelo Programa UnB 2030, o Instituto Selo Social e o GT Agenda 2030 a certificação foi concedida para 17 instituições de ensino brasileiras que desenvolvem projetos em prol dos ODS no Brasil.²

Desta forma, entendemos a iniciativa de participar anualmente do selo social de Itajaí anualmente como uma forma de fortalecer a extensão na universidade. Ou seja, a universidade pode tornar públicas suas ações e projetos em prol dos ODS reiterando o seu

² O GT Agenda 2030 foi formalizado em 9 de setembro de 2014 e reúne organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras durante o seguimento das negociações da Agenda Pós-2015 e seus desdobramentos. Atua na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030 e busca divulgar os ODS, mobilizar a sociedade civil e incidir politicamente junto ao governo brasileiro e sistema das Nações Unidas para a sua implementação. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br>. Acesso em: 04 jun. 2023.



compromisso social enquanto universidade comunitária. O reconhecimento público contribuiu para fortalecer a política de extensão da Univali.

Numa segunda fase, a *articulação dos projetos e programas de extensão com os ODS* passou a ser uma exigência dos editais internos da Universidade. As propostas submetidas nos editais internos deveriam detalhar o compromisso com a pauta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A exigência promoveu uma reflexão interna quanto à relevância social e ambiental dos projetos de extensão em desenvolvimento na Instituição. Isto porque nem sempre estes estavam ancorados nas demandas dos territórios, mas eram concebidos a partir da expertise dos docentes pesquisadores e poucas vezes sustentando em diagnósticos das demandas das comunidades onde a universidade está inserida.

Figura 3 - Projetos e ODS contemplados indicados no Relatório de Sustentabilidade da Univali.

Arquitetura e cidades saudáveis



Desenvolve ações de qualificação ambiental dos diversos espaços e equipamentos urbanos nos municípios pertencentes a AMFRI, fortalecendo os vínculos entre a Univali, a comunidade e a cidade. O projeto objetiva promover a melhora das condições espaciais de áreas livres, de uso público e equipamentos comunitários, levando em consideração a participação dos usuários, visando, assim, à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

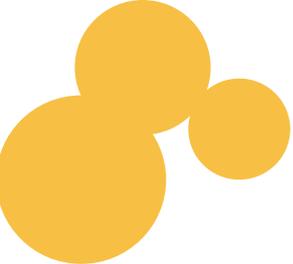
Atelier solidário



Elabora produtos utilizando materiais de descarte que, por meio da gestão criativa do design, contribuam para a melhoria de vida das comunidades locais e para a preservação do meio ambiente. As ações são realizadas por bolsistas, voluntários e professores da Univali e a comunidade local. Após detectar os problemas sociais e ambientais da região, todos os envolvidos são convidados a colaborar com a manufatura dos artigos utilizando materiais de descarte têxtil e/ou resíduos fabris de empresas da região.

Fonte: <https://www.univali.br/institucional/balanco-social/Paginas/default.aspx>

Como já apontamos, a incorporação da pauta dos ODS na prática extensionista oportunizou a reflexão interna em torno da relevância social e ambiental do conhecimento científico, como também sobre a necessidade de hierarquização das demandas sociais mais urgentes e para as quais a Univali tinha condições de contribuir – tanto pela expertise da sua equipe, das soluções possíveis dentro das áreas de conhecimento envolvidas, quanto pela disponibilidade de recursos financeiros em projetos de extensão.



Considerando a complexidade de desenho de metodologias de trabalho comunitário, foram promovidas uma série de oficinas e trilhas formativas para os docentes envolvendo a temática dos ODs e a metodologia de concepção, execução e avaliação de projetos.

As atividades formativas com os docentes abordaram o compromisso da Universidade com as comunidades mais vulneráveis; a necessidade de diagnósticos dos territórios em consonância com os ODs, suas metas e indicadores, bem como a necessidade do mapeamento dos saberes e áreas de conhecimento em que a Univali atua.

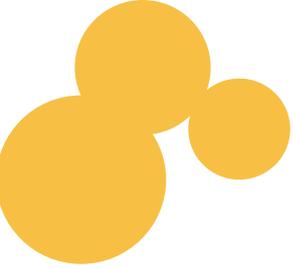
Figura 4 - Oficinas de mapeamento de saberes nas Escolas do Conhecimento



Fonte: Os autores

Nos encontros, como mostra a Figura 3, pode-se analisar de modo mais aprofundado as metas e os indicadores de cada ODs e relacionar este com os dados da realidade do Vale do Itajaí e Grande Florianópolis onde a Univali está inserida. Por outro lado, este exercício sinalizou a necessidade de realização de pesquisas acadêmicas para subsidiar a elaboração de diagnósticos socioeconômicos, a concepção de projetos e o monitoramento e avaliação dos projetos de extensão em desenvolvimento.

Uma das dinâmicas realizadas nominada de mapeamento dos saberes os participantes foram organizados em grupos para partir da observação dos ODS, metas e indicadores, mapear os seus interesses prioritários, expertises da equipe e dos cursos de graduação e pós-graduação das diferentes Escolas do Conhecimento que compõe a universidade. Realizada nas seis escolas do conhecimento da Univali – Escola de Ciências da Saúde, Escola de Ciências Jurídicas e Sociais, Escola de Negócios, Escola de Artes, Comunicação e Hospi-



talidade, Escola de Educação e Escola do MAR, Ciência e Tecnologia, esta foi, sem dúvidas, uma estratégia fundamental para a compreensão dos docentes de diferentes áreas como que a universidade pode contribuir com os ODs, seja pelo ensino, pesquisa ou extensão.

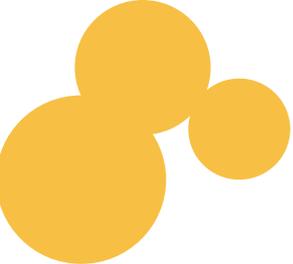
2.1 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO OPORTUNIDADE NA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

A Universidade do Vale do Itajaí vem discutindo o processo de curricularização da extensão para atender a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação. Em 2019, definiu-se que uma das estratégias seria a implantação de uma disciplina denominada de Projeto Comunitário e Extensão Universitária, com carga horária de 60 horas em todos os cursos de graduação. A criação da disciplina integra o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de implantação de um Currículo Conectado, promovendo a reformulação/atualização dos currículos dos todos os cursos de graduação.

A proposta do Currículo Conectado tem o propósito de conectar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária em ações conjuntas dentro de redes lineares ou não lineares. Com isso, os currículos dos curso de graduação passam a ser integrados, com mais disciplinas práticas e núcleos integradores de disciplinas, estimulando os estudantes a aprender fazendo pesquisas, mediados pelas tecnologias, com foco na solução de problemas e na produção de ideias com um olhar para o mundo e para o outro. O ensino ganha assim mais possibilidades de aprendizagem colaborativa e inserção efetiva nas comunidades de entorno da universidade (PDI, 2020).

A partir do Currículo Conectado, definiu-se a criação de uma disciplina de Projeto Comunitário de Extensão Universitária como uma estratégia de curricularização da extensão. Com base num permanente diálogo entre a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e a Vice-Reitoria de Graduação e Desenvolvimento Institucional, definiu-se que uma das estratégias seria a implantação de uma disciplina denominada de Projeto Comunitário de Extensão Universitária nos cursos de graduação.

Para concretizar a curricularização da extensão foi preciso considerar as características da Univali como Universidade Comunitária, onde boa parte dos recursos provêm das mensalidades. Foi preciso equacionar a necessidade de integrar a extensão no currículo como também da viabilidade financeira.



No desenho da disciplina foram definidos quatro eixos primordiais – os princípios da Extensão Universitária; os objetivos do desenvolvimento sustentável; a elaboração de projetos comunitários; habilidade e as competências necessários no desenvolvimento de projetos comunitários.

Quadro 1 – Número de alunos que cursaram a disciplina PCEU

ANO SEMESTRE	CURSOS ENVOLVIDOS	CAMPI	TURMAS MAT.	TURMAS NOT.	TOTAL DE ALUNOS
2019/II	16	4	6	3	344
2020/I	19	4	4	5	328
2020/II	42	6	6	9	853
2021/I	55	6	4	9	724
2021/II	63	6	7	12	1.181
2022/I	89	6	5	12	887
2022/II	55	6	7	14	1558
2023/I	89	6	6	11	1.325

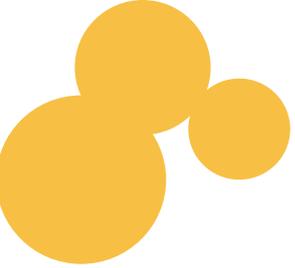
Fonte: VRPPEXT/GERS 2023

A disciplina tem tido uma contribuição fundamental para o engajamento de alunos e professores com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nesta perspectiva, a disciplina constitui-se como uma experiência inovadora de discussão dos ODS com a comunidade acadêmica.

A Univali reitera, assim, o compromisso com a Agenda 2030, pois como aponta o documento (2020, p. 34) “diante das graves consequências das mudanças climáticas e da pandemia da Covid-19, a necessidade de resolver desafios nunca foi tão urgente.” Para tanto, “as universidades têm um papel único e crítico em contribuir neste processo motivando e viabilizando que os estudantes desenvolvam práticas de desenvolvimento sustentável para o mundo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de incorporação dos ODs na cultura acadêmica não podemos perder de vista que a concepção de desenvolvimento sustentável é complexa, que o termo é polissê-



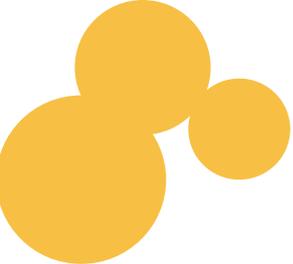
mico e muitas vezes utilizado como forma de *greenwashing*³. No entanto, considerando a experiência da Univali, compreendemos que a partir do momento que discutimos nas universidades públicas e comunitárias sobre o modelo desenvolvimento vigente já conquistamos um importante avanço pois temos um ponto de partida em comum - o entendimento de que o atual modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental é insustentável. Ou seja, as atitudes, as tecnologias, as invenções humanas muitas delas concebidas no âmbito das universidades contribuíram para promover o esgotamento dos recursos humanos e colocar em risco a vida planetária. Precisamos, sim, investir em pesquisas científicas, na identificação de tecnologias mais sustentáveis; no desenho de metodologias de cooperação entre os diferentes atores sociais e que materializem o que é necessário/possível fazer a curto, médio e longo prazo.

A partir da experiência da Univali, podemos afirmar que a pauta dos ODS no contexto acadêmico contribuiu para qualificar a prática extensionista. Ainda, contribuiu para a compreensão da diferença entre ações assistenciais e projetos de extensão universitária, pois possibilita a ampliação do olhar quanto ao compromisso social da universidade na sociedade, seja na dimensão do ensino, da pesquisa ou da extensão. Concordamos aqui com a fala do Professor Janine Ribeiro (2010), que reforça a missão da universidade no contexto contemporâneo:

Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, *excelentes cidadãos*. Isto porque, para mudar o mundo, no novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos (que podem inclusive reproduzir e ampliar, com perversa eficiência, desigualdades e injustiças existentes). É imprescindível formar, além de tudo, homens e mulheres comprometidos com a *ética da causa pública*, com as consequências da própria ação (...). (Ribeiro, 2010, p. 298)

Neste sentido, entendemos que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável representam uma estratégia didática que sensibiliza e indica um caminho possível para as universidades discutirem o seu compromisso social e ambiental. De modo particular, para os estudantes a concepção dos ODs, suas metas e indicadores contribui para sinalizar os

³ O *greenwashing* é um termo em inglês que pode ser traduzido como “lavagem verde” ou “maquiagem verde”, praticado por empresas, públicas ou privadas, organizações não governamentais e governos. Consiste numa estratégia de promover discursos, ações pontuais e propagandas sustentáveis mas que não condizem com as atitudes cotidianas organizações.



principais (mas, não os únicos) desafios sociais e ambientais, bem como a identificação de possíveis soluções a construção de uma sociedade sustentável.

REFERÊNCIAS

DE MELLO, A. F.; DE ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R. J. **Por uma universidade socialmente relevante**. Atos de Pesquisa em Educação, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 292-302, mar. 2010. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1718>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FOREXT. **Carta de Brusque - Marcos da Extensão: perspectivas transformadoras**.

2018. Disponível em <https://forext.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Carta-Brusque-Forext-2018.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2023.

UNIVALI. **Plano de Desenvolvimento Institucional. 2018-2022** Disponível em www.univali.br. Acesso em 20 de junho 2023.

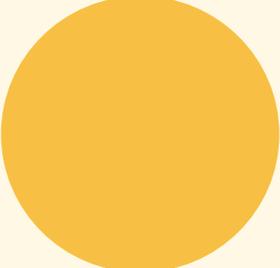
UNIVALI. **Relatório de Sustentabilidade 2022**. Disponível em www.univali.br. Acesso em 20 de junho 2023.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. **Como começar com os ODS nas universidades**: um guia para as Universidades, os centros de educação superior e a academia. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne, 2017.

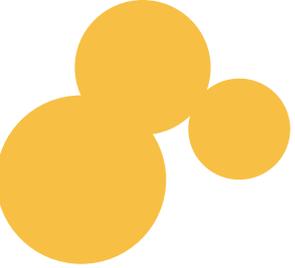


TRANSVERSALIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

TRANSVERSALITY AND
UNIVERSITY EXTENSION



Adriane Brill Thum; Isamara Della Favera Allegretti;
Marcelo Oliveira Caetano



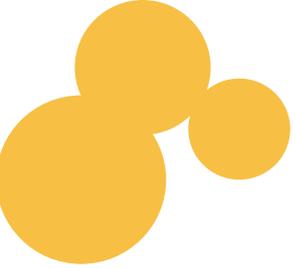
RESUMO:

O envolvimento das universidades em atividades extensionistas tem ganhado cada vez mais destaque, promovendo a conexão entre a academia e a sociedade, permitindo a troca de conhecimentos em benefício das comunidades. A curricularização da extensão se apresenta como uma estratégia eficaz para promover a troca de saberes, a escuta ativa e a realização de ações que atendem às demandas nas áreas social, cultural, ambiental e econômica de maneira transdisciplinar. Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância de atividades extensionistas contínuas, a partir de uma experiência realizada na comunidade "Renascer". A investigação teve início em 2021, com diálogos entre os atores da universidade, o líder comunitário e a própria comunidade, localizada no município de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul. Por meio de uma pesquisa de campo, foram identificadas diversas demandas, com destaque para a necessidade de espaços de lazer para as crianças, saneamento básico, educação e saúde. As ações extensionistas foram iniciadas no segundo semestre do mesmo ano, envolvendo duas Atividades Acadêmicas. As turmas uniram-se para planejar e executar projetos, aplicando o conhecimento teórico de forma prática e efetiva. Dentre as atividades realizadas de forma colaborativa por alunos, professoras, líder, comunidade e um grafiteiro, destacam-se oficinas, pinturas, concertos de brinquedos, revitalização de praças, momentos de confraternização, a instalação de rede de água e esgoto e a construção de banheiros. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foram considerados, com destaque para os ODS 6, 3, 4, 11 e 17.

Palavras-chave: Transversalidade. Extensão. Curricularização da extensão. Comunidade Renascer.

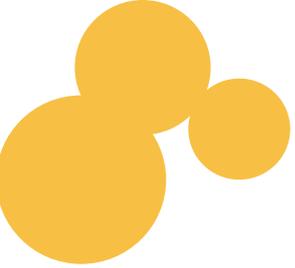
ABSTRACT:

The involvement of universities in extension activities has gained increasing prominence, promoting the connection between academia and society, allowing the exchange of knowledge for the benefit of communities. The extension curriculum is presented as an effective strategy to promote the exchange of knowledge, active listening and the carrying out of actions that meet the demands in the social, cultural, environmental and economic areas in a transdisciplinary way. This work aims to emphasize the importance of conti-



nuous extension activities, based on an experience carried out in the “Renascer” community. The investigation began in 2021, with dialogues between university actors, the community leader and the community itself, located in the municipality of São Leopoldo, in the state of Rio Grande do Sul. Through field research, several demands were identified, highlighting the need for leisure spaces for children, basic sanitation, education and health. Extension actions were initiated in the second half of the same year, involving two Academic Activities. The classes came together to plan and execute projects, applying theoretical knowledge in a practical and effective way. Among the activities carried out collaboratively by students, teachers, a leader, the community and a graffiti artist, workshops, painting, toy repairs, revitalization of squares, moments of fraternization, the installation of a water and sewage network and the construction of bathrooms. The Sustainable Development Goals (SDGs) were considered, with emphasis on SDGs 6, 3, 4, 11 and 17.

Keywords: Transversality. Extension. Extension curriculum. Renaissance Community.



INTRODUÇÃO

Promover o exercício da empatia, solidariedade e engajamento em atividades realizadas em comunidades vulneráveis através da curricularização da extensão com projetos socioambientais que permitem o desenvolvimento de competências extensionistas é o nosso compromisso como instituição de ensino. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, com o propósito de solucionar problemas de forma colaborativa e participativa, de caráter inter e transdisciplinar, busca contribuir para alcançar os 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ONU, 2015). As atividades são orientadas para as ações extensionistas olhando sempre as demandas da sociedade, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019), os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos com sua estrutura curricular.

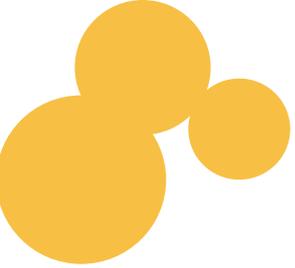
Na sequência iremos apresentar os resultados de atividades extensionistas e as ações desenvolvidas em uma comunidade durante alguns semestres.

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância de atividades extensionistas contínuas, com a participação de alunos, professores de vários cursos e de diferentes níveis de ensino da Unisinos através de ações concretas na comunidade “Renascer”.

1 DESENVOLVIMENTO

As ações de ensino, pesquisa e extensão são fundamentais nas Universidades (Moita & Andrade, 2009; Cesar, 2013), promovendo a aprendizagem e o engajamento dos estudantes e profissionais. Essas atividades geram conhecimento essencial para abordar criticamente e refletir sobre os problemas sociais e ambientais (Dutra et al., 2018). Severino (2007) destaca que o ensino superior tem como objetivos a formação profissional, a produção de conhecimento científico e a construção de indivíduos conscientes socialmente. Além de ser uma fornecedora de conhecimento, a universidade também possui o compromisso de servir à sociedade.

Em termos de legislação, o Decreto nº 19.851 de 1931, a Constituição da República de 1988 (artigo 207) e a Lei Federal nº 9.394/1996 tratam sobre o assunto, assim como a concepção curricular estabelecida no Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Lei



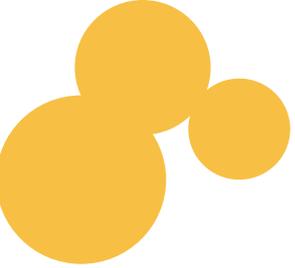
Federal nº 13.005/2014 e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, que estabelecem diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Na Unisinos, internamente, a Resolução CONSUN nº 15/2018 instituiu a Prática Acadêmica de Extensão Universitária e a Resolução do CONSUN nº 29/2019 aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que abrange as políticas de extensão.

A Unisinos possui um espaço físico, destinado para compartilhar as práticas extensionistas e a transdisciplinaridade, chamado Espaço Colaborativo (Bueno & Allegretti, 2022). Além dos eventos que envolvem extensão, em 2022 foi realizada a publicação Inovação social: diálogos teóricos e práticas integradas (Ferrarine & Bueno, 2022), com o intuito de inspirar o protagonismo na busca pela sustentabilidade social e nas ações inovadoras.

A interação entre Comunidades, Organizações da Sociedade Civil, Gestão Municipal e Universidade promove um processo de reconhecimento mútuo e estimula a exploração de novas visões e perspectivas de atuação. Esse conjunto de trabalho, envolvendo pesquisa e intervenção, apresenta desafios na definição de papéis e objetivos de cada entidade (THUM; MAIA, 2022; BATAGLIN; KRUGLIANSKAS, 2022). A promoção da diversidade e interculturalidade é fundamental para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e harmoniosas, onde todas as pessoas têm a oportunidade de participar livremente e contribuir. O resultado do esforço conjunto, a “integração intercultural” com a ideia de unir pessoas de diferentes origens e perspectivas, promovem a compreensão mútua, a cooperação, celebrando as diversas identidades que enriquecem o tecido social de uma cidade (COE, 2023).

1.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O processo de investigação iniciou em 2021, para responder à pergunta realizada pelo líder e pelos órgãos públicos, quem e quantos moram na comunidade. Iniciamos o trabalho com o diálogo entre o líder comunitário, a comunidade Renascer do Município de São Leopoldo - RS e a Unisinos, para entender as demandas. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo, visitando as casas e conversando com os moradores, visando o diagnóstico, momento em que demandas foram evidenciadas, com destaque para o espaço de lazer para as crianças, o saneamento básico, a educação e a saúde. As ações exten-



sionistas iniciaram em 2021/2, envolvendo duas Atividades Acadêmicas, uma da Escola Politécnica e outra da Gestão e Negócios, nas quais tínhamos alunos dos cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental e Gestão para Inovação e Liderança (GIL). Cada professora trabalhou com a sua turma acerca do referencial teórico. Foi agendada uma data com as duas turmas para se conhecerem e combinarem os próximos passos. Ambas conversaram e definiram a organização das ações, que foram: o levantamento topográfico da comunidade e do local da praça, a criação de uma vaquinha virtual para arrecadar recursos financeiros, busca de doação, compra de alimentos e sucos, interação com ONGs, poder público e privado, entre outros. As turmas organizadas realizaram a pintura de alguns paletes com antecedência e os demais foram pintados no dia da ação, junto com a comunidade. Na sequência uma turma de pós-graduação continuou o projeto, sendo o mesmo seguido nos outros semestres por outras turmas de graduação.

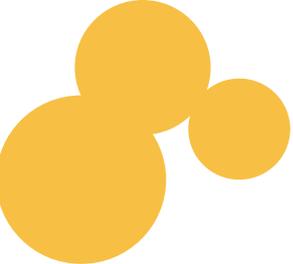
1.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os alunos acabaram arrecadando mais que o dobro da meta deles com a vaquinha, dinheiro que foi destinado parte para comprar tintas e materiais para concertar alguns brinquedos, compra de areia, foram pagos o grafiteiro e as tintas utilizadas na oficina. A compra de alimentos, suco, água para a confraternização com a comunidade e as crianças.

Com os dados do levantamento topográfico e o conhecimento das medidas dos brinquedos, que foram comprados e doados por uma ONG, os alunos criaram plantas com ideias de pracinha. Elas foram apresentadas para a comunidade, e a empresa instalou os brinquedos conforme combinado.

Os alunos, as professoras, o líder e a comunidade iniciaram o trabalho: pintura, fabricação de bancos, colocação de areia na área da praça, construção de espaço com pneus e areia para as crianças brincarem etc. Em seguida, ocorreu uma oficina com o grafiteiro e as crianças realizaram pinturas na praça e na entrada do centro comunitário.

No encerramento deste dia foi feita uma roda de conversa com as crianças e moradores para falar sobre a importância de separar os resíduos e do uso adequado das lixeiras que foram compradas para a comunidade. Posteriormente, foi o momento de confraternização, servimos frutas, bolo, água, suco, etc.



As imagens a seguir mostram as crianças recebendo doações e brincando na praça.

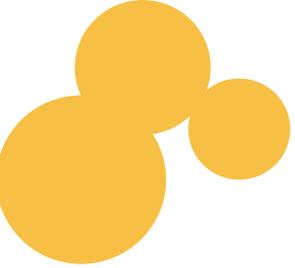


Figura 01: Crianças brincando com os baldes doados por uma aluna. (foto: Adriane Brill Thum).

As Figuras 01 e 02 retratam um momento de alegria e diversão, com as crianças brincando. É inspirador ver a energia contagiante que emana desses pequenos seres rindo e socializando a praça construída, que é um espaço acolhedor, repleto de possibilidades. Nesse cenário, as crianças exercitam não apenas seus corpos, mas também sua imaginação e criatividade. Saltam, correm, escalam, exploram e descobrem o mundo ao seu redor. Cada brincadeira é uma oportunidade de aprendizado, de desenvolvimento de habilidades motoras, de aprimoramento da coordenação e equilíbrio.

Além dos benefícios físicos, as brincadeiras na praça promovem a interação social, o compartilhamento de experiências e o aprendizado de normas e regras. É um espaço de convivência onde as crianças aprendem a respeitar o espaço do outro, a cooperar, a se comunicar e resolver conflitos.

A praça, assume um papel fundamental na promoção do bem-estar infantil. A brincadeira na praça é uma poderosa forma de expressão, de liberdade e de construção de memórias felizes, mostrando que a infância é um momento precioso, em que a simplicidade



e a alegria encontram-se em perfeita sintonia e que essas crianças possam aproveitar ao máximo esses momentos de brincadeira para o seu desenvolvimento.



Figura 02: Crianças brincando no espaço da praça. (foto: Adriane Brill Thum)

O lanche coletivo, Figura 03 e 04, ganha destaque como uma prática que vai além da simples ingestão de alimentos e sim como a oportunidade de aprender sobre a importância dos alimentos, de cultivar hábitos saudáveis, do destino correto dos resíduos favorecendo a convivência e o respeito mútuo, além de promove a socialização e a troca de experiências, fortalecendo os vínculos entre os participantes



Figura 03: Crianças recebendo lanche, compartilhando espaços de lazer, se divertindo e colocando os resíduos nas lixeiras de forma adequadas. (foto: Adriane Brill Thum)



Figura 04: Crianças recebendo lanche em outra prática extensionista na comunidade. (foto: Adriane Brill Thum)

Dando sequência às atividades, com as informações topográficas levantadas pelos alunos da graduação, os estudantes de especialização em Engenharia de Saneamento, elaboraram projetos de rede de água e esgoto e de banheiros no centro comunitário. As ideias foram compartilhadas com a equipe do SEMAE, que acolheu e realizou pequenos

ajustes no projeto de execução da obra de saneamento. Novamente tivemos que acionar empresas privadas e contatamos um empresário que doou os canos para a rede de água e esgoto. O SEMAE realizou a obra da rede e a colocação dos medidores (Figura 05 e 06).

Para a construção do banheiro contamos com a colaboração de um outro empresário, que custeou os materiais, e a execução da obra foi realizada pelo líder comunitário com auxílio dos moradores, conforme Figura 07.



**Figura 05 -Instalação de rede de água e esgoto na comunidade pela equipe do SEMAE.
(foto: Adroildo Vieira Gonçalves)**



Figura 06 – Medidores instalados na comunidade pela equipe do SEMAE. (Foto: Adroildo Vieira Gonçalves)

Os sanitários garantem em parte a dignidade dos moradores e a saúde de quem frequenta o centro comunitário, pois proporciona um local seguro para as necessidades básicas de higiene e prevenção de doenças transmitidas por meio de fezes e urina, sendo importantes, inclusive, para professores e monitores envolvidos no projeto Educa Mais, que a comunidade foi contemplada, com atendimento às crianças no contraturno, pois antes as crianças não tinham onde realizar suas necessidades, precisando voltar para suas casas e não retornando mais para as atividades do projeto.

A disponibilidade de uma rede de água e esgoto é fundamental para o meio ambiente, pois garante o tratamento adequado dos resíduos e a proteção dos recursos hídricos e do solo. Ao assegurar o acesso à água potável e o manejo adequado dos dejetos, a comunidade contribui para a preservação do meio ambiente e a promoção de um ecossistema saudável para todos.

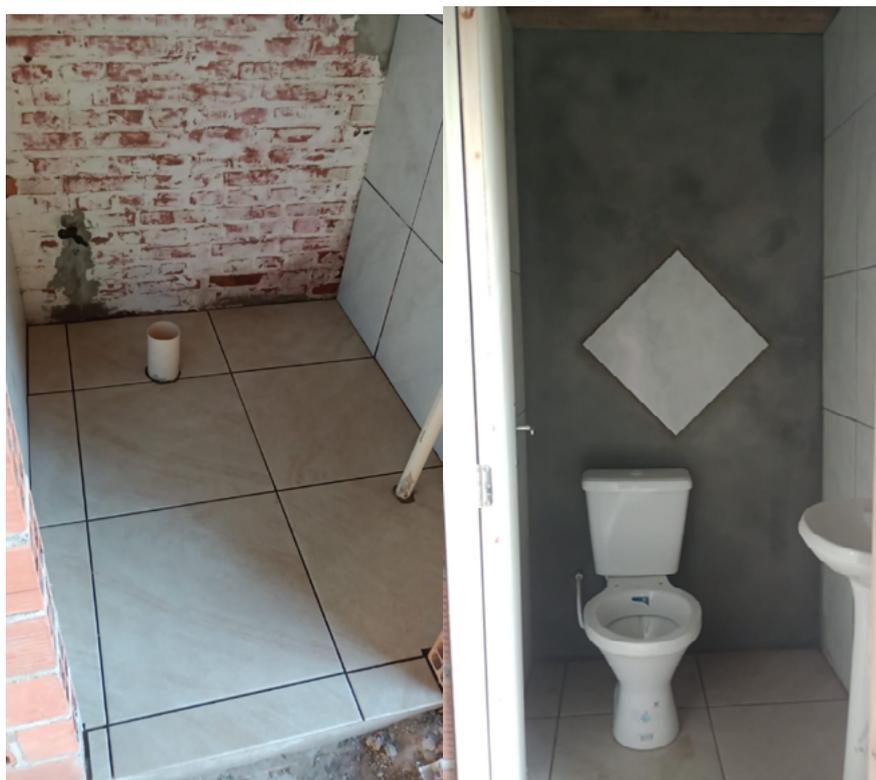
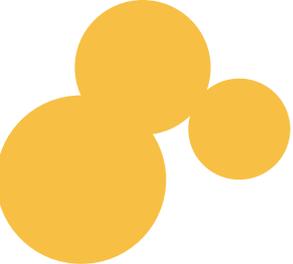
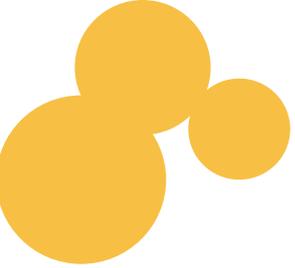


Figura 07 – Construção dos banheiros no centro comunitário.

Nesse semestre (2023/1), os alunos de uma outra Atividade Acadêmica (Figura 08), foram até a comunidade, e iniciaram o projeto da horta comunitária.



Figura 08 – Turma que está iniciando o projeto da horta comunitária. (foto: Adriane Brill Thum)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

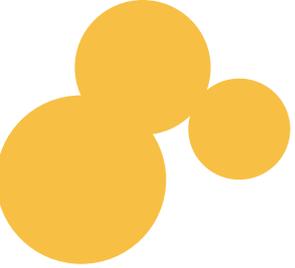
As atividades envolveram mais de 300 pessoas, como alunos de graduação, pós-graduação, moradores da comunidade, prefeitura, SEMAE, ONG e iniciativa privada. Através do engajamento e do trabalho colaborativo foi possível construir uma identidade na comunidade através de obra de arte (pintura), a construção da pracinha de brinquedos com bancos, a rede de água e esgoto, a construção dos banheiros no centro comunitário e o início do projeto da horta.

Os resultados alcançados e as ações realizadas foram com foco na mudança de realidade da comunidade, visando a transformação humana e social, que contribui para a proteção ambiental e com alguns ODS, com destaque para o ODS 6, 3, 4, 11 e 17. O esgoto que era a céu aberto, com o odor desagradável, mosquitos, moscas e outros animais, hoje recebe o destino correto, na rede de coleta. As crianças contam com espaço para brincar, na pracinha e as casas recebem água potável. As 51 crianças, os 3 monitores e os 141 moradores, têm banheiro para realizarem as necessidades durante as atividades do Educa Mais e as reuniões. Tudo isto foi possível através do esforço e a parceria da Universidade, da comunidade, dos órgãos públicos, do apoio financeiro da vaquinha, da ONG e dos dois empresários. Estas ações contribuíram para a proteção ambiental e socioassistencial, visando a cidadania, lazer e qualidade de vida de todos os envolvidos. Os alunos tiveram a oportunidade de entender a importância da diversidade e interculturalidade, de desenvolver as competências extensionistas com aplicações práticas do conhecimento, que vão desde a sensibilização, o saber escutar e falar com diferentes públicos, o diálogo, identificar e entender as demandas e os problemas, analisar a realidade, planejar, construir o aprendizado mútuo, projetar e levar a soluções através de ações concretas.

REFERÊNCIAS

BATAGLIN, J. C. ; KRUGLIANSKAS, I. Social Innovation: Field Annalysis and Gaps for Future Research. **Sustainability**, v. 14, n. 3, p.1153, 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 02 mai. 2023.



BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394/1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf> Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf . Acesso em: 02 mai. de 2023.

BUENO, A. C. da P.; ALLEGRETTI, I. D.F. Espaço Colaborativo de fomento à Extensão Universitária: um caso prático de inovação e transdisciplinaridade. **Inovação social: diálogos teóricos e práticas integradas**. São Leopoldo-RS Ed. UNISINOS. 2022. pag. 65 – 82. (EcoSol).

CÉSAR, S. B. **A indissociabilidade “ensino, pesquisa, extensão” e a gestão do conhecimento: estudo em universidade brasileira**. 2013. 43f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2013.

COUNCIL OF EUROPE. **Programa Cidades Interculturais - Sobre cidades interculturais**. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/about>. Acesso em: 02 ago. 2023.

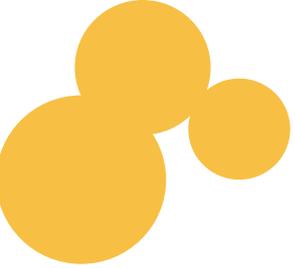
DUTRA, F. C. M. S.; ROBERTO, W. M.; COELHO, B. L.; ALMEIDA, R. (2018). Envolvimento em ocupações sustentáveis: mudanças nos hábitos de vida a partir de espaços de práticas educativas. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, 26(2), 345-355. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1143>

FERRARINE, A.V; BUENO, A.C de P. **Inovação social: diálogos teóricos e práticas integradas**. São Leopoldo-RS: Ed. UNISINOS, 2022. 134p. (EcoSol).

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago., 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27511688006.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2023.

ONU – 2015. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel> Acesso em: 16 mai. 2023.

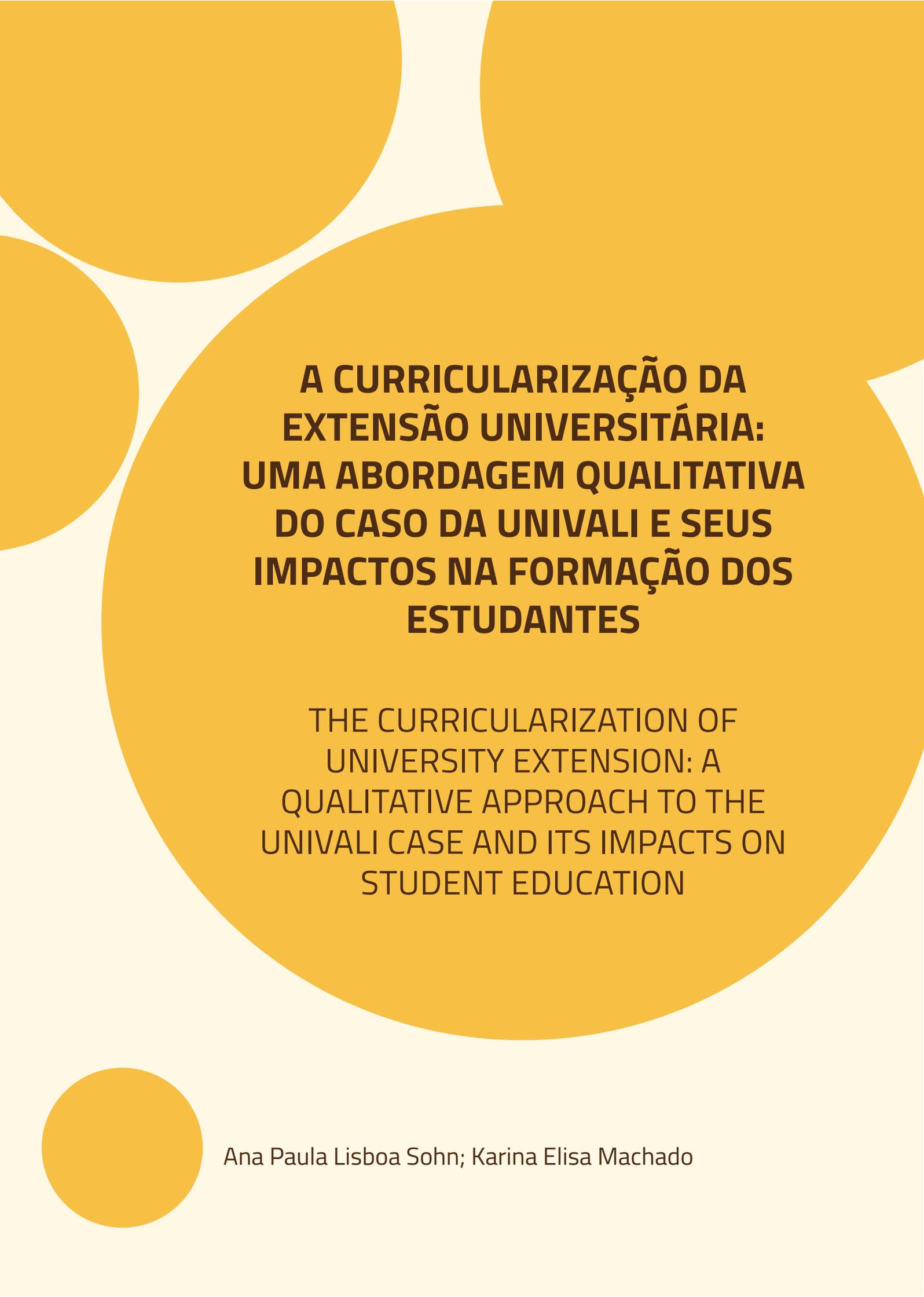
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei n.º 13.005/2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> . Acesso em: 03 mai. 2023.



SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez. 23 ed., rev., atual; 2007. 304 p.

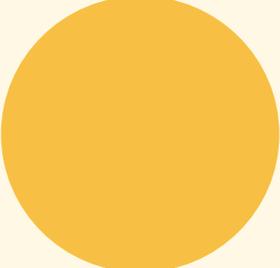
THUM, B. A; MAIA, M. Rede solidária São Léo: Convivialidades afirmadoras da transformação e da esperança. **Inovação social: diálogos teóricos e práticas integradoras**. São Leopoldo-RS Ed. UNISINOS. 2022. pag. 83-106. (EcoSol).

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS. **Missão e Perspectivas**: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 - PDI UNISINOS. Disponível em: https://www.unisinos.br/minha-unisinos/images/conteudo/PDI_2019-2023v.pdf . Acesso em: 02 mai. 2023.

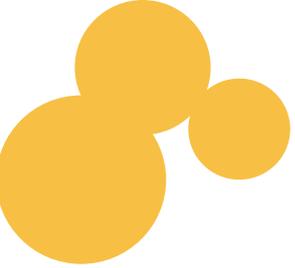


**A CURRICULARIZAÇÃO DA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
UMA ABORDAGEM QUALITATIVA
DO CASO DA UNIVALI E SEUS
IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS
ESTUDANTES**

THE CURRICULARIZATION OF
UNIVERSITY EXTENSION: A
QUALITATIVE APPROACH TO THE
UNIVALI CASE AND ITS IMPACTS ON
STUDENT EDUCATION



Ana Paula Lisboa Sohn; Karina Elisa Machado



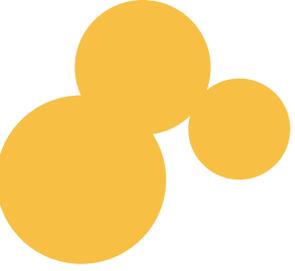
RESUMO

A curricularização da extensão universitária é um processo pelo qual as atividades de extensão, que são aquelas que promovem a interação entre a universidade e a sociedade, são incorporadas formalmente à estrutura curricular dos cursos de graduação. A legislação brasileira estabelece que as atividades acadêmicas de extensão devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação na forma de componentes curriculares. Neste contexto, o objetivo deste artigo é discutir a importância da curricularização da extensão universitária. Para tanto, fez-se uma revisão Bibliográfica Descritiva com abordagem Qualitativa. Foi estudado o caso da curricularização na Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI. A pesquisa revela que, visando atender a legislação brasileira, a UNIVALI, em 2019, instituiu a disciplina Projeto Comunitário e Extensão Universitária (PCEU). A disciplina foi a primeira estratégia de inserção curricular da extensão no currículo implantado na instituição e coloca em prática planos de ação elaborados pela UNIVALI (por meio da iniciativa de docentes e discentes), no intuito de fomentar suas práticas de ensino e aprendizagem, assim como adquirir e produzir novos conhecimentos a partir da interação com as comunidades. Permitindo ao acadêmico um olhar mais humanitário em uma perspectiva de inovar os conhecimentos, com o propósito de que há uma necessidade de aprimorar instantaneamente o antigo e aprender imediatamente o novo. Conclui-se que a curricularização da extensão é uma prática importante porque permite que os estudantes tenham contato com as demandas sociais e desenvolvam habilidades e competências que vão além do conhecimento técnico.

Palavra-Chave: Extensão. Curricularização. Projeto Comunitário de Extensão Univeristária.

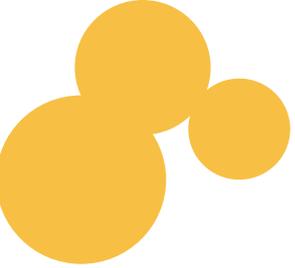
ABSTRACT

The curricularization of university extension is a process by which extension activities, which are those that promote interaction between the university and society, are formally incorporated into the curricular structure of undergraduate courses. Brazilian legislation establishes that academic extension activities must be part of at least 10% of the student curricular workload of undergraduate courses in the form of curricular components. In this context, the aim of this article is to discuss the importance of curricularization of university



extension. For that, a descriptive bibliographic review with a qualitative approach was carried out. The case of curriculum at the University of Vale do Itajaí UNIVALI was studied. The research reveals that in order to comply with Brazilian legislation, UNIVALI in 2019 institutes the discipline Community Project and University Extension (PCEU). The discipline was the first strategy for inserting the extension into the curriculum implemented at the institution and puts into practice action plans prepared by UNIVALI (through the initiative of professors and students) in order to promote their teaching and learning practices, as well as acquire and to produce new knowledge from interaction with communities. Allowing the academic a more humanitarian look in a perspective of innovating knowledge with the purpose that there is a need to instantly improve the old and immediately learn the new. It is concluded that the extension curriculum is an important practice because it allows students to have contact with social demands and develop skills and competences that go beyond technical knowledge.

Keyword: Extension. Curricularization. Community Project of University Extension.



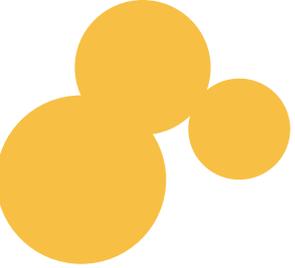
INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma prática que visa promover a troca de saberes científicos e espontâneos entre a universidade e a sociedade, de modo que ambos os conhecimentos se complementem sem que haja uma hierarquia, realizando mudanças positivas para a sociedade (Lamy, 2019, Silva *et al.*, 2019; Curi Filho *et al.*, 2022). A legislação brasileira estabelece que as atividades acadêmicas de extensão devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação na forma de componentes curriculares. Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é discutir a importância da curricularização da extensão universitária. Para tanto, fez-se uma revisão Bibliográfica Descritiva com abordagem Qualitativa. Foi estudado o caso da curricularização na Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI

A Extensão Universitária surgiu na Europa, no século passado, nas universidades populares, com o objetivo de disseminar conhecimentos técnicos e contribuir com o compartilhamento dos saberes junto aos setores populares. A história da extensão universitária está ligada à origem das universidades europeias, caracterizando-se por campanhas de saúde e assistência às populações carentes. No Brasil, a extensão universitária como atividade acadêmica foi reconhecida no final da década de 1980, com a sua inclusão na Constituição Federal (Silva *et al.*, 2019).

A primeira legislação brasileira sobre Extensão Universitária apareceu no Decreto Lei nº 19.851 de 1931, com o surgimento do primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. O termo Extensão aparece neste documento como organismo da vida social da universidade, no Art. 42 dessa Lei, a extensão universitária efetiva-se por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, organizados pelos diversos institutos da universidade, destinados à difusão dos conhecimentos úteis e ajuda individual ou coletiva à solução de problemas sociais (Melo, 2009).

De acordo com Paula (2013), a extensão universitária no Brasil deve sua origem ao movimento estudantil, que a concebia como um instrumento de utilização das potencialidades da universidade de modo tal que aproximasse instituição de ensino e sociedade, e a operacionalização dessas propostas dar-se-ia através das universidades populares.



Atualmente, a extensão universitária é a comunicação entre universidade e sociedade que tem como objetivo promover a troca de saberes científicos e espontâneos, de modo que ambos os conhecimentos se complementem sem que haja uma hierarquia, e realizando mudanças positivas para a sociedade (Lamy, 2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

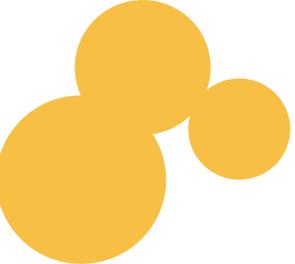
Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), uma entidade que reúne os pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. O Fórum tem por objetivo promover a extensão universitária no país, discutir políticas públicas para a área e incentivar a troca de experiências entre as instituições de ensino superior (FORPROEX, 2012).

Desde sua criação, o FORPROEX tem sido o principal palco das discussões de fomento e reivindicações voltados à criação de diretrizes e ações específicas de Extensão Universitária, como parte das políticas públicas para a educação superior no país (FORPROEX, 2012).

Neste contexto, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, ações de extensão devem seguir cinco diretrizes, a saber: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e ainda impacto e transformação social (Curi Filho *et al.*, 2022).

A interação dialógica é uma diretriz que orienta o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais (FORPROEX, 2012).

A interdisciplinaridade é a integração de diferentes disciplinas para a resolução de um problema ou questão. É uma abordagem que busca a complementaridade entre as disciplinas envolvidas e a construção de um conhecimento mais amplo e complexo. Enquanto a interprofissionalidade é a colaboração entre profissionais de diferentes áreas para a resolução de problemas complexos. (FORPROEX, 2012).



A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é uma concepção que defende que o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis e devem ser trabalhados em conjunto. Essa concepção busca integrar o conhecimento produzido na universidade com as demandas da sociedade, promovendo uma formação mais completa e crítica dos estudantes (Curi Filho *et al.*, 2022).

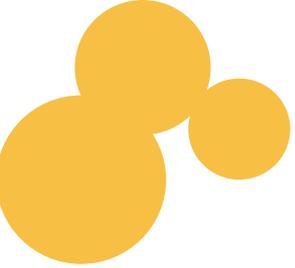
O impacto na formação do estudante é o conjunto de experiências que o estudante vivencia durante sua formação acadêmica. Essas experiências incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão que buscam desenvolver habilidades técnicas e socioemocionais nos estudantes (Silva *et al.*, 2019).

E o impacto e transformação social são os resultados das atividades desenvolvidas pela universidade na sociedade. Esses resultados podem ser medidos por meio da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento econômico e social das regiões onde a universidade está inserida, entre outros indicadores (Curi Filho *et al.*, 2022).

Considerando que a extensão universitária é uma das três dimensões constitutivas da universidade, como já visto anteriormente, e que tem como objetivo promover a interação e a troca de saberes entre a comunidade universitária e a sociedade, a legislação brasileira estabelece que as atividades acadêmicas de extensão devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação na forma de componentes curriculares.

Assim, os projetos de extensão são uma forma de proporcionar a extensão universitária aos alunos e promover a interação entre os estudantes e a comunidade externa. Esses projetos podem ser desenvolvidos em diferentes áreas temáticas e devem ter caráter educativo e de retorno para a comunidade, pois a extensão universitária é uma oportunidade para o acadêmico colocar em prática o conhecimento aprendido durante a graduação e ganhar experiência na carreira escolhida, enquanto presta um serviço à sociedade.

Ciente deste cenário a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), além de fomentar diversos Projetos e Programas de Extensão, também criou, em 2019, uma disciplina curricular Projeto Comunitária de Extensão Universitária - PCEU, devido a necessidade dos alunos da graduação em conhecerem os projetos e programas desenvolvidos pela Univali.



METODOLOGIA

Este artigo caracterizou-se como uma pesquisa Bibliográfica, do tipo descritiva com abordagem qualitativa. Uma pesquisa Bibliográfica tem por finalidade desenvolver linhas de pensamento e defender ideias, apoiadas nos conceitos já existentes. É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Marconi; Lakatos, 2017).

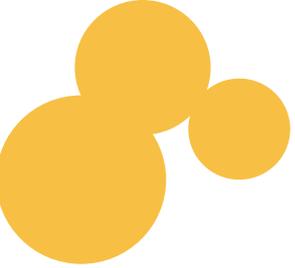
Foram utilizados livros, dissertações e artigos científicos disponíveis em bases de dados como *Scielo*, *Pubmed*, e Google Acadêmico. Além da revisão Bibliográfica, foi estudado o caso da curricularização na Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A curricularização da extensão universitária é uma meta a ser atendida a partir do Plano Nacional da Educação (BRASIL, Lei 13.005/2014) e desafia o coletivo universitário a assumir a necessidade de ressignificação de suas concepções sobre educação, sociedade e práticas pedagógicas na Educação Superior. A curricularização da extensão universitária é uma prática que visa integrar as atividades de extensão ao currículo dos cursos de graduação e pós-graduação. Ela tem como objetivo principal a formação de profissionais mais capacitados e comprometidos com a sociedade em que estão inseridos.

A curricularização da extensão universitária é um desafio para as instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Ela exige mudanças significativas nos currículos dos cursos, na formação dos docentes e na gestão das atividades extensionistas. Além disso, é necessário promover uma mudança cultural nas IES para que a extensão seja vista como uma prática importante para a formação dos estudantes e para o desenvolvimento da sociedade.

Um dos principais desafios da curricularização da extensão é pensar em como ela pode ter um impacto estratégico na operação da instituição, gerando benefícios em marketing, finanças e, é claro, na aprendizagem dos estudantes. Outro desafio é pensar em como tornar as atividades extensionistas escaláveis e mensuráveis para fins de avaliação



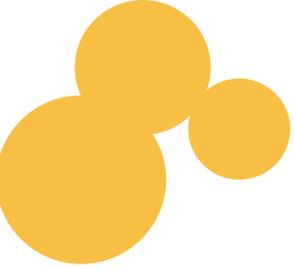
Neste contexto, a UNIVALI criou em 2019 a disciplina Projeto Comunitário e Extensão Universitária (PCEU), que foi a primeira estratégia de inserção curricular da extensão no currículo implantado na instituição.

A disciplina de PCEU visa colocar em prática planos de ação elaborados pela UNIVALI (por meio da iniciativa de docentes e discentes) no intuito de fomentar suas práticas de ensino e aprendizagem, assim como adquirir e produzir novos conhecimentos a partir da interação com as comunidades. Os alunos são estimulados a desenvolverem projetos de extensão comunitária que atendam as demandas atuais e futuras da sociedade. Para tanto se organizam em equipe e desenvolvem um diagnóstico das principais demandas sociais. A partir de uma metodologia de gestão de projetos estipulam prioridades, selecionam uma problemática a ser atendida, desenvolvem estratégias e planos de ação. Em seguida implementam as atividades planejadas. E, ao final da disciplina aviam os resultados alcançados e os impactos sociais dos projetos.

Ao longo desta experiência o aluno aprende sobre a elaboração de projetos comunitários que contribuam com a melhoria da qualidade de vida das comunidades, desenvolve uma atitude profissional e cidadã.

Estudantes de todos os cursos de graduação da Univali podem cursar a disciplina, pois ela encontra-se na matriz de todos os cursos, considerando que extensão universitária é uma das três dimensões constitutivas da universidade e tem como objetivo promover a interação e a troca de saberes entre a comunidade universitária e a sociedade. E que a legislação brasileira estabelece que as atividades acadêmicas de extensão devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação na forma de componentes curriculares.

Vale observar que disciplina de PCEU oportuniza a conexão dos alunos aos projetos de extensão da universidade, que são uma forma de proporcionar a extensão universitária aos alunos e promover a interação entre os estudantes e a comunidade externa. Os projetos implementados pelos acadêmicos envolvem diferentes áreas temáticas e possuem caráter educativo, atendendo as demandas da comunidade.



Destaca-se a disciplina de PCEU permite que o acadêmico coloque em prática o conhecimento aprendido durante a graduação e ganhe experiência na carreira escolhida, enquanto presta um serviço à sociedade.

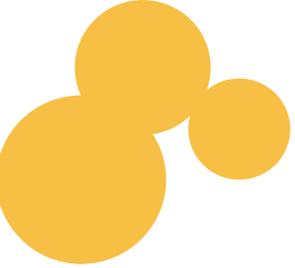
CONCLUSÃO

A pesquisa revela que visando atender a legislação brasileira a UNIVALI em 2019 instituiu a disciplina Projeto Comunitário e Extensão Universitária (PCEU). A disciplina foi a primeira estratégia de inserção curricular da extensão no currículo implantado na instituição e coloca em prática planos de ação elaborados pela UNIVALI (por meio da iniciativa de docentes e discentes) no intuito de fomentar suas práticas de ensino e aprendizagem, assim como adquirir e produzir novos conhecimentos a partir da interação com as comunidades. Permitindo ao acadêmico um olhar mais humanitário em uma perspectiva de inovar os conhecimentos com o propósito de que há uma necessidade de aprimorar instantaneamente o antigo e aprender imediatamente o novo.

Conclui-se que a curricularização da extensão é uma prática importante porque permite que os estudantes tenham contato com as demandas sociais e desenvolvam habilidades e competências que vão além do conhecimento técnico.

A disciplina do PCEU fomenta a extensão universitária com práticas de ensino e aprendizagem diferenciadas que promovem a produção de novos conhecimentos a partir da interação com as comunidades. Permitindo ao acadêmico um olhar mais humanitário, em uma perspectiva de inovar os conhecimentos com o propósito de que há uma necessidade de aprimorar instantaneamente o antigo e aprender, imediatamente, o novo.

Pode-se concluir que a curricularização da extensão é uma prática importante para UNIVALI, que por meio da disciplina de PCEU permite que os estudantes tenham contato com as demandas sociais e desenvolvam habilidades e competências que vão além do conhecimento técnico. A disciplina também contribui para a formação de profissionais mais capacitados e comprometidos com a sociedade em que estão inseridos.



REFERÊNCIAS

CURI FILHO W.R.; SILVA A.B.O.; FERNANDES L.G.; VENTURA M.L.B. Compreensão das diretrizes da extensão universitária: uma visão a partir de coordenadores de ação de extensão de uma unidade acadêmica das áreas tecnológicas. **Além Dos Muros Da Universidade**, v. 1, n. 1, p. 38-55. 2022

FORPROEX. Fórum de pró-reitores das instituições públicas de educação superior brasileira. **Política Nacional de Extensão universitária**. Manaus, 2012.

KÖCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 182 p.

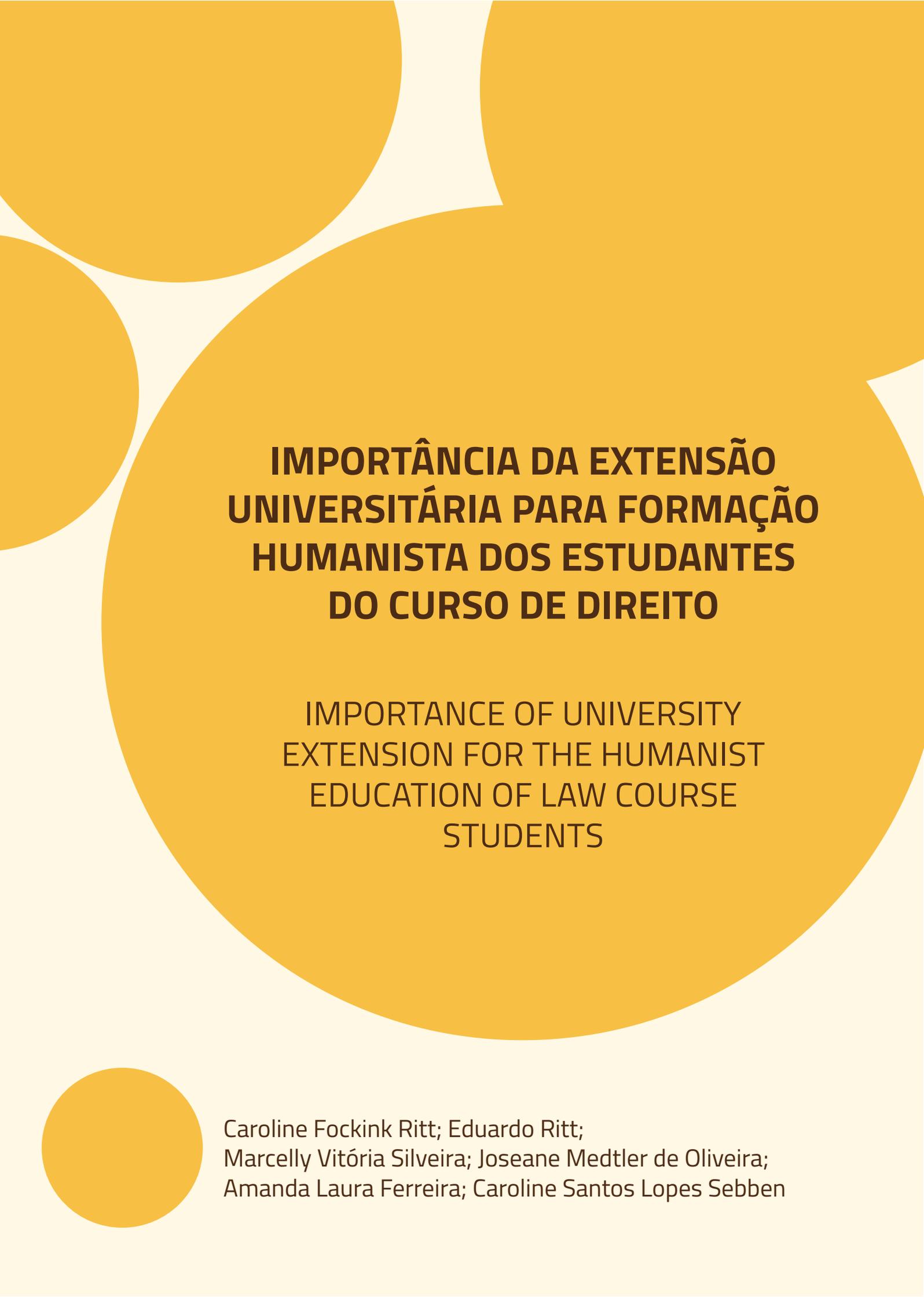
LAMY, M. **Uma nova definição de extensão universitária**, 2019. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4c525a48acc0084b>. Acesso em: 01 ago. 2023

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 346 p. 2017.

MELO M.S.N. **Construção e desafios para construção universitária na área da saúde a partir de uma vivência extensionista interdisciplinária**. [Dissertação]. Mestrado em Saúde Pública. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

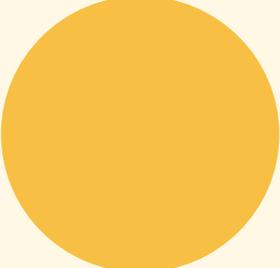
PAULA J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - **Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013

SILVA A.L.B.; SOUSA S.C.; CHAVES A.C.F.; SOUSA S.G.C.; ROCHA-FILHO D.R.R. Importância da extensão universitária na formação profissional: Projeto Canudos. **Rev enferm UFPE on line**. v.13, 2019. DOI: 10.5205/1981-8963.2019.242189

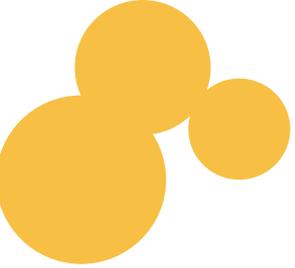


**IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA PARA FORMAÇÃO
HUMANISTA DOS ESTUDANTES
DO CURSO DE DIREITO**

IMPORTANCE OF UNIVERSITY
EXTENSION FOR THE HUMANIST
EDUCATION OF LAW COURSE
STUDENTS



Caroline Fockink Ritt; Eduardo Ritt;
Marcelly Vitória Silveira; Joseane Medtler de Oliveira;
Amanda Laura Ferreira; Caroline Santos Lopes Sebben



RESUMO

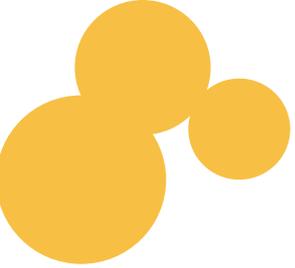
O objetivo do presente estudo é demonstrar a importância de projetos de extensão universitária na formação acadêmica dos alunos do Direito. O método de abordagem é o Dedutivo e o de Interpretação, o método sociológico. Como resultado: os alunos bolsistas participantes adquirem formação acadêmica mais completa, conjugando os ensinamentos teóricos adquiridos no curso de Direito, com as situações práticas apresentadas pelas vítimas de violência doméstica. O contato com a realidade e a possibilidade de atuação trazem – para os acadêmicos bolsistas – uma melhor compreensão dos problemas sociais, da violência e uma maior interação comunitária, resultando, também, em uma formação acadêmica mais humanista.

Palavras-chave: Extensão universitária. Ensino humanista. Lei Maria da Penha. Violência doméstica.

ABSTRACT

The purpose of this study is to demonstrate the importance of university extension projects in the academic training of Law course students. The method of approach is the deductive and the method of interpretation is the sociological method. As a result: the participating scholarship students acquire more complete academic training, combining the theoretical teachings, acquired in the Law course, with the practical situations presented by the victims of domestic violence. The contact with reality and the possibility of acting, bring scholarship scholars to a better understanding of social problems, violence, greater community interaction resulting in a more humanistic academic formation.

Key words: University extension. Humanistic teaching. Maria da Penha Law. Domestic violence.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal demonstrar a importância de projetos de extensão universitária na formação acadêmica dos alunos do Curso de Direito. Desenvolve-se três tópicos: (1) abordar a violência doméstica praticada contra a mulher; (2) descrever o projeto de extensão, o qual é desenvolvido pela UNISC/RS. E, por fim, (3) demonstrar a importância da extensão universitária para uma formação prática e humanista dos acadêmicos do curso de Direito.

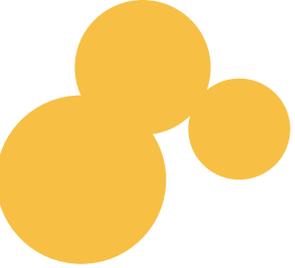
O método de abordagem é o Dedutivo: parte-se da demonstração de que as práticas de extensão enriquecem o aprendizado dos alunos do Curso do Direito pelo fato de que eles possuem a oportunidade, por meio da extensão, de conjugar os ensinamentos teóricos adquiridos no curso de Direito com situações práticas as quais lhes são apresentadas.

Aborda-se, no presente, para fins de exemplo, a análise do projeto de extensão, que visa combater a violência doméstica praticada contra a mulher, o qual é desenvolvido pela UNISC/RS, denominado de: *Enfrentamento da violência doméstica e familiar – Direitos e garantias legais da mulher agredida*. Demonstra-se que os alunos bolsistas que participam do referido projeto, adquirem uma formação acadêmica mais completa, por terem a oportunidade de conjugar os ensinamentos teóricos, adquiridos no curso de Direito, com as situações práticas, que são apresentadas pelas vítimas de violência doméstica.

O contato com essa realidade social, a possibilidade de atuação, aconselhamentos e encaminhamentos, com relação a essas mulheres, traz, para os acadêmicos do curso de Direito, os quais são bolsistas no projeto de extensão, uma melhor compreensão dos problemas sociais, da realidade de violência doméstica e familiar praticada contra a mulher e maior interação comunitária e uma formação acadêmica mais humanista.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência cometida contra a mulher é um fenômeno histórico que dura a milênios, pois a mulher era tida como um ser sem expressão – pessoa que não possuía vontade própria dentro do ambiente familiar. Ela era obrigada a acatar ordens as quais, primeiramente, vinham de seu pai e, após o casamento, de seu marido (Mello, 2007, p. 03). Para Dias



(2007, p. 32), a violência doméstica está ligada, frequentemente, ao uso da força física, psicológica ou intelectual, no sentido de obrigar outra pessoa a fazer algo que não quer. Ou seja, impedir que ela manifeste sua vontade, tolhendo sua liberdade, é considerada uma forma de violação dos direitos essenciais do ser humano.

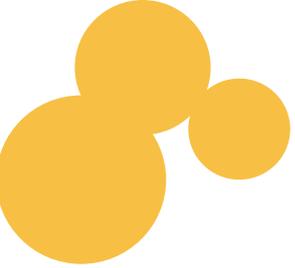
Arendt (1994, p. 32) traz a devida observação sobre as discussões a respeito do fenômeno da violência e do poder. Então, é possível perceber que existe um consenso entre os teóricos da política, tanto da esquerda como da direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação de poder.

Historicamente, Soares (1999, p. 25) observa que, nos Estados Unidos, apesar de muitos esforços ocorridos durante o séc. XIX, com o objetivo de diminuir as formas e a intensidade dos castigos físicos os quais eram impostos legalmente às mulheres por seus maridos, foi somente em 1871, e apenas nos Estados do Alabama e Massachussetts, que foi oficialmente extinto o direito de os homens baterem nas mulheres, mas, mesmo assim, não havia previsão de punição para os que continuassem a cometer essa violência.

Complementa Hirigoyen (2006, p. 10-11) que foi somente após a década de 1970, com as iniciativas das feministas, que se começou a fazer um estudo do impacto da violência conjugal entre as mulheres. Até então se hesitava em intervir – sob pretexto de que se tratava de “assunto privado”.

Observa-se que era um verdadeiro flagelo social. Os números, os quais só levam em conta as violências físicas as quais chegam ao Judiciário, são assustadores. Na França, por exemplo: estatísticas parciais do Ministério do Interior (que excluem Paris e a região parisiense) registram, a cada quinze dias, três homicídios de mulheres, assassinadas por seu cônjuge.

O fenômeno é de tal monta que alguns chegam a falar em “terrorismo de gênero”, e, por isso, a maior parte das pesquisas de opinião, especificamente, sobre a violência conjugal foi realizada a pedido dos Ministérios dos Direitos das Mulheres, ou da Paridade e Igualdade Profissional, por pressão das ONGs de mulheres. Esse problema de saúde mental extremamente destrutivo raramente é debatido e, apesar de suas graves consequências sobre a saúde das vítimas, só em caráter facultativo é ensinado aos futuros médicos.



Cometida nas suas mais variadas formas de manifestação, afeta a saúde e a vida – produz enfermidades, danos psicológicos e pode provocar a morte. Portanto, objetiva-se causar dano a um organismo vivo, ou seja, é qualquer comportamento o qual tem como propósito o de causar dano a outrem (Lintz, 1987, p. 27).

O Estado está juridicamente comprometido a proteger a família e a cumprir sua função preventiva no que se refere à prática da violência doméstica. Por isso, deve ser chamado a redimensionar o problema sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais.

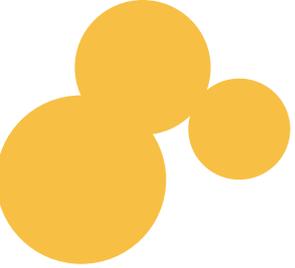
Souza (2007, p. 41) lembra que é necessário observar que em relação à mulher há a existência de Direitos Humanos os quais são consagrados por meio de diversos Tratados e Convenções Internacionais, esses, por sua vez, ratificados e integrados ao Sistema Jurídico Brasileiro, qual sejam: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que foi ratificada em 1994, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”, que foi ratificada em 1995.

Especificamente à violência contra a mulher e à violência doméstica, há uma explicação cultural para a sua grande ocorrência no Brasil. Ela não está ligada somente à lógica da pobreza, ou desigualdade social e cultural, mas está intimamente ligada ao preconceito, à discriminação e ao abuso de poder o qual possui o agressor com relação à sua vítima. A mulher, em razão de suas peculiaridades, compleição física, idade, e, principalmente, dependência econômica, está em uma situação de absoluta vulnerabilidade social.

3 O PROJETO DE EXTENSÃO “ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: DIREITOS E GARANTIAS DA MULHER AGREDIDA” DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL-UNISC/RS

Com relação à violência cometida contra a mulher, verificou-se a comprovação por meio de estatísticas apresentadas pelas ONGs e por órgãos públicos, e, também, quando se faz uma observação da atividade policial e forense na qual a violência doméstica ocupa um grande espaço.

Para fins de exemplificação, em notícia jornalística (Alves, 2023), ressalta-se que “em 6 meses, 35 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica”. Observa-se que a



Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) recebeu 92.663 denúncias de violações contra mulheres em 2018 – em todo o Brasil. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH).

Nos seis primeiros meses do ano, o canal recebeu 46.510 denúncias. Isso representa um aumento de 10,93% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 35.769 das denúncias foram sobre violência doméstica e familiar. No ano passado, o Sistema Integrado de Atendimento à Mulher registrou 62.485 denúncias de violência doméstica e familiar, 12.878 de ameaças, 3.209 de violência psicológica, 3.065 de cárcere privado e 2.317 de violência sexual. Ainda, foram registradas 2.075 tentativas de feminicídios e 63 casos de feminicídios.

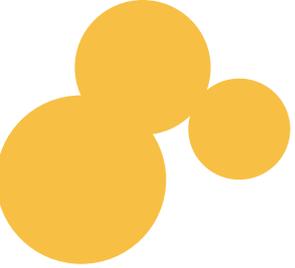
A Secretaria Estadual de Segurança Pública apresenta, anualmente, os Indicadores da Violência Contra a Mulher – Lei Maria da Penha, em que é possível visualizar o número de mulheres vítimas de ameaça, lesão corporal, estupro, feminicídio consumado e feminicídio tentado por mês. A pesquisa mostra o número de ocorrências: para fins de exemplificação: em Santa Cruz do Sul – 2020 (até o mês de março): Ameaça: 119; Lesão Corporal: 55; Estupro: 03. E em Montenegro – 2020 (até o mês de março): ameaça: 81; lesão Corporal: 36; Estupro: 02; feminicídio tentado: 01.¹

Com relação à cidade de Montenegro, em recente evento relacionado à violência doméstica praticada contra a mulher, a Delegada de Polícia Cleusa Spinato, titular da Delegacia da Mulher no Vale do Caí, lembrou que a região tem um dos maiores índices de violência contra a mulher no Estado (Baptista, 2023).

Por meio da constatação de registro de muitos casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, nas cidades de Santa Cruz do Sul - RS e cidades da região, como também em Montenegro/RS, onde o curso de direito da UNISC possui *campus*, ficou evidente a necessidade de efetivação do projeto de extensão, desenvolvido pela UNISC, que é uma instituição comunitária, para ajudar as vítimas da violência doméstica.

A atividade das bolsistas de extensão do projeto consiste no auxílio às vítimas, o atendimento sendo diário, no interior da respectiva delegacia de polícia conveniada. Atual-

¹ Secretaria da Segurança Pública, Observatório Estadual de Segurança Pública. *Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha*. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 23. Jun. 2023.



mente, desenvolvido nas cidades de Santa Cruz do Sul, Passo do Sobrado, Sobradinho e Montenegro. Atendendo a vítima a qual chega à delegacia, após a ocorrência de violência ou ameaças.

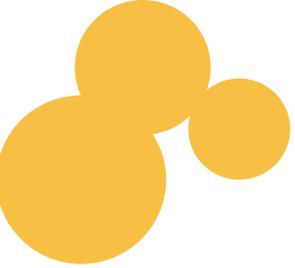
O que se constata é que diante da própria violência doméstica, a vítima ainda não tem conhecimento dos direitos e das garantias as quais a lei determina. Assim, faz-se necessário um atendimento humanista, com privacidade, esclarecendo, fazendo a devida orientação jurídica, quanto aos direitos da mulher agredida, que estão previstos na Constituição Federal, Lei Maria da Penha e nas demais determinações infraconstitucionais. Geralmente, dúvidas com relação às medidas protetivas, questões de direitos de família, separação, alimentos, guarda dos filhos, tanto a legislação estadual como municipal. Para isso, é feito o atendimento diário, em dois turnos, no interior da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, de ambas as cidades onde está sendo realizado o projeto.

A vítima, geralmente, chega à Delegacia de Polícia fragilizada e sem informações de seus direitos ou de medidas de proteção os quais legalmente dispõe para sua proteção.

Com relação às mulheres, aquelas que já possuem procedimentos em andamento na delegacia, as bolsistas tentam auxiliá-las por meio de contato telefônico, com a intenção de verificar a atual situação, para, também, orientar acerca da continuidade do procedimento instaurado, medidas protetivas, duração e o que fazer em caso de descumprimento.

Após realizado o atendimento, é disponibilizado, à vítima, uma avaliação do atendimento por meio de uma pesquisa de opinião. São perguntas objetivas e de fácil compreensão, que uma vez respondidas, servirão como base para se buscar sempre o melhoramento do atendimento. Responder esse questionário é optativo pela vítima ou seu familiar – não está vinculado ao atendimento. Esse preenchimento poderá ser feito com ajuda de um aluno ou familiar, principalmente, para as vítimas as quais sejam analfabetas, apresentem problemas de visão ou de audição.

Observa-se que as ocorrências mais frequentes são o delito de ameaça, seguido de lesão corporal. Também são comuns a violência patrimonial e ameaças de feminicídio. Questões culturais: machismo, patriarcalismo, dependência financeira, entre outros tipos de subjugação do gênero feminino ainda são fatores determinantes nos casos de violência doméstica.



O projeto de extensão também proporciona uma melhor interação entre a sociedade e a universidade, além de que proporciona aos alunos do Curso de Direito de Santa Cruz e Montenegro, mais um local para colocar em prática seus conhecimentos, mas, mais ainda, que possam usar dos conhecimentos adquiridos para estudar a violência doméstica e divulgar na academia e em eventos científicos, bem como na própria sociedade, pesquisas científicas sobre o tema, descortinando ainda mais o problema da violência doméstica.

Os acadêmicos atuam diretamente na Delegacia de Polícia, durante 20 horas semanais, durante todo o ano do desenvolvimento do projeto.

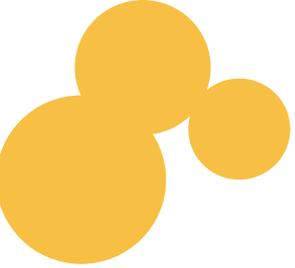
Cabe aos professores orientadores prepararem os acadêmicos para tal tarefa, orientando-os sobre os atendimentos, rede de proteção, etc., esclarecendo as dúvidas jurídicas e fazendo a orientação das pesquisas jurídicas realizadas pelos alunos, inclusive em reuniões semanais e grupo de estudo.

A interação entre os professores e os acadêmicos ocorrem semanalmente, onde são discutidos os casos de atendimento, sendo realizados estudos de caso, fichamentos de leitura e preparação para eventos acadêmicos e sociais, inclusive na forma de resumos expandidos, artigos e palestras nas comunidades, em rádios locais etc.

4 IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM RELAÇÃO À FORMAÇÃO PRÁTICA E HUMANISTA DOS DISCENTES DO CURSO DE DIREITO

A educação possui poder na construção de sociedades mais justas, fraternas e éticas. Ela é ferramenta determinante para a evolução dos povos rumo aos valores democráticos e aos relacionados com os direitos humanos.

No âmbito da justiça social, moral e política, baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva, inexistente avanço sem a promoção de uma educação inclusiva, humanizadora e integrativa – para todos e com a atuação de todos. Sem educação não há civilização, nem prosperidade. (Espínola, 2020, p. 104-105). A educação deve garantir o desenvolvimento de todos, como também de cada um, na perspectiva de uma multidimensionalidade cognitiva, socioemocional e comportamental. (Andrade, 2018, p. 176).



Andrade (2018, p. 176) também cita que a Unesco, quando vista pela perspectiva da ideia da educação integral para o desenvolvimento humano, usa do conceito de cidadania global para postular os princípios curriculares (expectativas de aprendizagem) e, assim, orientar as práticas educacionais para atingirem essa finalidade.

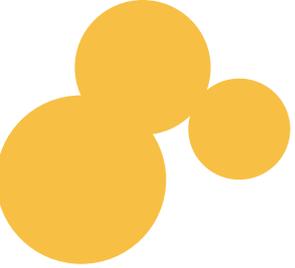
Ideias que adquiriram um *status* oficial ao serem compartilhadas pela totalidade das instâncias internacionais as quais têm competências no campo da educação, como a ONU, a UNESCO e a OCDE, consideram que a função de educação é justamente de proporcionar uma formação integral da pessoa, para que essa seja capaz de responder aos problemas que a vida propõe. O ensino deve ser para todos, independentemente de suas possibilidades profissionais.

Poder se formar em todas as capacidades disponíveis, com a finalidade de poder responder aos problemas que a vida apresenta. E, ao mesmo tempo, conforme destaca Zabala (2010, p. 21-23), observar a incapacidade de boa parte dos cidadãos escolarizados de saber utilizar os conhecimentos que, teoricamente, possuem, ou que foram apreendidos, em seu tempo escolar, em situações ou problemas reais, sejam cotidianos ou profissionais. Observa o referido, defendendo a necessidade de revisar o caráter dessas aprendizagens, devido a desconexão entre a teoria e prática.

Daí, destaca-se a importância da extensão universitária, que também está no fato de que a busca e o contato com a realidade profissional aumentam a motivação, a criatividade, a inovação e a cientificidade para estudar os conteúdos os quais envolvem a proposta, colocando o estudante como protagonista de sua aprendizagem. (Lima, 2020, p. 46)

Nas palavras de Gatto (2019, p. 97) qualquer que seja a concepção de educação, ela deve fazer do aluno um ser único, não conformista e que tenha preparo, ou seja, espírito para enfrentar grandes desafios, os quais lhe traga valores que vão servir para guiar essa pessoa por toda à sua vida.

A extensão universitária possibilita o compartilhamento, com as pessoas, com o público externo da universidade, do conhecimento o qual foi adquirido através do ensino e pesquisa desenvolvidos na instituição. Ocorre uma articulação do conhecimento científico, com as necessidades que a comunidade apresenta e onde ela está inserida. Dessa forma, a universidade interage com a comunidade e colabora para a transformação social, garan-



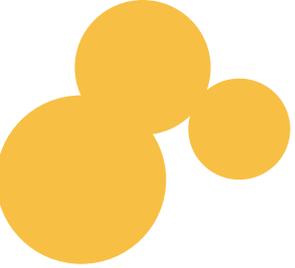
tindo valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social. (UFES, 2023)

A busca e o contato com a realidade profissional aumentam a motivação, a criatividade, a inovação e a cientificidade para estudar os conteúdos que envolvem a proposta, colocando o estudante como protagonista de sua aprendizagem. A extensão propicia novos aprendizados com relação aos estudantes, pois, eles constroem seu entendimento participando efetivamente da própria aprendizagem, mediante a experimentação, a pesquisa, o estímulo à dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, como a reflexão do realmente aprender. (Lima, 2020, p. 40-46)

Como observa Heitor Facini (2023), a extensão universitária faz parte do chamado tripé educacional, junto com pesquisa e com as atividades de ensino. Sua principal função é a de conectar as universidades com as comunidades nas quais estão inseridas – desenvolvendo projetos e as beneficiando diretamente. Ressalta o referido que a vida de um universitário não se resume somente ao que ele aprende em sala de aula, mas que a boa graduação é aquela onde o aluno tem acesso a outras iniciativas, dentre elas, a mais importante extraclasse é a extensão universitária.

A extensão dá a oportunidade de o aluno explorar e desenvolver na prática o que aprendeu no curso universitário. Sendo que na extensão o contato com a comunidade é direto, pois, o discente extensionista acaba assumindo a responsabilidade como se estivesse diante de qualquer outro trabalho e atua, como diz o referido, “fora dos muros da Universidade” – o que trará uma experiência curricular enriquecedora e significativa em seu campo de atuação.

Ela possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. Fornece de subsídios para o aprimoramento curricular e criação de novos cursos. O mais importante é que ela possibilita a integração entre universidade-comunidade, daí a comunidade universitária poderá conhecer a problemática nacional e atuar na busca de soluções plausíveis, dentre outras qualidades ressaltadas. (Scheidemantel, 2004)



Mendonça e Silva (2002) pontuam que poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade e que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade. Os referidos autores também ressaltam que uma das principais funções sociais da universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e emancipadoras. A extensão, portanto, é indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. A qualidade e o sucesso dos profissionais formados pelas universidades dependem, diretamente, do nível de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre essas três áreas da instituição.

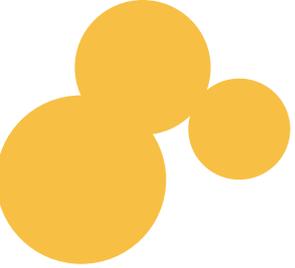
E, finalmente, concordamos com José Erlandro Lima, Ingrid Silva e demais autores, que a extensão é meio facilitadora e promissora pelo qual a universidade tem a oportunidade de levar até a comunidade os conhecimentos dos quais é detentora, ou seja, é a forma pela qual ela encontra de democratizar o conhecimento e fazer com que esse chegue até àqueles os quais não são universitários.

A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, possibilitando uma troca de valores entre ambas. Ela deve acontecer sempre como em uma via de duas mãos, ou seja, a universidade leva conhecimentos e assistência à comunidade, ao mesmo tempo em que aprende com a realidade dessas comunidades.

CONCLUSÃO

O presente artigo abordou a violência doméstica com definições e índices atuais. Destacou que a violência praticada contra a mulher ao longo do tempo está intimamente ligada aos aspectos culturais como machismo e formação de sociedade patriarcal. A subjugação da mulher através da violência caracteriza-se em reflexo dessa cultura machista, da relação de dependência econômica e da pouca escolaridade que potencializam essa triste realidade de violência.

Analisou-se a fins de exemplo alguns índices de ocorrência de violência praticada pela mulher por órgão de Segurança Pública, na região de Santa Cruz e Montenegro/RS.



Foi feita a explicação de como está ocorrendo o projeto de extensão universitária, desenvolvido pela Universidade de Santa Cruz do Sul/ (UNISC/RS) “Enfrentamento da violência doméstica e familiar – Direitos e garantias legais da Mulher agredida”, que ocorre em parceria com a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, nas cidades gaúchas de Santa Cruz, Sobradinho, Passo do Sobrado e Montenegro.

Ressaltou-se que ele tem como principal objetivo prestar assistência às vítimas de violência doméstica e familiar, fornecendo orientação sobre seus direitos previstos na Constituição Federal, Lei Maria da Penha e demais legislações Infraconstitucionais.

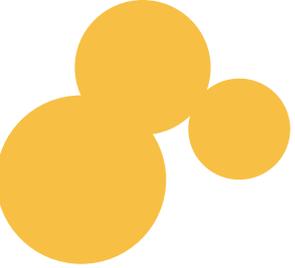
Objetiva-se realizar os atendimentos com privacidade e de forma humanizada, pelo fato de que a mulher chega à delegacia sem informações sobre seus direitos, não sabe a quem recorrer e está muito fragilizada devido à violência a qual está sofrendo.

O projeto conta com bolsistas estudantes do curso de graduação em Direito, da UNISC, em cada campus, o que é muito importante para o crescimento profissional e humano desses alunos. O retorno, nos anos os quais esse está sendo desenvolvido, apresenta-se muito positivo.

São muitos pontos positivos os quais estão sendo alcançados com relação ao projeto de extensão: “Enfrentamento da violência doméstica e familiar – Direitos e garantias legais da Mulher agredida”, com atendimento das vítimas e esclarecimento de seus direitos. Busca-se a inserção comunitária da universidade, por meio deste projeto humanista e que serve para ajudar a mudar essa realidade. Essa experiência é excelente para o desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional dos alunos do curso de Direito. A extensão significa que a universidade está atuando além dos seus muros, além da sala de aula.

A inserção comunitária é um ponto muito positivo da extensão universitária: os alunos vão estar ajudando a resolver problemas que a comunidade enfrenta, comunidade onde a universidade em que estudam está inserida.

O projeto também proporciona uma melhor interação entre a sociedade e a instituição, além de que proporciona aos alunos do Curso de Direito de Santa Cruz mais um local e oportunidade para colocar em prática seus conhecimentos adquiridos no curso de Direito.



REFERÊNCIAS

ALVES, I. **Em 6 meses, 35 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica.** Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/em-6-meses-35-mil-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ANDRADE, J. P.; SARTORI, J. O professor autor e experiências significativas na educação do século XXI: estratégias ativas baseadas na metodologia de contextualização da aprendizagem. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórica-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.

ARENDT, H. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BAPTISTA, G. **Mais garantias II: Quebrando o silêncio.** 2019. Disponível em: <https://fatonovo.com.br/eventos/mais-garantias-ii-quebrando-o-silencio-destacou-medidas-de-protecao-as-mulheres/>. Acesso em 23. jun. 2023.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

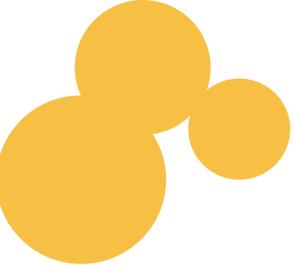
ESPÍNOLA, H. Desenvolvimento de competências pessoais e profissionais em vivências de sociocracia. In: DEBALD, B. (org.). **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno.** Porto Alegre: Penso, 2020.

FACINI, H. **Qual a importância da extensão universitária?** 2013. Disponível em: <https://www.kuadro.com.br/posts/qual-a-importancia-da-extensao-universitaria/>. Acesso em: 23. jun. 2023.

GATTO, J. T. **Emburrecimento programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória.** Trad. Leonardo Araújo. Campinas/SP, CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, 2019.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física; tradução de Maria Helena Kühner** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LIMA, M. C. de; CLAPIS, M. J. Estudantes aprendem fazendo com significado. In: **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno.** Organizador: Blasius Debalde. Porto Alegre: Penso, 2020.



LIMA, J. E. C. de; SILVA, I. R. N. da; NASCIMENTO NETO, P. F. do; PEREIRA, C. K. S.; BAKKE, L. A. A importância da extensão universitária na formação profissional do curso de farmácia. In: **II CONBRACIS: II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA3_ID2191_14052017154833.pdf. Acesso em: 23. jun. 2023.

LINTZ, S. **O crime, a violência e a pena**. Campinas – SP. 1987.

MELLO, A. R. de. Aspectos gerais da lei. In: LINTZ, S. (Org.). **Violência Doméstica e familiar contra a mulher. Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. **Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública**. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, C. L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>. Acesso em: 26. jun. 2023.

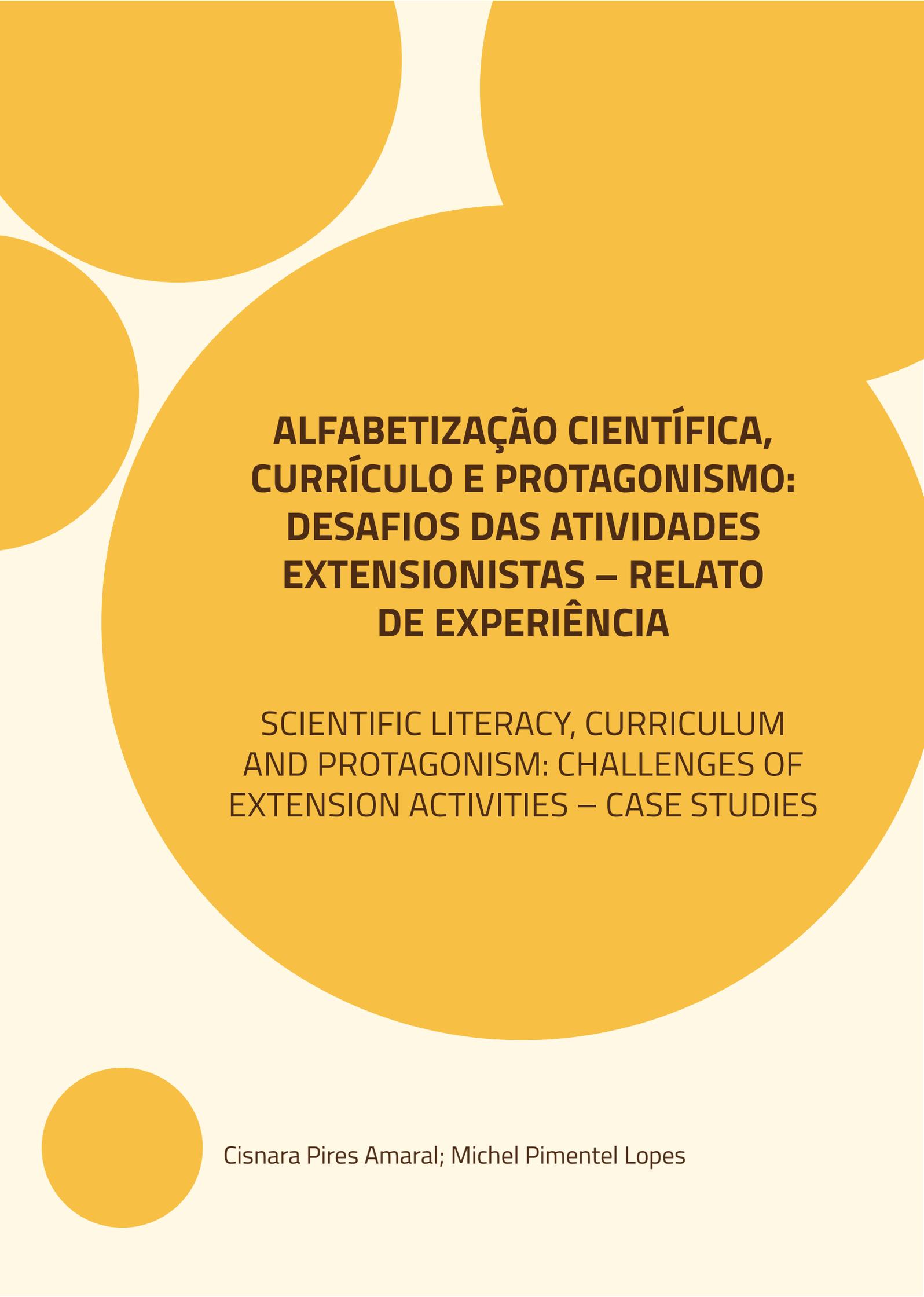
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, Observatório Estadual de Segurança Pública. **Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha**. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 23. jun. 2023.

SOARES, B. M. **Mulheres Invisíveis. Violência Conjugal e Novas Políticas de Segurança**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, S. R. **Comentários à Lei de Combate à violência contra a mulher**. Curitiba: Juruá, 2007.

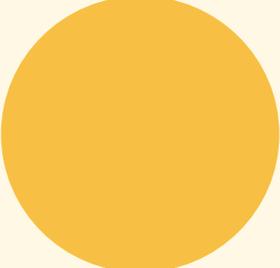
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O que é extensão universitária?** 2013. Disponível em: <http://www.proex.ufes.br/o-que-%C3%A9-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria>. Acesso em: 23. jun. 2023.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

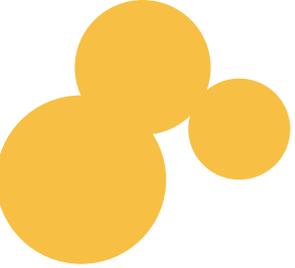


**ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA,
CURRÍCULO E PROTAGONISMO:
DESAFIOS DAS ATIVIDADES
EXTENSIONISTAS – RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

SCIENTIFIC LITERACY, CURRICULUM
AND PROTAGONISM: CHALLENGES OF
EXTENSION ACTIVITIES – CASE STUDIES



Cisnara Pires Amaral; Michel Pimentel Lopes



RESUMO:

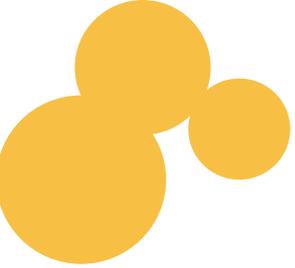
O trabalho faz referência às atividades de extensão desenvolvidas pela Liga Acadêmica de Saúde e Meio Ambiente (LiASM) e propõe realizar discussões em espaços formais e informais, relacionando a saúde com as questões ambientais. Para tal, realizaram-se oficinas relacionadas ao descarte de medicamentos e sua relação com a saúde, zoonoses emergentes, saúde e bem-estar animal, campanha de vacinação junto ao Rotaract, bingo relacionado ao câncer de mama e a I Jornada *Online* para discutir a Menopausa. Para análise, foi utilizada a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), na qual, através de relatos, os acadêmicos expuseram sua percepção e vivência em relação à participação em uma Liga Acadêmica. Notou-se que as atividades oportunizaram a discussão de assuntos relacionados às diferentes disciplinas que compõem o currículo acadêmico, propiciaram contextualizações e promoveram a divulgação do saber científico, desmistificando a cultura de padronização de atividades, além de contribuir para a aprendizagem personalizada, criativa e interativa.

Palavras-chave: Extensão. Saber científico. Promoção da Saúde.

ABSTRACT:

The work refers to the extension activities developed by the Academic League of Health and Environment (ALHE), where it is proposed to hold discussions in formal and informal spaces, relating health with environmental issues. To this end, workshops were held related to the disposal of medicines and their relationship with health, emerging zoonosis, animal health and welfare; Rotaract vaccination campaign; raffle related to breast cancer and the 1st Online Journey to discuss the Menopause. For analysis, the Grounded Theory (GT) was used, in which, through reports, the students expose their perception and experience in relation to the participation in an Academic League and report of the regents or institutions involved. It is noted that the activities provide opportunities for the discussion of related subjects in the different disciplines that make part at the academic curriculum, provide contextualization, promote the dissemination of scientific knowledge, demystify the culture of standardization of activities, contributing to personalized creative and interactive learning.

Keywords: Extension. Scientific knowledge. Health Promotion.



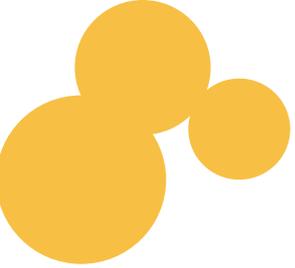
INTRODUÇÃO

A discussão e a relação da saúde com o meio ambiente nunca foram tão direcionadas, principalmente após os episódios da pandemia de Covid-19, que deixaram claro a inter-relação entre as mazelas ambientais e a saúde da população. Dessa forma, tal discussão traz a oportunidade de reflexões sobre a interdependência entre as ações antrópicas e a saúde da população. Harari (2020, p. 30) observa que “nesses momentos de crise, estamos diante de duas escolhas importantes: A primeira se dá entre vigilância totalitária e empoderamento do cidadão; e a segunda, entre isolamento nacionalista e solidariedade global”.

Na opção pelo empoderamento do cidadão, encontram-se os trabalhos das Ligas Acadêmicas (LA) que poderão ofertar atividades de extensão que desenvolvam o protagonismo (Silva; Flores, 2015), a proatividade através da colocação do graduando como sujeito ativo de sua formação (Queiroz *et al.*, 2014) e o favorecimento do tripé universitário, ampliando a capacidade do ensino, pesquisa e extensão e possibilitando a formação diferenciada em saúde (Cavalcanti *et al.*, 2018).

Assim, compreende-se a importância das LA para alunos inseridos em diferentes cursos universitários. A possibilidade de discutir a saúde e contextualizar com a degradação ambiental oportuniza o desenvolvimento da criticidade em relação aos próprios hábitos. Essa formação diversificada é de grande importância para uma carreira profissional, porque não se pode viver de uma única informação e, sim, de outras que possam acrescentar na construção do conhecimento (Santos *et al.*, 2020).

Ao realizar a inserção do acadêmico em espaços formais e informais, pretende-se demonstrar a clareza de que um estudo, sabe-se que pode e deve ser realizador, mas exige esforço, dedicação e frustração (Vasconcelos, 2008). Rodrigues *et al.* (2013), salienta que as atividades de extensão favorecem os laços entre o aprendiz e a sociedade a ser beneficiada, fortalecendo vínculos de responsabilidade social. Desse modo, ressalta-se a importância das atividades de extensão promovidas pelas LA como forma de estimular o acadêmico a contextualizar o currículo, vislumbrando a necessidade de disseminar conhecimentos aprendidos em diferentes disciplinas, oportunizando o saber científico, desmistificando fatos, construindo e reconstruindo de forma coletiva conceitos, dialogando e legitimando novas formas de aprendizado.



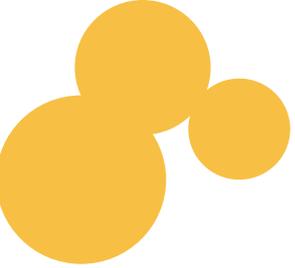
1 O FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO E A OPORTUNIDADE DE APRENDIZADO

Sabe-se que ensino, pesquisa e extensão são processos indissociáveis, proporcionando a formação de cidadãos comprometidos com a realidade. O desafio para os envolvidos está em propiciar a integração entre a comunidade e seu entorno, transformando os sujeitos em participantes e protagonistas de projetos de mudança, inclusão social e desenvolvimento sustentável (Nunes; Silva, 2011).

Barbosa *et al.* (2019) relatam que a universidade pode exercer parte de seu papel social contribuindo para a apresentação do ensino superior a futuros acadêmicos em potencial, auxiliando nas escolhas profissionais. Nota-se que essas ações podem refletir na redução das taxas de abandono de cursos universitários, auxiliar a disseminação de conhecimentos, fortalecer os vínculos entre os envolvidos, facilitar a descoberta de uma futura vocação, além de desenvolver a percepção ampliada do mundo universitário antes de integrá-lo. E, nesse universo, encontram-se os docentes, que desenvolvem papel fundamental como orientadores, pois possibilitam a contextualização dos conhecimentos vistos na graduação, relacionando os conceitos de modo científico e significativo.

No processo de ensinar e aprender, é fundamental que a construção de sentido seja entrelaçada à construção de significados. O sentido, o propósito e o objetivo do aprender, devem se entrelaçar com os significados socialmente construídos do conhecimento nas ciências, na cultura e na tecnologia. A contextualização é o primeiro passo para a construção ativa do conhecimento, pois ao determinar as condições de sua inserção e os limites de sua validade, é a condição essencial da eficácia do funcionamento cognitivo (Morin, 2002, p.34).

Dessa forma, compreende-se que as LA criam espaços de oportunidade. Segundo Silva *et al.* (2015), as LA exercem papel fundamental nas universidades, com atividades extracurriculares que expandem o conhecimento dos alunos integrantes além da graduação, contemplando tanto o meio acadêmico, quanto a sociedade. Sabe-se que a implantação de uma LA se torna um processo que envolve a dedicação do acadêmico envolvido e do professor orientador, pois para que a contribuição alcance a comunidade são necessários planejamento, reuniões, discussões, estudo e integração do grupo envolvido.



2 METODOLOGIA

Esse artigo analisa as atividades extensionistas realizadas pela Liga Acadêmica de Saúde e Meio Ambiente (LiASM), realizadas por acadêmicos dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária e Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI-Campus Santiago/RS. As referidas atividades são coordenadas pelos autores do trabalho e consistiram em realizar uma análise através de questionário *online*, em que os acadêmicos envolvidos evidenciaram a sua percepção em relação às atividades desenvolvidas pela Liga e sua importância no desenvolvimento do protagonismo científico.

A Liga Acadêmica foi criada em julho de 2022, possui página no *Instagram* e desenvolve atividades de extensão junto à comunidade santiaguense e seus arredores, pois integra a liga de acadêmicos de cidades vizinhas como Jaguari, São Borja e São Francisco de Assis. Para a análise de dados, optou-se pela Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), tipo de pesquisa interpretativa que focaliza o sujeito, a fim de construir teorias de pequeno e médio porte para explicar processos sociais. Essa pesquisa busca a compreensão do significado das relações e interações entre os fenômenos sociais, a compreensão da realidade e da ação humana, identificando a emoção que é gerada com base nas experiências (Strauss; Corbin, 2022).

Os relatos registrados permitiram compreender a importância da experiência com a elaboração de categorias que exemplificassem o contexto das atividades extensionistas. Assim, construiu-se a categoria central, intitulada: Extensão Universitária e a Comunidade, delimitando 5 categorias de análise: *feedback* do acadêmico; currículo acadêmico e saber científico; criatividade e produção acadêmica; exteriorização das ações desenvolvidas (participação em congressos) e aprendizado. As categorias se encontram ilustradas em um esquema teórico explanatório (Figura 1).

Para a análise dos dados, foi considerada a participação de 12 acadêmicos por meio da realização de questionário *online*, enviado via *whatsApp*, considerando a avaliação do acadêmico em relação à participação na liga acadêmica, o desenvolvimento do saber científico, a avaliação das atividades de extensão e do trabalho docente. O trabalho não foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), pois este projeto está cadastrado como "Ação Social", além do que, caracteriza-se como um relato de experiência.

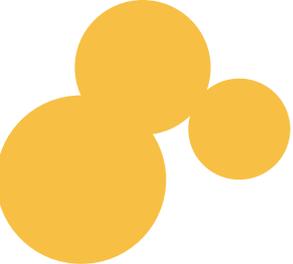
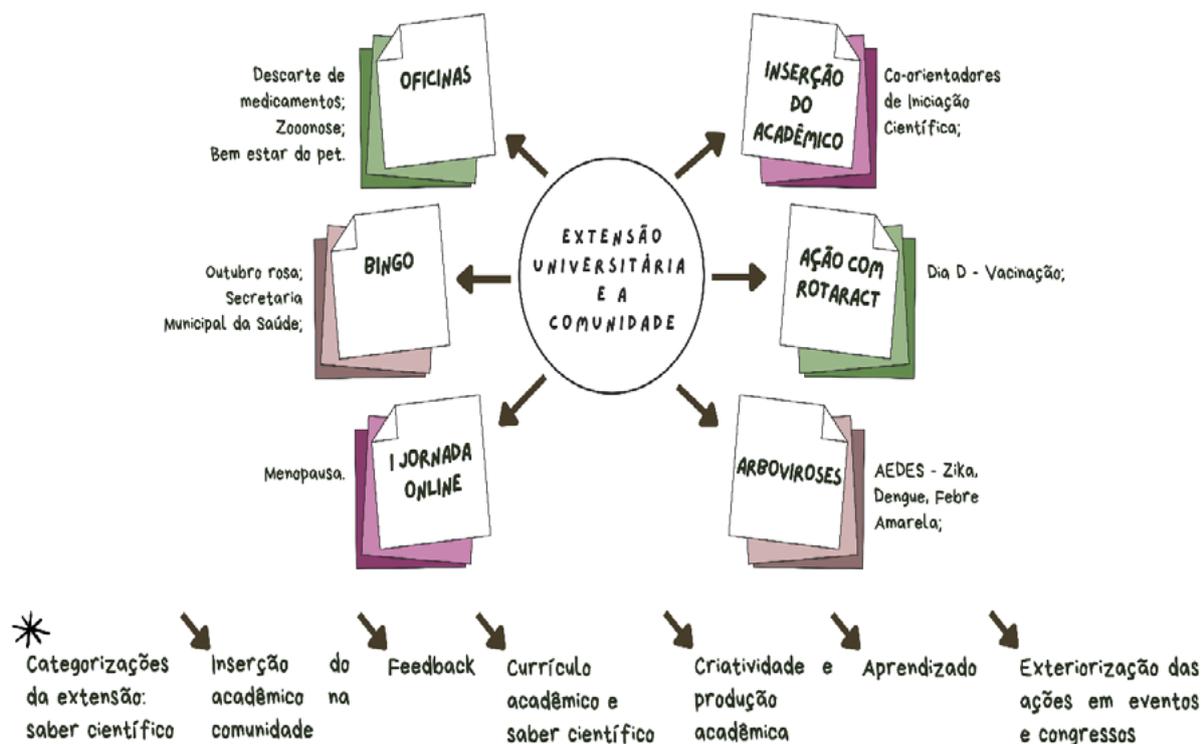


Figura 1 – Esquema identificando a categoria central proposta e as categorias de análise



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados estão relacionados às respostas de 12 acadêmicos, integrantes da LA, que realizaram a atividade de forma voluntária, matriculados nos Cursos de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária e Psicologia. Importante destacar que a LA é composta por 16 acadêmicos, porém, 12 alunos conseguiram responder o questionário em tempo hábil. Dividiremos essa discussão em 2 tópicos, o primeiro faz referência a visão acadêmica. O segundo, apresenta as atividades desenvolvidas pelo grupo.

Em relação a visão acadêmica, a primeira pergunta do questionário *online* abordou a perspectiva que o acadêmico possui em relação à participação na LA.

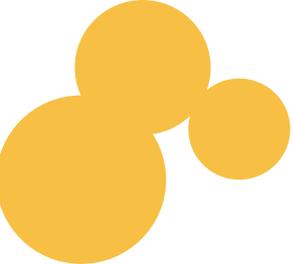
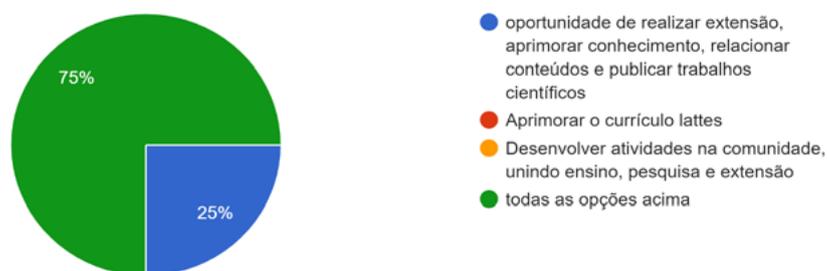


Figura 2 – Visão acadêmica sobre a importância de estar inserido em uma liga acadêmica

1. Para você, participar de uma Liga Acadêmica representa:

12 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que os acadêmicos têm noção de que a participação em uma LA trará benefícios no currículo, auxiliará o saber científico, aprimorará conhecimentos e conceitos e auxiliará o desenvolvimento da extensão na comunidade, pois 75% dos partícipes mencionaram essa alternativa. Dados científicos confirmam que, nos últimos anos, os discentes encontram-se desmotivados em relação à produção científica, dessa forma, faz-se necessário proporcionar o engajamento do estudante, instigar a disseminação do saber científico, promover o protagonismo estudantil e a compreensão de assuntos diversos que fazem parte do cotidiano, proporcionando novas perspectivas aos discentes.

No sentido de desenvolver o pensamento crítico, alunos com perspectiva expõem pressupostos questionáveis e não examinados, conclusões e implicações. Quando os alunos têm ou conseguem ganhar perspectiva, eles conseguem obter distanciamento crítico das crenças habituais ou precipitadas, sentimentos, teorias e recursos que caracterizam menos cuidadosos e circunspectos (Wiggins; Mctighe, 2019, p.95).

Assim, as atividades de uma LA ilustram a importância de confrontar os alunos com problemas reais, exigindo a compreensão, alinhando o currículo da graduação com as oportunidades que se apresentam na comunidade. A organização do conhecimento afeta as habilidades do processo, tais como habilidade de refletir e resolver problemas. Refletir sobre essas questões e criar um conjunto de ideias interligadas e duradouras são aspectos importantes do design educacional (Darling-Hammond; Bransford, 2019). A Figura 3 apresenta a inserção do acadêmico na comunidade, através de um trabalho colaborativo com o *Interact Santiago*, demonstrando a capacidade de discussão de temas atuais, atualização, estudo em relação ao tema e comprometimento durante a atividade.

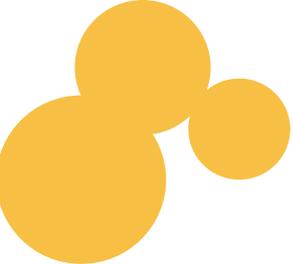
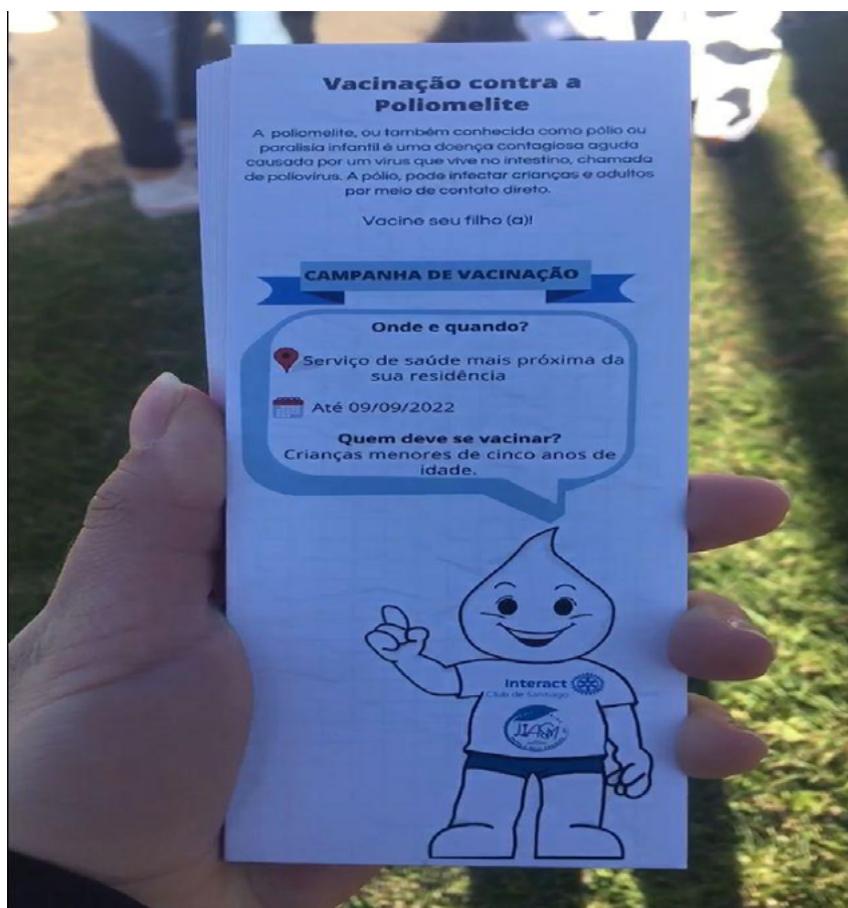


Figura 3 – Folder produzido para o dia-D, vacinação



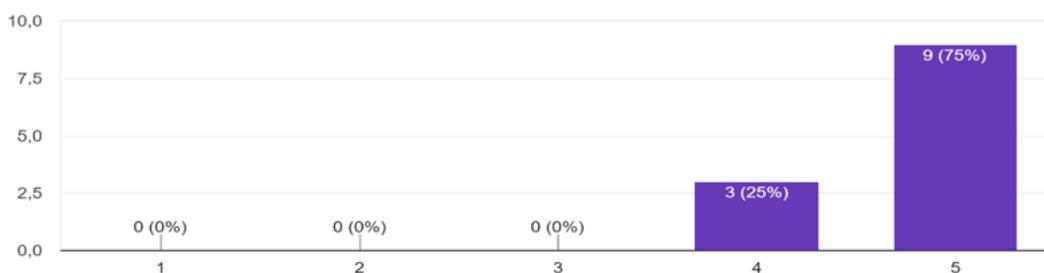
Fonte: Acervo dos autores.

A pergunta 2 estava relacionada à satisfação em relação a participar de uma LA.

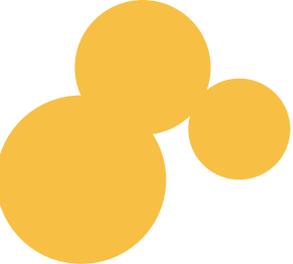
Figura 4 – Avaliação da satisfação em relação à inserção na LA

2. Qual sua satisfação em relação a participação na liga (de 0a 5)

12 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores.



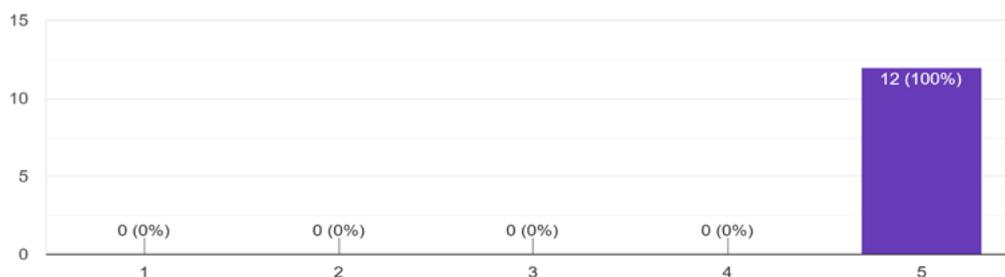
Observa-se que todos estão satisfeitos em relação a sua inserção na LA, apesar de haver acadêmicos que trabalham e moram em outras cidades. Dessa forma, compreende-se o esforço que esses discentes fazem para conseguir contribuir com a LA. Sabe-se que, em sua grande maioria, a universidade é formada por discentes que custeiam a faculdade por intermédio do emprego, desse modo, não se pode exigir dedicação exclusiva e, mesmo assim, verificam-se os seus esforços para auxiliar as atividades. Percebe-se, ainda, que mesmo que o discente participe poucas vezes de uma atividade, conseguirá aumentar seu vocabulário em razão das discussões e propostas apresentadas em uma liga, exercitar a criatividade e a criticidade. Outro fato a considerar é o de que a liga é formada por acadêmicos de outras cidades, é interdisciplinar, desse modo, ocorre intercâmbio entre diferentes cursos e culturas, favorecendo a discussão entre o grupo.

Ken Robinson e Lou Aronica (2019) reforçam que as pessoas irão conquistar milagres, se estiverem motivadas por uma visão direcionada e um senso de propósito. Esse senso de propósito será capaz de auxiliar a observação da importância da disseminação de conhecimento científico, capaz de promover mudanças em uma comunidade. As pessoas precisam ter uma visão de futuro para a qual estão direcionadas. Precisam sentir que são capazes de mudar e desenvolver habilidades necessárias para isso. Precisam acreditar que existem boas razões para a mudança, o que valerá a pena o esforço de fazer a transição (Ken Robinson; Lou Aronica, 2019).

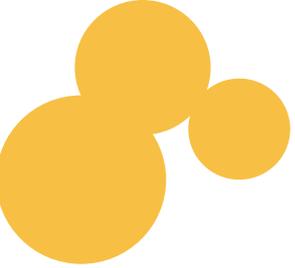
A pergunta 3 pedia que os acadêmicos avaliassem a importância das atividades da LA.

Figura 5 – Avaliação da importância das atividades

4. Avalie a importância das atividades de extensão na comunidade:
12 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores.



Em relação à Figura 5, percebe-se que os acadêmicos têm consciência da importância das atividades de uma LA na comunidade. A inserção em diferentes locais oportuniza a troca de experiência, a dedicação, o compromisso e o estudo. A Figura 5 ilustra uma oficina, realizada em parceria com a Estratégia da Saúde da Família (ESF) São Vicente, mesmo bairro onde se encontra a universidade. Nessa atividade, foi realizado um bingo sobre os conhecimentos a respeito do câncer de mama. Para a produção do bingo, ocorreu reunião entre o grupo, discussões sobre os fatores envolvidos no câncer de mama, preocupação em relação à idade das participantes e auxílio durante a atividade. Esse pluralismo teórico permite atender às demandas do século XXI e possibilita melhor adaptação ao cenário em constante mutação (Bacich; Holanda, 2020). Para isso, é preciso ser criativo e inovador, independentemente do curso ou profissão escolhida.

Assim, o trabalho das LA proporciona integração e personalização do ensino. A personalização ocorre quando, ao entrar em contato com diferentes experiências, desenhadas de acordo com as necessidades identificadas, os estudantes são envolvidos em propostas que fazem sentido para eles. Além disso, constroem conhecimento coletivamente, interagindo com seus pares (Bacich; Holanda, 2020).

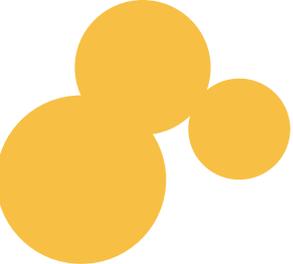


Figura 6 – Atividade em parceria com ESF

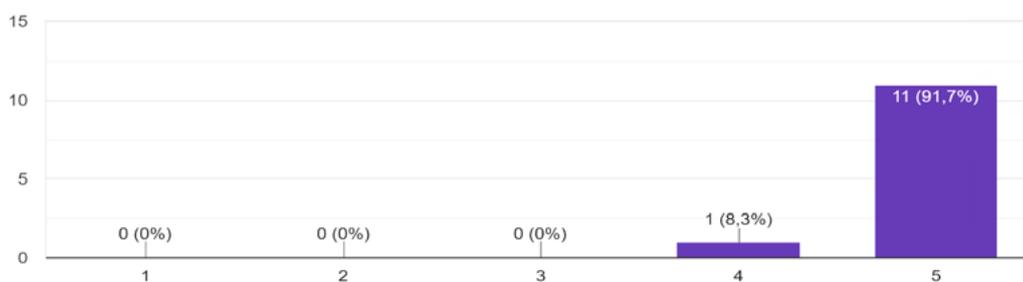


Fonte: Acervo dos autores.

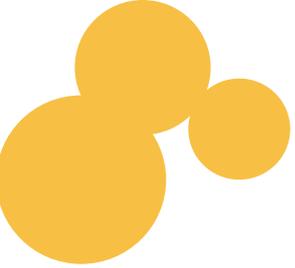
A pergunta 5 estava direcionada à visão que o acadêmico possui da importância do docente em relação à condução das atividades relacionadas a liga.

Figura 6 – Avaliação do trabalho docente

5. Qual sua percepção em relação ao trabalho do docente na atividade de uma liga
12 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores.



Nota-se que os discentes têm noção da importância do trabalho docente como coordenador, orientador e dinamizador de práticas. Um professor incentivador será capaz de auxiliar os alunos a adotar nova postura, mais proativa, em que tenham ciência de que seu conhecimento será oriundo de sua própria dedicação, de seu esforço e da colaboração com os demais participantes do processo (Bacich; Moran, 2018).

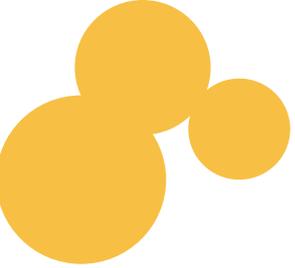
Bons professores entendem o que qualquer aluno pode confirmar: ensinar não é falar, e aprender não é apenas ouvir. Professores eficazes são capazes de descobrir não só o que eles querem ensinar, mas também como fazê-lo de modo que os alunos possam entender e utilizar essas novas informações e habilidades. Além disso, eles sabem para que os alunos estão prontos e o que precisam aprender. Assim, escolhem tarefas que são produtivas e organizam essas tarefas de forma a construir a compreensão do aluno. Por fim, eles monitoram o crescimento e o progresso dos alunos para que consigam compreender suas necessidades específicas e mantê-los envolvidos, aprendendo produtivamente e crescendo como cidadãos cooperativos e conscientes, com capacidade para integrar a sociedade (Darling-Hammond; Bransford, 2019, p.78).

Esse é o intuito de uma liga acadêmica, envolver os participantes na criação de estratégias que proporcionem discussões, divulgação de conhecimento, saber científico e protagonismo em relação às diferentes possibilidades que se apresentam no mercado de trabalho. Horn e Staker (2015) observam que as mudanças apresentadas na sociedade, fazem com que os alunos necessitem de professores que orientem academicamente como mentores, não apenas para ajudá-los a construir relacionamentos positivos, mas para auxiliá-los a ter sucesso na vida.

Para auxiliar as discussões, seguem relatos de acadêmicos que representam os cursos integrantes da LA:

“Muito satisfatório fazer parte de um grupo de acadêmicos empenhados em se desenvolver intelectualmente e disseminar os mais variados assuntos da Academia para a sociedade como um todo, fazer a ligação dos ensinamentos em aula com as práticas em sociedade e a informação na comunidade torna-se vital para o amadurecimento de assuntos ligados a saúde única”. J.I.V – acadêmico de Medicina Veterinária.

“A liga acadêmica na minha percepção é satisfatória pelo auto crescimento que está acontecendo. Os eventos, artigos, trabalhos e dinâmicas que são realizadas fazem com que todos



aprendam e possam aumentar seus conhecimentos tanto para o profissional quanto para a pessoa”. D.B.P – acadêmico de Enfermagem.

“Para mim, é extremamente gratificante fazer parte da Liga, principalmente por poder contribuir pra comunidade os nossos conhecimentos, agregando experiências para eles e para mim mesma. Ser voluntária, mesmo após o final da graduação, tem sido uma ótima vivência, pois me ajuda a seguir ativa, contribuindo com os meus conhecimentos profissionais, além de agregar na escrita e publicação de trabalhos acadêmicos” -E.P.R – enfermeira, egressa do Curso de Enfermagem, que trabalha como voluntária.

“Eu acho que a liga nos posiciona mais ainda dentro do nosso curso, é muito importante pq a gente pode ver na prática várias atividades e questões sociais que a gente vê na teoria. A oficina dos medicamentos, por exemplo, deu pra ver o quão importante é falar sobre esses temas, pq a maioria das crianças não sabia o que fazer com o medicamento. Sem contar o convívio com o pessoal dos outros cursos, a chance de ver a realidade do outro e a troca de experiências que tem, acho muito massa essa parte também” L.E – acadêmica do Curso de Farmácia.

“Foi uma das melhores escolhas que tive, participar da liga acadêmica, trouxe mais estudo, comprometimento, integração com outros cursos e currículo, através da participação em congressos e eventos”. P.B. – acadêmica do Curso de EAD Biomedicina.

Percebe-se que os acadêmicos envolvidos têm noção da importância das atividades realizadas pela LA, também compreendem que as atividades oportunizam o protagonismo estudantil e reforçam a disseminação de conhecimentos.

Para a contextualização das atividades da LA até então exercidas, apresentamos a tabela 1, que demonstra as inserções na comunidade e arredores.

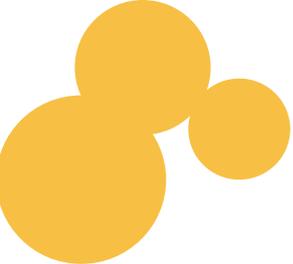


Tabela 1 – exemplificação das atividades realizadas

Instituição	Atividade realizada	Público-alvo
Escola Estadual Cândido Genro	Oficina de Bem-estar animal.	3º e 4º anos.
Escola Estadual Thomás Fortes	Oficina de Descarte de Medicamentos e suas consequências para o Meio Ambiente.	8º e 9º anos.
Escola de Educação Básica da URI	Oficina de Descarte de Medicamentos.	8º, 9º anos e Ensino Médio.
Escola de Educação Básica da URI	Zoonoses.	3º ano /Ensino Médio.
Escola Estadual Lucas Araújo	Zoonoses e Descarte de Medicamentos.	8º e 9º ano.
Bingo Câncer de Mama	ESF São Vicente.	Grupo de mulheres atendidas pelo ESF.
Rotaract	Dia D – Vacinação.	Divulgação em praça pública.
LiASM	I Jornada Online da Menopausa.	Mulheres acima de 40 anos.
LiASM	E-book de estudos científicos sobre a menopausa.	Mulheres em idade reprodutiva e após 40 anos.
Escola Estadual do Boqueirão	Descarte de Medicamentos e Bem-estar do Pet.	8º, 9º, 3º e 4º ano.
Instituto Estadual de Educação Professora Guilhermina Javorski – Jaguari	Descarte de Medicamentos Zoonose Bem-estar animal.	4º, 5º, 6º, 7º 8º e 9º anos Ensino Médio.
LiASM	Produção de livro infantil sobre arboviroses, a ser lançado na Feira do Livro Municipal de 2023.	Ensino Fundamental.
Escola de Educação Básica da URI	Inserção dos acadêmicos como coorientadores na Mostra Científica da Instituição realizada em novembro de 2022.	Ensino Médio.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A tabela demonstra a participação ativa da LA e sua preocupação em inserir diferentes cursos em contato com temas atuais e relevantes. Os temas favorecem o estudo e o desenvolvimento do saber científico, além da integração entre o grupo, através da discussão de assuntos e do desenvolvimento da criatividade. Importante acrescentar que o grupo assinou contrato com a Casa do Poeta, instituição responsável pelo lançamento de livros, pela qual será lançado um livro infantil, produzido como uma construção coletiva

pelos integrantes, com a produção de uma história sobre arboviroses, intitulado “Peripécias de Kiara: a mosquita Aedes” (Figura 7).

Figura 7 – Divulgação do livro que será lançado pela LA

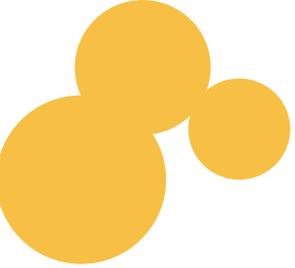


Fonte: Elaborado pelos autores.

Todas as atividades mencionadas colaboram para o desenvolvimento do protagonismo, da alfabetização científica, além de contribuir para que a universidade fortaleça sua atuação na comunidade onde está inserida, fortalecendo o tripé ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as LA fortalecem o papel da universidade como instituição que propicia o desenvolvimento de habilidades e competências que serão utilizadas em diferentes cursos de formação, além de alinhar o currículo acadêmico com as diferentes demandas que se apresentam na sociedade. Percebe-se que as atividades oportunizam a discussão



de assuntos relacionados nas diferentes disciplinas que compõem o currículo acadêmico, propiciam contextualizações, promovem a divulgação do saber científico, desmistificam a cultura de padronização de atividades e contribuem para a aprendizagem personalizada, criativa e interativa. A TFD desse estudo observa que o trabalho das LA na comunidade proporciona a categorização da extensão e o desenvolvimento do saber científico, a inserção do acadêmico em sua comunidade, desenvolve o currículo e a produção acadêmica, proporciona a criatividade, garante o *feedback* das atividades, promove o aprendizado e proporciona a exteriorização das ações através da representatividade em eventos e congressos. Desse modo, contribui para a formação de acadêmicos preparados para o mercado de trabalho e para as diferentes possibilidades que se apresentam na sociedade.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; HOLANDA, L. **Steam em sala de aula:** a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. Porto Alegre: Penso, 2020.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARBOSA, L.A.; SALES, M.C.; SOUZA, I. L.L.; GONDIM-SALES, A.F.; SILVA, G.C.N.; LIMA-JÚNIOR, M. M. Extensão como ferramenta de aproximação da universidade com o ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.49, n.174, p. 316-327, out/dez, 2019.

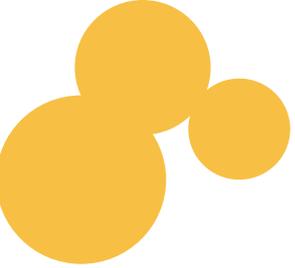
CAVALCANTI, A. S. P. et al. As ligas acadêmicas na área da saúde: lacunas do conhecimento na produção científica brasileira. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.42, n.1, p. 197-204, 2018.

DARLING-HAMMOND, L.; BRANSFORD, J. **Preparando os professores para um mundo em transformação:** o que devemos aprender e estar aptos a fazer. Porto Alegre: Penso, 2019.

HARARI, Y.N. **Notas sobre a pandemia e breves lições para o mundo pós-coronavírus.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020, 65 p.

HORN, M.B.; STAKER, H. **Blended:** usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015, 89 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2002, 34 p.



NUNES, A.L.P.F.; SILVA, M.B.C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal estar e sociedade**, Barbacena, ano IV, n.7, p.119-133, julho/dez, 2011.

QUEIROZ, S. J. et al. A importância das ligas acadêmicas na formação profissional e promoção da saúde. **Fragmentos de cultura**, v.24, especial, p.73-78, 2014.

ROBINSON, K.; ARONICA, L. **Escolas criativas**: a revolução que está transformando a educação. Porto Alegre: Penso, 2019.

RODRIGUES, A. L. L.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; COSTA, C. L. N. A.; PASSOS NETO, I. F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 16, p. 141-148, mar. 2013.

SANTOS, J.A.; NASCIMENTO, J.M.; VIEIRA, M.S.; SANTOS, J.V. **As instituições e a sua interferência na aplicação dos valores éticos e morais no contexto escolar**. In: SILVEIRA NETO, J.C. (Org.) Euclides da Cunha – Ba: Farol do Conhecimento, 2020, 59-70 p.

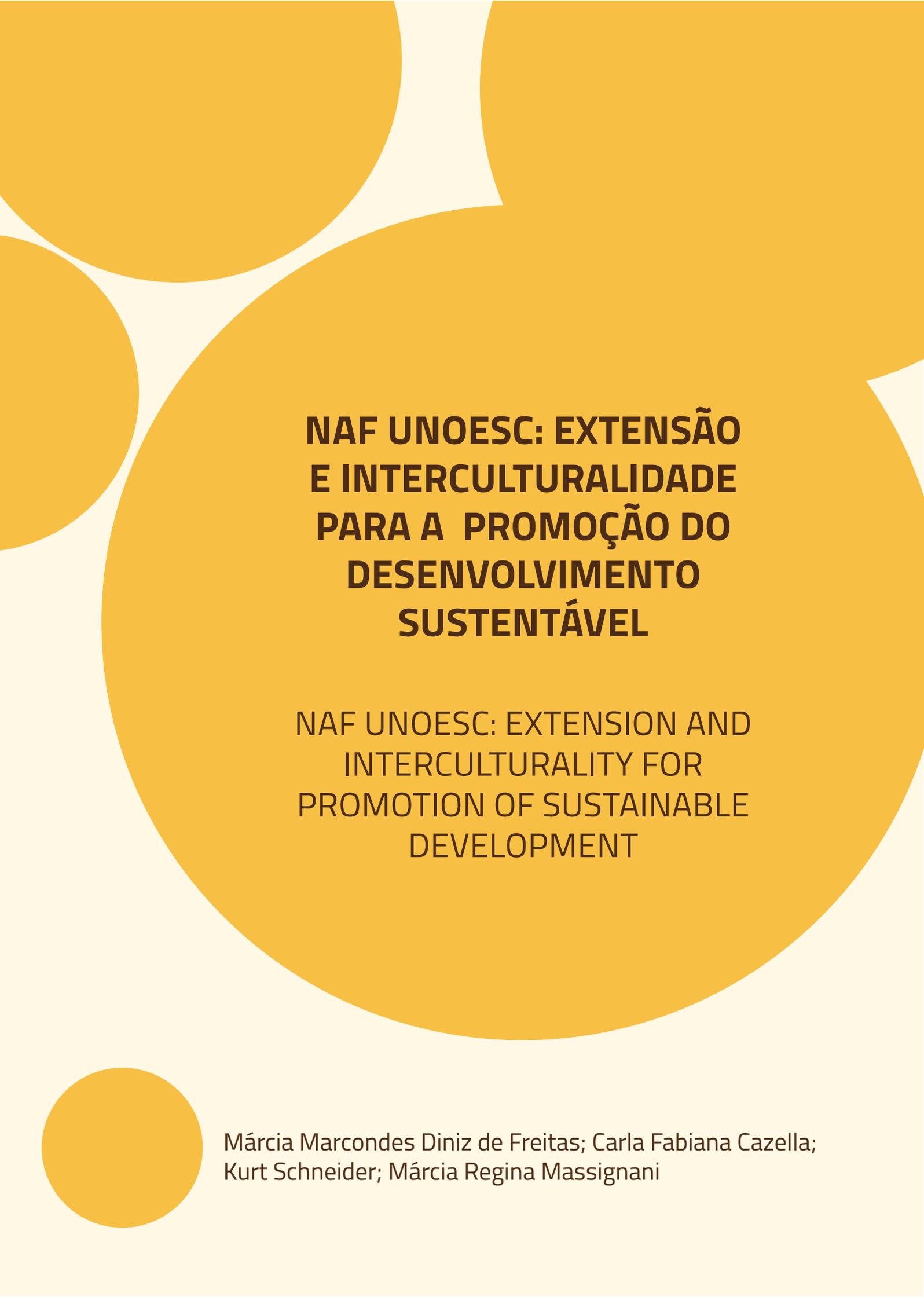
SILVA, J.H.S.; CHIOCHETTA, L.G.; OLIVEIRA, L.F.T.; SOUZA, V.O. Implantação de uma liga acadêmica de anatomia: desafios e conquistas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.39, n.2, p.310-315, 2015.

SILVA, S.A.; FLORES, O. Ligas acadêmicas no processo de formação dos estudantes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.39, n.3, p.410-417, 2015.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada**. Medellín: Facultad de Enfermería, Ed. Universidad de Antioquia, 2002, 45 p.

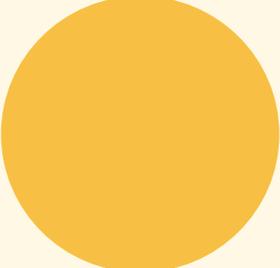
VASCONCELOS, C. **Avaliação**: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar. Ed. Liberdade: São Paulo, 2008, 173 p.

WIGGINS, G.; MCTIGHE, J. **Planejamento para a compreensão**: alinhando currículo, avaliação e ensino por meio do planejamento reverso. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2019.

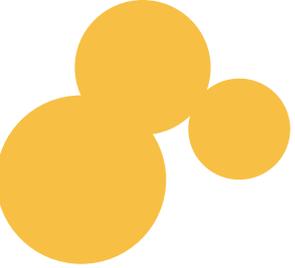


**NAF UNOESC: EXTENSÃO
E INTERCULTURALIDADE
PARA A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

NAF UNOESC: EXTENSION AND
INTERCULTURALITY FOR
PROMOTION OF SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



Márcia Marcondes Diniz de Freitas; Carla Fabiana Cazella;
Kurt Schneider; Márcia Regina Massignani



RESUMO

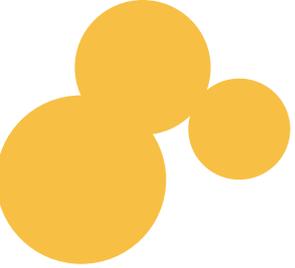
Este estudo aborda a importância da interculturalidade na extensão universitária, com foco nos atendimentos realizados pelo Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Unoesc a comunidade e também para imigrantes estrangeiros. A pesquisa Quantitativa coletou dados sobre esses atendimentos com o objetivo de promover a integração de pessoas de diferentes culturas e analisar o impacto desses atendimentos na sociedade. O estudo também destacou a importância da cidadania na extensão, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, e destaca a contribuição da extensão para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Os resultados da pesquisa mostram que a interculturalidade e a diversidade são elementos essenciais para a promoção da extensão universitária e para a formação de profissionais qualificados e sensíveis às diferenças culturais. Os atendimentos realizados pelo NAF da Unoesc emocionam ser uma ferramenta importante para a integração de estrangeiros e para a promoção da interculturalidade. A extensão universitária, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados, garantido para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Interculturalidade. Extensão universitária. Competências interculturais.

ABSTRACT

This study addresses the importance of interculturality in university extension, focusing on the services provided by the Accounting and Fiscal Support Center (NAF) of Unoesc to the community and also to foreign immigrants. The quantitative research collected data on these services with the aim of promoting the integration of people from different cultures and analyzing the impact of these services on society. The study also highlighted the importance of citizenship in extension, in accordance with the Brazilian National Education Guidelines and Bases Law, and emphasizes the contribution of extension to the achievement of sustainable development goals. The research results show that interculturality and diversity are essential elements for promoting university extension and for the training of qualified professionals who are sensitive to cultural differences. The services provided by Unoesc's NAF appear to be an important tool for the integration of foreigners and for the promotion of interculturality. University extension, as provided for in the Brazilian National Education Guidelines and Bases Law, plays a fundamental role in the formation of conscious and engaged citizens, ensuring sustainable development.

Keywords: Interculturality; university extension; intercultural competencies.



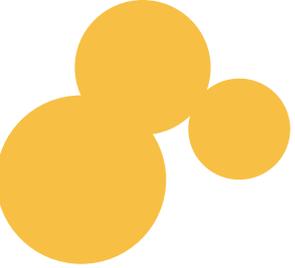
INTRODUÇÃO

O estudo trata da extensão como fator de desenvolvimento da interculturalidade, ressaltando o comprometimento da universidade, especialmente na contribuição da extensão para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Nesse intento, o foco será a análise do projeto de extensão da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, pelo Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAF Unoesc, nos atendimentos gratuitos realizados à comunidade de baixa renda, microempreendedores individuais e também à imigrantes estrangeiros, por acadêmicos e professores dos cursos de Ciências Contábeis de Chapecó, Joaçaba, Maravilha, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Videira, especialmente nos quesitos de promover a interculturalidade e valorizar a diversidade cultural.

A extensão universitária desempenha um papel crucial na formação acadêmica, estabelecendo uma ponte entre a academia e a sociedade, tal interação se dá pelo reconhecimento e valorização da diversidade de culturas presentes na sociedade. Ao adotar essa abordagem, a produção de conhecimento se transforma em um processo de mão-dupla, no qual a comunidade participa ativamente, gerando um diálogo entre diferentes saberes. Nesse contexto, propõe-se refletir os avanços e desafios da interculturalidade e diversidade em experiências extensionistas, com foco na perspectiva da educação multicultural.

A interculturalidade engloba a compreensão de que a cultura não é estática, mas, um processo dinâmico e em constante transformação. A diversidade cultural, por sua vez, abrange não apenas as diferentes etnias e grupos sociais, mas as múltiplas formas de conhecimento presentes em uma sociedade. Ao reconhecer e valorizar essa diversidade, a extensão universitária se torna um espaço fértil para a troca de experiências e saberes, fortalecendo o processo de aprendizagem e o desenvolvimento mútuo entre a academia e a comunidade.

Além disso, é fundamental destacar o atendimento a estrangeiros, cidadãos de baixa renda e microempreendedores individuais no âmbito da extensão universitária. Ao oferecer suporte e serviços especializados a esses grupos, a universidade contribui para a inclusão social e para a promoção da igualdade de oportunidades. O atendimento a estrangeiros possibilita a integração de diferentes culturas, promovendo a interculturalida-



de e enriquecendo o ambiente acadêmico. Já o atendimento a cidadãos de baixa renda e microempreendedores individuais contribui para o fortalecimento da economia local, o desenvolvimento de competências empreendedoras e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

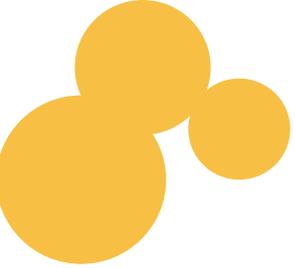
Dessa forma, a extensão universitária, ao abranger o atendimento a estrangeiros, cidadãos de baixa renda e microempreendedores individuais, amplia seu impacto social e fortalece sua missão de promover a interculturalidade, a inclusão e o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem mais abrangente e inclusiva da extensão universitária contribui para a formação de profissionais conscientes, sensíveis às diferenças e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa proposta de extensão visa promover os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) das universidades, quais sejam, os objetivos 4 e 17, que vincula educação e parcerias para a implementação das ODS. Nesse cenário, tem-se o questionamento sobre os delineamentos e características dos projetos de extensão, se promovem a interculturalidade, quais as competências interculturais, como se desenvolvem e quais as interações existentes no processo educativo da extensão?

O método adotado para responder aos questionamentos será a pesquisa-ação, considerando que a extensão tem como objeto o envolvimento dos participantes diretamente e a partir disso, a resposta aos questionamentos por meio do processo de atendimento. Por meio dessa análise, espera-se contribuir para a compreensão dos desafios e avanços da interculturalidade e diversidade no contexto da extensão universitária, além de fomentar reflexões sobre como promover uma prática extensionista mais inclusiva, crítica e transformadora.

1 COMPETÊNCIA INTERCULTURAL E A CIÊNCIA PÚBLICA NA EXTENSÃO

Esta seção propõe discutir as competências interculturais desenvolvidas na extensão, e, para tanto, verifica-se dois construtos como base, a intercultural que se refere às diversas culturas e suas relações, e, as competências que envolvem eminentemente o conhecimento, habilidades e atitudes. E, por fim, trata da ciência pública das práticas extensionistas e do cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.



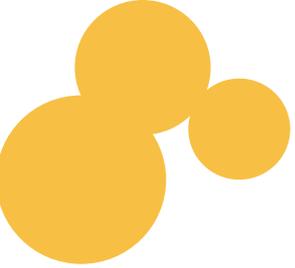
A extensão é uma ação articulada ao ensino e à pesquisa, que pela prática do aluno e professor, materializa a criação e recriação de conhecimento, resultando em pesquisas mais robustas e a introdução de novas práticas interdisciplinares de ensino, com base em um novo conceito de sala de aula que considera outros espaços para a realização do processo histórico-social de ensino e aprendizagem (Tavares, 2001), da mesma forma como é efetivação do compromisso social que a instituição tem com o seu meio, relações desenvolvidas no variados ambientes sociais (Souza, 2001).

Geertz (1989) entende a cultura como resultado da junção de padrões culturais que são sistemas organizados de símbolos significantes, praticado por grupos humanos para dar sentido a sua existência e ao mesmo tempo a diversidade de padrões culturais existentes na humanidade. E o entendimento do ser humano está na particularidade cultural do grupo, e a relação entre grupos culturais diversos propõe o estabelecimento de relação sistemática entre fenômenos culturais diversos.

No que se refere a diversidade cultural dentro das instituições de ensino superior, observa-se o grande desafio, considerando que são espaços eminentemente de convergência de pessoas de muitos lugares, com características locais, globais e multinacionais.

Nesse sentido, Cruz (2022, p. 9) esclarece que já houve e ainda existem movimentos de mudanças na academia, para articular e aprimorar ações de extensão, pesquisa e ensino, sobre diretrizes éticas e humanas, “distinta da dominante”. As ações e relações humanas dentro da universidade são direcionadas a emancipação social, humana e política, especialmente a grupos em situação vulnerável, com processos educacionais “[...] na perspectiva de contribuir com o estabelecimento (dinâmico e em meio a contradições) de um horizonte de uma sociedade politicamente igualitária, socialmente solidária, economicamente justa e culturalmente diversa.” Nesse sentido, Paladino e Czarny (2012) relacionam a interculturalidade à construção de projetos sociais, políticos e epistêmicos, com o fim de descolonização e transformação do sistema.

Diante desse cenário, o desenvolvimento da competência intercultural é uma das estratégias de excelência em formação, mas, a questão é como operacionalizar isso dentro das instituições, performadas em grades curriculares. Nesse sentido, a extensão tem sido uma diretriz para o desenvolvimento individual e coletivo do corpo discente universitário. Assim, Morosini e Ustárroz (2016) assevera que o currículo internacionalizado e o desen-



volvimento de competências interculturais são a base para o desenvolvimento global do acadêmico.

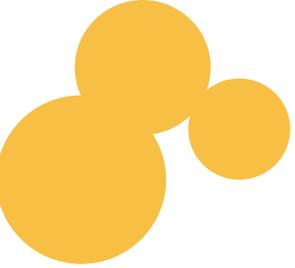
Historicamente, o Brasil desde a década de 80 adota a corrente conceitual de que competências é um conjunto de características do indivíduo para realizar determinada atividade, com base em construtos de competências individuais, profissionais, organizacionais, ou gerenciais, bem como gestão de competência e por competências. Trata-se de competência como *input* (Fernandes; Fleury, 2007).

Na Europa, entende-se competência como *output*, em que o indivíduo assimila e avança além das suas ações, exterioriza o resultado (Parry, 1996). Porém, ambas convergem no conhecimento, habilidades e atitudes como questão central das competências. No entanto, “[...] conhecimento que, fundamentalmente, não provém e nem se detém aos entes acadêmicos, mas reconhece que seu desenvolvimento pode, e deve, se dar em interface conflitos de saberes populares e científicos - saberes da vida.” (Cruz, 2022, p. 11).

Assim, a concepção de competências interculturais, como constructo, é uma ideia em permanente transformação e estudos vêm sendo realizados discutindo modelos, componentes, processos, conceitos, valorizando a perspectiva do desenvolvimento no âmbito da educação superior (Deardorff, 2012).

Tem-se como base a própria Unesco (2009), que entende que um conjunto de capacidades é essencial para a composição de relacionamento adequado com os que são diferentes de nós. E ressalta a natureza comunicativa como fundamental, que abarca novos pontos de vista e concepções do mundo, considerando que são as pessoas que participam ativamente do processo dialógico, tanto individualmente como em grupos, em suas complexidades.

E para desenvolver a competência intercultural, que é dinâmica e contínua, exige-se do aluno a cognição, o comportamento e a afetividade (Paige *et al.*, 1999), para um processo interativo de aprendizagem autorreflexiva, que culmina em mudança de atitudes, agrega habilidades e dissemina conhecimento para atingir uma comunicação e interação eficaz em culturas e contextos diversos (Freeman *et al.*, 2009). O que demanda compreender as línguas e culturas próprias e alheias, para se comunicar e interagir efetivamente, e, assim, aplicar o conhecimento em seu contexto cultural (Crichton; Scarino, 2007).



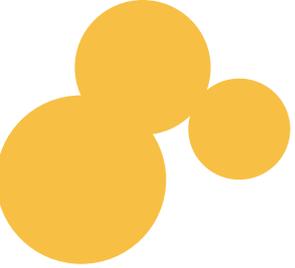
Ou seja, conhecimentos, habilidades e atitudes interculturais resultam em capacidade de comunicar de forma eficaz e apropriada em situações interculturais (Deardorff, 2006), “Um mergulho permeado por espaços e vivências de comunicação entre pessoas, seus contextos, saberes da vida, interesses e culturas. Um mergulho pautado pela construção de trabalhos sociais concretos” [...] e, pelo mergulho estudantil em práticas sociais e processos emancipatórios em âmbito comunitário.” (Cruz, 2022, p. 13, 17).

A extensão, por meio da representatividade institucional, se faz presente na comunidade, e cumpre o papel crítico e criativo, ampliando os valores humanos e culturais, beneficiando mutuamente comunidade e universidade (Schmitz, 1984).

E nesse contexto, um fator relevante para a prática extensionista é a ciência pública, a qual tem como base o relacionamento entre instituições públicas e os atores sociais para o exercício da cidadania e o alcance do direito à informação (Brandão, 2007; Matos, 2011; Weber, 2017), que depende da reciprocidade entre comunicação e cidadania que é composta por sujeitos ativos no seu aprendizado e saberes coletivos (Duarte, 2007), que permite “[...] aos indivíduos reorientarem a si mesmos do papel passivo de leitores e ouvintes para o potencial papel de oradores e participantes de uma conversação.” (Benkler, 2006, p. 213).

Por outro lado, tem-se o sistema contemporâneo da mídia, meio de informação e transmissão de valores para indivíduos cidadãos, tem como centro a construção de seus discursos por meios de enquadramentos (Gitlin, 1980). Especificamente a *internet*, a produção de conteúdo só é significativo se alguém aproveitá-lo, ou seja, com interação (Anderson, 2006).

A questão da atualidade é que a maioria tem acesso à informação midiática, em diferentes meios virtuais, por acesso às ferramentas (câmeras portáteis, celulares e *internet*) que possibilitam a interação em tempo real. De forma que todo cidadão se torna potencialmente um produtor, em um primeiro momento, e que a divulgação de sua produção seja reconhecida pelos demais (mensagens lidas e/ou vistas e/ou ouvidas e/ou comentadas e/ou compartilhadas). Para Kaplún (1999, p.73), “A construção do conhecimento e sua comunicação não são, como costumamos imaginar, duas etapas sucessivas através das quais primeiro o sujeito se apropria dele e depois o enuncia. São, isso sim, o resultado de uma interação.”



Dessa forma, conclui-se que o desenvolvimento das competências interculturais são compromisso da universidade, local que converge as várias culturas dos grupos locais, regionais e globais, e que são desenvolvidas nas atividades de extensão. As competências interculturais perpassam pelo conhecimento, habilidades e atitudes, bem como a interação cultural. E, nesse sentido, a comunicação é essencial para promover a interação seja presencial ou virtual, a amplitude da comunicação da ciência é determinante para que a comunidade interna e externa compreenda e participe ativamente do processo de emancipação social.

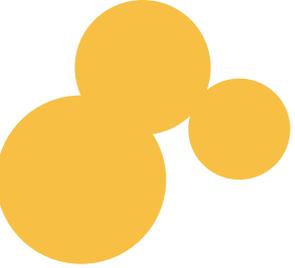
2 CIDADANIA COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL NA EXTENSÃO

Esta seção trata da cidadania e seus conceitos, especialmente no Brasil, quando se utiliza o canal das instituições de ensino superior por meio da extensão propor uma dupla dimensão da cidadania, qual seja, o cidadão compreender o processo do exercício de deveres e direitos e o próprio corpo discente e docente em exercitar a prática e a disseminação do conhecimento.

O conceito de cidadania, primeiramente, depois cidadania global, não se trata apenas de uma situação legal aplicável, mas, de um conceito mais amplo em termos de perspectiva de aplicação e uso (UNOESC, 2015). A extensão tem como principal diretriz promover “[...] cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.” (Pacheco, 2011, p. 29).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, LDB n. 9.394/1996, no artigo 43, inciso VI, a extensão universitária deve “Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.” Da mesma forma, o artigo 53 trata das atribuições da instituição de ensino superior, “estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão”.

A Constituição Federal de 1988 já preconiza a responsabilidade social das universidades no que tange a formação cidadã, nas atividades extensionistas, em comunidades interna e externa, por ações multidisciplinares e troca entre os atores sociais.



Com a Diretriz da Extensão, espera-se dar às atividades extensionistas as seguintes características: (i) privilegiar as questões sobre as quais se deve atuar, sem, no entanto, desconsiderar a complexidade e a diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema (Conselho Nacional de Educação, 2018, p. 11).

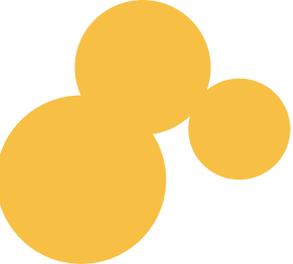
O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reafirma a extensão universitária como processo acadêmico, de forma a colocar o estudante como protagonista de sua formação técnica, no “[...] processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e à formação cidadã, o qual lhe permite se reconhecer como agente de garantia de direitos, deveres e transformação social. Nesse sentido, o estudante e a comunidade externa participam ativamente do processo de conhecimento, e, o estudante projeta-se no papel de tutor, pedagogo e orientador, quando intervém na comunidade para orientar.” (Conselho Nacional de Educação, 2018, p. 9)

A extensão colabora “no aprimoramento da formação do aluno” e no “manejo do conhecimento por parte da sociedade” (Demo, 2001, p. 156). Em espaços acadêmicos, de ensino, extensão ou pesquisa, deve ocorrer uma interação contínua e sistemática sobre a realidade social, suas contradições, processos, dinâmicas e desafios, propiciando a profundidade da experiência (Cruz, 2022).

O contato com a comunidade externa propicia novas aprendizagens seguidas de novos valores conectadas à prática pedagógica, como por exemplo, a solidariedade, criticidade, tolerância, disponibilidade para o diálogo, autonomia, preocupação com o outro e o respeito ao próximo (Cortina, 2005; Nussbaum, 2015).

Diante desse cenário, a cidadania inclusiva, que denota criticidade e compreensão das experiências humanas e da complexidade do mundo, auxilia o estudante a exaltar os valores chamados por Nussbaum (2015) como espírito da humanidade. Trata-se de “[...] um processo de reflexão e reelaboração da experiência, cujo ponto de partida são as pessoas, que são protagonistas do processo formativo.” (Canciani, 1994, p. 40).

O direito à participação implica aceitar o desafio de criticar e transformar os obstáculos culturais, políticos, econômicos ou sociais, para que a participação tenha o sentido moral de direito ao desenvolvimento humano. [...] Pressupõe o desenvolvi-



INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

mento da capacidade de dialogar, comunicar e incidir tanto no âmbito político como em todas as esferas da vida (Klainer; Lopez; Piera, 2004, p.161).

A cidadania, por meio da extensão, exige se fazer uma opção cooperativa, respeitando o sujeito cultural, que tem na pedagogia o reconhecimento da relação não competitiva como lugar do educar (Bonfigli; Spadaro, 1995).

Assim, no Brasil foi lançado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para Universidades (ODS Universidades) para que seja facilitada a implementação dos objetivos sustentáveis, e, as atividades de ensino, pesquisa e extensão serão essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, em alinhamento com a Agenda 2030, sendo 17 ODS apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), perpassando pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, por abarcar temas comuns nas atividades de extensão que envolvem diferentes grupos sociais. O impacto e transformação da sociedade e da universidade, por meio da extensão interdisciplinar e interprofissional, culmina no desenvolvimento nacional.

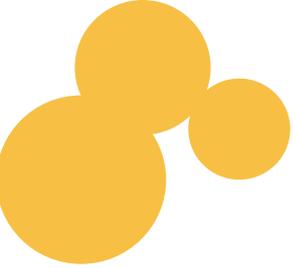
Figura 1: Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Rede ODS Brasil (2023).

A ONU apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para Universidades de número 4 (educação de qualidade) e 17 (parcerias e meios de implementação), especialmente este último, que se refere a implementar por meio das universidades os objetivos do milênio, por isso a importância da extensão, e a conexão com as atividades relacionadas a cidadania.

Por fim, conclui-se que a extensão é um fator essencial de desenvolvimento global de cidadania e de implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.



3 METODOLOGIA

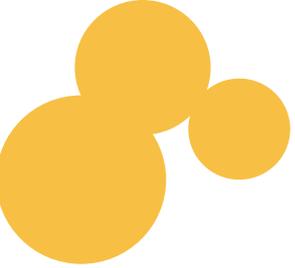
A metodologia adotada apresenta elementos da pesquisa-ação, que Thiollent (1985) entende como concebida e realizada com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Ou seja, os pesquisadores e participantes envolvidos na situação ou no problema agem de modo cooperativo ou participativo. Desroche (1990) fala em pesquisa pela ação, elaborada por seus próprios atores, na concepção, execução, acompanhamento e avaliação, que efetivamente implica na situação. Sendo a avaliação considerada a partir de geração de conhecimento, de educação ou de mudança (Haguete, 2003).

O estudo tem como base a atividade de extensão do Núcleo de apoio contábil e fiscal da Universidade do Oeste de Santa Catarina (NAF Unoesc) que, por meio de Convênio com a Receita Federal do Brasil – Delegacia Regional Federal de Joaçaba (RFB – DRF Joaçaba), foi implementado em junho de 2016, para a promoção da extensão universitária e na formação acadêmica e profissional dos estudantes envolvidos. A iniciativa, que busca atender as necessidades contábeis e fiscais de pessoas físicas e jurídicas de baixa renda, tem se destacado não apenas pela qualidade dos serviços prestados, mas também por sua abordagem intercultural e diversa.

O objetivo é a análise da pesquisa-ação entre os acadêmicos e o cidadão atendido pelo NAF Unoesc, com o recorte temporal da análise da equipe e dos atendimentos de 2021, 2022 e 2023, utilizando dados primários, bem como a observação do processo e o relato dos processos e intercorrências relativas aos atendimentos.

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Universidade do Oeste de Santa Catarina (NAF Unoesc), em parceria com a Receita Federal do Brasil (DRF Joaçaba), é pioneiro no Estado de Santa Catarina. Desenvolvido pela Receita Federal do Brasil em parceria com Instituições de Ensino Superior, em especial com os Cursos de Ciências Contábeis.

O objetivo é oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos para pessoas físicas e jurídicas de menor poder aquisitivo e, desenvolver competências, habilidades e atitudes do acadêmico para o exercício profissional, de forma multidisciplinar, vinculando ensino, pesquisa e extensão, com o viés social na medida em que beneficia a comunidade com orientação e disseminação do conhecimento.



Este projeto abarca cinco linhas de atuação do NAF Unoesc, por meio do curso de Ciências Contábeis: a) Atendimento integrado e online; b) Mutirão do Imposto de Renda; c) Projeto de educação fiscal e social; d) Projetos de pesquisa e extensão integrados; e) Relações com entidades profissionais e comerciais.

O resultado pretendido é o melhor exercício da cidadania fiscal e a sustentabilidade socioeconômica da comunidade e do Estado, com o maior número de pessoas alcançadas.

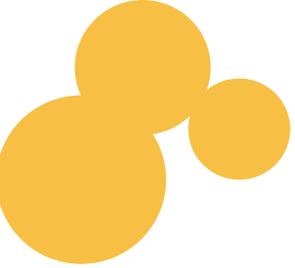
O Curso de Ciências Contábeis da Unoesc Joaçaba iniciou os trabalhos em 2016, e, em seguida, o atendimento foi estendido para a Unoesc Campos Novos, Chapecó, Videira e Xanxerê, inclusive com atividades envolvendo os Cursos de Administração e Direito.

Atualmente o NAF Unoesc tem em seu *portfólio* de serviços: a) E-cac da Receita Federal do Brasil (RFB) – Auxílio login ou cadastro; b) Regularize da Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) – Auxílio login ou cadastro; c) Plataforma E-social – Auxílio login ou cadastro; d) Agendamento virtual com a RFB para atendimento do contribuinte; e) CPF – Alteração cadastral/informações/certidão negativa/emissão de 2ª via; f) Consulta situação fiscal e dívida ativa; g) Imposto de Renda Pessoa Física – Orientações e malha fina; h) Parcelamentos com a RFB e PGFN; i) CAEPF/CAFIR – Orientações sobre cadastro; j) IPI isenção – Orientações e cadastro SISEN; k) PerDcomp – Restituição de valor recolhido indevidamente ao fisco; l) MEI – Parcelamentos e demais orientações; m) Outras orientações contábeis e fiscais.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo deste estudo é analisar os dados coletados nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, durante os atendimentos do NAF Unoesc, a fim de descrever o formato do atendimento e demonstrar a transmissão dos dados coletados. Além disso, busca-se incluir no estudo o atendimento a estrangeiros, cidadãos de baixa renda e microempreendedores individuais, destacando a importância da interculturalidade.

Ao analisar esses dados, pretendemos evidenciar a relação entre os acadêmicos/professores que realizam os atendimentos e os cidadãos atendidos, considerando as particularidades culturais e socioeconômicas de cada grupo. Isso permitirá compreender melhor a importância do atendimento a estrangeiros, cidadãos de baixa renda e microem-

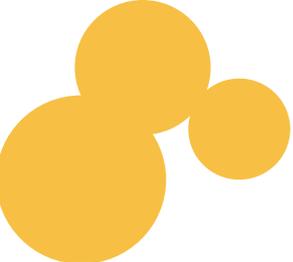


preendedores individuais, e como essa interação contribui para uma maior inclusão social e desenvolvimento econômico.

Essa análise também poderá fornecer *insights* sobre as necessidades específicas desses grupos e auxiliar na elaboração de estratégias de atendimento mais eficazes e adequadas para cada um deles. Dessa forma, o estudo busca contribuir para a melhoria contínua do atendimento no NAF Unoesc, proporcionando um serviço mais inclusivo e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua origem, renda ou tipo de empreendimento.

Inicialmente, é importante registrar que o NAF Unoesc já atende a comunidade desde 2016, porém, a partir de 2020, motivado pela pandemia, foi instaurado o formato de atendimento totalmente *online*, o qual é realizado por meio de *whatsapp*, *e-mail*, e, com disseminação de conhecimento via *instagram* e *facebook*. A partir disso, agrupou-se as equipes do NAF de cada campus da Unoesc, com trabalho integrado e conjunto, ampliando a rede de cobertura da prestação de serviços. Da mesma forma, o projeto de educação fiscal foi ampliado para mais municípios, considerando a necessidade de doações de eletrônicos para os estudantes do ensino fundamental e médio, para a participação on-line das aulas remotas.

A equipe do NAF Unoesc é composta por professores e acadêmicos dos *campi* de Campos Novos, Capinzal, Chapecó, Joaçaba, Maravilha, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Xaxim e Videira.



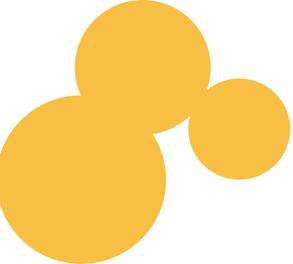
Quadro 1: Da equipe de cada campus ou unidade:

<i>Campus</i>	Professores do curso	Acadêmicos	Acadêmicos			
			Feminino	Masculino		
Campos Novos	2 (Diego/ Juliane)	2 (administração)	61,11%	38,89%		
Capinzal	2 (Adriana/ Rodrigo)	2 (administração)				
Chapecó	3 (Viviane, Daiane, Celso)	9 (contábeis)				
Joaçaba	4 (Ardinete, Márcia, Márcia Regina, Roberto)	10 (contábeis)				
Maravilha	2 (Lediani, Eliane)	5 (contábeis)				
Pinhalzinho	1 (Lediani)	11 (contábeis)				
São Miguel do Oeste	1 (Valmir)	8 (contábeis)				
Xanxerê	2 (Jane, Jéssica)	5 (contábeis)				
Xaxim	2 (Jane, Jéssica)	2 (contábeis)				
Videira	2 (Kemylli, Carla)	18 (contábeis)				
TOTAIS	21 professores	72 acadêmicos			44	28

Fonte: Autores (2023).

Esse projeto envolve a interação entre acadêmicos, provenientes de diferentes *campi* da universidade, e com perfil regional não homogêneo, porque abarca o meio oeste e oeste catarinense, o que denota cidades de maior e de menor porte. Refere-se a uma oportunidade única de vivenciar a interculturalidade e a diversidade em um contexto educacional, especialmente a atuação masculino e feminino na composição da equipe, só reforça a entrada anual de maior contingente feminino no curso de Ciências Contábeis.

Quanto aos atendimentos foram 18.349 no ano de 2020, em 2021 foram 16.972, em 2022 foram 21.880 e em 2023 já são 2.500 atendimentos até o momento. São atendimentos de prestação de orientação ou de serviços contábeis, bem como, as ações de educação fiscal junto à comunidade, especialmente nas escolas públicas municipais e estaduais dos municípios envolvidos.



INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

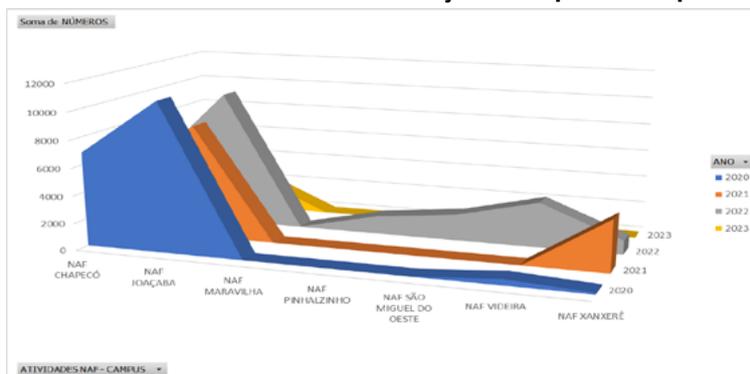
Tabela 1: Total de atendimentos contábeis fiscais e educação fiscal prestados em 2020, 2021, 2022 e 2023.

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	Totais
JOAÇABA	10.890	9.923	9.885	2.500	31.568
CHAPECÓ	6.890	4.865	4.316	0	16.071
MARAVILHA	0	0	21	0	3.786
PINHALZINHO	0	0	1.337	0	4.966
SÃO MIGUEL OESTE	0	0	1.952	0	1.952
XANXERÊ	120	3.814	1.032	0	4.966
VIDEIRA	449	0	3.337	0	3.786

Fonte: Autores (2023).

Para complementar o entendimento dos dados dos atendimentos, verifica-se em gráfico o crescimento dos atendimentos por *campus*, conforme foi aderindo a mais atividades extensionistas.

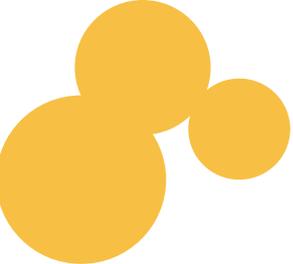
Gráfico 1: Total de atendimentos contábeis fiscais e educação fiscal prestados por *campus* de 2020 a 2023.



Fonte: Autores (2023).

O perfil dos atendimentos contábeis fiscais do NAF Unoesc, inclui o atendimento a estrangeiros, especialmente cidadãos brasileiros residentes no exterior, recebendo demandas de atendimento *online*, por meio do *WhatsApp*, de cidadão de baixa renda e microempreendedores individuais provenientes de diferentes Estados do Brasil. O projeto tem buscado considerar as particularidades de cada região, incentivando a interação com diferentes culturas e realidades regionais.

Em números, é possível observar que o NAF da Unoesc realiza atendimentos em todo o país, com a maioria concentrada em Santa Catarina, onde a instituição está sediada. Além disso, os demais atendimentos foram distribuídos em 14 Estados, destacando-se o

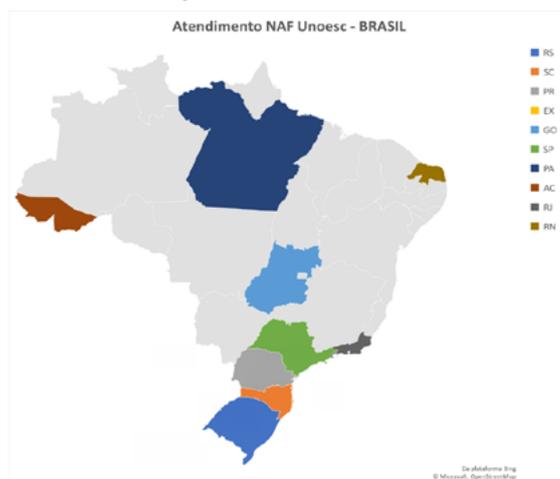


INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Acre, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

O destaque é o atendimento totalmente *online* de cidadãos brasileiros residentes no exterior, na cidade da Flórida, Estados Unidos.

Figura 2: Estados atendidos pelo NAF Unoesc em 2020, 2021, 2022 e 2023.



Fonte: Autores (2023).

O contingente de idosos atendidos, em sua maioria aposentados, está em torno de 25%, dos quais precisam declarar o imposto de renda ou regularizar seu CPF.

Dessa forma, a análise dos quantitativos e dos resultados coletados durante esses anos permite uma compreensão mais aprofundada do impacto e da importância do trabalho desenvolvido pelo NAF Unoesc, tanto em termos de alcance geográfico quanto de interação entre diferentes culturas e realidades.

Os dados foram coletados e categorizados de acordo com os tipos de atendimento mais frequentes. A porcentagem de cada tipo de atendimento foi calculada em relação ao total de atendimentos realizados, permitindo identificar os serviços mais procurados pelos contribuintes.

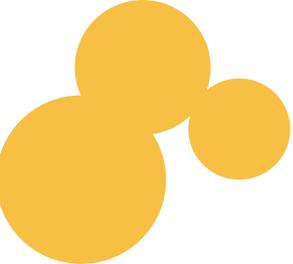


Tabela 2: Atendimentos exclusivamente contábeis fiscais realizados, em percentual:

Tipos de Atendimento Prestados	Percentual (%)
DIRPF informações	67,43
Associações Informações	4,42
CPF alteração cadastral/ informações	3,97
CPF situação fiscal	3,23
MEI Informações	2,53
DIRPF malha fina	1,89
Orientações em geral	1,34
CND Pessoa Física	0,89
CND Pessoa Jurídica	0,84
Orientações em geral CNPJ	0,79
MEI Parcelamento	0,74
Totais	88,07

Fonte: Autores (2023).

O tipo de atendimento mais frequente, representando 67,43% dos atendimentos, é relacionado às informações sobre a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF). Isso destaca a importância desse serviço para os contribuintes de baixa renda que necessitam de orientação e suporte para cumprir suas obrigações fiscais. Além disso, os atendimentos relacionados a associações, CPF, MEI e outras áreas também evidenciam as necessidades específicas da comunidade atendida.

De acordo com dados estatísticos coletados, 12% dos atendimentos realizados pelo núcleo são dedicados a estrangeiros, residentes no país. Ressalte-se que as nacionalidades atendidas estão entre senegaleses, angolanos, haitianos, venezuelanos, bolivianos e argentinos.

O que se percebe no atendimento dos estrangeiros, residentes no Brasil, é que além dos serviços usuais prestados ao cidadão, são solicitados regularização de visto de permanência no país, junto a Polícia Federal. E, vale ressaltar que a análise desses dados evidencia a necessidade de suporte especializado e personalizado aos estrangeiros acolhidos pelo Brasil, considerando suas particularidades e contextos específicos.

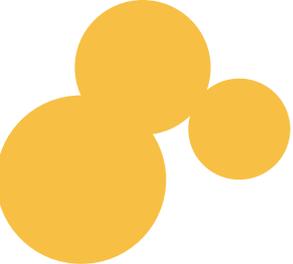


Tabela 3: Serviços exclusivamente contábeis fiscais prestados a Estrangeiros:

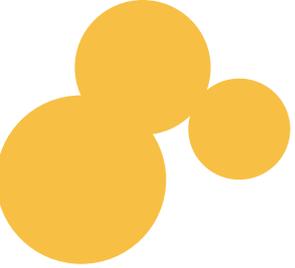
Tipos de Atendimento Prestados	Percentual (%)
DIRPF informações	64,29
CPF situação fiscal	14,29
RNM - Polícia Federal	12
DECORE (Declaração de rendimento)	3,42
DIRPF malha fina	3
Orientações em geral	3
Totais	100

Fonte: Autores (2023).

Ao oferecer esses serviços gratuitamente para estrangeiros, o NAF da Unoesc não apenas contribui para a integração socioeconômica desses indivíduos, mas também para a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva. Como principal dificuldade tem-se a comunicação, por força da língua estrangeira e a nacional. E, a dificuldade de entendimento pelo estrangeiro sobre a estrutura fiscal e legal do Brasil.

Assim, a comunicação é realizada pelos muitos áudios via *WhatsApp*, que tem o condão de identificar o serviço necessário, diagnosticar exatamente qual é a necessidade, qual é o problema e verificar documentos existentes e necessários para a regularização do cidadão. A partir disso, não só realizar o procedimento de regularização como a orientação ao estrangeiro residente exige um exercício de adaptação, utilização de várias estratégias comunicativas para explicitar e orientar.

Portanto, ao atender a estrangeiros, os acadêmicos, orientados pelos professores, enfrentam desafios relacionados à comunicação e à compreensão de diferentes culturas. Essa experiência enriquecedora permite que eles desenvolvam habilidades interculturais e se tornem mais sensíveis às necessidades de diferentes grupos sociais e que esses serviços são um direito básico dos cidadãos, independentemente de sua nacionalidade ou *status* migratório. Importante ressaltar que há efetiva troca de experiência e conhecimento entre diferentes culturas, tornando os acadêmicos mais preparados para compreender os contextos humanos, suas origens, suas histórias nacionais, e, os movimentos migratórios e suas motivações.

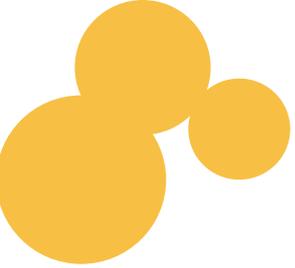


A crescente globalização e a intensificação dos movimentos migratórios têm gerado uma demanda cada vez maior por serviços de assistência e suporte a estrangeiros e imigrantes. Nesse contexto, o NAF da Unesco desempenha um papel crucial ao oferecer atendimentos contábeis e fiscais a essa parcela da comunidade, contribuindo para a integração e promoção da interculturalidade.

A extensão universitária desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, na produção de conhecimento e na interação da universidade com a sociedade. Além disso, quando orientada para a competência intercultural e a promoção do desenvolvimento sustentável, a extensão universitária pode se tornar uma poderosa ferramenta de transformação social. A interculturalidade se manifesta na diversidade de *backgrounds* e experiências dos acadêmicos, provenientes de diferentes áreas de conhecimento, e também na interação com as escolas, que abrigam estudantes de diferentes origens socioeconômicas e culturais. Essa diversidade promove um ambiente de aprendizagem enriquecedor, onde todos os envolvidos têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos, experiências e perspectivas, ampliando assim o seu repertório cultural e promovendo a valorização da diversidade.

Além dos atendimentos aos contribuintes de baixa renda e empresas do MEI, o NAF possui o Projeto de Educação Fiscal nas Escolas, onde visa sensibilizar os estudantes sobre a importância da conscientização e participação cidadã no contexto fiscal. Por meio de atividades interativas, como palestras, oficinas e jogos educativos, busca-se despertar o interesse dos alunos em temas relacionados à arrecadação de impostos, orçamento público e transparência, incentivando o exercício pleno da cidadania. Por meio da experiência vivenciada durante a implementação desse projeto, é possível compreender de que forma a extensão universitária, aliada à interculturalidade e à diversidade, contribui para a formação de competências interculturais nos acadêmicos envolvidos, assim como para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades atendidas. A interação entre universidade, escolas e Receita Federal fortalece a relação entre teoria e prática, oferecendo uma perspectiva mais ampla e integrada da realidade socioeconômica e cultural do país.

Destacando a relevância da extensão universitária como fator de competência intercultural e promoção do desenvolvimento sustentável, demonstrando como a interação



entre diferentes atores e a valorização da diversidade podem contribuir para a formação de profissionais mais preparados e engajados com os desafios da sociedade contemporânea.

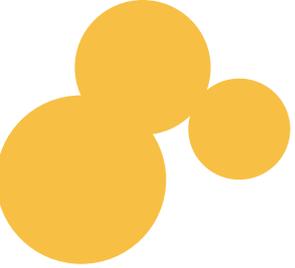
Além disso, é importante ressaltar o atendimento a estrangeiros, cidadãos de baixa renda e microempreendedores individuais no contexto da extensão universitária. O NAF da Unoesc desempenha um papel significativo ao atender essas demandas e fornecer suporte de qualidade para os contribuintes de baixa renda. Ao oferecer serviços contábeis e fiscais especializados, o NAF contribui para a educação financeira e a responsabilidade fiscal, além de fortalecer a economia local e reduzir a desigualdade social.

Como resultado, os estudantes universitários envolvidos nos atendimentos têm se beneficiado de uma experiência enriquecedora, que contribui não apenas para sua formação profissional, mas também pessoal. Além do impacto positivo para os estudantes universitários envolvidos, os atendimentos realizados pelo NAF da Unoesc também contribuem para a promoção da extensão universitária e para a valorização do papel das universidades na sociedade. Ao promover a interculturalidade e atender às necessidades específicas de estrangeiros, cidadãos de baixa renda e microempreendedores individuais, o NAF da Unoesc contribui para a formação de uma sociedade mais diversa, inclusiva e sustentável.

É importante ressaltar que o trabalho realizado pelo NAF da Unoesc vai além da mera prestação de serviços contábeis e fiscais. Por meio dos atendimentos realizados, a iniciativa promove uma maior conscientização sobre a importância da educação financeira e da responsabilidade fiscal, especialmente para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O NAF da Unoesc também contribui para a formação de profissionais mais preparados e conscientes de sua responsabilidade social. Ao participar dos atendimentos, os estudantes têm a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula na prática, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades fundamentais para o mercado de trabalho, como trabalho em equipe, comunicação e liderança.

Nesse sentido, a iniciativa do NAF da Unoesc é de fundamental importância para a promoção da interculturalidade e da diversidade dentro do ambiente universitário. Ao se



trabalhar com pessoas de diferentes origens socioculturais, as diferenças são valorizadas e respeitadas, o que favorece a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

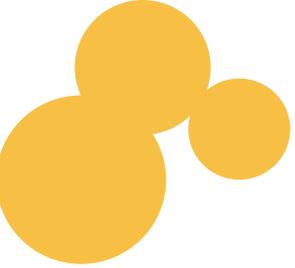
O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Unoesc desempenha um papel fundamental na promoção da extensão universitária ao oferecer serviços contábeis e fiscais para pessoas físicas e jurídicas de baixa renda. Nesse contexto, é essencial compreender os tipos de atendimento mais procurados pelos contribuintes, pois isso reflete as demandas da comunidade atendida e permite direcionar os esforços para atender suas necessidades. Além disso, a análise desses atendimentos proporciona *insights* sobre como a interculturalidade e a diversidade são abordadas no ambiente universitário e contribuem para a formação dos estudantes envolvidos.

Além disso, a diversidade de tipos de atendimento reflete a interculturalidade presente no NAF da Unoesc. Ao lidar com contribuintes de diferentes origens socioeconômicas, culturais e regionais, o NAF promove a valorização das diferenças e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os estudantes envolvidos nos atendimentos têm a oportunidade de desenvolver habilidades essenciais, como trabalho em equipe, comunicação e liderança, enquanto aplicam seus conhecimentos acadêmicos na prática.

A análise dos atendimentos mais procurados pelos contribuintes no NAF da Unoesc evidencia a importância desse projeto na promoção da extensão universitária e na valorização do papel das universidades na sociedade.

Ressaltamos a importância de promover a interculturalidade e a diversidade por meio da extensão universitária, como realizado pelo Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Unoesc.

Por fim, é necessário enfatizar a importância da interculturalidade no contexto universitário, já que a diversidade de culturas e experiências enriquece o ambiente acadêmico e promove o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais dos estudantes envolvidos nos projetos de extensão universitária. O NAF da Unoesc é um exemplo de como a promoção da extensão universitária e o respeito à diversidade cultural podem ser trabalhados de forma eficiente e eficaz, contribuindo para a formação de profissionais mais humanizados e conscientes de suas responsabilidades sociais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

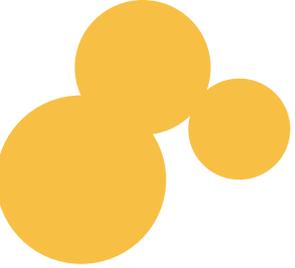
Este estudo trata da extensão como fator de interculturalidade, entendendo que as competências interculturais são desenvolvidas na extensão, bem como, a importância da ciência pública das práticas e o estabelecimento de comunicação e interação entre os envolvidos.

Ao mesmo tempo, foi ressaltado o aspecto da cidadania na extensão, especialmente pela previsão da extensão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, bem como, a contribuição da extensão para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O NAF Unoesc em 2020 teve 18.349 atendimentos, 2021 teve 16.972 , 2022 teve 21.880 atendimentos, e, em 2023 já foram 2.500 atendimentos, em 14 estados, sendo em torno de 12% de atendimentos a estrangeiros residentes no país. E, para o atendimento, a equipe compõe-se de 72 acadêmicos e 20 professores, dos quais estão dispostos em 10 *campus* ou unidades da Universidade.

Foram abordadas as seguintes dimensões: atividades extensionistas realizadas, tanto atendimentos a nacionais e a estrangeiros residentes no país, bem como a interação entre a equipe e com os cidadãos. Os resultados obtidos mostram que o NAF da Unoesc tem um papel fundamental na promoção da extensão universitária por meio da inclusão e valorização da diversidade cultural em seus atendimentos.

O que se observou na dinâmica de atendimento técnico *on-line* e de educação fiscal presencial e a distância, é a interação global entre acadêmicos, orientados pelos professores, e o cidadão atendido. Dessa forma, a extensão da Unoesc, por meio do NAF Unoesc tem cumprido o seu objetivo de desenvolver as competências interculturais aos acadêmicos e aos próprios cidadãos, utilizando das tecnologias das redes sociais, o *whatsapp*, *e-mail*, *instagram* e *facebook*. Quanto ao objetivo de desenvolvimento sustentável 4, o NAF Unoesc apresenta a oportunidade de uma equipe transdisciplinar, com diversidade e, interagindo em suas diversas culturas, presente no oeste catarinense, em vários municípios, com distanciamento de até 300 quilômetros de distância. Além disso, a equipe do NAF tem se empenhado para atender da melhor forma possível a demanda de imigrantes estran-



geiros que buscam seus serviços, tornando-se um importante ponto de apoio para essas populações.

Uma das limitações do estudo é que não se ateuve aos aspectos de percepção de cada integrante da equipe ou mesmo dos cidadãos atendidos. Por isso, entende-se uma oportunidade futura de estudo. Ademais, ainda enseja em ampliar o período de estudo para os anos anteriores, considerando que iniciou as atividades extensionistas em 2016.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. **A cauda longa**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

BENKLER, Y. **The Health of Networks**. How Social Production Transforms Markets and Freedom. Yale University Press, 2006.

BONFIGLI, G.; SPADARO, M. Intercultura e cooperazione. **Cooperazione Educativa**, Roma, n. 1, 1995, p. 19-22.

BRANDÃO, E. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

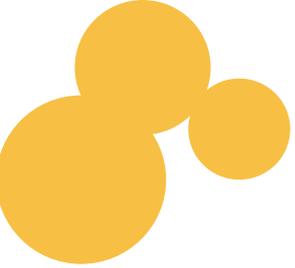
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. 9394/1996**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

CANCIANI, D. Dal fare insieme al pensare sul fare. **Cooperazione Educativa**, Roma, n. 4, 1994

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES n. 608/2018, de 03 de outubro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 out. 2018. (sobre aprovação das Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira)

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CRICHTON, J.; SCARINO, A. How are we to understand the 'intercultural dimension'? An examination of the intercultural dimension of internationalisation in the context of higher education in Australia. **Australian Review of Applied Linguistics**, [s. l.], v.30, n.1, p. 1-21, 2007.



CRUZ, P. J. S. C. C. Produções e construções de conhecimentos em diálogo com movimentos sociais populares e práticas comunitárias: o que Reinaldo Fleuri e o Mover nos ensinam *In: FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural e movimentos sociais: trajetórias de pesquisa da Rede Mover* [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

DEARDORFF, D. Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization. *Journal of Studies in Intercultural Education*, [s. l.], v.10, p. 241-266, 2006.

DEARDORFF, D. Introduce Core Concepts. *In: BERARDO, Kate; DEARDORFF, Darla (org.). Building cultural competence*. Virginia: Stylus Publishing LLC, 2012. p. 45-52

DEMO, P. Lugar da extensão. *In: FARIA, D. S. de. (Ed.). Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília, DF: UNB, 2001.

DESROCHE, H. *Entreprendre d'apprendre*. Paris: Editions Ouvrières, 1990.

DUARTE, J. (org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDES, B. H. R.; FLEURY, M. T. L. Modelos de gestão por competência: evolução e teste de um Sistema. *Análise*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 103-122, jul./dez. 2007.

FREEMAN, M.; TRELEAVEN, L.; SIMPSON, L.; RIDINGS, S.; RAMBURUTH, Prem, LEASK, Betty, SYKES, Chris. *Embedding the development of intercultural competence in business education*. Sydney: Australian Learning and Teaching Council, 2009.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

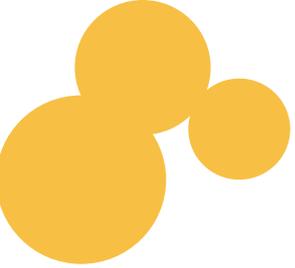
GITLIN, T. *The whole world is watching*. Berkeley: University of California Press, 1980.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KAPLÚN, M. Processos educativos e canais de comunicação. *Revista Comunicação & Educação*, [s. l.], ano 5, n.14, jan-abr. 1999.

KLAINER, R.; LÓPEZ, D.; PIERA, V. *Diálogos com crianças e jovens*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MATOS, H. (org.). *Comunicação Pública – Interlocução, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA-USP, 2011.



MOROSINI, M. C.; USTÁRROZ, E. Impactos da internacionalização da educação superior na docência universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e das competências interculturais. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 29, n.97, p. 35-46, set./dez. 2016.

NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PACHECO, E. **Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

PAIGE, R. M.; JORSTAD, H.; SIAYA, L.; KLEIN, F.; COLBY, J. Culture learning in language education: A review of the literature. *In*: PAIGE, R. ; LANGE, D.; YESHOVA, Y. (eds.). **Culture as the core**: integrating culture into the language curriculum. Minneapolis: University of Minnesota, 1999.

PALADINO, M.; CZARNY, G. (org.). **Povos indígenas e escolarização**: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PARRY, S. The quest for competencies. **Training**, Nova York, v.33, n.7, p. 48-56, jul. 1996.

SCHMITZ, E. F. **Caminhos da universidade brasileira**: filosofia do ensino superior. Porto Alegre: Sagra, 1984.

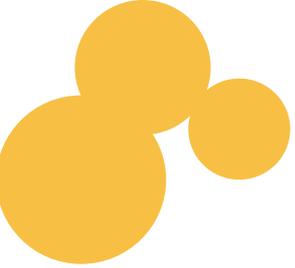
SOUSA, A. L. L. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos de falar sobre isso? *In*: FARIA, D. S. de. (ed.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília, DF: UNB, 2001.

TAVARES, M. das G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. *In*: FARIA, D. S. de. (ed.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: DF, UNB, 2001.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

UNESCO, R. M. **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Direito Humano à Educação. 2009. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/index.php>. Acesso em: 20 maio 2023.

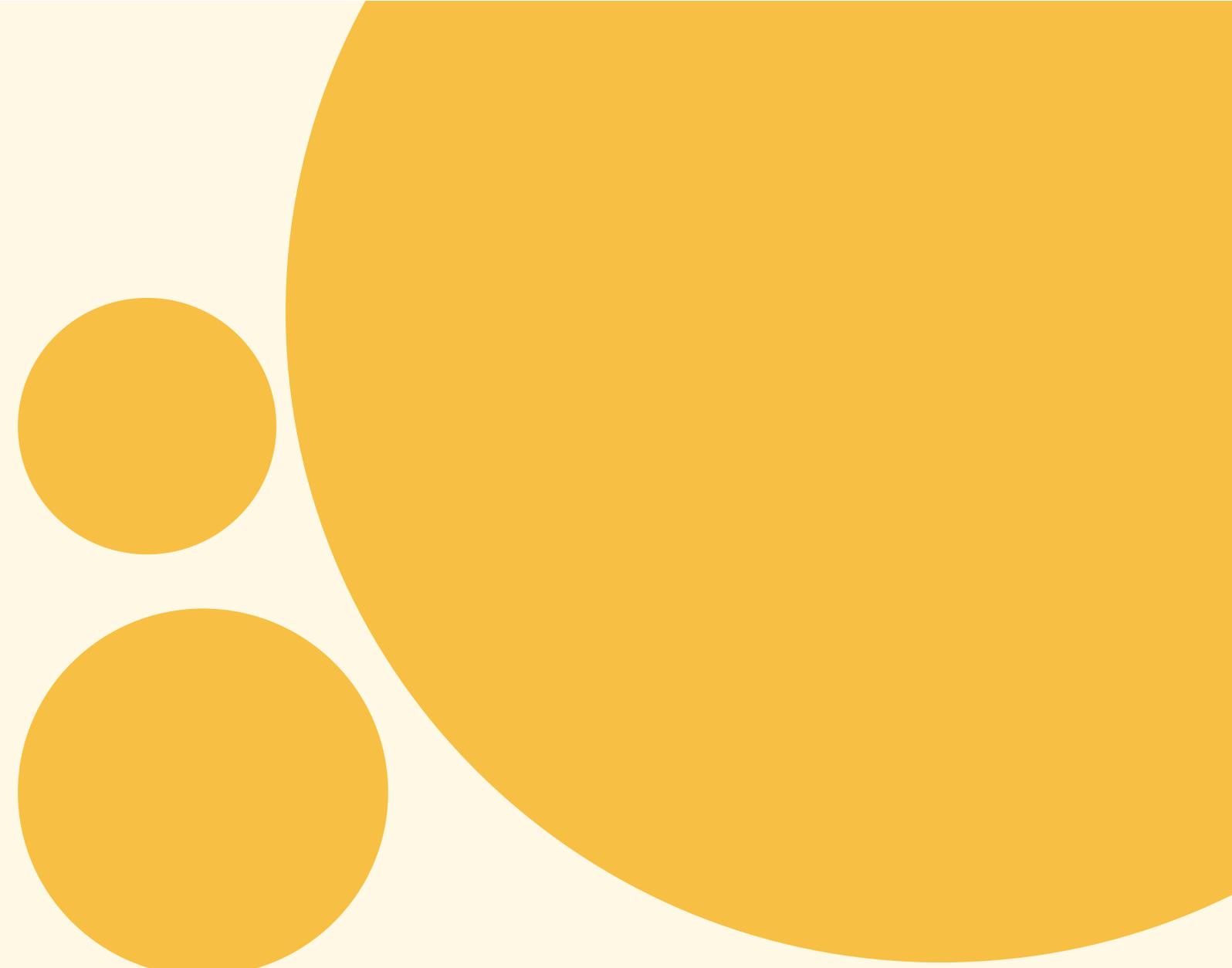
UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Intercultural competences**: conceptual and operational framework. Paris: UNESCO, 2013.



UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO).

Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015.

WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C.; (org.). **Comunicação Pública:** práticas e pesquisa. Porto Alegre: Insular, 2017.

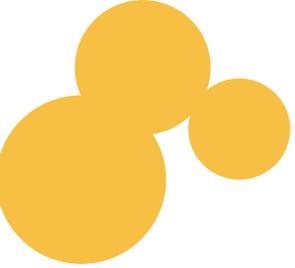


PARTE III

**NUTRIAÇÃO UCS: ALIMENTANDO
CONHECIMENTO NA COMUNIDADE
– EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM
EXTENSÃO ACADÊMICA**

NUTRIAÇÃO: FEEDING KNOWLEDGE
IN THE COMMUNITY – SUCCESSFUL
EXPERIENCES IN ACADEMIC
EXTENSION

Ana Carolina Pio da Silva; Bárbara Lorencet; Bruna Bellincanta Nicoletto Gehrke; Carin Weirich Gallon; Gabriela Chilanti; Heloísa Theodoro, Josiane Siviero; Karen Mello de Mattos Margutti; Karina Giane Mendes; Natália Munaretti Willrich; Pâmela Antoniazzi dos Santos; Simone Bonatto



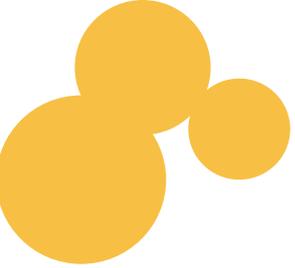
RESUMO

O conhecimento sobre a importância da alimentação é crucial para que os indivíduos e populações possam modificar seu estilo de vida, bem como consigam dar continuidade para estas modificações. Neste contexto, o projeto de extensão *NutriAção: alimentando conhecimento na comunidade* tem por objetivo realizar atividades de educação alimentar nos diferentes ciclos da vida (escolares, adolescentes, adultos e idosos) nos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Canela, Gramado e região. O projeto teve seu início no ano de 2016 e já beneficiou mais de 20 mil pessoas. No período de 2021 a 2023 já foram atendidas 6.800, incluindo crianças e adolescentes do ensino fundamental, estudantes do ensino médio, adultos através de grupos, palestras em empresas, parceria com a Fundação Caxias e Banco de Alimentos para apoio às entidades que atendem crianças carentes e moradores de rua. Durante este período, percebemos que foi possível desenvolver uma relação mais próxima à comunidade, bem como estabelecer parceria com as secretarias dos municípios de Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Gramado e São Francisco de Paula, nos tornando referência para desenvolvimento de atividades de educação alimentar e nutricional para a população.

Palavras-chave: Atenção à saúde. Educação alimentar e nutricional. Educação em saúde. Nutrição. Participação da comunidade.

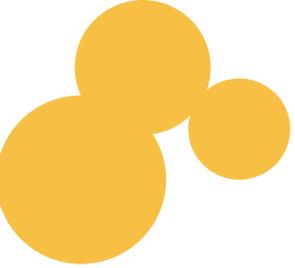
ABSTRACT

Knowledge about the importance of food is crucial for individuals and populations to be able to modify their lifestyle, as well as to be able to continue with these changes. In this context, the extension project *NutriAção: nurturing knowledge in the community* aims to carry out food education activities in different life cycles (schoolchildren, adolescents, adults and the elderly) in the municipalities of Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Canela, Gramado and region. The project began in 2016 and has already benefited more than 20.000 people. In the period from 2021 to 2023, 6.800 have already been assisted, including elementary school children and adolescents, high school students, adults through groups, lectures at companies, partnership with Fundação Caxias and Banco de Alimentos to support entities that serve needy children and street dwellers. During this period, we realized that it was



possible to develop a closer relationship with the community, as well as to establish partnerships of the cities of Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Gramado and São Francisco de Paula, making us a reference for the development of nutritional education activities for the population.

Keywords: Delivery of health care. Food and nutrition education. Health education. Nutrition. Community participation.



INTRODUÇÃO

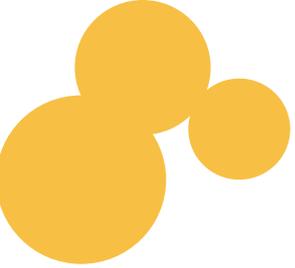
A Organização Mundial de Saúde afirma: a obesidade é um dos mais graves problemas de saúde que temos para enfrentar. Em 2025, a estimativa é de que 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estejam acima do peso, sendo 700 milhões de indivíduos com obesidade. No Brasil, essa doença crônica aumentou 72% nos últimos treze anos, saindo de 11,8% em 2006 para 20,3% em 2019. Diante dessa prevalência, vale chamar a atenção que, de acordo com a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), a frequência de obesidade é semelhante em homens e mulheres. Nestas, a obesidade diminui com o aumento da escolaridade (IBGE, 2019). Juntamente com o crescimento da obesidade, observa-se uma diminuição no consumo de alimentos in natura e minimamente processados e um aumento na ingestão de alimentos processados e ultraprocessados. Dados estes confirmados pelo Relatório Público do SISVAN (2016), onde se observou uma maior prevalência no consumo de refrigerantes (67%) do que verduras e legumes (60%), em crianças de 5 a 9 anos (BRASIL, 2017).

As campanhas de saúde para a obesidade têm sido amplamente implementadas, objetivando aumentar a conscientização da sociedade para os impactos na obesidade relacionados ao excesso de peso (Puhl, 2013).

No Brasil, o Guia Alimentar para a População Brasileira constitui-se como uma importante ferramenta de educação alimentar e nutricional desde a infância até a vida adulta, com o intuito de colaborar individual e coletivamente para a promoção de hábitos saudáveis. (BRASIL, 2014).

Além de fatores genéticos e psicológicos, a obesidade está diretamente associada ao consumo alimentar. As preferências alimentares começam a ser formadas desde cedo na vida e tendem a permanecer para a vida adulta. Dessa forma, estimular uma alimentação saudável para crianças, não visa apenas à manutenção da saúde nessa idade, mas sim a prevenção de doenças crônicas relacionadas com a má nutrição durante toda a vida (Koletzko *et al.*, 2011).

Algumas etapas da infância são cruciais para prevenção da obesidade e estão relacionadas com importantes mudanças na adiposidade. Estes períodos incluem os primeiros



dois anos de vida, o período de rebote da adiposidade e a puberdade (González-Muniesa, 2017).

Corroborando a importância da consolidação de bons hábitos alimentares nesta fase, o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos fomenta estratégias nutricionais adaptadas à realidade das famílias e com linguagem acessível, em meio ao crescente número de crianças e adolescentes que apresentam sobrepeso e obesidade (BRASIL, 2019).

Na fase escolar, o público infantil passa a adquirir maior autonomia em sua alimentação e por vezes realiza suas refeições sem vigilância familiar. Assim sendo, o ambiente escolar torna-se propício ao incentivo de práticas em educação nutricional com envolvimento multidisciplinar e participação da família (Weffort; Lamonier, 2017).

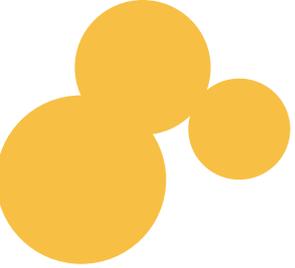
Qualquer terapia não farmacológica pode não alcançar sua eficiência máxima, se o indivíduo não tiver conhecimento sobre a importância da alimentação. Possivelmente, a questão mais desafiadora seja apoiar os pacientes não apenas para a mudança no seu estilo de vida, mas também na continuidade dessas mudanças em seu cotidiano (Gajewska, 2019)

O projeto de extensão NutriAção: alimentando conhecimento na comunidade foi criado pelas professoras do curso de graduação em Nutrição da Universidade de Caxias do Sul e tem como objetivo realizar atividades de educação alimentar nos diferentes ciclos da vida (escolares, adolescentes, adultos e idosos) nos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Canela, Gramado e região.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CENÁRIO DA OBESIDADE NO BRASIL E NO SUL

Conforme dados apresentados pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (2014), no documento Linha de cuidado do sobrepeso e obesidade, 63% da população gaúcha está com sobrepeso e/ou obesidade. Entre as crianças de sete a nove de idade, a prevalência do excesso de peso e de obesidade foi de 36,3% e 16,7%, respectivamente. Entre os adolescentes, sendo considerada a faixa etária entre 10 a 19 anos de idade, 26,9



% apresentava excesso de peso e 7,6%, obesidade e entre os adultos, 56,8% apresentavam excesso de peso e 15,9%, obesidade.

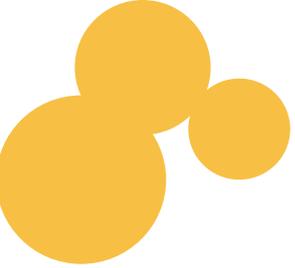
A obesidade atinge todos os ciclos de vida, porém é preocupante acompanhar esse aumento entre crianças e adolescentes. A adolescência é um período marcado pela alta demanda de nutrientes e energia, associada às mudanças no hábito alimentar, com padrão alimentar caracterizado pela baixa ingestão de frutas e vegetais e alto consumo de alimentos industrializados. O consumo excessivo desses alimentos está relacionado com a maior ingestão de energia, gordura saturada ou gordura *trans* e menor ingestão de fibra alimentar e micronutrientes, o que é preocupante, dado que a nutrição adequada é fundamental para o desenvolvimento saudável dos adolescentes (Gomes *et al.*, 2022). Conforme o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana da Saúde a obesidade infantil está presente em 12,9% das crianças brasileiras entre 5 e 9 anos de idade, assim como 7% dos adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos (Vigitel, 2019).

1.2 CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

Os alimentos ultraprocessados geralmente são bem aceitos, principalmente pelas crianças e adolescentes, devido à sua composição e processamento. Todos são caracteristicamente hiper-palatáveis, menos perecíveis e apresentam facilidade para o consumo. Além disso, os alimentos ultraprocessados possuem uma larga vantagem comercial quando comparados aos alimentos frescos ou minimamente processados devido à maior publicidade e custo (Moubarac *et al.*, 2013).

Os alimentos ultraprocessados têm alta energia, excesso de gorduras saturadas, maiores concentrações de açúcar, sódio e baixo teor de fibras. Estes alimentos também possuem um perfil nutricional desfavorável, bem como seus potenciais efeitos nocivos sobre os comportamentos alimentares indicam que os governos e as autoridades de saúde devem usar todos os métodos possíveis, incluindo legislação e regulamentação estatutária, para parar e reverter a substituição de alimentos minimamente processados e ingredientes culinários processados por produtos ultraprocessados (Monteiro *et al.*, 2010).

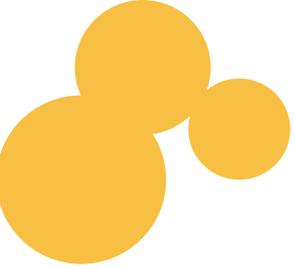
O estudo realizado com escolares em Caxias do Sul-RS, que teve por objetivo analisar o consumo de alimentos ultraprocessados relacionando com fatores sociodemográficos, comportamentais e nutricionais em escolares da rede municipal de ensino, identificou ele-



vada prevalência de consumo de alimentos ultraprocessados entre os escolares (69,7%). Após análise ajustada, maiores prevalências de consumo de alimentos ultraprocessados foram associadas a comprar/levar lanche para escola e realizar lanches. Já o aconselhamento nutricional foi associado à proteção em relação ao consumo destes alimentos. Fazem-se necessárias ações de educação nutricional para escolares e responsáveis a fim de reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados pelos escolares principalmente nos lanches (Andretta *et al.*, 2021).

A frequência de adultos que referiram o consumo de cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista variou entre 12,7%, em Salvador, e 26%, em Porto Alegre. As maiores frequências dessa condição, entre homens, foram encontradas em Porto Alegre (29,1%), Curitiba (26,8%) e Manaus (26%); e, entre mulheres, em Porto Alegre (23,4%), Manaus (18,8%) e São Paulo (18%). As menores frequências, no sexo masculino, ocorreram em Natal (15,6%), Goiânia (16,3%) e Rio Branco (16,7%); e, no sexo feminino, em Salvador (8,6%), Vitória (10,2%) e Aracaju (10,3%). No conjunto das 27 cidades, a frequência do consumo de cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista foi de 18,2%, sendo mais elevada entre homens (21,8%) do que entre mulheres (15,1%). Em ambos os sexos, esse indicador diminuiu com a idade, e foi mais elevado no estrato intermediário de escolaridade (BRASIL, 2019).

Tendo em vista o aumento crescente e gradativo do consumo de alimentos ultraprocessados, vem sendo cada vez mais investigado o impacto dos diferentes graus de processamento dos alimentos na saúde. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, o grau de processamento dos alimentos está classificado em: in natura; minimamente processados; processados e ultraprocessados (BRASIL, 2014). Há evidências de que o consumo alimentar com a maior participação de alimentos ultraprocessados possuem piores perfis nutricionais, e que o consumo desses alimentos está diretamente associado a maiores prevalência e risco de sobrepeso e obesidade em adultos e adolescentes, bem como ao risco de desenvolvimento de hipertensão e de câncer em geral. Em crianças, estudos já demonstraram sua associação com obesidade abdominal e com piores perfis lipídicos (Gabe; Jaime, 2018).



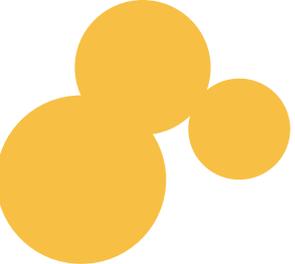
1.3 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA COMUNIDADE

Entende-se por hábito tudo aquilo que, uma vez ensinado, passa a ser repetido naturalmente com uma constante frequência, na rotina do indivíduo. Os hábitos alimentares são compreendidos como essenciais para a manutenção da saúde de qualquer indivíduo, em seus diferentes ciclos de vida (Vitolo, 2014). As modificações no consumo alimentar, que os indivíduos e a sociedade adquirem ao longo do tempo, culminam com a formação de novos hábitos alimentares e saberes nutricionais. Sendo assim, Vitolo (2014), reforça que a formação de hábitos alimentares se tornou ponto referencial para inúmeras pesquisas, visando construir conhecimento e informação a este respeito.

Atualmente, observa-se entre a população brasileira, a modificação dos padrões alimentares, onde alimentos bases de nossa alimentação estão sendo substituídos pelo consumo de alimentos ultraprocessados. Neste contexto, as ações de educação alimentar e nutricional são fundamentais para auxiliar os indivíduos em relação às práticas alimentares saudáveis. De acordo com Cervato-Mancuso, Vincha e Santiago (2016), a educação alimentar e nutricional está estabelecida como um campo de prática profissional, onde as ações desenvolvidas devem e podem envolver nutricionistas, bem como outros profissionais.

A educação alimentar e nutricional possui como seu marco de referência para as políticas públicas seus princípios organizativos, que são: I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II. Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV. A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória; V. A Promoção do autocuidado e da autonomia; VI. A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; VII. A diversidade nos cenários de prática; VIII. Intersetorialidade e IX. Planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2014).

Além disso, cabe salientar que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) também compõem o marco de referência da educação alimentar e nutricional, cujas ações são desenvolvidas por meio de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos, que visam o diálogo junto a indivíduos



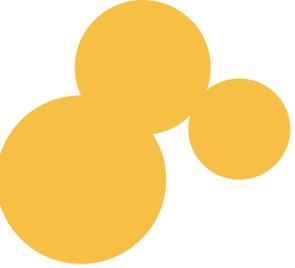
e grupos populacionais, por meio de um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. Sendo assim, a educação alimentar e nutricional visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, embasada em seus propósitos de promover e proteger a alimentação adequada e saudável como um direito humano básico, respeitando a cultura alimentar, os saberes de diferentes naturezas, a diversidade populacional, o comportamento alimentar e as práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2018).

Os espaços de diálogo e ações de educação alimentar e nutricional, apoiados com o trabalho inter e multidisciplinar, envolvem diferentes áreas profissionais da saúde e educação que possibilitam articular os conteúdos na área da alimentação e nutrição. Sendo assim, diversos são os cenários para atuação, como ambulatórios, Unidades de Saúde, Instituições de Longa Permanência para os Idosos (ILPI), hospitais, universidades, secretarias, escolas, entre outros. Dentre estes cenários, destaca-se a escola, que se caracteriza como um espaço de promoção da saúde e de formação cidadã, incentivando e estimulando a autonomia por meio do exercício dos direitos e deveres. Ademais, a escola atua na formação de comportamentos e atitudes, fato este que favorece a implementação efetiva de ações educativas promotoras de saúde como a educação alimentar e nutricional, com vistas à promoção da alimentação saudável (PAS) e a formação de hábitos alimentares saudáveis (Camozzi *et al.*, 2015).

2 METODOLOGIA

As atividades de educação nutricional ocorrem em escolas, grupos de convivência de idosos, instituições mantidas pela prefeitura ou ONGs, empresas, e demais locais que solicitarem as ações por meio do Setor UCS Minha Escolha ou diretamente com o Curso de Nutrição.

O projeto possui um portfólio (Anexo 1) com uma vasta diversidade de atividades abrangendo desde palestras até jogos e oficinas culinárias. A proposta é apresentada ao local e adaptada às necessidades do público-alvo. Todas as ações foram criadas pelas professoras do curso de Nutrição, visando sensibilizar o público-alvo quanto à necessidade de escolhas alimentares saudáveis para qualidade de vida, saúde e bem-estar.



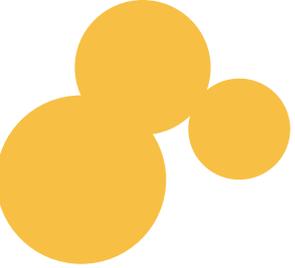
Quanto aos materiais, ao longo dos anos, foram produzidos materiais didáticos como: pôdio dos alimentos (nível de processamento dos alimentos), máquina dos alimentos (trocas saudáveis), rótulos com a quantidade de sal, açúcar e gordura dos alimentos, prato saudável com a demonstração das escolhas saudáveis para compor a refeição, oficinas culinárias com receitas saudáveis e com utilização integral do alimento, banner sobre rotulagem, entre outras que foram desenvolvidas conforme a demanda do local. Além disso, foi desenvolvido um *flyer* (Anexo 2) com dicas sobre cuidados e saúde.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

O projeto de extensão NutriAção: alimentando conhecimento na comunidade teve seu início no ano de 2016 e beneficiou mais de 20 mil pessoas, incluindo crianças e adolescentes do ensino fundamental, estudantes do ensino médio, adultos, através de palestras, na comunidade e em empresas. Também firmou parceria com a Fundação Caxias e Banco de Alimentos, para dar apoio às entidades que atendem crianças carentes e moradores de rua.

Durante este período, percebemos que foi possível desenvolver uma relação mais próxima com a comunidade, bem como estabelecer parceria com as secretarias dos municípios de Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Gramado e São Francisco de Paula, nos tornando referência para desenvolvimento de atividades de educação nutricional para a população desta região.

No período de 2021 a junho de 2023 foram atendidas 6.800 pessoas. As atividades realizadas foram diversas, como: oficinas culinárias para escolares a partir de 10 anos sobre lanches saudáveis e aproveitamento integral dos alimentos e oficinas para os idosos participantes do projeto "UCS Sênior", palestras sobre o "Quiz das Guloseimas", sobre o grau de processamento dos alimentos, e ações na comunidade, estas normalmente ocorrem no sábado de manhã em uma escola que fica aberta a toda comunidade escolar, outros cursos da área da vida, além do curso de Nutrição, também levam materiais para dispor informações sobre saúde para a população. Além destas atividades, estivemos presentes em eventos da região, como a Romaria à Nossa Senhora de Caravaggio, ExpoBento, Fenavinho, Festa da Uva, corridas organizadas pela prefeitura, Festas típicas da região,



Semana do Bebê de São Francisco de Paula, entre outras demandas pontuais solicitadas pelos locais.

As ações de educação nutricional sempre possuem o aspecto informativo-educador e trabalha-se com diversas ferramentas nutricionais adequadas à faixa etária da população alvo e atendendo as demandas solicitadas pela comunidade a ser atendida.

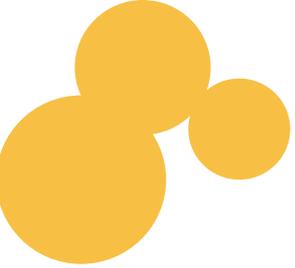
As atividades são interativas e percebe-se que por meio das respostas às perguntas do “Quiz das Guloseimas”, por exemplo, identifica-se que o conhecimento está sendo compreendido. Ao final da ação, sempre pedimos para os participantes citarem o que eles colocarão em prática das informações discutidas no encontro. Ao longo destes anos, estabelecemos parcerias com diversas escolas que sistematicamente nos convidam para realização de ações de educação nutricional bem como todo o semestre temos um grupo de Educação Nutricional junto ao UCS Sênior. Não possuímos um questionário quantitativo para informar o percentual de mudança de comportamento, contudo de forma qualitativa recebemos relatos e fotos das instituições e escolas relatando a mudança de hábitos dos participantes, como: aumento do consumo de água, redução do consumo de alimentos ultraprocessados, realização de receitas de lanches saudáveis em casa junto com a família, entre outros relatos motivadores. Em todas as ações os flyers foram distribuídos para a comunidade.

Além do contexto de educação nutricional para a comunidade, o projeto NutriAção permitiu que os acadêmicos em Nutrição tivessem vivências práticas junto à comunidade, aplicando seu conhecimento para atuar junto com as professoras. Cabe salientar, que a temática a ser abordada é apresentada aos acadêmicos, que são os protagonistas na elaboração da ação a ser desenvolvida.

Entende-se que a população alvo trabalhada são considerados multiplicadores de conhecimento, cada criança que participa das ações de educação nutricional corrobora para a disseminação do conhecimento favorecendo a prática sobre a alimentação saudável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do projeto NutriAção foram planejadas e executadas com base no marco de referências e nos princípios e diretrizes da educação alimentar e nutricional, embasa-



das nas experiências formativas das professoras do curso de Nutrição da Universidade de Caxias do Sul e alicerçadas nas demandas da comunidade de acordo e respeitando seus diferentes ciclos de vida e contextos socioeconômicos e culturais.

Com o intuito de compartilhar a responsabilidade e missão de ensinar no processo educativo em nutrição, as intervenções nutricionais realizadas utilizaram recursos metodológicos simples e de fácil aplicação, o que permitiu com que estas ações fossem bem aceitas e recebidas pela comunidade. Percebeu-se que o projeto foi efetivo uma vez que sempre ao final de cada atividade, surgiam dúvidas e exemplos de como iriam aplicar o conhecimento aprendido. Também recebemos o reconhecimento por meio de palavras, presentes, abraços e outras manifestações de gratidão pelo trabalho desempenhado.

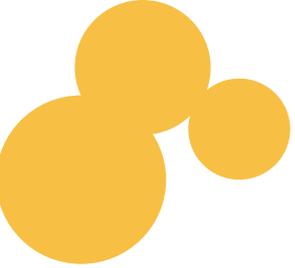
Por fim, registra-se a importância da atenção nutricional ampliada por meio de propostas e comunicação que contemplem a participação dos indivíduos e da sociedade e que possibilitem a responsabilização da autonomia do autocuidado em saúde e a produção de indicadores de saúde que auxiliem na elaboração de políticas públicas voltadas à promoção da saúde a alimentação e a nutrição.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, V.; SIVIERO, J.; MENDES, K. G.; MOTTER, F. R.; THEODORO, H. Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em uma amostra de base escolar pública no Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(4), 1477–1488. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.04422019>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares, Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. 50 p. :il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019 [recurso ele-



trônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 137. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. - 2ª ed. - 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019. 265 p. : Il

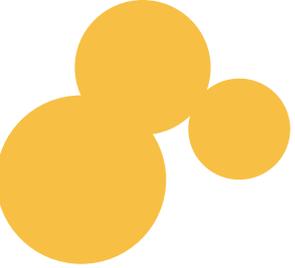
CAMOZZI, A. B. Q.; MONEGO, E. T.; MENEZES, I H.; SILVA, P. O. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Caderno de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, 23 (1): 32-7, 2015.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; VINCHA, K. R.; SANTIAGO, D. A. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. **Physis - Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 1. p. 225-249, 2016.

GABE, K. T.; JAIME, P. C. Práticas alimentares segundo o Guia alimentar para a população brasileira: fatores associados entre brasileiros adultos, 2018. **Epidemiol. Serv. Saúde.** Brasília, 29 (1):e2019045, 2020.

GAJEWSKA D.; KUCHARSKA, A.; KOZAK, M.; WUNDERLICH, S.; NIEGOWSKA J. Effectiveness of Individual Nutrition Education Compared to Group Education, in Improving Anthropometric and Biochemical Indices among Hypertensive Adults with Excessive Body Weight: A Randomized Controlled Trial. **Nutrients.** v. 11, n. 12, p. 2-13, ,2019.

GOMES, D R.; NETO, E. T.; OLIVEIRA, D. S.; SALAROLI, L. B. Características associadas ao consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, processados e ultraprocessados por adolescentes em uma região metropolitana brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva,** 28(2):643-656, 2023.



GONZÁLEZ-MUNIESA P. et al. Obesity. **Nature Reviews Disease Primers**. v. 15, n. 3. p.17034, 2017.

MONTEIRO, C. A. et al. **A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing**. Cadernos de saúde pública, v. 26, n. 11, p. 2039-2049, 2010.

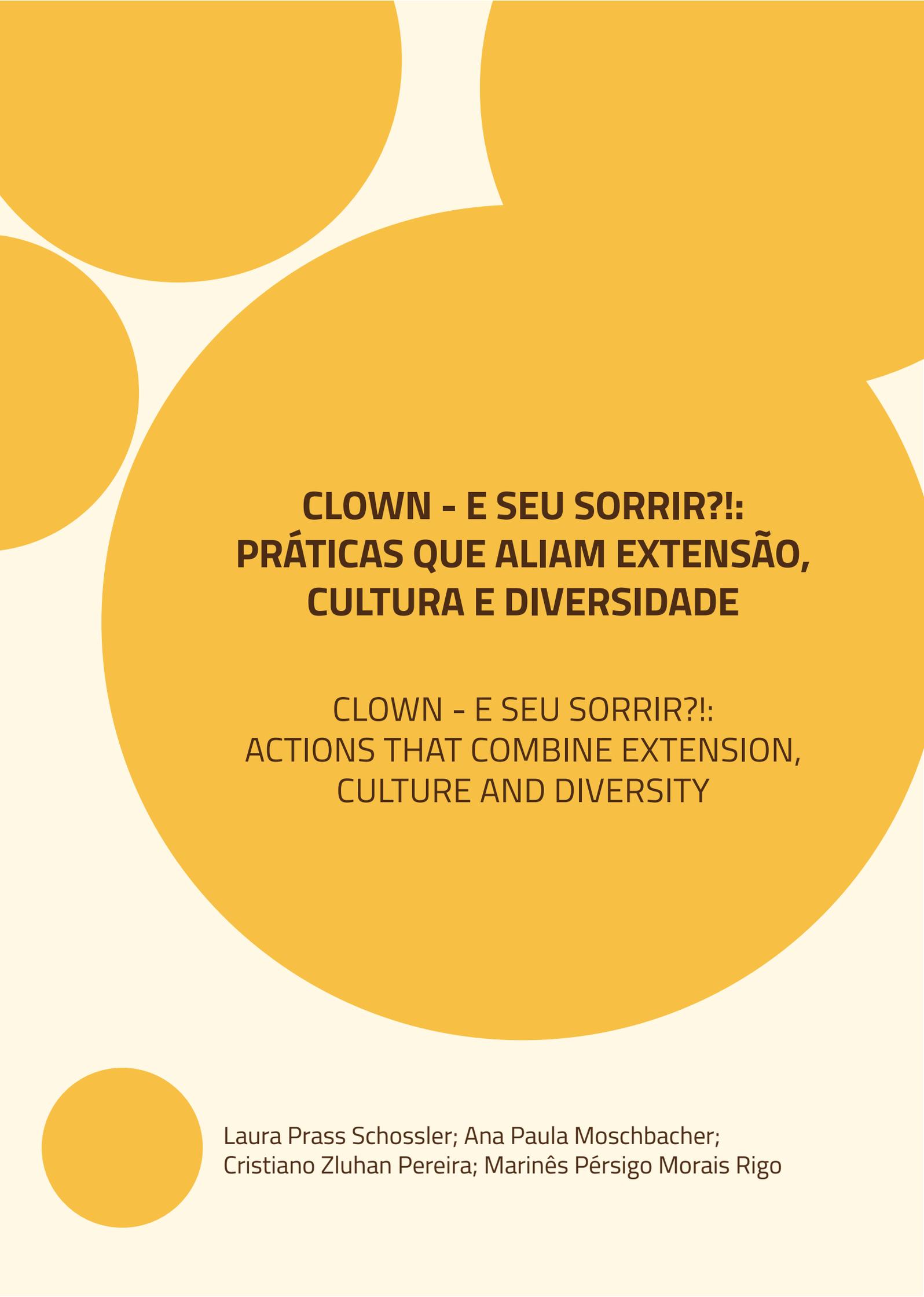
MOUBARAC, J. C. et al. Consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health. Evidence from Canada. **Public Health Nutrition**, v. 16, n. 12, p. 2240-2248, 2013.

PUHL, R. M.; LUEDICKE J.; PETERSON, J. L. Public reactions to obesity-related health campaigns: a randomized controlled trial. **American Journal of Preventive Medicine**. v. 45, p. 36–48, 2013

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Linha de cuidado do sobrepeso e obesidade**. p. 1-65, 2014.

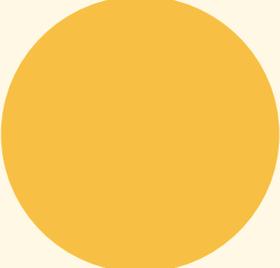
VITOLLO, M. R. **Nutrição: da gestação ao envelhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2014. 576 p.

WEFFORT, V. R.; LAMOUNIER, J. A. **Nutrição em pediatria: da neonatologia à adolescência**. 2a ed. São Paulo: Editora Manole, 2017.

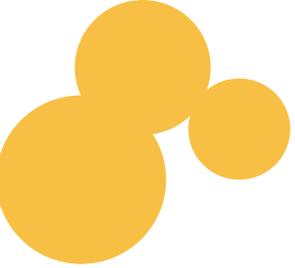


**CLOWN - E SEU SORRIR?!:
PRÁTICAS QUE ALIAM EXTENSÃO,
CULTURA E DIVERSIDADE**

CLOWN - E SEU SORRIR?!:
ACTIONS THAT COMBINE EXTENSION,
CULTURE AND DIVERSITY



Laura Prass Schossler; Ana Paula Moschbacher;
Cristiano Zluhan Pereira; Marinês Pérsigo Morais Rigo



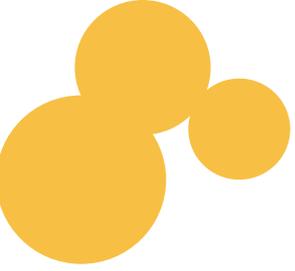
RESUMO:

A palhaçoterapia é uma prática de cuidado humanizado, que, por meio de doutores palhaços, promove a ressignificação do ambiente hospitalar, proporcionando bem-estar e risadas para pacientes, acompanhantes e funcionários. O Clown - E Seu Sorrir é um exemplo de programa que promove essa prática de cuidado integral. Esse projeto extensionista da Universidade do Vale do Taquari trabalha com a arte clown e utiliza a risada como uma maneira de ultrapassar obstáculos culturais, idiomáticos e sociais, oferecendo afeto para todos, sem qualquer tipo de preconceito. A partir de uma análise de dados Quali-quantitativos do projeto extensionista, o presente estudo objetiva enfatizar os proveitos da palhaçoterapia na comunicação com diferentes culturas e diversidades presentes no ambiente hospitalar. Observou-se um número elevado de pessoas impactadas pelos doutores *clowns*. Muitas vezes basta a presença do palhaço e seu olhar de afeto para transformar a tensão hospitalar em gargalhadas. Em outros momentos, a arte musical ocupa o lugar das palavras, proporcionando uma interação independentemente do idioma falado. Além disso, o abraço de um *clown* proporciona que sentimentos necessários fluam, mesmo que esses sejam de sofrimento pela situação hospitalar. Conclui-se, portanto, que o Clown - E Seu Sorrir?! possui um papel promotor do acolhimento de todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação. Presume-se, assim, que o estudo tenha evidenciado a importância da relação entre interculturalidade e diversidade com projetos extensionistas, como o E Seu Sorrir?!

Palavras-chave: Palhaçoterapia. Bem-estar. Assistência hospitalar. Interculturalidade.

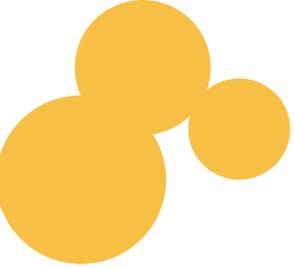
ABSTRACT:

Clowntherapy is a practice of humanized care that, through clown doctors, promotes the redefinition of the hospital environment, providing well-being and laughter for patients, companions and staff. The Clown - E Seu Sorrir?! is an example of a program that promotes this comprehensive care practice. This extension project of the University of Vale do Taquari works with clown art and uses laughter as a way to overcome cultural, linguistic and social barriers, offering affection to everyone, without any prejudice. Based on a qualitative-quantitative analysis of the project's data, this study aims to emphasize the benefi-



ts of clowntherapy in communicating with different cultures and diversities present in the hospital environment. It was observed that a high number of people were impacted by the clown doctors. Often, the presence of the clown and their affectionate gaze are enough to turn hospital tension into laughter. At other times, music takes the place of words, providing interaction regardless of the spoken language. Additionally, a clown's embrace allows necessary feelings to flow, even if it is suffering due to the hospital situation. Therefore, it can be concluded that Clown - E Seu Sorrir?! plays a role in accepting all people without any discrimination. It is presumed that the study has highlighted the importance of the relationship between interculturality and diversity in extension projects such as E Seu Sorrir?!

Keywords: Clowntherapy. Wellbeing. Hospital care. Interculturality.



INTRODUÇÃO

A palhaçoterapia é uma prática que promove cuidado humanizado e integral em ambiente hospitalar. O papel do doutor palhaço é promover o riso e ressignificar a dor (Wuo, 1999 *apud* Moreira *et al.*, 2021), sendo a centralidade do atendimento a pessoa e suas multiplicidades, e não os processos diagnósticos e terapêuticos convencionais. Além dos benefícios aos pacientes internados, os acompanhantes e funcionários dos hospitais, também são contagiados com a alegria dos *clowns*.

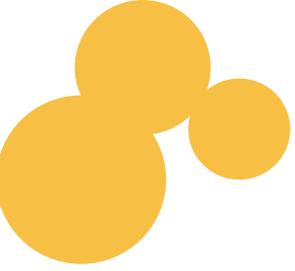
O Clown - E Seu Sorrir?!, Projeto de Extensão da Universidade do Vale do Taquari (Univates) de Lajeado (RS), ergueu-se no ano de 2015, a partir da iniciativa do curso de Medicina, visando os benefícios que as atividades ofereceriam para a comunidade e para os acadêmicos. O Projeto propõe aos estudantes e profissionais de diversas áreas uma forma não invasiva, afetiva e alegre de promover cuidados em saúde, utilizando a risada como uma maneira de ultrapassar obstáculos culturais, idiomáticos e sociais, de modo a oferecer o cuidado para todos, sem preconceitos ou barreiras.

Nesse contexto, o presente estudo salientará o benefício das atuações do Clown - E Seu Sorrir?!, visto que essas facilitam uma melhor relação entre cuidador, equipe e paciente, o que gera um resultado positivo no cuidado e no tratamento. O trabalho visa integrar os pilares "extensão", "interculturalidade" e "diversidade" com a arte *clown*, objetivando elucidar os proveitos do E Seu Sorrir?! na comunicação com diferentes culturas e diversidades no ambiente hospitalar, a partir da promoção de uma prática humanizadora, que abrange diversos conhecimentos e se baseia na sentença de fazer o bem, sem olhar a quem.

1 METODOLOGIA

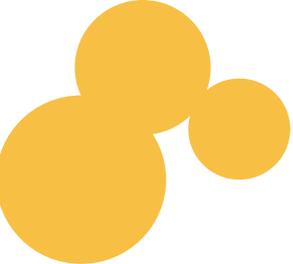
Este estudo possui natureza básica e trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, com caráter Quali-quantitativo, cujo procedimento utilizado foi um levantamento (*Survey*).

Os dados Qualitativos foram adquiridos através da análise de relatos gravados e escritos de funcionários do hospital e de clowns do E Seu Sorrir?!, pois essa população possui



contato direto com a arte *clown* e seus benefícios. Os indivíduos que relataram estão identificados por letras do alfabeto, de modo a manter a privacidade.

Já os dados Quantitativos, foram adquiridos por meio de um Formulário de Ações Oriundas dos Projetos de Extensão, disponibilizado pela Universidade do Vale do Taquari, preenchido pelos voluntários após cada atuação, representado pela Figura 1. Nele devem constar a quantidade de pacientes, acompanhantes e funcionários atendidos, além dos horários de início e término, os estudantes voluntários e a assinatura de um funcionário que atesta a atuação. Assim, é possível ter fidelidade com o número de pessoas impactadas.

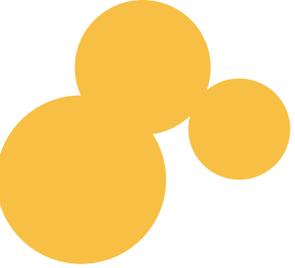


INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

Figura 1 – Formulário de Ações Oriundas dos Projetos de Extensão

	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FORMULÁRIO DE AÇÕES ORIUNDAS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO		
Nome do Projeto de Extensão			
Local da atividade			
Data da ação			
Horário de início da atuação			
Horário de término da atuação			
Síntese da ação			
Professor(es) envolvido(s) que acompanharam a ação			
Bolsista(s) envolvido(s)			
Estudantes Voluntários que realizaram a ação			
Quantidade de pacientes atendidos	Quantidade de acompanhantes atendidos	Quantidade de funcionários atendidos	Quantidade de outros atendidos
Pacientes atendidos mais de uma vez na semana de atuações (caso haja):	Acompanhantes atendidos mais de uma vez na semana de atuações (caso haja):	Funcionários atendidos mais de uma vez na semana de atuações (caso haja):	Outros atendidos mais de uma vez na semana de atuações (caso haja):
SETOR			
Nome do funcionário do hospital que atesta a atuação do Projeto:			
Assinatura:			

Fonte: Adaptado de Extensão Acadêmica Univates (2020).



O artigo estrutura-se a partir de uma análise inicial da história e dos conhecimentos acerca da palhaçoterapia presentes na literatura. Posteriormente, inserem-se informações acerca do projeto Clown - E Seu Sorrir?!, sendo enfatizados os proveitos da arte *clown* com a comunidade diversa atendida.

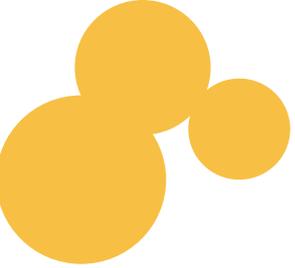
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os hospitais são vistos como um espaço de cura, com médicos sendo as autoridades máximas nesses locais. Segundo Catapan (2017), essa visão é sustentada desde a inserção da clínica nos hospitais, após a Revolução Francesa, quando se iniciaram metodologias de classificar, descrever e separar doenças e enfermos. Assim, a individualidade e a humanidade de cada paciente são postergadas e o foco máximo é nos processos diagnósticos e terapêuticos convencionais. É evidente, portanto, a separação da mente e do corpo, o que proporciona um cuidado não integral (Catapan, 2017).

No Brasil, diversas medidas políticas com o foco na humanização do cuidado em saúde foram criadas nos últimos anos, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e suas diretrizes voltadas para o cuidado integral e universal. Medidas com o foco mais humanístico, como a Política Nacional de Humanização (Ministério da Saúde, 2004), possuem o intuito de promover atenção global ao doente, para além do físico, dedicando-se também a questões emocionais, sociais e culturais.

A palhaçoterapia é uma atividade que promove o cuidado humanizado e possui diversas nomenclaturas e abordagens. De forma geral, essa prática visa efetivar o elo que conecta o cuidado eficiente com o cuidado mais humano em ambiente hospitalar, onde a centralidade passa a ser a pessoa na totalidade, para além do corpo físico (Catapan, 2017). O doutor palhaço, segundo Wuo (1999 *apud* Moreira *et al.*, 2021), transforma a realidade e se conecta com o paciente, sendo o seu objetivo ressignificar a dor e provocar o riso, além de permitir a externalização de sentimentos diversos.

A terapia com doutores palhaços faz com que o foco nos pontos negativos da hospitalização seja esquecido pelos pacientes, e os interesses no momento da atuação passam a ser o *clown* e a sua imprevisibilidade (Valladares, 2011). Da mesma forma, o palhaço oferece essa fuga da realidade e, conseqüentemente, o bem-estar, para os acompanhantes e



familiares. Conforme Sato (2016), o bom humor de quem está com o doente ocasiona uma diminuição reflexa da ansiedade e do estresse do enfermo, o que é benéfico para todos.

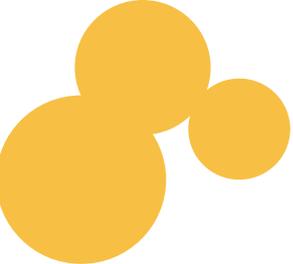
A revisão sistemática da literatura de Filho (2012), acerca dos doutores palhaços, apresentou que os estudos de Michael Balint, psicanalista húngaro, enfatizaram sobre a ineficácia de técnicas de tratamento, por mais avançadas que fossem, se uma boa relação médico-paciente não estivesse instituída. Tal fato abrange todas as camadas do cuidado hospitalar, como enfermeiros e técnicos de enfermagem, que constantemente estão em contato com os pacientes internados. O humor apresenta-se como uma boa alternativa para melhorar e cooperar com o ambiente de trabalho de enfermeiros e médicos (Dionigi, 2016), sendo esse a especialidade dos *clowns*. Desse modo, a palhaçoterapia promove, no ambiente de trabalho, a satisfação da equipe hospitalar, e, portanto, uma melhor relação de quem cuida com quem é cuidado.

A literatura apresenta escassez de estudos que relacionem os proveitos da arte *clown* no acolhimento de diferentes culturas e idiomas. Sabe-se que o Brasil é um território com presença de novos fluxos de imigração, fato que corrobora com a iniciação de estudos focados no acesso à saúde e na integração na sociedade dessa população (Granada *et al.*, 2017). Desse modo, projetos de palhaçoterapia, como já citado anteriormente, possuem as habilidades para melhorar o bem-estar da comunidade hospitalar, atendendo a todos igualmente. Implica-se, logo, a necessidade de estudos qualitativos que avaliem os benefícios da relação entre doutores palhaços e culturas distintas, como imigrantes.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

As atuações do Clown - E Seu Sorrir?! são realizadas por voluntários capacitados para atendimento hospitalar, que trabalham com o conceito ampliado de saúde, considerando questões sociais, ambientais e de qualidade de vida das comunidades atendidas, por meio de uma abordagem dialógica e relacional. Os voluntários do Projeto são alunos da Universidade do Vale do Taquari, das mais diversas áreas, não necessariamente vinculados com cursos da saúde, ou então são pessoas com o curso de graduação já completo.

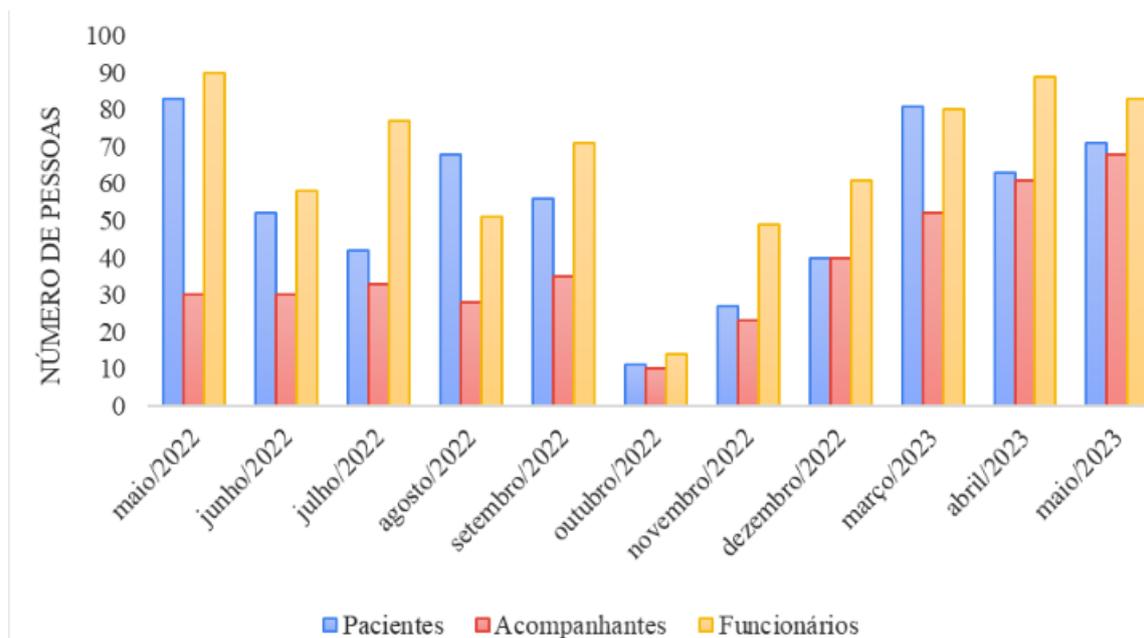
Após a suspensão das atividades durante os anos de 2020 e 2021, devido à pandemia do Coronavírus, as atuações retornaram em 2022, impactando cerca de 1079 pessoas,



INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE EM VIVÊNCIAS EXTENSIONISTAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO SUL DO BRASIL

sendo 379 pacientes, 229 acompanhantes e 471 funcionários. Já em 2023, as atuações iniciaram em março, ocorrendo semanalmente, e até o mês de maio, cerca de 648 indivíduos foram atendidos. Como mostram o Gráfico 1 e a Tabela 1, durante esse um ano de atuações, cerca de 1727 pessoas foram sensibilizadas pela arte *clown* do E Seu Sorrir!?

Gráfico 1 - Número de Pessoas Impactadas no Período de Um Ano

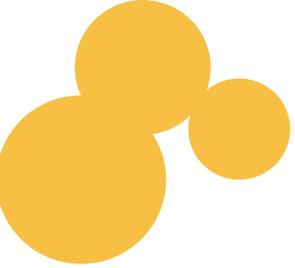


Fonte: Projeto de Extensão Clown - E Seu Sorrir?! (2023).

Tabela 1 – Impacto do E Seu Sorrir?!

Mês/Ano	Pacientes	Acompanhantes	Funcionários	Total de Pessoas
Maio/2022	83	30	90	203
Junho/2022	52	30	58	140
Julho/2022	42	33	77	152
Agosto/2022	68	28	51	147
Setembro/2022	56	35	71	162
Outubro/2022	11	10	14	35
Novembro/2022	27	23	49	99
Dezembro/2022	40	40	61	141
Março/2023	81	52	80	213
Abril/2023	63	61	89	213
Maio/2023	71	68	83	222

Fonte: Projeto de Extensão Clown - E Seu Sorrir?! (2023).



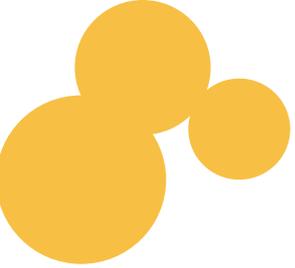
Os doutores palhaços utilizam a risada como uma forma de ultrapassar barreiras que eventualmente criam-se na relação com os pacientes. Desse modo, para os *clowns*, diferenças culturais, idiomáticas e sociais são insignificantes e a gargalhada é oferecida para todos, sem qualquer preconceito. Semanalmente, os voluntários deparam-se com uma diversidade de pacientes e acompanhantes, visto que eles são provenientes das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul, possuindo diferentes culturas e valores, além das diferentes classes sociais de cada indivíduo. Cada um possui um universo dentro de si e os doutores estão ali para acolher, para mostrar que a pessoa é aceita do jeito que ela deseja ser e para deixar sentimentos fluírem, mesmo que esses sejam de tristeza (Wuo, 1999 *apud* Moreira *et al.*, 2021).

Fomos para um quarto de um senhor que estava bem debilitado e quando a gente entrou a filha dele começou a chorar, pelo simples fato de nos ver. Pelo que entendemos ele não iria mais sair dali, então conseguimos arrancar um sorriso dela, apesar de estar bem emotiva (Relato gravado da Dra. C).

Sentimentos não faltam quando o assunto são as atuações do E Seu Sorrir?!. O palhaço, muitas vezes, não precisa falar nada, basta existir e oferecer um olhar de carinho que provoca gargalhadas em quem o vê. Os *clowns* provocam curiosidade, pois são seres imprevisíveis e isso prende os pacientes espectadores, reconectando-os com o momento atual (Catapan, 2017). Dessa forma, é possível esquecerem a doença e as angústias do futuro, mesmo que apenas por um instante.

Teve um quarto que tinha cerca de sete mulheres e elas riam, riam, riam, ... apenas com a nossa presença, nem precisamos falar nada. Foi uma atuação muito boa, elas realmente ficaram muito felizes em nos ver (Dra. E).

O idioma é um fator que muitas vezes bloqueia a comunicação. No hospital frequentado pelo Projeto, estão presentes indivíduos do interior do Rio Grande do Sul, que falam somente o dialeto alemão, e também refugiados, que iniciaram uma nova vida no Brasil e ainda estão aprendendo a língua portuguesa. Apesar dessas dificuldades, os doutores sempre possuem habilidades que promovem a comunicação e o acolhimento de todos, sem a exclusão de ninguém.



A gente foi em outro quarto, com um senhor bem debilitado que conseguia falar algumas coisas, mas o problema era que ele falava apenas alemão e, segundo as enfermeiras, ninguém do hospital conseguia falar com ele. Mas a Dra. Sininho fala alemão e conseguiu se comunicar e conversar com ele. No final da atuação ele estava rindo e a gente também, pois brincamos que eles estavam falando mal da gente, já que não entendíamos. Ele dava risada, foi muito divertido (Relato gravado da Dra. T).

Teve um casal de haitianos e bem no início da atuação estavam sérios, sem ser mal-educados ou algo assim, estavam apenas sendo mais diretos, digamos assim. E aí, conforme fazíamos a atuação, eles foram se soltando e quando começamos a cantar uma música, eles começaram a sorrir (Relato gravado da Dra. I).

Segundo estudos de Masetti (1988 *apud* Catapan, 2017), enfermeiros relatam que o estresse e a ansiedade de pacientes diminuem após a visita de doutores palhaços. A literatura é comprovada na prática, visto que a equipe de enfermagem relata constantemente os proveitos do *clown* com os pacientes. Mediante uma pesquisa de satisfação com 20 funcionários do hospital em 2022, 95% responderam que estão muito satisfeitos com o projeto dentro do ambiente hospitalar, com apenas uma pessoa sendo neutra. Segunda a enfermeira J: “A presença do projeto contribui para alegria num ambiente normalmente silencioso e pesado. Através do lado lúdico da proposta, encorajam e dão esperança de viver melhor aos pacientes”.

A promoção de bem-estar vai além dos enfermos, afetando também funcionários. Com a equipe hospitalar satisfeita com seu ambiente de trabalho, o conforto de quem está sendo atendido por ela melhora (Sato, 2016), gerando um ciclo de bem-estar que atinge todos os envolvidos no processo de hospitalização. Observa-se o relato das enfermeiras H e X (figuras 2 e 3, respectivamente), que evidencia o conforto oferecido.

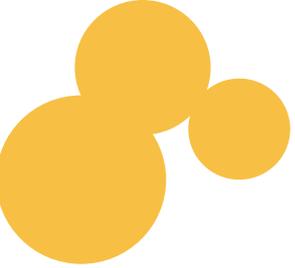


Figura 2 – Relato da enfermeira H¹

Sempre muito bom receber os doutores da alegria no Hospital São José. Além de animar os pacientes, tiram sorrisos dos profissionais

Fonte: Projeto de Extensão Clown - E Seu Sorrir?! (2022).

Figura 3 – Relato da enfermeira X²

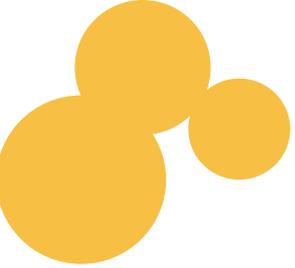
Projeto muito legal, trazendo alegria e descontração. Muitas vezes o dia está tão corrido e receber a visita do grupo dá uma animada.

Fonte: Projeto de Extensão Clown - E Seu Sorrir?! (2022).

A humanização do cuidado vem sendo mais valorizada nos últimos anos, o que é comprovado pela criação de leis, como Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2003), que favorecem e promovem essa prática. Assim, a palhaçoterapia como atividade extensionista vê como um avanço a receptividade da população com terapias que aliam diversos

¹ “Sempre muito bom receber os doutores da alegria no Hospital São José. Além de animar os pacientes, tiram sorrisos dos profissionais”.

² “Projeto muito legal, trazem a alegria e descontração. Muitas vezes o dia está tão corrido e receber a visita do grupo dá uma animada”.



conhecimentos, além dos tradicionalmente aceitos. Entretanto, por ser uma terapia alternativa, projetos de extensão que trabalham com a arte *clown* ainda sofrem preconceitos e discriminações e o projeto E Seu Sorrir?! enfrenta em suas atuações olhares e falas de desaprovações provindas de alguns profissionais da saúde e da comunidade. Essa rejeição, porém, não abala os voluntários, pois o olhar grato, a gargalhada, o choro e o abraço de um paciente, de um acompanhante ou de um funcionário fazem tudo valer a pena e comprovam a eficácia do trabalho e da missão de um doutor *clown*.

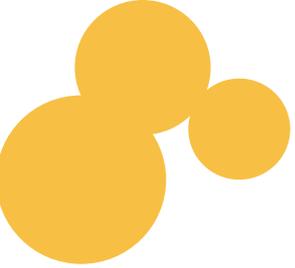
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo elucidar os proveitos do E Seu Sorrir?! na comunicação com diferentes culturas e diversidades no ambiente hospitalar, a partir da promoção de uma prática humanizadora.

Para isso, apresentaram-se conhecimentos já presentes na literatura, evidenciando os benefícios comprovados da arte *clown* e também a escassez de estudos que focassem exclusivamente no acolhimento intercultural proporcionado por palhaços. Posteriormente, dados quali-quantitativos do projeto Clown - E Seu Sorrir?! comprovaram os benefícios a todas as pessoas envolvidas no processo de hospitalização, ao oferecer a comunicação humana, através da conversa, do olhar e da arte.

A palhaçoterapia como prática extensionista corrobora com a melhora do atendimento em ambiente hospitalar, justamente por ir além dos processos terapêuticos e diagnósticos classicamente aceitos. Dessa maneira, abrem-se portas para o atendimento intercultural e diverso, sem barreiras ou preconceitos.

A diversidade e a interculturalidade apresentam-se no projeto através das inúmeras habilidades de interação dos doutores. Para o casal de haitianos, a comunicação deu-se através da arte musical. Já para o quarto com mulheres, bastou a imagem do palhaço para as gargalhadas fluir. O senhor, cujo único idioma falado era o alemão, surpreendeu-se com a habilidade inesperada da Dra. Sininho de falar a língua e possibilitar uma conversa. Já para a filha cujo pai estava debilitado, o abraço de um *clown* permitiu com que seus sentimentos se externalizassem.



É devido a experiências como as citadas no artigo que os desafios da desaprovação e do preconceito com a palhaçoterapia não afetam ou desanimam os voluntários. Somente quem convive diretamente com essa forma humanizada de cuidar percebe seus proveitos para todos os envolvidos no processo. Ademais, o aumento do interesse da comunidade com práticas que aliam diversos conhecimentos, além dos tradicionais, é um avanço para a arte *clown* e demais terapias alternativas.

Espera-se, portanto, que esse estudo promova o interesse da comunidade com a arte dos doutores palhaços e seus benefícios. Por fim, presume-se ter demonstrado a interação entre a arte da palhaçoterapia, a extensão, a diversidade e a interculturalidade.

REFERÊNCIAS

CATAPAN, S. C. **Significados das práticas dos “Terapeutas da Alegria” sobre pacientes adultos internados em um hospital universitário**. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Área de concentração: Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

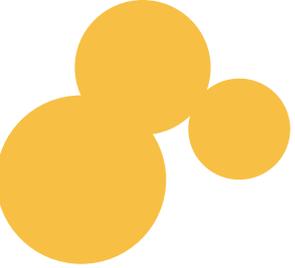
FILHO, A. C. **Os doutores palhaços: vetores e hospedeiros de uma saúde contagiosa** - Técnicas de Humor e Palhaçaria em Educação Médica: uma Revisão Sistemática de Literatura. 2011. 57 f. Monografia - Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

DIONIGI, A.; CANESTRARI, C. Clowning in health care settings: The point of view of adults. **Europe’s Journal of Psychology**, v. 12, n. 3, p. 473–488, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4991052/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GRANADA, D. et al. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, p. 285–296, abr. 2017.

Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde; 2004; 8–16.

MOREIRA, J. V. et al. A arte do palhaço na educação médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 3, p. e168, 2021.



MARIANA R. S.; RAMOS, A.; CAROLINA C. S. *et al.* Palhaços: uma revisão acerca do uso dessa máscara no ambiente hospitalar. **Interface**, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icsse/a/dvyvCQfpZCcQB8ZLVkVdLhL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2023.

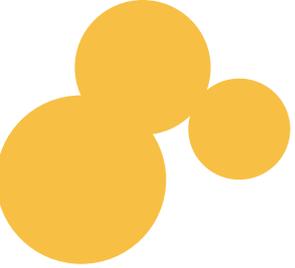
Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VALLADARES, A. C. A.; SILVA, M. T. da. A arteterapia e a promoção do desenvolvimento infantil no contexto da hospitalização. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, n. 3, p. 443–450, set. 2011.

**PROJETO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA
ESCOLAR – PIDE: CONTRIBUIÇÕES
NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES**

SCHOOL SPORTS INITIATION
PROJECT – PIDE: CONTRIBUTIONS TO
THE EDUCATION OF CHILDREN AND
ADOLESCENTS

Sandra Fachineto; Dainara Schabarum;
Evandro da Silva; Laércio Rodrigo Lermen



RESUMO:

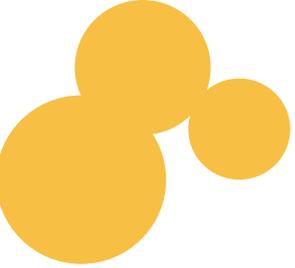
O Projeto de Iniciação Desportiva Escolar – PIDE, idealizado pela Fundação Catarinense de Esportes, tem por objetivo ofertar práticas esportivas no contra turno escolar para crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 16 anos que estejam regularmente matriculadas na rede de ensino público estadual e municipal, a fim de desenvolver e promover a iniciação esportiva no Estado de Santa Catarina. Coordenado por uma professora do Curso de Educação Física da Unoesc, campus de São Miguel do Oeste, o PIDE é implementado em diversas unidades e municípios, estabelecendo parcerias com as secretarias de esporte e educação e prefeituras locais, oferecendo uma variedade de modalidades esportivas, como dança, futsal, futebol, voleibol, atletismo, karatê e basquetebol. O projeto conta com a atuação de vinte acadêmicos do Curso de Educação Física, Licenciatura e Bacharelado, que desempenham o papel de monitores esportivos. Sob a supervisão de um profissional da área, as aulas são ministradas seguindo um planejamento prévio, com métodos de ensino e estratégias lúdicas, promovendo a iniciação esportiva e desenvolvimento físico, cognitivo e social dos participantes. Atualmente, atende 350 crianças e adolescentes de forma gratuita, sendo um exemplo de prevenção de problemas sociais por meio da combinação entre educação e esporte.

Palavras-chave: Esporte. Educação. Iniciação.

ABSTRACT:

The School Sports Initiation Project - PIDE, conceived by the Fundação Catarinense de Esportes, aims to offer sports practices in the after school shift for children and adolescents aged 10 to 16 years who are regularly enrolled in the state and municipal public education network, in order to develop and promote sports initiation in the State of Santa Catarina. Coordinated by a professor from the Unoesc Physical Education Course, on the São Miguel do Oeste campus, the PIDE is implemented in several units and municipalities, establishing partnerships with the sports and education departments and local city halls, offering a variety of sports, such as Dance, Futsal, Football, Volleyball, Athletics, Karate and Basketball. The project relies on the performance of twenty academics from the Physical Education, Licentiate and Bachelor Degree courses, who play the role of sports monitors. Under the supervision of a professional in the field, classes are given following a prior planning, with teaching methods and playful strategies, promoting sports initiation and physical, cognitive and social development of participants. Currently, it serves 350 children and adolescents free of charge, being an example of preventing social problems through a combination of education and sport.

Keywords: Sport. Education. Initiation.



INTRODUÇÃO

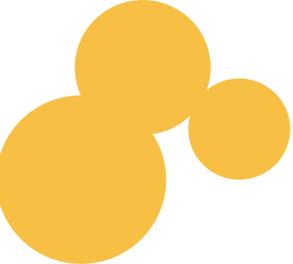
O Projeto de Iniciação Desportiva Escolar - PIDE, idealizado pela Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte, tem como objetivo aproximar as relações entre universidade, comunidade e escolas, além de ampliar a formação profissional dos estudantes do Curso de Educação Física, os quais atuam como monitores no projeto.

O PIDE iniciou suas atividades esportivas com crianças e adolescentes em maio de 2022, com foco no esporte educacional. Essa abordagem esportiva favorece ações educativas, tais como o respeito às regras, a aprendizagem de como ganhar e perder, a percepção do espírito de equipe, apoiadas pelos princípios socioeducativos de inclusão, participação, cooperação e responsabilidade (Gomes, 2010).

Além do contexto educacional, o PIDE foca em incentivar a prática esportiva como forma de promoção da saúde. Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), a prevalência de excesso de peso em crianças e adolescentes varia de 11,6% a 38,5%. Diante desse importante dado, é imprescindível incentivar esse grupo populacional para a adoção de práticas de atividade física regulares e sistematizadas que visem também minimizar o comportamento sedentário.

O Guia de Atividade Física para População Brasileira (2021) preconiza que crianças e adolescentes realizem atividades por 60 minutos diários, no mínimo três vezes na semana, com intensidade moderada a intensa. Como destaque, aponta-se a importância do esporte na promoção de hábitos ativos e saudáveis, bem como no desenvolvimento de aspectos motores e físicos. Ao oferecer estímulos adequados para cada faixa etária, amplia-se o repertório de movimentos e auxilia-se na manutenção da prática esportiva na vida adulta atendendo as diretrizes de incentivo a prática de atividade física regular.

O fato é que a prática de esporte de forma extracurricular pode contribuir positivamente para minimizar problemas relacionados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como o sobrepeso e a obesidade, tão prevalentes nas crianças. Um estudo de revisão recente apontou que crianças que participam de atividades esportivas tem indicadores objetivos de saúde melhores: dobras cutâneas menores (indicativo de sobrepeso e obesidade), menor frequência cardíaca no repouso (saúde cardiovascular), me-



lhor comportamento e rendimento escolar, menos problemas com os colegas e menos problemas emocionais (Carvalho *et al.*, 2023).

Assim, o PIDE oferece oportunidade para que as crianças e adolescentes tenham contato com diferentes práticas de modalidades esportivas e apresenta uma relevância social significativa ao contribuir para a formação integral do público participante, indo muito além do desenvolvimento de habilidades motoras e de aspectos técnicos e táticos. Objetivou-se relatar as contribuições da prática esportiva extraclasse para crianças e adolescentes bem como descrever um estudo de caso bem-sucedido de implantação do projeto no município de São João do Oeste/SC.

1 REVELANDO A METODOLOGIA POR TRÁS DE UM PROJETO TRANSFORMADOR

O PIDE, Projeto de Iniciação Desportiva Escolar, é coordenado por uma professora do Curso de Educação Física da Unoesc, campus de São Miguel do Oeste. Esse projeto é implementado em diversas unidades e municípios, estabelecendo parcerias com as secretarias de educação e prefeituras locais. Entre os municípios contemplados com o projeto estão: São Miguel do Oeste, que sediam dois polos de aplicação, Anchieta, Guaraciaba e São João do Oeste. O projeto oferece uma variedade de modalidades esportivas, tais como dança, futsal, futebol, voleibol, atletismo, karatê e basquetebol, de forma mista.

Figura 1 – Metodologias das Aulas



Fonte: Acervo dos autores

Figura 2 – Metodologias das Aulas



Fonte: Acervo dos autores

Figura 3 – Metodologias das Aulas



Fonte: Acervo dos autores

O projeto é executado por vinte acadêmicos do Curso de Educação Física, tanto na modalidade de Licenciatura quanto de Bacharelado, que desempenham o papel de monitores esportivos. Esses, por sua vez, são supervisionados por um profissional especializado da área, denominado supervisor de campo, e pela professora coordenadora do PIDE. Mensalmente, os bolsistas, juntamente com a professora coordenadora, realizam uma reunião para planejamento e avaliação das atividades esportivas.

O trabalho é realizado por meio de aulas práticas, ministradas pelos monitores esportivos, seguindo um planejamento prévio elaborado em conjunto com os professores

supervisores de cada unidade executora. Para as aulas, são empregados diversos métodos de ensino, tais como o método parcial, global e misto, com o intuito de promover a iniciação esportiva, além de serem utilizadas estratégias lúdicas.

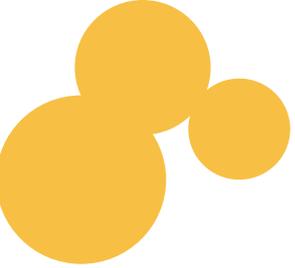
O método parcial consiste em ensinar os fundamentos esportivos por partes para depois uni-los entre si. Já quando é utilizado o método global, ocorre a realização do jogo propriamente dito. No método misto, acontece uma sincronia dos métodos global-parcial-global. (Tenroller; Merino, 2006).

As aulas seguem uma estrutura composta por três momentos distintos: inicial, que abrange a recepção dos alunos, lista de presença e o aquecimento; desenvolvimento da aula, na qual são trabalhadas atividades voltadas para os objetivos do dia; e finalização, na qual é promovida atividade de relaxamento e diálogos reflexivos sobre a aula. O mencionado projeto, que tem obtido excelentes resultados, teve seu início com um número reduzido de alunos e, atualmente, abrange um total de 350 crianças e adolescentes de ambos os gêneros e de forma totalmente gratuita. Contribuindo dessa maneira, como uma ação objetivada na prevenção de potenciais problemas sociais, por meio da combinação entre educação e esporte.

Figura 4 – Coordenadora e monitores do projeto PIDE de São Miguel do Oeste



Fonte: Acervo dos autores



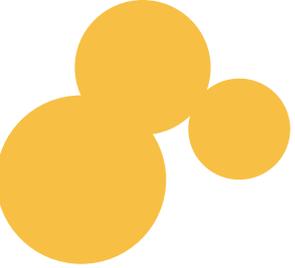
Dentro deste cenário, é que as contribuições do projeto se sobressaem na vida das crianças e adolescentes. Elas são estimuladas a experimentar situações esportivas que visam desenvolver atitudes e valores bem como a cooperação e trabalho coletivo. Contribuindo, Cortês Neto, Dantas e Maia (2015) destacam que ao oportunizar espaços de transformações permanentes nas competências cognitivas, pessoais, sociais e produtivas e não apenas a prática pela prática é que projetos esportivos prestam a sua contribuição em busca da promoção do desenvolvimento humano.

Ainda, os autores supracitados salientam que crianças e jovens participantes de projetos sociais esportivos apresentam melhores condições físicas, comportamentos individuais e coletivos mais satisfatórios, uma maior capacidade de se relacionar, melhores desempenhos na escola, enfim, uma melhor qualidade de vida em comparação com crianças que não fazem parte.

Para além da competição, está se trabalhando o contexto social através da interação entre aluno e aluno e também do aluno e monitor esportivo (acadêmico)/supervisor de campo. As modalidades esportivas do PIDE estão sendo um meio positivo para inserção de desafios que auxiliam os alunos no desenvolvimento cognitivo com ênfase para tarefas que exigem o trabalho coletivo e, com isso, promovendo a socialização. Nessa perspectiva, Sanches e Rubio (2011) corroboram ao afirmar que o esporte pode e deve ser considerado como uma das ferramentas mais eficazes para trabalhar com crianças e jovens, já que, além de ser uma atividade prazerosa e que traz diversos benefícios para a saúde física do praticante, ele desenvolve diversos valores que poderão ser transladados para outras esferas da vida dos esportistas como a tolerância, integração, solidariedade, cooperação e autonomia.

1.1 APLICAÇÃO DO MANUAL DE MEDIDAS, TESTES E AVALIAÇÕES - PROESP-BR

Crianças e adolescentes com maior estímulo para praticar exercícios físicos acabam se beneficiando no aspecto motor e melhorias da saúde (Carvalho, 2023). Com foco em acompanhar a evolução motora e de saúde do público participante do PIDE, o projeto adota a aplicação de medidas e testes propostos pelo Projeto Esporte Brasil (PROESP-Br). Conforme descrevem os autores da bateria do PROESP:



O PROESP-Br é um observatório permanente de indicadores de crescimento e desenvolvimento corporal, motor e do estado nutricional de crianças e jovens entre 6 e 17 anos. Com o objetivo de auxiliar os professores de Educação Física na avaliação desses indicadores, o PROESP-Br propõe, através de um método, a realização de um programa cujas medidas e testes podem ser realizados na maioria das escolas, clubes e escolinhas esportivas do Brasil. (Gaya *et al.*, 2021, p. 04).

Citam ainda que as informações obtidas podem ser utilizadas para formar um banco de dados, para base de estudos, de diagnósticos, apresentar normas e critérios de avaliação da população brasileira com idade escolar, no mesmo sentido, para formatar programas de intervenção na Educação Física escolar, no âmbito da aptidão física correlacionados à saúde e ao desempenho motor.

Para tanto e, de acordo com a proposta metodológica do PIDE, foi proposto aos monitores para que realizassem os testes propostos adequando a cada modalidade esportiva desenvolvida. Nesse sentido, no mês de janeiro de 2023, os monitores realizaram um período de estudo do Manual de medidas, testes e avaliações, versão 2021, do Projeto Esporte Brasil PROESP-Br.

As avaliações e os testes práticos foram realizados no decorrer do primeiro semestre do ano de 2023. Cada monitor ficou responsável pela adequação em seus planos de aulas e a realização dos testes com suas turmas, visando obter dados comparativos para os próximos testes a serem aplicados no segundo semestre de 2023.

Em cada modalidade, os monitores adaptaram a realização dos testes, com o objetivo de aprofundar a compreensão da condição física de seus alunos, abrangendo índice de massa corporal, peso, estatura, resistência muscular localizada, força de membros superiores e inferiores, agilidade, flexibilidade e resistência cardiorrespiratória.

A seguir, algumas imagens dos testes sendo executados com as turmas das modalidades desenvolvidas pelo PIDE.

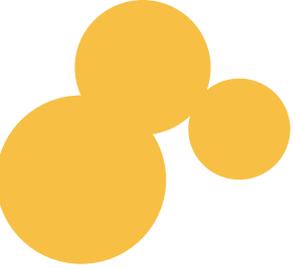


Figura 5 – Aplicação do manual de medidas, testes e avaliações - PROESP-Br



Fonte: Acervo dos autores

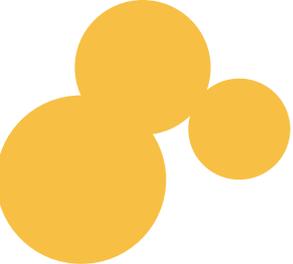


Figura 6 – Ficha de Avaliação - PROESP-Br

Ficha de Avaliação – PROESP

NOME: _____ SEXO: () M () F

IDADE: _____ anos CIDADE: _____

DATA DE AVALIAÇÃO: ____ / ____ / ____ HORÁRIO: _____ TEMPERATURA: _____

Apresenta alguma deficiência? Qual?

OBSERVAÇÕES:

Massa corporal: _____ kg.

Estatuta: _____ cm.

IMC: _____ Kg/m² Classificação: _____

Sentar-e-alcançar: 1ª tentativa: _____ cm. Classificação: _____
2ª tentativa: _____ cm.

Abdominal: _____ qtidade. Classificação: _____

6 minutos: _____ m. Classificação: _____

Salto horizontal: 1ª tentativa: _____ cm. Classificação: _____
2ª tentativa: _____ cm.

Arremesso de medicine ball: 1ª tentativa: _____ cm. Classificação: _____
2ª tentativa: _____ cm.

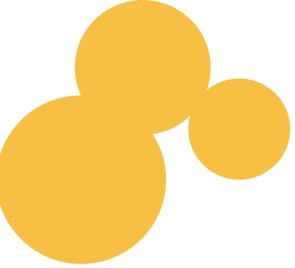
Quadrado: 1ª tentativa: _____ seg. Classificação: _____
2ª tentativa: _____ seg.

Corrida de 20 metros: 1ª tentativa: _____ seg. Classificação: _____
2ª tentativa: _____ seg.

Fonte: Gaya *et al.* (2021)

Após a aplicação dos testes, cada monitor ficou responsável por compreender os resultados, conforme exigido pelo Manual de Medidas, Testes e Avaliações, e realizar a classificação dos resultados. Além disso, todos os dados obtidos foram devidamente documentados para acompanhamento futuro do aluno. A avaliação foi devolvida ao aluno, e o conhecimento também foi compartilhado com seus responsáveis. Dessa forma, fica evidente que o projeto do PIDE vai além de proporcionar momentos de atividade extracurricular, pois existe um comprometimento e preocupação em oferecer sempre o melhor aos alunos, bem como garantir o acompanhamento motor adequado.

Estimular a melhoria da aptidão física dos participantes do PIDE também é um dos objetivos a serem alcançados, pois de acordo com as Diretrizes do Colégio Americano de Medicina Esportiva (2018), o maior nível de atividade física contribui para crianças e ado-



lescentes melhorarem seus perfis lipídicos e metabólicos, de modo a reduzirem a prevalência de obesidade e doenças crônicas-degenerativas como diabetes e hipertensão.

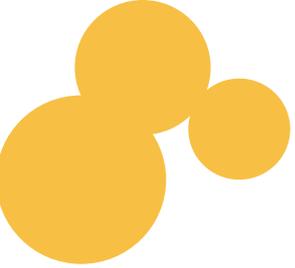
1.2 TRANSFORMANDO VIDAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE: CASE DE SUCESSO

Este artigo apresenta um *case* de sucesso inspirador que se desenrola a partir da determinação, engajamento e a inegável força de determinação de uma das bolsistas do projeto. A história tem seu início em abril de 2022, quando a bolsista, em sua primeira fase do curso de Educação Física no campus de São Miguel do Oeste/SC, jamais poderia imaginar a extraordinária transformação que ocorreria em sua vida. Nesse contexto surgiu a oportunidade da mesma de participar do projeto PIDE, juntamente com um grupo de vinte acadêmicos. No início, ela sentia certa insegurança em relação ao trabalho que iria desenvolver e ao local onde seria realizado, mas a forte ligação com a Educação, o Aprendizado e o Esporte proporcionaram-lhe um senso de alívio e confiança.

Contudo, a acadêmica transformou esse receio em um momento transformador, no qual buscou superar suas limitações e contribuir com o desenvolvimento de outros indivíduos. Foi quando notou que em sua cidade, São João do Oeste/SC, faltava o incentivo ao esporte feminino. Nesse momento, percebeu que era o momento oportuno para dar o primeiro passo corajoso e iniciar sua trajetória de transformação, utilizando o projeto do PIDE.

Por meio dessa iniciativa, conseguiu combinar sua paixão e vivência como atleta de futsal, ao trazer de volta ao município o incentivo necessário para que as meninas na idade escolar participassem do projeto, criando um impacto positivo na sociedade.

Seguindo essa história, o projeto teve início com apenas sete meninas que praticavam a modalidade de futsal. Então, a bolsista não mediu esforços e continuou seus trabalhos juntamente com seu professor supervisor na divulgação do trabalho em redes sociais e nas escolas do município. Em aproximadamente seis meses, esse número teve um aumento expressivo e hoje o projeto atende um total de trinta meninas, com idades entre 10 e 16 anos. É importante destacar que a procura pelo projeto não parou por aí. O resultado obtido foi tão significativo e importante para a sociedade que se decidiu criar uma categoria de base, na qual outras vinte e cinco meninas, abaixo da faixa etária estabelecida pelo projeto,



estão sendo preparadas utilizando a mesma metodologia. Assim que puderem fazer parte do projeto PIDE, essas meninas serão incluídas e poderão desfrutar dos benefícios oferecidos.

Ao finalizar essa jornada de sucesso, é impossível não ressaltar a importância do projeto na transformação não apenas da vida da bolsista, mas também da sociedade como um todo. Através da combinação poderosa entre educação e esporte, o PIDE mostrou-se como uma ferramenta capaz de promover mudanças significativas, oferecendo oportunidades, incentivando o desenvolvimento pessoal e proporcionando um ambiente de aprendizado enriquecedor.

Através do comprometimento e dedicação da bolsista, juntamente com a colaboração de seu professor supervisor e a inclusão das atletas que encontraram no esporte uma nova perspectiva, o projeto ampliou seu alcance e hoje já é referência no município e região.

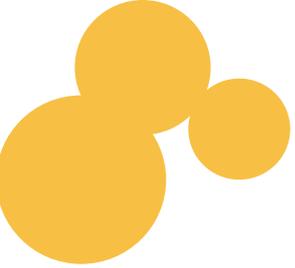
O PIDE não apenas abriu as portas para o esporte feminino em São João do Oeste/SC, mas também despertou o potencial de meninas e adolescentes, proporcionando-lhes além da prática esportiva, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o fortalecimento da autoconfiança e a formação de valores essenciais, como trabalho em equipe, resiliência e perseverança.

Como resultado, esse case de sucesso demonstra que quando investimos na educação e no esporte, estamos investindo em um futuro promissor, em indivíduos mais preparados e em uma sociedade mais saudável e inclusiva. O PIDE é um exemplo muito positivo de como um projeto bem estruturado e executado pode fazer a diferença na vida das pessoas, deixando um legado duradouro de superação, crescimento e oportunidades.

Que essa história inspire outros a acreditar no poder transformador da educação e do esporte, e que mais projetos como o PIDE possam surgir, trazendo oportunidades para aqueles que mais precisam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilidade de um programa de iniciação desportiva para crianças e adolescentes revela-se como uma alternativa excepcional para afastá-los dos problemas sociais,



fomentar a prática da atividade física e incentivar a busca pelo esporte, além de ser uma excelente ferramenta para preparar, monitorar e descobrir novos talentos esportivos. É notável a clara evolução positiva das crianças e adolescentes em relação aos aspectos motores, cognitivos, físicos e sociais desde o início do projeto. A percepção do espaço, tempo de reação, de resposta, força, agilidade, velocidade e gesto motor, dentre outras características do desenvolvimento motor, tornaram-se mais evidentes, assim como o aumento da autoconfiança e autoestima. Durante as atividades, é perceptível o respeito, o espírito de equipe e a cooperação, frutos das metodologias empregadas.

Além disso, para os acadêmicos bolsistas que atuam como monitores esportivos, essa oportunidade permite assumir um papel de grande responsabilidade ao propor formas de ensino e aprendizagem dos esportes, conciliando os aspectos teóricos aprendidos no contexto da formação profissional com a aplicação prática no projeto. No âmbito da extensão, o PIDE desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional, oferecendo serviços educacionais em parceria com vários municípios e alcançando um público significativo na região.

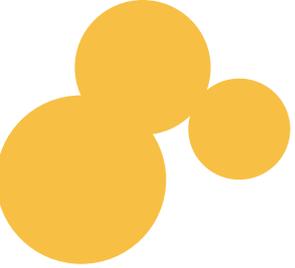
Diante disso, é inegável o impacto positivo que o PIDE tem na vida das crianças, dos adolescentes, dos monitores esportivos e das comunidades envolvidas. Ao oferecer uma proposta sólida e abrangente, o projeto não apenas cumpre sua missão educacional, mas também contribui para o desenvolvimento regional e a formação de cidadãos engajados e preparados para enfrentar os desafios do futuro.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. S. Exercício físico e seus benefícios para a saúde das crianças: uma revisão narrativa. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v.13, n.1, p. 1-16, 2021.

CORTÊS NETO, E. D.; DANTAS, M. M. C.; MAIA, E. M. C. Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v.6, n.3, p.109-117, 2015.

FEITO, Y. **DIRETRIZES DO ACSM para testes de esforço e sua prescrição**. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.



GAYA, A. *et al.* **Projeto Esporte Brasil**: Manual de medidas, testes e avaliações. 5. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Ebook.

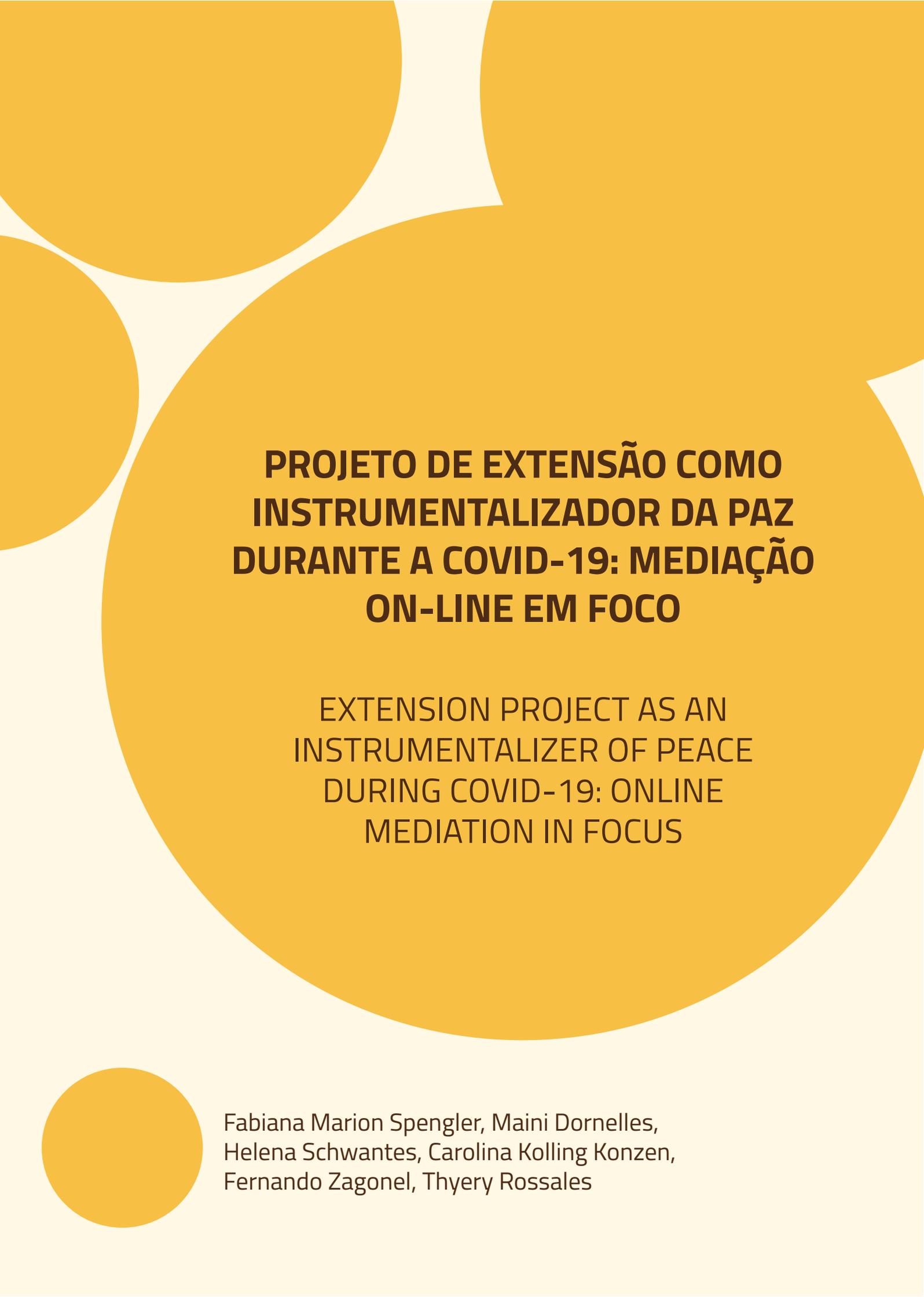
GOMES, M. J. T. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010. 163p

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Atividade Física para a população brasileira** [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 54 p.

SANCHES, S. M.; RUBIO, K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 825-842, dez. 2011.

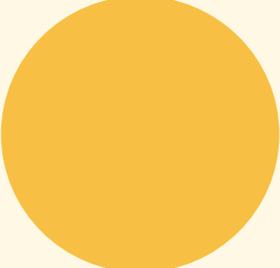
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Obesidade na infância e adolescência** – Manual de Orientação. Departamento Científico de Nutrologia. 3. ed. – São Paulo: SBP. 2019. 236 p.

TENROLLER, C. A.; MERINO, E. **Métodos e planos para o ensino dos esportes**. Canoas: Ulbra, 2006. 204 p.

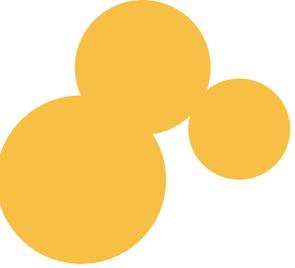


**PROJETO DE EXTENSÃO COMO
INSTRUMENTALIZADOR DA PAZ
DURANTE A COVID-19: MEDIAÇÃO
ON-LINE EM FOCO**

EXTENSION PROJECT AS AN
INSTRUMENTALIZER OF PEACE
DURING COVID-19: ONLINE
MEDIATION IN FOCUS



Fabiana Marion Spengler, Maini Dornelles,
Helena Schwantes, Carolina Kolling Konzen,
Fernando Zagonel, Thyery Rossales



RESUMO:

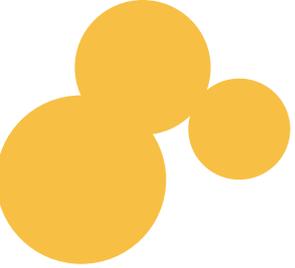
O projeto de extensão A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar conflitos, é fruto de uma parceria entre a Universidade de Santa Cruz do Sul e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, situada em Santa Cruz do Sul, sob coordenação da Professora Dra. Fabiana Marion Spengler. Os alunos da graduação, mestrado e doutorado da Universidade atuam no projeto de mediação, para que, quando possível, o conflito seja tratado de forma mediada, antes da judicialização das demandas. Durante a pandemia advinda da COVID-19, foi necessário que as sessões passassem a ser realizadas de forma virtual, com o intuito de garantir acesso à justiça aos cidadãos atendidos pelo Projeto. Objetiva-se com a presente pesquisa verificar se a mediação de forma virtual garantiu o Direito de acesso à justiça dos assistidos; para isso será utilizado como método o dedutivo, partindo de uma premissa geral que é a prática de mediação para posteriormente chegar a uma específica que é a análise da mediação on-line em tempos de pandemia, com base nos dados apresentados no relatório anual realizado pelo projeto de extensão.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Covid-19. Mediação on-line.

ABSTRACT:

The extension project The crisis of the jurisdiction and the culture of peace: mediation as a democratic, autonomous and consensual means of dealing with conflicts, is the result of a partnership between the University of Santa Cruz do Sul and the Public Defender of the State of Rio Grande do Sul Sul located in Santa Cruz do Sul, under the coordination of Professor Dr. Fabiana Marion Spengler. Undergraduate, master's and doctoral students at the University work on the mediation project, so that, when possible, the conflict is handled in a mediated manner, before the legalization of the demands. During the pandemic resulting from COVID-19, it was necessary for the sessions to be held virtually, in order to guarantee access to justice for the citizens assisted by the Project. The objective of this research is to verify whether virtual mediation guaranteed the right of access to justice for those assisted; for this, the deductive method will be used, starting from a general premise that is the practice of mediation to later arrive at a specific one that is the analysis of online mediation in times of pandemic, based on the data presented in the annual report carried out by the extension project.

Keywords: Access to justice. Covid-19. Online mediation.



INTRODUÇÃO

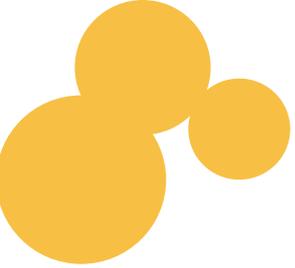
Há 12 anos a comunidade de Santa Cruz do Sul e Região¹ conta com o Projeto de extensão: “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar dos conflitos” que é coordenado pela Professora Fabiana Marion Spengler. Atualmente há uma parceria entre a Universidade de Santa Cruz do Sul e a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, para que sempre que possível, às demandas deste órgão público sejam mediadas antes de ser judicializadas. Face a situação pandêmica que assola o mundo todo, algumas adaptações foram feitas e no ano de 2021 começaram a ser realizadas sessões de mediações on-line.

Partindo dessa premissa, o presente texto objetiva responder a seguinte indagação: a mediação on-line garante acesso adequado à justiça para a população assistida pelo Projeto supracitado? Para responder a problemática será utilizado como método de abordagem o Hipotético-Dedutivo e a técnica de pesquisa Bibliográfica, valendo-se do estudo de doutrinas, artigos científicos e legislações atinentes ao tema.

No primeiro item do trabalho, será abordado o acesso à justiça e a pandemia do Covid-19, principalmente no que tange a necessidade de adaptação da vida social para a vida digital, dos cidadãos usuários da justiça e de todos os operados do direito. Na sequência, o tema em questão é a mediação on-line, explanando os pontos positivos e os que podem pôr em risco alguns dos princípios de base que permeiam o procedimento.

Se encaminhando para o fim, será feito um estudo sobre o Projeto de Extensão que promove a mediação enquanto um meio consensuado, autônomo e democrático de tratar conflitos, apresentando dados referente ao ano de 2021, quando as sessões de mediação passaram a ser realizadas de forma on-line. Ressalta-se que serão analisados dados apenas deste período, porque posteriormente os perigos advindos da Covid-19 foram amenizados, sendo viável retornar com os procedimentos presenciais. Conclui-se que é possível tornar o acesso à justiça adequado e humanizado por meio do Projeto de Extensão, especialmente realizando sessões de mediação on-line, que proporciona as pessoas participa-

¹ O público alvo abrange a comunidade hipossuficiente de 05 municípios que compõe a Comarca de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul - Sede da Comarca, Gramado Xavier, Herveiras, Passo do Sobrado e Sinimbu, atingindo mais de 150 mil habitantes (RELATÓRIO ANUAL PROJETO DE MEDIAÇÃO, 2020).



rem de um procedimento célere, humanizado e eficaz na resolução da demanda conflitiva, sem precisar sair de seus lares, se expondo aos perigos impostos pela crise sanitária.

1 ACESSO À JUSTIÇA E COVID-19: A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO DA VIDA EM SOCIEDADE PARA A VIDA DIGITAL

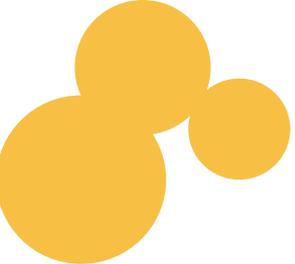
O acesso à justiça é reconhecido por ser o mais básico dos direitos humanos, sendo que sempre que necessário tutelar por qualquer direito ameaçado é com base nesta premissa que se busca proteger, assegurar e garantir a prerrogativa (Cappeletti; Garth, 1988). Neste tópico será feita uma abordagem sobre o direito de acesso à justiça e a Covid-19, visto todas as adaptações necessárias em função desta doença viral que assola o mundo todo desde dezembro de 2019.

O Poder Judiciário é reconhecido por sua morosidade muito antes da pandemia, um dos fatores desse fenômeno é a confusão entre acesso à justiça e acesso à jurisdição², o que tornou o Judiciário um monopólio de examinar conflitos. As duas ideias se confundem de forma costumeira, visto que muitos cidadãos acreditam que somente terão justiça quando buscarem por seus direitos acessando a jurisdição, o que nem sempre acontece (Spengler; Dornelles, 2020).

Na maioria das vezes, para preservar ou garantir direitos, os cidadãos buscam o acesso à justiça por meio do acesso ao Judiciário. Verifica-se uma certa confusão entre acesso à justiça e acesso à jurisdição; esse é um dos fatores que torna o Judiciário um escoadouro de toda e qualquer controvérsia, gerando demasiada demora no julgamento de demandas processuais, o que leva a “perpétua crise numérica” que gera desconfiança quanto à eficácia da prestação da tutela jurisdicional (Zanferdini; Lima, 2012, p. 242).

O acesso à justiça é um direito social básico e por esse motivo não deve se limitar somente ao Poder Judiciário, deve ser compreendido como acesso à “ordem jurídica justa” (Pinho; Stacanti, 2016, p. 02). Por vezes, este acionar a justiça tem se limitado a dar somente a cada um o que é de direito, aplicando-se isoladamente a lei, sem a visão solida-

² A jurisdição se caracteriza pela oposição de interesses entre as partes, geralmente identificadas com indivíduos isolados, e a atribuição de um ganhador e um perdedor, quando um terceiro, neutro e imparcial, representado pelo Estado, é chamado a dizer a quem pertence o Direito (SPENGLER, 2019, p. 190).



rista, que tem como principal característica considerar o cidadão parte de um grupo social e solucionar o problema em questão se voltando para o interesse de quem litiga envolvido na causa (Morais; Spengler, 2019).

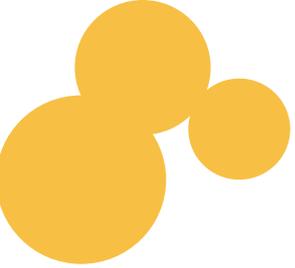
As demandas levadas ao Judiciário dizem respeito aos mais diversos tipos de relações interpessoais, como saúde, vizinhança, política, direitos hereditários, divórcios, dentre tantos outros litígios, que poderiam ser resolvidos de forma extrajudicial com o auxílio de profissionais capacitados para tanto. “A judicialização é um fato, produto de um ordenamento jurídico que facilita bastante o acesso relativamente barato ao Poder Judiciário para discutir qualquer direito ou pretensão” (Barroso, 2020, p. 207).

Para verificar a morosidade que está instaurada junto à jurisdição, se faz importante analisar alguns dados provenientes do Relatório Justiça em Números, publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Será utilizado o Relatório publicado em 2020 com dados relativos ao ano de 2019 e não se pretende pormenorizar as informações, visto a densidade contida no material, o intuito é somente de demonstrar de forma clara o alto índice de litígios em andamento junto à jurisdição.

No decorrer de 2019, em todas as esferas jurisdicionais, ingressaram 30,2 milhões de processos e foram baixados 35,4 milhões. Houve um crescimento de novas demandas de 6,8% e um aumento de casos solucionados em 11,6%. O número de processos baixados é o maior número da história. Um dado preocupante é que, nesse mesmo ano, ingressaram-se com 20,2 milhões de ações originárias, ou seja, 3,3% a mais do que no ano anterior (Conselho Nacional de Justiça, 2020).

A taxa de congestionamento em sede de primeiro grau é de 70,3%. Quanto ao tempo de andamento das demandas processuais, é possível observar que o tempo entre inicial e a baixa do processo aumentou, e o tempo da inicial e da sentença diminuiu, o que comprova que os casos novos estão tendo prioridade aos casos antigos. O tempo de duração na Justiça Estadual comum é de 6 anos e 9 meses e, se desconsiderados os processos suspensos por repercussão geral, o número reduz para 04 anos (Conselho Nacional de Justiça, 2020).

No relatório Justiça em Números (CNJ, 2020) esta claro que os índices de produtividade aumentaram ao longo dos anos e, também, que o CNJ está adotando técnicas que



visem melhorias no que tange à celeridade processual. Outro fato que merece destaque é a importância do referido, o qual traz, de forma clara, os dados relativos ao Poder Judiciário há mais de 15 anos.

Mister nesse ponto, chamar atenção para um dado: no ano de 2019, ingressaram no Poder Judiciário 30,2 milhões de processos e, considerando a Justiça de primeiro grau, a taxa líquida é de 20,2 milhões, o que demonstra que ainda está enraizada na sociedade brasileira uma cultura extremamente litigante e por vezes irresponsável, que acaba delegando para um terceiro toda a responsabilidade sobre suas contendas.

Diante da morosidade processual, da dificuldade de um acesso célere e humanizado a justiça, a população precisou encarar o “novo normal”, pois, em dezembro do ano de 2019, um novo vírus surgiu na China e, passados dois meses, o corona vírus pôs o mundo em alerta por ser considerada uma pandemia³ mundial pela Organização Mundial de saúde (OMS).

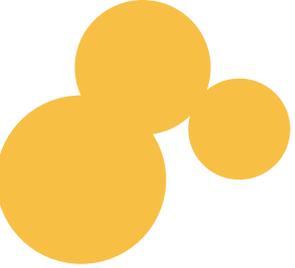
Devido à situação pandêmica, as pessoas tiveram de se adaptar ao novo normal⁴, visto as inúmeras adaptações da vida. Uma mudança significativa diz respeito ao uso de tecnologias, seja para assistir aulas, trabalhar, fazer reuniões, conversar com os amigos, dentre tantas outras situações da vida cotidiana que tiveram de se adaptar ao digital. Com o acesso à justiça não foi diferente, perfazendo uma análise breve como forma de exemplificar alguns impactos da pandemia serão utilizados alguns dados referentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande Sul.

Os cidadãos passaram a ser recebidos em audiências⁵ e sessões de mediação on-line, os advogados, a trabalhar de forma ampliada, com sistemas eletrônicos de acesso aos

³ A definição de pandemia não depende de um número específico de casos. Considera-se que uma doença infecciosa atingiu esse patamar quando afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. A OMS evita usar o termo com frequência para não causar pânico ou uma sensação de que nada pode ser feito para controlar a enfermidade (BRASIL, 2020).

⁴ Na expressão que se tornou corrente, o “novo normal” importará em outro jeito de viver, relacionar-se e locomover-se. Evidentemente que aí se incluem novos contornos para o Estado se movimentar. E, pelo que se tem visto, essa nova configuração contém a velha regra de perpetuarem-se exceções (Dyna, 2021, p. 206).

⁵ O Judiciário gaúcho vem se adaptando a esse novo momento. Ao completar cem dias de gestão, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, **desembargador Voltaire de Lima Moraes**, destaca a mudança de cultura da instituição, que passou a adotar ferramentas como teletrabalho e sessões de julgamento virtuais, com resultados satisfatórios, apesar da resistência de setores da advocacia, que preferem realizar presencialmente as sustentações orais na defesa de seus clientes. Apesar das dificuldades, mais de 10 milhões de movimentações foram feitas em processos desde março (grifos originais) (Milman, 2020, GZH digital).

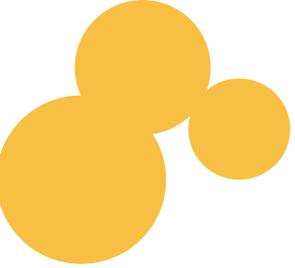


processos, assim, avanços tecnológicos que possivelmente demorariam anos para serem postos em prática, tiveram de tomar posição rapidamente⁶. Uma situação complexa e que requer um olhar atento dos juristas é que em um período de quatro meses no ano de 2020 a Covid-19 motivou 4.405 processos em âmbito de Segundo Grau junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sem levar em conta todos os processos ingressados em 1º grau de Jurisdição.

Sabe-se que conflitos são inevitáveis e salutares, o importante é encontrar meios autônomos de manejá-los, visto que “uma sociedade sem conflitos é estática” (Morais; Spengler, 2019, p. 47-48). Em regra, os cidadãos tratam os conflitos como algo a ser suprimido, pois consideram que a paz é a ausência de conflitos, mas, com base em mudanças positivas, é possível visualizá-los com olhar pragmático; ou seja, “a paz é um bem precariamente conquistado por pessoas ou sociedades que aprenderam a lidar com o conflito” (Vasconcelos, 2020, p. 23).

Neste tópico foi possível estudar o acesso à justiça especialmente em tempos pandêmicos, todas as adaptações necessárias na vida dos cidadãos, seja em âmbito pessoal ou profissional para que enfrentem diariamente as adversidades do “novo normal”. No próximo item será feita uma abordagem a respeito do Projeto de Extensão intitulado “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a Mediação como meio democrático, autônomo e consensual de tratar dos conflitos” que também precisou se adaptar a pandemia e passou a oferecer as sessões de mediação on-line, resguardando assim o direito de acessar a justiça da forma mais célere possível.

⁶ Um dos maiores desafios da gestão, porém, é a digitalização dos processos – 3,5 milhões **tramitam unicamente em papel** e, por isso, estão represados desde que o trabalho presencial ficou comprometido. A gestão de Voltaire de Lima Moraes abriu uma licitação para contratar uma empresa que acelere essa transformação digital. Enquanto ela não começa a trabalhar, foi criada uma força tarefa que já digitalizou mais de 4 mil processos. Um dos maiores desafios da gestão, porém, é a digitalização dos processos – 3,5 milhões **tramitam unicamente em papel** e, por isso, estão represados desde que o trabalho presencial ficou comprometido. A gestão de Voltaire de Lima Moraes abriu uma licitação para contratar uma empresa que acelere essa transformação digital. Enquanto ela não começa a trabalhar, foi criada uma força tarefa que já digitalizou mais de 4 mil processos (grifos originais) (Milman, 2020, GZH digital).



2 A MEDIAÇÃO ON-LINE COMO FORMA DE GARANTIR ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS PANDÊMICOS

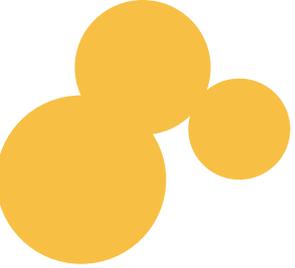
A mediação é um meio autocompositivo de tratamento de conflitos que utiliza o diálogo para alcançar o consenso autônomo responsável. O art. 46 da Lei 13.140/2015 admite a mediação pela *internet* ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo. O parágrafo único determina que é facultado à parte domiciliada no exterior submeter-se à mediação segundo as regras estabelecidas nesta Lei.

A mediação pela *internet* é aquela na qual todos os debates acontecem no espaço cibernético. Além de encurtar distâncias, trazendo ganho de tempo e diminuindo gastos, ela facilita a administração dos conflitos diretamente pelas partes. Sem sombra de dúvidas, a mediação on-line é um avanço significativo na utilização de novas tecnologias para lidar com os conflitos. Oferece mais possibilidade de rapidez e eficácia na resposta, além da visível economia monetária (Spengler, 2021, p. 221).

Porém, para que a mediação on-line aconteça de modo adequado e cumpra com seu propósito é preciso que todos os envolvidos tenham acesso à rede mundial de computadores e ao equipamento necessário (computador, *laptop*, *tablet*, celular, etc) que lhe permita estabelecer a conexão. Esta, infelizmente não é a realidade de muitos cidadãos brasileiros.

Existem dificuldades, ainda, que dizem respeito a utilização do “recurso de videoconferência por intermédio da chamada Infovia do Judiciário” (Conselho Nacional de Justiça, 2015). Essa tecnologia utiliza-se de “linhas de comunicação dedicadas e atualmente conectam as sedes dos tribunais entre si, bem como o CNJ e os Conselhos da Justiça Federal e Superior da Justiça do Trabalho” (Conselho Nacional de Justiça, 2015). Porém, “a expansão do uso de referida rede para todos os foros não se mostra exequível em curto espaço de tempo, seja em razão da sua complexidade, seja do ponto de vista econômico” (Conselho Nacional de Justiça, 2015). Tal se dá porque se faz necessário garantir o “controle que o Judiciário possui da tecnologia e da segurança no tráfego da informação, pois a utilização de soluções privadas, para os fins previstos nas disposições normativas mencionadas, pode não se mostrar uma opção viável” (Conselho Nacional de Justiça, 2015)⁷.

⁷ Ver mais em: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/sistema-nacional-de-videoconferencia/>.

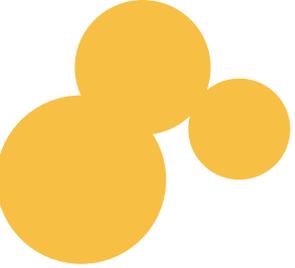


Além disso, outras interrogações precisam ser lançadas: trata-se efetivamente de mediação ou se está diante de um procedimento conciliatório? É possível falar de mediação, obedecendo a seus princípios e prerrogativas quando não temos a presença de todos os conflitantes, quando não há olho no olho, comunicação direta, aperto de mão? Realmente é mediação? Não seria uma prática autocompositiva direcionada a conflitos de contexto mais negocial? E como ficam os princípios da confidencialidade, da imparcialidade e da voluntariedade? Qual a certeza de que a reunião não está sendo gravada ou então de que não existem outras pessoas na sala?

Ao dialogar sobre o conflito na mediação os envolvidos expõem não só detalhes técnicos e processuais importantes como também seus sentimentos e emoções. Consequência direta dessa exposição é a necessidade de confidencialidade a respeito do que foi relatado. Portanto, só haverá um diálogo aberto, sincero e honesto quando os conflitantes não estiverem tomados pelo receio de que o que foi dito não será usado como prova ou penalidade posteriormente. Além da garantia de confidencialidade, é importante saber - porque em não existindo consenso os conflitantes saberão que o conflito será julgado pelo magistrado-, que este último não terá conhecimento e não será influenciado pela conversa informal, ocorrida na sala de mediação/conciliação.

Nesse mesmo sentido, ambos, mediadores e conciliadores, devem agir com imparcialidade. Seu papel é facilitar o diálogo e buscar o entendimento. Para alcançar esse intento eles precisam ouvir e conduzir a conversa sem favorecimentos, privilégios, preconceitos ou favoritismos. A tão aclamada imparcialidade do mediador deve ser revista levando em consideração que o conflito é, normalmente, a consequência de um desequilíbrio, de uma desigualdade. Nesses termos, o mediador tem como função principal o reforço da parte frágil do conflito, reequilibrando, de forma ecológica, a posição dos conflitantes. Consequentemente, o reforço à parte mais frágil não pode significar parcialidade, não pode soar como conluio ou favorecimento, sob pena de pôr a perder a confiança e a crença no trabalho do mediador.

Ainda que existam estas dúvidas, a mediação on-line, que se insere no conjunto das *Online Dispute Resolution (ODR)* (Gomes, 2020), é um avanço significativo na facilitação de um acesso à justiça digno e inclusivo. Exemplo disso é a possibilidade de realização de mediações envolvendo pessoas em locais geograficamente distantes ou que por questões



fisiológicas não poderiam se deslocar e comparecer a um centro de mediação, seja ele judicial ou extrajudicial.

A hipótese de realização de mediações on-line disposta no art. 46 da Lei 13.140/2015 ganhou força com a Pandemia do Covid-19, que eclodiu na China, em novembro de 2019, e se estendeu pelos meses seguintes atingindo todo o mundo⁸.

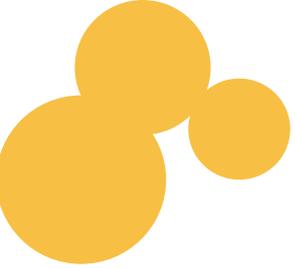
A partir dos riscos de contaminação pelo coronavírus, instalou-se em todo o mundo protocolos de segurança, dentre eles: distanciamento social, uso de máscara e higienização das mãos com álcool em gel. Estes protocolos foram seguidos ou precedidos por períodos de quarentena (*lockdown*) nos quais as atividades ficaram suspensas (total ou parcialmente) e os estabelecimentos fechados. O Judiciário não fugiu à regra e se manteve, por várias semanas, com suas atividades e prazos suspensos. O retorno vem sendo gradual e, primeiramente, apenas para os processos eletrônicos. As poucas atividades presenciais liberadas exigem e são praticadas sob rígido controle dos protocolos de higienização e segurança, objetivando proteger todos os integrantes do sistema de justiça.

Porém, a pandemia instalada trouxe uma série de conflitos em várias esferas da vida pessoal, social e laboral de muitos indivíduos, gerando novos procedimentos judiciais, o que, por sua vez, incrementou a taxa de congestionamento medida anualmente pelo Relatório Justiça em Números.

Diante da premência de manter os serviços judiciais funcionando e de responder ao cidadão da maneira mais adequada possível, os serviços presenciais foram reorganizados e realizados de maneira remota, utilizando-se, para isso, de plataformas digitais tais como o *Teams*, o *Zoom* e o *Google Meet*.

Para que essas tecnologias fossem utilizadas, uma série de resoluções foram proferidas objetivando detalhar os dispositivos legais que permitem a utilização dos mecanismos on-line/digitais junto ao Judiciário. Conseqüentemente, as mediações e conciliações on-line tiveram incremento e passaram a ser realizadas com mais frequência, respeitando o interesse dos envolvidos em participar das audiências/sessões.

⁸ Com o advento da pandemia de Covid-19, a única opção passou a ser a interação remota e, assim, a mediação *online* ganhou um novo e definitivo impulso. Por isso, a relevância e a urgência de analisar mais detidamente o instituto (Andrade; Bragança; Dima, 2020, p. 163).



Nesse aspecto, outras dúvidas/inquietações que se colocam dizem respeito, principalmente, as formas de comunicação (síncronas e assíncronas), fonte de custeio das atividades on-line (debatendo a quem caberá o pagamento das despesas de implementação, manutenção, suporte e preservação dos dados) e, sobretudo, obrigatoriedade ou não da utilização da mediação/conciliação on-line (Pinho, 2021).

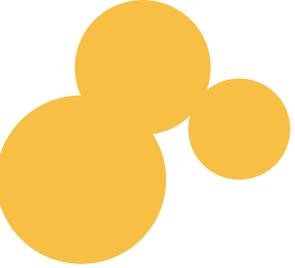
Assim, o que se pode observar é que a mediação on-line, prevista pela legislação brasileira e incrementada pela pandemia, veio para ficar. Ainda existem dúvidas e resistências que precisam ser vencidas, mas, os mecanismos digitais têm uma série de vantagens que não podem ser ignoradas.

3 UM TRABALHO EM PROL DA COMUNIDADE: O PROJETO DE EXTENSÃO A CRISE DA JURISDIÇÃO E A CULTURA DA PAZ: A MEDIAÇÃO COMO MEIO DEMOCRÁTICO, AUTÔNOMO E CONSENSUADO DE TRATAR DOS CONFLITOS

Seguindo o fio condutor após estudar a mediação on-line e sua importância no cenário jurídico brasileiro, especialmente quando se fala em pandemia advinda da Covid-19, será desenvolvido um tópico a fim de expor o trabalho realizado pelo Projeto de Extensão “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar dos conflitos”. Ainda, antes de iniciar os estudos acerca do Projeto, se faz necessário apresentar a Universidade de Santa Cruz do Sul, que é uma instituição de ensino comunitária.

A UNISC como universidade comunitária também realiza projetos de extensão, se destacando pela excelência da prestação educacional, prestação de serviços comunitários por meio de seus projetos da extensão. Neste sentido, destaca-se o projeto de extensão “A crise da jurisdição e a cultura de paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar os conflitos”, de iniciativa da Professora Fabiana Marion Spengler, criado no ano de 2009 e que possibilita professores e alunos do curso de Direito e Psicologia no tratamento consensual e pacífico de resolver os conflitos (Projeto de Extensão em Mediação, 2020).

O projeto de extensão foi criado no ano de 2009 desenvolvendo um excelente trabalho, sendo reconhecido e premiado nacionalmente, foi implementado antes da regulação da

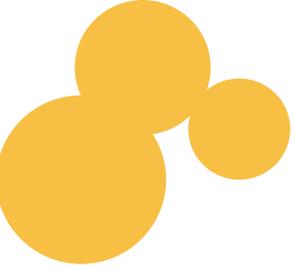


política pública da mediação no instituto brasileiro, ou seja, antes da resolução 125/2010 do CNJ. Este sendo realizado e financiado pelo Departamento de Direito e apoiado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul, representando um tripé entre o ensino, pesquisa e extensão, pois seus integrantes participam do grupo de pesquisa chamado “Políticas Públicas para o Tratamento dos Conflitos” este também vinculado ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado da UNISC, liderado pela Prof.^a Fabiana Marion Spengler com Vice Liderança do Professor Theobaldo Spengler Neto (Projeto de Extensão em Mediação, 2020).

A criação do projeto foi resultado de um convênio entre a UNISC e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, junto a comarca de Santa Cruz do Sul. Posteriormente, em 2013 as sessões de mediação começaram a acontecer na Defensoria Pública da cidade em um amplo espaço. A comarca de Santa Cruz do Sul é composta por os seguintes municípios: Santa Cruz do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Passo do Sobrado e Sinimbu. Sendo o atendimento realizado por uma equipe interdisciplinar composta por professores, mestrandos e graduandos. Durante a sua existência já participaram do Projeto de Extensão: cinco professores; 15 alunos da pós-graduação e 23 alunos da graduação de ambos os cursos, prestando serviço à comunidade hipossuficiente dos referidos municípios (Projeto de Extensão em Mediação, 2020).

O projeto de extensão tem por objetivo geral concretizar a mediação como meio consensual, autônomo e democrático para o tratamento de conflitos e os objetivos específicos de: comprovar que existem alternativas autônomas e democráticas para o tratamento dos conflitos; restituir a comunicação entre as partes mediante o uso de técnicas adequadas; evidenciar que o conflito pode ter resultados positivos se bem administrado; aplicar técnicas de mediação e conciliação que resultem em um tratamento adequado cujas as respostas sejam construídas pelas partes de maneira consensuada, autônoma e democrática e desenvolver o serviço de mediação junto a Defensoria Pública de Santa Cruz do Sul (Projeto de Extensão em Mediação, 2020).

Em razão da pandemia do Covid-19 no ano de 2020, o período de atividades foi entre julho e dezembro, sendo adotado todas as medidas sanitárias e atendendo aos protocolos estabelecidos, como a limitação do número de pessoas nas sessões de mediação, janelas abertas para arejar o ambiente, o distanciamento foi respeitado, a equipe recebeu máscaras

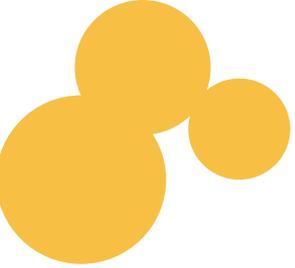


ras e álcool gel, não foi oferecido chá, café e balas, bem como não teve contato de aperto de mão e após cada sessão o ambiente era higienizado.

Em meados de fevereiro de 2021 a situação sanitária do país se agravou de forma considerável, sendo que ficou perigoso expor a comunidade local, mediadores e funcionários da Defensoria Pública ao contato físico para realizar as sessões de mediação. Face a importância do Projeto na concretização do acesso à justiça e especialmente como forma de garantir a dignidade dos cidadãos o projeto voltou de forma virtual, utilizando-se do aplicativo *Google Meet*. As sessões de mediação acontecem as quartas e quintas-feiras sendo agendado pela Defensoria Pública e enviado os *links* de acesso para os atendidos.

Para a realização das mediações, diversos acadêmicos e professores estão envolvidos, seja para auxiliar ou para mediar. Assim, no ano de 2020, atuaram como mediadores duas Mestrandas, um Doutor e uma Pós-Doutora, contando com o auxílio de uma acadêmica do curso de Direito, na modalidade de bolsista. Por outro lado, no ano de 2021, participaram como mediadores duas Mestrandas, um Doutorando, um Doutor, sendo este da área da Psicologia, bem como uma Pós-Doutora, além do auxílio de um bolsista do curso de Direito.

Neste contexto, verificou-se que o Projeto saiu da esfera da Comarca de Santa Cruz do Sul, atendendo pessoas de outras localidades, regiões e estados que não se conseguiam se deslocar nas sessões presenciais. Os números vêm se apresentando de forma positiva, pois, entre os meses de maio a junho foram agendadas 21 mediações, sendo 11 primárias e 4 remarcações. Ainda, em 3 ocasiões não foi possível dar prosseguimento em razão da ausência de algum dos mediandos, já em duas 2 situações diversas foi cancelada pelos mediandos. Dividindo-se em 26 pessoas atendidas (que participam da sessão) e 50 pessoas atingidas (que de alguma forma foram atingidos pela resolução do conflito, como por exemplo: filhos) pela mediação. Somando-se o número de atendidos e atingidos em 76 pessoas beneficiadas com o projeto de mediação, ao todo foram realizados 09 acordos (Projeto de Extensão em Mediação, 2021). Além disso o Projeto concretiza seu objetivo, pelo fato de proporcionar as pessoas que voltem a dialogar e, assim, conseqüentemente cumpre sua função social, pois além de tratar o conflito inicial, consegue manter as relações sociais proporcionando o bom convívio entre os envolvidos. Mister destacar que não foram analisados dados depois de 2021, porque no ano de 2022, com a população vacina-



da e com a crise sanitária apresentando menos riscos, o Projeto voltou com os atendimentos presenciais, mas sempre que necessário e por motivo justificado pelos mediandos, a mediação poderá ser realizada no formato virtual.

O Projeto de Mediação é de suma importância para a sociedade, pois permite aos cidadãos assistidos pela Defensoria Pública resolver suas demandas conflitivas de forma célere e eficaz, visto que em suma maioria os mediandos saem satisfeitos da sessão, referindo que voltariam a participar de nova mediação caso algo não saia como estipulado em acordo. A mediação on-line, da mesma forma tem se mostrado eficaz, principalmente pelo fato de estarem sendo atendidas pessoas de cidades distantes que podem participar face a comodidade de realizar o encontro do conforto de casa, utilizando apenas um celular com conexão a internet.

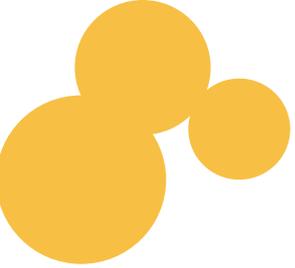
A pandemia impôs a sociedade numerosas adaptações, como por exemplo, usar máscara e utilizar álcool gel de forma constante. Em âmbito tecnológico, acredita-se que a evolução que demoraria no mínimo um período de dez anos, acabou acontecendo dentro de um ano e com o acesso à justiça não foi diferente, por tanto, acredita-se que a mediação on-line ganhou forças perante a sociedade e veio para ficar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação vem sendo difundida e utilizada como possibilidade de tratamento mais adequada à complexidade conflitiva pois propõe uma "outra cultura", que vai além da jurisdição tradicional, inovando mediante práticas consensuadas e autônomas que devolvem ao cidadão (responsabilizando-o) a capacidade de lidar com a litigiosidade inerente à sua existência.

Partindo dessa constatação, o presente texto teve como tema principal a mediação *on-line*. O objetivo principal era analisar como vêm sendo implementadas as mediações *online* durante a pandemia (Covid-19), bem como enumerar seus principais avanços e desafios atrelados ao sistema de justiça. O objetivo foi cumprido utilizando-se, para isso, do método de abordagem dedutivo e do método de procedimento monográfico.

Em síntese e como principais conclusões percebe-se que:



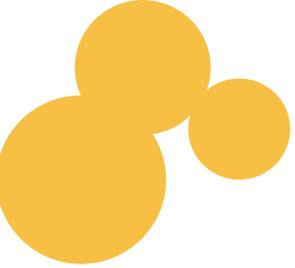
a) O acesso à justiça no Brasil se qualificou especialmente no pós Constituição de 1988; no contexto de acessibilidade à justiça e à jurisdição, a legislação passou a reconhecer e adotar mecanismos eletrônicos. Dentre esses mecanismos é possível apontar o processo eletrônico como meio mais visível e mais conhecido de acesso virtual à jurisdição/justiça. Após 2015 a mediação digital passou a ser reconhecida como meio de tratar conflitos na Resolução 125/2010 do CNJ, na Lei 13.140/2015 e no CPC/2015.

b) O acesso virtual à justiça e a utilização da mediação on-line são meios interessantes de diminuir custos, encurtar distâncias e tornar mais célere o tratamento dos conflitos. Porém, a mediação digital encontra barreiras tais como a “cultura do papel”, na qual se verifica o temor e a insegurança na utilização de meios eletrônicos. Além disso o acesso aos meios eletrônicos requer equipamentos (computador, telefone celular, *ipad*, *iphone*, etc) e acesso à *internet*, objetivando que todos os cidadãos estejam incluídos digitalmente para que possam usufruir das *benesses* do tratamento digital dos conflitos.

A mediação instituída em solo brasileiro observou as experiências internacionais na sua organização e nos seus aspectos principiológicos. Assim, dentre outros princípios, encontram-se a imparcialidade do mediador e a confidencialidade das sessões e dos relatos nela apresentados. Interroga-se se esses princípios serão respeitados em casos de mediações on-line. As primeiras experiências se intensificaram com a pandemia, de modo que ainda não existem dados cientificamente tabulados e tão-poucos relatos de como a confidencialidade e a imparcialidade vem sendo administradas nesses momentos de mediação on-line. Percebe-se que as dúvidas e interrogações são muitas, porém, ainda não existem respostas suficientes capazes de gerar conclusões científicas a respeito.

Desse modo, é soberano reconhecer que a confidencialidade e a imparcialidade, dois princípios básicos da mediação e do Código de Ética dos Mediadores, poderão ser abalados pelo desconhecimento e pela falta de técnica na utilização da mediação digital. Além disso, ações e ferramentas básicas da mediação podem ser prejudicadas e ter sua espontaneidade maculada pela utilização da câmera de vídeo ou do monitor.

Em resumo, conclui-se que os desafios para a utilização, em larga escalada, da mediação on-line são de ordem prática (dificuldades de manuseio e acesso à rede e aos equipamentos) e de ordem principiológica (garantia da confidencialidade e da imparcialidade, por exemplo). Mas, por outro lado, é inegável que a mesma representa um grande avanço



no acesso à justiça em tempos de pandemia. O uso das novas tecnologias no acesso à justiça se instalou de maneira rápida e pouco amadurecida, mas vem se aprimorando deixando entrever que se trata de uma realidade que veio para ficar, prova disso é o Projeto de Extensão, coordenado pela Professora Dra. Fabiana Marion Spengler, que apresenta resultados satisfatórios proporcionando acesso à justiça aos cidadãos assistidos, mesmo sendo realizado de forma virtual à pouquíssimo tempo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. L. de; BRAGANÇA, F.; DYMA, M. F. Mediação on-line: evolução, tecnologia e desafios de acessibilidade. In: VIEIRA, Amanda de Lima; PILIA, Carlo; CURY, César Felipe; SPENGLER, Fabiana Marion (Coord.). **Coletânea estudos sobre mediação no Brasil e no exterior**: volume III. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, 2020.

BARROSO, L. R. **A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal**. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

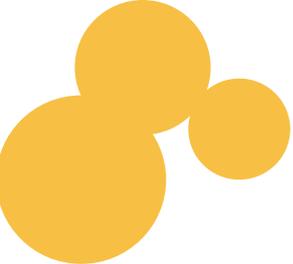
BARROSO, L. R. **Sem data vênua: um olhar sobre o Brasil e o mundo**. Rio de Janeiro: História Real, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 02 jul. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Trad. e rev. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em números**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

DYNA, L. G. P. O Estado de Direito contaminado: como a pandemia da covid-19 enterrou de vez a transitoriedade das regras de exceção. In.: Morais, José Luís Bolzan De. **Conexões: estado, direito e tecnologia**. Vitória: FDV Publicações, 2020, p. 179-218.

GOMES, J. C. de A. Mediação on-line: as plataformas como eficiente mecanismo de resolução de conflitos. In: VIEIRA, A. de L.; PILIA, C.; CURY, C. F.; SPENGLER, F. M. (Coord.). **Coletânea estudos sobre mediação: no Brasil e no exterior: volume III**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo. E-book. Disponível em: <https://www.esserenelmondo.com/pt/direito-..estudos-sobre-mediacao-no-brasil-e-no-exterior-ebook197.php>. Acesso em: 10 maio 2021.

HILL, F. P. Mediação nos Cartórios Extrajudiciais: Desafios E Perspectiva. In: **Revista eletrônica de direito processual – REDP**. Ano 12. v. 19. n 3º. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/39175>. Acesso em: 05 mar. 2021.

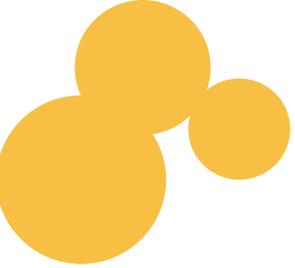
MILMAN, T. **Pandemia motiva milhares de processos no RS**. In: GZH digital. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/tulio-milman/noticia/2020/07/pandemia-motiva-milhares-de-processos-no-rs-ckcenoty2000b014705desls2.html>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MORAIS, J. L. B. de.; SPENGLER, F. M. **Mediação e arbitragem: alternativa à jurisdição!** 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

PILIA, C. La Mediazione al tempo del COVID-19. In: VIEIRA, Amanda de Lima; PILIA, Carlo; CURY, César Felipe; SPENGLER, Fabiana Marion (Coord.). **Coletânea estudos sobre mediação no Brasil e no exterior: volume III**. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, 2020.

PINHO, H. D. B. **A mediação on-line e as novas tendências em tempos de virtualização por força da pandemia de covid-19**. 2021. Disponível em: <https://perguntas poderosas.blog.br/2021/03/02/a-mediacao-online-e-as-novas-tendencias-em-tempos-de-virtualizacao-por-forca-da-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PINHO, H. D. B.; SCANTI, M. M. S. A RESSIGNIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA À LUZ DO ART. 3.º DO CPC/2015. **Revista dos Tribunais**, 2016, p. 17-44.



PROJETO DE EXTENSÃO. **Relatório anual 2020:** A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar dos conflitos. Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul: 2020.

PROJETO DE EXTENSÃO. **Relatório anual parcial 2021:** A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar dos conflitos. Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul: 2021.

SPENGLER, F. M. **Dicionário de Mediação.** v. 01. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Molde, 2019.

SPENGLER, F. M. **Mediação de Conflitos – da teoria à prática.** 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.

SPENGLER, F. M.; DORNELLES, M. Mediação sanitária como política pública fraterna no tratamento de conflitos advindos da COVID 19. *In:* SOBRINHO, Liton Lanes Pilau; CALGADO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo. **COVID-19: DEMOCRACIA E PODER.** Itajaí: UNIVALI, 2020, p. 178-193.

SPENGLER, F. M.; PINHO, H. D. B. **A Mediação digital de conflitos como política Judiciária de acesso à justiça no Brasil.** Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais, 2018, v.1, p. 219-257.

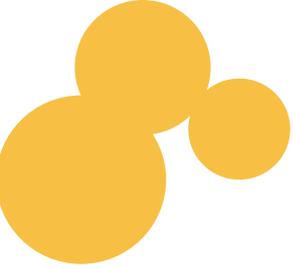
VASCONCELOS, C. E. de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

ZANFERDINI, F. de A. M.; LIMA, T. G. B. Sociedade litigiosa: buscando soluções inconvencionais para resolver conflitos massificados. **Revista Paradigma**, [S.l.], n. 22, 2014. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/295>. Acesso em: 01 jun. 2020.

**LAZERATIVO: EXTENSÃO E PESQUISA
EM PROL DA SAÚDE MENTAL DE
IDOSOS DEPRESSIVOS**

ACTIVE LEISURE: EXTENSION AND
RESEARCH TO PROVIDE THE MENTAL
HEALTH OF DEPRESSED ELDERLY
PEOPLE

Vitória Oliveira Silva da Silva, Rafael Alex dos Santos
Macedo, Mauricio Fagundes Santos, Lucas Lacerda Della
Giustina, Laura Justino Fernandes, Karin Gomes Martins,
Luciano Acordi da Silva



RESUMO:

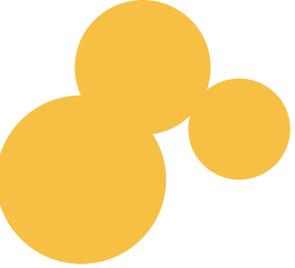
Articular ensino, pesquisa e extensão em projetos comunitários faz parte do tripé atual das universidades comunitárias. Partindo disso, o objetivo do presente estudo foi estudar o efeito de um programa de exercício físico aquático sobre os parâmetros de saúde mental de idosos depressivos, participantes do projeto de extensão universitária LazerAtivo. A amostra foi composta por idosos de ambos os sexos, com idades entre 61 a 82 anos e com diagnóstico clínico de depressão, sendo randomizados em grupo controle (n=22) e grupo depressão (n=23). Ambos os grupos foram submetidos a um programa de exercícios aquáticos de hidroginástica, duas vezes por semana com 45 minutos por sessão, durante 12 semanas. Quarenta e oito horas pré e após o programa de hidroginástica, foram analisados os níveis de estresse e depressão dos idosos. Os resultados revelaram que o programa de hidroginástica reduziu significativamente os níveis de estresse nas fases 2 (3.8 ± 0.5 pontos) e 3 (3.68 ± 0.6 pontos), e os níveis de depressão (12.2 ± 2.2 pontos), quando comparado com o pré-programa (8.05 ± 0.8 pontos; 11.35 ± 1.2 pontos; 23.8 ± 2 pontos) no grupo depressão. Concluímos que o programa de hidroginástica realizado no projeto de extensão LazerAtivo, contribui para o tratamento de distúrbios psicológicos sendo este estresse e depressão em idosos clinicamente acometidos por depressão maior.

Palavras-chave: Depressão. Estresse. Exercícios Aquáticos. Idosos.

ABSTRACT:

Articulating teaching, research and extension in community projects is part of the current tripod of community universities. Based on this, the objective of the present study was to study the effect of an aquatic physical exercise program on the mental health parameters of depressed elderly people, participants in the LazerAtivo university extension project. The sample was composed of elderly people of both sexes, aged between 61 and 82 years old and with a clinical diagnosis of depression, being randomized into a control group (n=22) and a depression group (n=23). Both groups underwent an aquatic exercise program of water aerobics, twice a week with 45 minutes per session, for 12 weeks. Forty-eight hours before and after the water aerobics program, the stress and depression levels of the elderly were analyzed. The results revealed that the water aerobics program significantly reduced stress levels in phases 2 (3.8 ± 0.5 points) and 3 (3.68 ± 0.6 points), and depression levels (12.2 ± 2.2 points), when compared to the pre-program (8.05 ± 0.8 points; 11.35 ± 1.2 points; 23.8 ± 2 points) in the depression group. We conclude that the water aerobics program carried out in the LazerAtivo extension project contributes to the treatment of psychological disorders, including stress and depression in elderly people clinically affected by major depression.

Keywords: Depression. Stress. Aquatic Exercises. Elderly.



INTRODUÇÃO

Dados da organização mundial da saúde destacam que a depressão será a segunda maior questão de saúde pública em 2025 (Strawbridge, 2002). Esta síndrome é caracterizada por mau humor persistente, perda de interesse e disposição (Strawbridge, 2002; Chung *et al.*, 2013). Na maioria das vezes esses sintomas prejudicam a saúde mental, o desempenho emocional e físico acarretando tristeza, estresse, prostração, podendo em muitos casos levar ao suicídio (Strawbridge, 2002; Van Gool, 2003; Kritz-Silverstein, 2001).

Em meio a inúmeros tratamentos alternativos que atuam como antidepressivos, o exercício físico ganha mérito por sua fácil acessibilidade, baixo custo e efeitos coadjuvantes na melhoria da saúde mental e física de sujeitos depressivos (Aguiar *et al.*, 2014; Batista & Ornellas, 2013; Brunoni *et al.*, 2015). Neste sentido, dados epidemiológicos demonstram que a prática do exercício físico regular apresenta valor terapêutico significativo na redução dos sintomas de depressão e estresse (Mattos *et al.*, 2004).

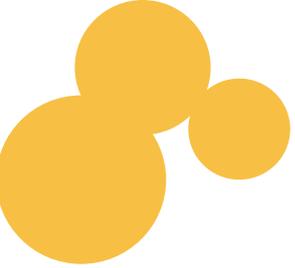
Especificamente, a modalidade de hidroginástica apresenta algumas vantagens para este público em relação às modalidades terrestres, como por exemplo, a ginástica e musculação. A hidroginástica é uma atividade de baixo impacto, com risco menor de quedas e menor intensidade muscular (Assis *et al.*, 2007; Chodzko-Zajko *et al.*, 2009).

Tendo em vista, que os exercícios aquáticos apresentam baixo risco para saúde dos idosos, o objetivo do presente estudo foi estudar o efeito de um programa de exercício físico aquático sobre os parâmetros de saúde mental de idosos depressivos participantes do projeto de extensão universitária LazerAtivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ESTRESSE

De acordo com a literatura, a definição de estresse foi redigida pela primeira vez por Hans Selye, que considerava o estresse como um elemento inerente a toda doença que produz certas modificações na estrutura e na composição química do corpo (Fortes-Burgos *et al.*, 2009). Sabe-se que o estresse é um conjunto de respostas não específicas do corpo a qualquer demanda, podendo ocorrer em três fases sendo essas: 1) alarme (o or-



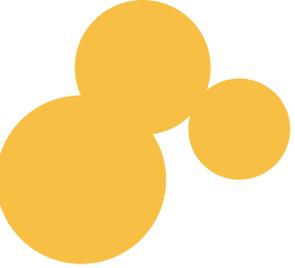
ganismo é mobilizado para enfrentar a ameaça), 2) resistência (quando as manifestações agudas desaparecem à medida que o corpo se adapta a situação) e 3) exaustão (quando a situação estressante persiste e a resistência não é mais possível (Rossetti *et al.*, 2008). Nesta fase ocorre o aparecimento de distúrbios mentais, e se não tratado pode levar a depressão e conseqüentemente em casos mais graves à morte.

DEPRESSÃO

De acordo com Del Porto (1999), a depressão é uma doença psíquica que acarreta prejuízos graves a saúde. Segundo a OMS, mais de 300 milhões de pessoas vivem com depressão no mundo. Entre os anos de 2010 à 2020 estes índices cresceram 22%. No Brasil dados da Pesquisa Nacional de Saúde destacam que 11 milhões de brasileiros sofrem de depressão (Razzouk; Alvarez; Mari, 2009). Na depressão, alguns neurotransmissores como serotonina e dopamina, que produzem a sensação de conforto e bem estar, estão desequilibrados, ocasionando sintomas de desânimo, tristeza e falta de interesse pela vida (Del Porto, 1999; Batista; Ornellas, 2013a) Existem inúmeros tratamentos farmacológicos para tratamento da depressão (Diniz *et al.*, 2020). Contudo muitas pessoas necessitam além dos remédios terapias alternativas, sendo uma delas os exercícios físicos (Aguiar *et al.*, 2014; Batista; Ornellas, 2013).

EXERCÍCIOS AQUÁTICOS

Os exercícios aquáticos têm sido recorrentes para a prevenção e tratamento de diversas patologias há décadas (Chodzko-Zajko *et al.*, 2009; Strawbridge, 2002). Dentre elas a depressão (Ströhle, 2009). Estes exercícios sofrem ação do meio, ocasionando respostas diferenciadas. Na água a pressão hidrostática é responsável por causar a transferência de sangue das extremidades inferiores e abdominal para região torácica, resultando em um aumento do volume central de sangue, melhorando o retorno venoso, aumentando o volume sistólico e conseqüentemente o débito cardíaco (Meredith-Jones *et al.*, 2011). O empuxo exercido pela água atua como força contra a gravidade, auxiliando na flutuação e reduzindo a sobrecarga nas articulações (Piazza *et al.*, 2008). Estudos prévios realizados em nosso laboratório envolvendo atividades aquáticas têm demonstrado redução de ansiedade e estresse em sujeitos diabéticos e hipertensos (Silva *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2017). Contudo, em relação a idosos depressivos, a proposta é observar com este estudo.



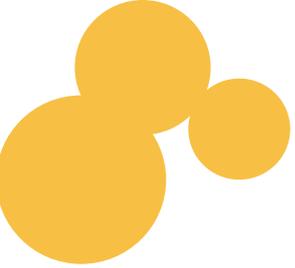
METODOLOGIA

Todos os procedimentos foram realizados de acordo com a resolução CNS nº 466/ de 12 de dezembro 2012, com a utilização de seres humanos e aprovados pelo Comitê de Ética local.

O estudo foi conduzido por 12 semanas, randomizado entre o grupo controle e o grupo depressivo. Ambos os grupos foram submetidos ao programa de exercícios físicos aquáticos de hidroginástica e avaliados pré e após programa de treinamento. Em relação ao compromisso e a transformação social, o presente projeto buscou fazer com que acadêmicos compromissados em oferecer melhor qualidade de vida aos idosos, se envolvessem com as aulas de hidroginástica oportunizando a prática orientada. Sendo assim a transformação social perante esta intervenção, ocorreu de forma sistemática durante as aulas, uma vez que os idosos se emponderaram socialmente de mais saúde mental, influenciado pelas aulas. Foram realizadas avaliações de estresse e depressão utilizando ferramentas validadas cientificamente. Todos os idosos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Através de sorteio e respeitando as objeções de inclusão e exclusão do estudo, os idosos do projeto de extensão Universitária LazerAtivo realizado em 2022, foram alocados em grupo controle (n=22) e grupo depressivo (n=23). Ambos os grupos apresentaram liberação médica para a prática de exercícios. A randomização do grupo controle foi feita através de anúncios em murais e mídia interna da UNESCO, utilizando a metodologia bola de neve. Todavia, o grupo depressivo foi randomizado na clínica de Saúde da UNESCO, através do primeiro contato com o médico especialista psiquiatra, atestando clinicamente a depressão maior segundo critérios estabelecidos na literatura pelo DSM-V (Nascimento, 2014), e possuindo liberação médica para a prática de hidroginástica.

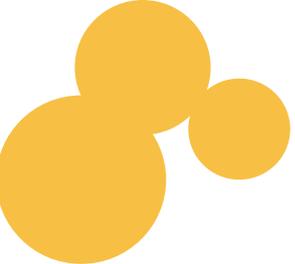
Em relação aos critérios de inclusão, foram utilizados os seguintes: idade entre 61 e 82 anos, não ter sido submetido à intervenção cirúrgica nos últimos seis meses e ser sedentário de acordo com o questionário de nível de Atividade Física Habitual (Benyamini; Lomranz, 2004). Como critérios de exclusão foram adotados a utilização de drogas psicoativas, tratamento psicoterapêutico concomitante, portadores de doença arterial corona-



riana, insuficiência cardíaca, doenças renais, neurológicas ou patologias musculoesqueléticas que impedissem a prática do exercício físico aeróbio no meio aquático.

Para avaliação dos parâmetros de saúde mental de depressão foi utilizado o inventário de depressão de Beck (IDB) contendo 21 questões para avaliar o grau de depressão. Este possui itens referentes à tristeza, pessimismo, sensação de fracasso, falta de satisfação e sensação de culpa. O IDB é um inventário autoaplicável padronizado, descrito por pesquisadores do *Center for Cognitive Therapy* (CCT) como medida de autoavaliação de depressão e amplamente utilizada tanto em pesquisa experimental quanto como na área clínica, com o alfa de Cronbach entre 0,70 a 0,86, representando uma boa confiabilidade. (Beck et al., 1961). Para avaliação dos níveis de estresse foi utilizado o inventário de Sintomas de Stress (ISSL) que permite quantificar as fases do estresse (alerta, resistência, exaustão). O ISSL possui coeficiente de 0.9121, significando uma alta confiabilidade do instrumento (Rossetti et al., 2008).

Em relação ao programa de exercícios aquáticos de hidroginástica as aulas foram ministradas por dois instrutores extensionistas que realizaram o seguinte protocolo: método intermitente, contendo 4 séries de 30 segundos cada exercício, com 10 segundos de intervalo entre as séries. O programa consistiu de 12 semanas de intervenção, sendo realizadas duas sessões semanais, com duração de 50 minutos a cada sessão, intensidade de esforço entre 15 a 16 pontos na escala de BORG. Todos os exercícios envolviam grandes grupos musculares de membros superiores e inferiores juntos, seguindo as sugestões do American College (Chodzko-Zajko et al., 2009). As aulas foram ministradas no período vespertino, em uma piscina coberta com profundidade de 1,20m, medindo 25m x 12,5m e com água em temperatura aproximada de 26 a 28°C. Os dados foram expressos em média e erro padrão médio e analisados estatisticamente pela análise de variância (ANOVA) *two-way*, seguido pelo teste *post hoc Tukey*. O nível de significância estabelecido para o teste estatístico é de $p < 0,05$. Foi utilizado o SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 20.0 como pacote estatístico.

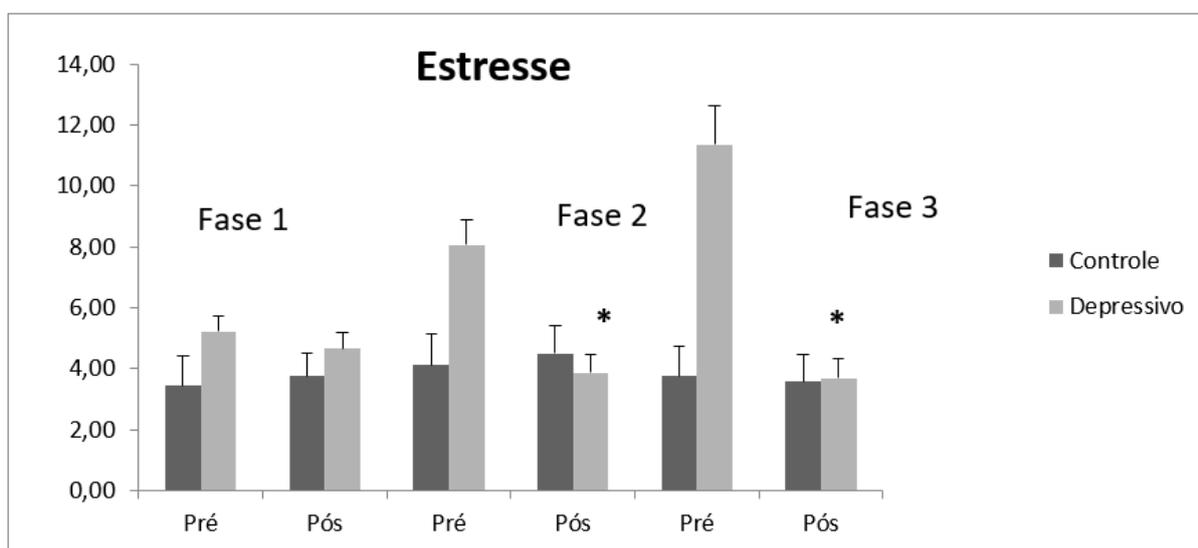


RESULTADOS E ANÁLISES

Estudos têm sustentado que os exercícios físicos podem ajudar a auxiliar e reduzir sintomas de estresse e depressão em idosos, de forma isolada ou combinada com medicação antidepressiva (Cunha *et al.*, 2008; Piazza *et al.*, 2008; Silva *et al.*, 2021). Nossos resultados demonstram que especificamente em idosos acometidos por depressão, a prática de 12 semanas de hidroginástica duas vezes por semana reduz os parâmetros de estresse e depressão.

O estresse tem sido mostrado como uma resposta automática e natural do organismo a situações que são desafiadoras ou ameaçadoras. Porém, quando o estresse é em demasia, podem-se desenvolver problemas emocionais, como ansiedade ou depressão. Um dos parâmetros de saúde mental investigados no presente estudo foram os níveis de estresse. Nossos resultados de acordo com a Figura 1, sugerem que houve reduções significativas ($p < 0.05$) nos níveis de estresse do grupo depressivo após a intervenção nas fases 2 e 3.

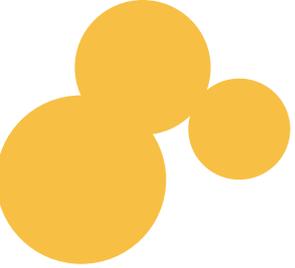
Figura 1 – Níveis de Estresse



Fonte: Os autores

Nota: Resultados referentes aos níveis de estresse sobre os grupos controle e depressivo em diferentes fases do programa.

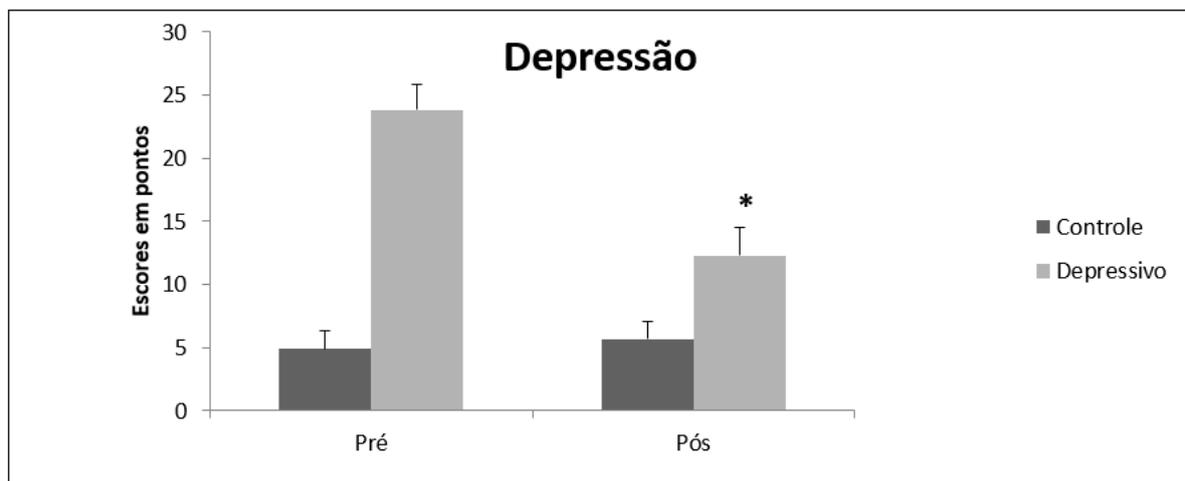
A explicação para este achado deve-se ao fato que o exercício físico, neste caso a hidroginástica, libera endorfina que por sua vez produz um efeito analgésico e tranqui-



lizante no organismo induzindo um estado de calma (Cunha *et al.*, 2008). É fato que a hidroginástica estimula o aumento da produção dos neurotransmissores como dopamina, serotonina e norepinefrina ocorrendo a sensação de bem-estar e melhoramento do humor, que por sua vez ajudam a controlar os níveis de estresse (Manuel; Schultz, 2004; Silva *et al.*, 2021).

Outro parâmetro investigado no presente estudo foi os níveis de depressão após a intervenção com hidroginástica. De acordo com nossos achados, o modelo de hidroginástica proposto (duas vezes por semana) foi capaz de reduzir de maneira significativa ($p < 0.05$) parâmetros depressivos em idosos clinicamente diagnosticados com depressão.

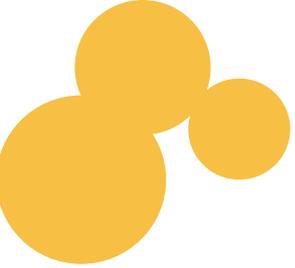
Figura 2 – Níveis de depressão



Fonte: Os autores

Nota: Resultados referentes aos níveis de depressão dos grupos controle e depressivo pré e após exercício.

Na maioria das vezes, a depressão prejudica a qualidade de vida e o desempenho físico e emocional dos idosos no dia a dia, ocorrendo sérios prejuízos podendo em muitos casos levar ao suicídio. Nossos achados corroboram com outros estudos que demonstram reduções nos níveis de depressão após a prática de exercícios aquáticos (Ströhle, 2009; Silva *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2017). Uma das possíveis explicações é que as aulas de hidroginástica com natureza intermitente afetam o funcionamento de monoaminas centrais, produzindo aumento de ácidos graxos e triptofanos livres, o qual são precursores da síntese de serotonina que atua diretamente em áreas cerebrais envolvidas com a depressão (Kritz-Silverstein, 2001; Hassmén *et al.*, 2000).

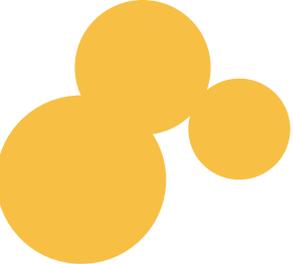


Outro mecanismo, tem sido relacionado aos desequilíbrios no eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA) com disfunção de hiperatividade, ocasionando aumento de depressão (Akil *et al.*, 1993; Buckworth; Dishman, 2002). É fato que os exercícios físicos de hidroginástica são uma estratégia não farmacológica alternativa, que pode levar a uma atenuação da hiperatividade do eixo HPA, ajudando a reduzir parcialmente a depressão (Brosse *et al.*, 2002; Silva *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2017).

Em suma, de acordo com nossas análises, apontamos que a diminuição do estresse (Figura 1) ocasionou um efeito cascata, diminuindo os níveis de depressão (Figura 2), por modular o eixo (HPA) sendo ativado pela prática de hidroginástica nos idosos. Como atividade de extensão, apontamos que o projeto LazerAtivo contribuiu significativamente cumprindo o papel científico, acadêmico e social nos universitários/idosos. Apontamos que a interculturalidade e diversidade do projeto se fez presente, uma vez que políticas e práticas comunitárias foram realizadas utilizando a ferramenta hidroginástica para estimular a interação, o convívio e a troca de experiências de vida dos idosos dentro da piscina.

CONCLUSÃO

Através do projeto de Extensão Lazerativo da Universidade do extremo Sul Catarinense, concluímos que o programa de hidroginástica realizado por 12 semanas contribuiu para reduzir distúrbios psicológicos de estresse e depressão em idosos clinicamente acometidos por depressão. Espera-se que os resultados desse projeto de Extensão Universitária, possam ajudar a entender melhor e esclarecer os benefícios que envolvem a prática de hidroginástica orientada para idosos com depressão, contribuindo de forma positiva no âmbito acadêmico para os futuros profissionais de educação física. No âmbito social, espera-se que este projeto se multiplique através da prática de atividade física nos bairros, prefeituras e universidades. Sugerimos como perspectiva a implantação de programas de hidroginástica orientados para melhoria da saúde mental em idosos depressivos.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, B. *et al.* **Efeito do treinamento físico na qualidade de vida em idosos com depressão maior.** Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 19, n. 2, 31 Mar 2014.

AKIL, H. *et al.* **Multiple HPA profiles in endogenous depression:** effect of age and sex on cortisol and beta-endorphin. Biological Psychiatry, v. 33, n. 2, p. 73–85, 15 Jan 1993. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8382535/>. Acesso em: 22 jun 2023.

BATISTA, W. da S.; ORNELLAS, F. H. **Exercício físico e depressão:** relação entre o exercício físico e o grau de depressão. RBPFE - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, v. 7, n. 42, 2 Nov 2013. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/519>. Acesso em: 22 jun 2023.

BECK, A. T. *et al.* **An Inventory for Measuring Depression.** Archives of General Psychiatry, v. 4, n. 6, p. 561–571, 1 Jun 1961.

BENYAMINI, Y.; LOMRANZ, J. **The Relationship of Activity Restriction and Replacement With Depressive Symptoms Among Older Adults.** Psychology and Aging, v. 19, n. 2, p. 362–366, 2004.

BROSSE, A. L. *et al.* **Exercise and the Treatment of Clinical Depression in Adults.** Sports Medicine, v. 32, n. 12, p. 741–760, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.2165%2F00007256-200232120-00001>. Acesso em: 22 jun 2023.

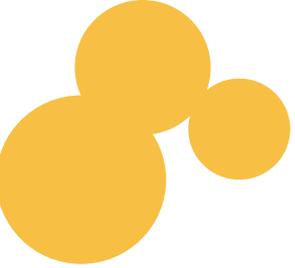
BRUNONI, L. *et al.* **Treinamento de força diminui os sintomas depressivos e melhora a qualidade de vida relacionada a saúde em idosos.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v29n2/1807-5509-rbefe-29-02-00189.pdf>. Acesso em: 22 jun 2023.

BUCKWORTH, J.; DISHMAN, R. K. **Exercise psychology.** Champaign, IL: Human Kinetics, 2002.

CHODZKO-ZAJKO, W. J. *et al.* **Exercise and Physical Activity for Older Adults.** Medicine & Science in Sports & Exercise, v. 41, n. 7, p. 1510–1530, Jul 2009.

CHUNG, C. P. *et al.* **Increased Oxidative Stress in Patients with Depression and Its Relationship to Treatment.** Psychiatry Res, v. 206, n. 2-3, p. 213–216, 1 Abr 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3615036/>. Acesso em: 22 jun 2023.

CUNHA, G. S.; RIBEIRO, J. L.; OLIVEIRA, A. R. **Níveis De beta-endorfina Em Resposta Ao Exercício E No sobre-treinamento:** [revisão]. Arq. bras. endocrinol. metab, p. 589–598, 2008. Dis-



ponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-485842>. Acesso em: 22 jun 2023.

DINIZ, J. P.; NEVES, S. A. de O.; VIEIRA, M. L. **Ação dos Neurotransmissores Envolvidos na Depressão**. Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, v. 24, n. 4, p. 437–443, 2 Dez 2020. Acesso em: 22 jun 2023.

FORTES-BURGOS, A. C. G.; NERI, A. L.; CUPERTINO, A. P. F. B. **Eventos de vida estressantes entre idosos brasileiros residentes na comunidade**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 14, p. 69–75, 1 Abr 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/tFYch7bySfNsxxd-mshYPQhM/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun 2023.

HASSMÉN, P.; KOIVULA, N.; UUTELA, A. **Physical Exercise and Psychological Well-Being: A Population Study in Finland**. Preventive Medicine, v. 30, n. 1, p. 17–25, Jan 2000.

KRITZ-SILVERSTEIN, D. **Cross-sectional and Prospective Study of Exercise and Depressed Mood in the Elderly**: The Rancho Bernardo Study. American Journal of Epidemiology, v. 153, n. 6, p. 596–603, 15 Mar 2001.

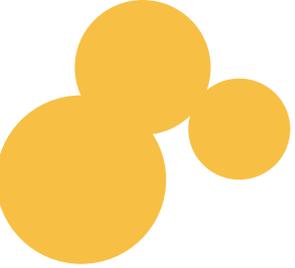
MANUEL, D. G.; SCHULTZ, S. E. **Health-Related Quality of Life and Health-Adjusted Life Expectancy of People With Diabetes in Ontario, Canada, 1996-1997**. Diabetes Care, v. 27, n. 2, p. 407–414, 27 Jan 2004.

MEREDITH-JONES, K. et al. **Upright water-based exercise to improve cardiovascular and metabolic health: A qualitative review**. Complementary Therapies in Medicine, v. 19, n. 2, p. 93–103, Abr 2011.

NASCIMENTO, M. I. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5º ed. Porto Alegre: Artmed, p. 948, 2014.

PIAZZA, L. et al. **Efeitos de exercícios aquáticos sobre a aptidão cardiorrespiratória e a pressão arterial em hipertensas**. Fisioterapia e Pesquisa, v. 15, p. 285–291, 1 Set 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502008000300012&lang=pt. Acesso em: 22 jun 2023.

PORTO, D.; ALBERTO, J. **Conceito e diagnóstico**. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 21, p. 06-11, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003#:~:text=Enquanto%20s%C3%ADndrome%2C%20a%20depress%C3%A3o%20inclui. Acesso em: 22 jun 2023.



ROSSETTI, M. O. et al. **O inventário de sintomas de stress para adultos de lipp (ISSL) em servidores da polícia federal de São Paulo.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 4, n. 2, p. 108–120, 1 Dez 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000200008. Acesso em: 22 jun 2023.

SILVA, L. A. et al. **Effect of Aquatic Exercise on Mental health, Functional autonomy, and Oxidative Dysfunction in Hypertensive Adults.** Clinical and Experimental Hypertension, v. 40, n. 6, p. 547–553, 27 Nov 2017.

SILVA, L. A. da. et al. **Effect of aquatic exercise on mental health, functional autonomy, and oxidative damages in diabetes elderly individuals.** International Journal of Environmental Health Research, v. 32, n. 9, p. 2098–2111, 21 Jun 2021.

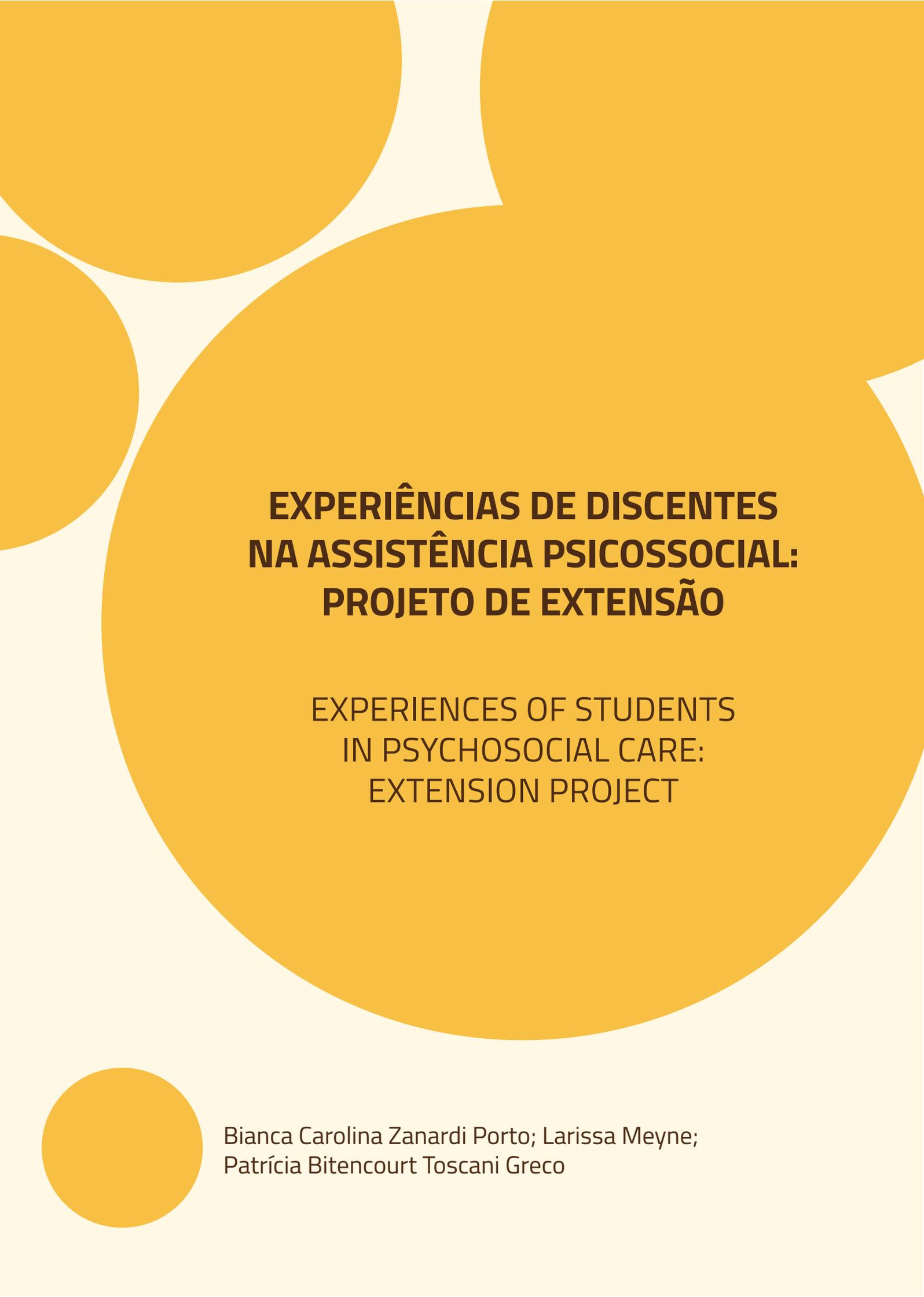
SOUSA ASSIS, R. et al. **A hidroginástica melhora o condicionamento físico dos idosos. The hidroginástica improves the physical conditioning of the aged ones.** [S.l: s.n.], 2007. Acesso em: 22 jun 2023.

STRAWBRIDGE, W. J. **Physical Activity Reduces the Risk of Subsequent Depression for Older Adults.** American Journal of Epidemiology, v. 156, n. 4, p. 328–334, 15 Ago 2002.

STRÖHLE, A. **Physical activity, exercise, depression and anxiety disorders.** Journal of Neural Transmission, v. 116, n. 6, p. 777–784, 23 Ago 2009.

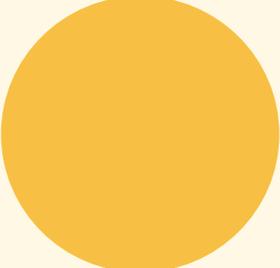
SUZAY MATTOS, A.; ANDRADE, A.; BERNARDI, A. **A contribuição da atividade física no tratamento da depressão.** Lecturas: Educación física y deportes, n. 79, p. 20, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1038083>. Acesso em: 22 jun 2023.

VAN GOOL, C. H. **Relationship between changes in depressive symptoms and unhealthy lifestyles in late middle aged and older persons: results from the Longitudinal Aging Study Amsterdam.** Age and Ageing, v. 32, n. 1, p. 81–87, 1 Jan 2003.

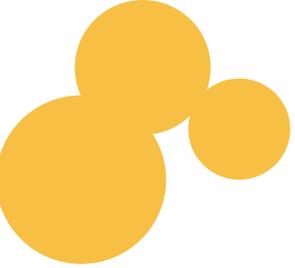


**EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES
NA ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL:
PROJETO DE EXTENSÃO**

EXPERIENCES OF STUDENTS
IN PSYCHOSOCIAL CARE:
EXTENSION PROJECT



Bianca Carolina Zanardi Porto; Larissa Meyne;
Patrícia Bitencourt Toscani Greco



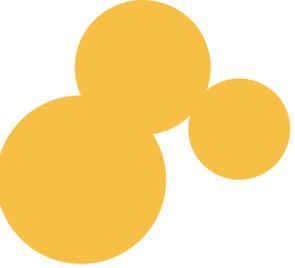
RESUMO:

Com a Reforma Psiquiátrica Brasileira e a implementação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, a qual “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” houve uma mudança no modelo de atenção à saúde mental. É de suma importância que tenhamos o conhecimento da história do surgimento dos CAPS, o primeiro CAPS do país surge em março de 1987, com a inauguração do CAPS Luiz da Rocha Cerqueira, na cidade de São Paulo, que através do mesmo começa-se a modificação da assistência à pessoa portadora de transtorno mental. O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência de discentes de enfermagem em um projeto de extensão em um Centro de Atenção Psicossocial no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, transversal, no período de 2021 a 2022. A análise foi realizada através da reflexão crítica da bolsista do projeto sobre os dados necessários para a construção deste relato. O projeto promoveu a articulação de ensino-serviço, através de um trabalho multiprofissional e com um olhar mais humanizado e acolhedor, aonde podemos observar uma melhoria na qualidade de vida desses indivíduos, como a manutenção da cidadania e o estímulo a autonomia dos usuários. O projeto de extensão possibilitou um ensino-aprendizagem dentro do serviço, através das integrações multidisciplinares com as equipes multiprofissionais, construindo, assim, uma fonte de conhecimento e habilidades.

Palavras-chaves: Saúde Mental. Autonomia. Transtornos mentais.

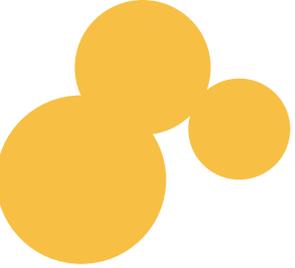
ABSTRACT:

With the Brazilian Psychiatric Reform and the implementation of Law nº 10.216, of April 6, which “provides for the protection and rights of people with mental disorders and redirects the mental health care model” there was a change in the mental health care model. It is of the most importance that we have knowledge of the history of the emergence of the CAPS, the first CAPS in the country appears in March 1987, with the inauguration of the CAPS Luiz da Rocha Cerqueira, in the city of São Paulo, which through it begins to modification of assistance to people with mental disorders. The objective of this study is to report the experience of nursing students in an extension project at a Psychosocial Care Center



in the state of Rio Grande do Sul. This is an experience report, of a descriptive, cross-sectional nature, in the period from 2021 to 2022. The analysis was carried out through the students' speeches and critical reflections of the data necessary for the construction of this report. The Project promoted the teaching-service articulation, through a multidisciplinary work and with a more humanized and welcoming look, where we can observe an improvement in the quality of life of these individuals, as well as the maintenance of citizenship and the stimulation of users' autonomy. The extension Project enabled teaching-learning within the service, through multidisciplinary integrations with multidisciplinary teams, thus building a source of knowledge and skills.

Keywords: Mental health. Autonomy. Mental disorders.



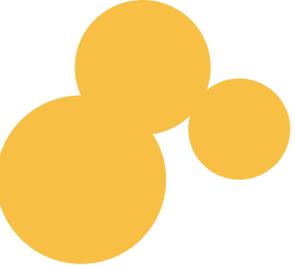
INTRODUÇÃO

Com a Reforma Psiquiátrica Brasileira e a implementação da Lei nº10. 216, de 6 de abril de 2001, a qual “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” houve uma mudança no modelo de atenção à saúde mental. Esta lei esclarece que é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais. (BRASÍLIA, 2001).

No entanto, ainda existem alguns desamparos quando se trata da atenção à saúde mental (Macedo, 2017). Um exemplo disso é a não desinstitucionalização e sua aplicabilidade na realidade dos usuários do CAPS, a qual muitas vezes ocorrem algumas lacunas e não conseguem atingir a integralidade que esse cuidado deveria proporcionar. O ser humano é naturalmente institucionalizado por locais que representam controle (Rocha, 2019), como a própria família, escola, trabalho, então é necessário estimular a tomada de controle de volta e o foco para si.

Nessa perspectiva, busca-se constantemente a ruptura com o modelo manicomial de institucionalização para que se possa construir espaços terapêuticos pautados na liberdade. Assim, construir ou desconstruir a identidade dos usuários é fundamental para exercer a cidadania, visto que ser incluído na sociedade através de direitos civis é só uma parte do que realmente é exercer a cidadania e sentir-se parte da sociedade (Maranhão, 2019). Para atender as demandas da lei da reforma psiquiátrica, esses espaços exigem que seja sempre pensado novas possibilidades para atingir os objetivos de reinserção social desses sujeitos que estão em sofrimento mental (Bittencourt, 2017), pois por mais que apareçam novos obstáculos na vida desses usuários, também aparecerão novos meios de enaltecer sua autonomia em seu cotidiano.

A autora Julien (1999, p.7) sinaliza que “[...] Se a loucura não é nem um déficit, nem uma dissociação de funções, então ela tem muito a nos ensinar”. Assim, o empoderamento parte de uma construção recente no campo da saúde mental e da Reforma Psiquiátrica,



mas se reporta a noções de campos distintos do conhecimento, tendo suas raízes nas lutas pelos direitos civis e sociais, desde o início do Período Moderno, e no movimento feminista e outros movimentos sociais populares da segunda metade do século XX.

Na saúde mental, o conceito de empoderamento é tido o fortalecimento do poder, organização dos usuários e familiares no âmbito do cuidado nos substitutos e também nas estratégias de serviços de direitos e no exercício do controle e da militância social (Vasconcelos, 2008b). Durante muitos anos, a saúde mental constituiu um campo de exclusão. Entretanto, as falas sobre a cronificação dos pacientes, o sistema asilar, o modelo biomédico, a não reinserção social, a violação dos direitos humanos e de cidadania fizeram surgir iniciativas políticas, científicas, sociais, administrativas e jurídicas. A partir disso foi possível criar novas estratégias voltadas à reabilitação e à recuperação desses indivíduos com transtorno mental, trazendo consigo a valorização do cuidar e uma nova forma de pensar no processo saúde-doença (Jorge, 2011).

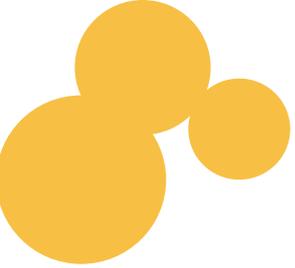
Diante deste contexto, o objetivo do trabalho é relatar a experiência de discentes de enfermagem em um projeto de extensão em um Centro de Atenção Psicossocial no estado do Rio Grande do Sul.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que possamos ter uma melhor compreensão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) é importante que tenhamos conhecimento da trajetória histórica e a evolução do tratamento no que se refere a saúde mental (Ferreira *et al.*, 2016).

O conceito loucura vem sofrendo mudanças de acordo com as crenças, políticas e costumes de cada época. Desde então, essa trajetória é marcada por diversas lutas contra o descaso do poder público com essa população específica, como forma de consequência teve grandes consequências, mudanças e descobertas que determinaram o avanço no atendimento à saúde mental (Ferreira *et al.*, 2016).

Com a Reforma Psiquiátrica podemos obter um avanço em relação ao cuidado com as pessoas com sofrimento psíquico intenso, podendo assim avançar nas formas de compreender experiências do sofrimento e particularmente no desenvolvimento de novas estratégias de assistência a essa população (Amarante, 2014).



O primeiro CAPS do país surge em março de 1987, com a inauguração do CAPS Luiz da Rocha Cerqueira, na cidade de São Paulo, representando então efetivamente um novo modelo de atenção à saúde mental, para que assim essa população possa ter um atendimento de qualidade dentro da rede pública, tendo como foco principal a reabilitação destes clientes (Onocko-Campos *et al.*, 2006).

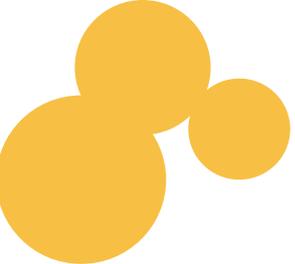
O funcionamento do CAPS configura-se em serviços comunitários, ambulatoriais e regionalizados, tendo em vista que os pacientes devem também receber consultas médicas, atendimentos terapêuticos individuais ou em grupos, podendo ter a participação em ateliês abertos, de atividades lúdicas e recreativas promovida pela equipe multiprofissional, de forma mais ou menos intensiva e articulada em torno de um projeto terapêutico individualizado, com foco no tratamento e reabilitação psíquico social, devendo também haver atividades extensivas com os familiares e questões de ordem sociais que os usuários presenciam no seu cotidiano (Onocko-Campos *et al.*, 2006).

Com isso, as atividades desenvolvidas dentro do CAPS são executadas de forma com que os usuários possam conquistar ou reconquistar seu cotidiano, podendo assim por em prática as atividades laborativas de independência e autonomia. Neste contexto, um dos espaços que temos para realizar essa prática é as oficinas terapêuticas (Constantinidis *et al.*, 2016).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, transversal e com abordagem qualitativa que contém as ações desenvolvidas, resultados alcançados, análise comparativa da teoria com a prática e outras informações.

O cenário do estudo ocorreu no Centro de Atenção Psicossocial: CAPS I Nossa Casa, no estado do Rio Grande do Sul no município de Santiago. Este espaço possui vínculo com a Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões- Campus Santiago onde ocorre aulas práticas, estágios curriculares além do projeto em questão, possibilitando aos acadêmicos vinculados, um campo educativo, de pesquisa e extensão, prestação de serviços terapêuticos, assistenciais, entre outros. No CAPS, a enfermagem tem autonomia de avaliar, acolher e medicar os usuários que estão ali presentes, de forma acolhedora e



aconchegante. Vale ressaltar que, a primeira tentativa de acalmar o paciente em crise é realizar o acolhimento e através de métodos não farmacológicos.

Este estudo contempla experiências dos discentes no período de julho de 2021 a junho de 2022. Os acadêmicos que participaram deste projeto atuaram de forma presencial no CAPS de forma quinzenal com encontros de duração de aproximadamente trinta minutos, entretanto com carga horária de vinte horas semanais para a construção de publicações e planejamento de atividades, com a supervisão de um enfermeiro Mestre com carga horária de quarenta horas semanais.

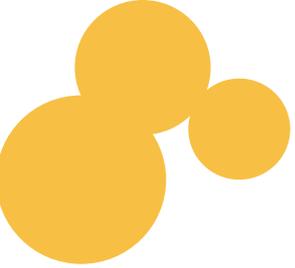
O projeto atualmente conta com uma bolsista e quatro voluntários, que participam de estudos e reuniões para debater assuntos relacionados a saúde mental.

O projeto denominado Estratégias para o Empoderamento de Usuários do Centro de Atendimento Psicossocial I: Exercendo a Cidadania, trata-se de um projeto de extensão na área da saúde mental que tem como objetivo geral promover o empoderamento e a cidadania de usuários e familiares em um Centro de Atenção Psicossocial I no município de Santiago. O projeto é composto por discente e docentes da Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões-Campus Santiago do curso de Enfermagem e por profissionais da saúde que trabalham no CAPS aonde ocorre este projeto de extensão.

No período de novembro de 2021 houve a integração de quatro bolsistas voluntários do curso de Enfermagem, e durante esse tempo ocorreram encontros quinzenais de forma presencial entre os bolsistas e a orientadora do projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para pensar sobre a Política de Saúde Mental brasileira nos dias atuais, faz-se necessário a execução do processo de transformação do paradigma de atenção em saúde mental, em virtude do modelo de assistência que nos guia nessa área na contemporaneidade que passa por modificações sociais, históricas e políticas ao longo dos anos. De uma visão punitiva, de isolamento e internações institucionais das pessoas com transtornos mentais, modifica-se à concepção de cuidado como direito de caráter democrático, humanizado e psicossocial (Silva, 2015).



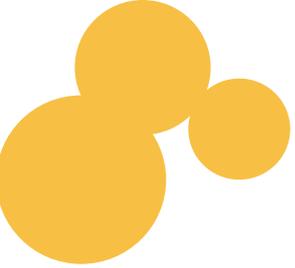
Percebe-se que o empoderamento surge do conhecimento coletivo, compartilhado, possibilitando ao usuário sair da experiência individualista de seu problema, posicionando em contato com outros usuários, permitindo apoiar-se aos questionamentos das resoluções individuais, abrindo espaço para a vinculação e aproximação de pessoas que sentem o mesmo, mas que não desistem de lutar por formas melhores de se viver (Alves, 2013).

De forma intercalada com o bolsista e um voluntário foi realizada a retomada do grupo no CAPS. No primeiro encontro foi possível apresentar a bolsista do projeto, ouvir deles o que almejam com essa retomada do grupo e quais eram as dúvidas referentes ao tema do projeto para que assim possibilitasse a organização dos próximos encontros com base nessas temáticas, além de oportunizar a retomada do vínculo com os usuários. Nesse sentido, reforça-se a importância da construção de vínculo entre os usuários e os acadêmicos, o acolhimento produz efeitos positivos no dia a dia dos serviços prestados, ao provocar mudanças no modelo de atenção à saúde, sempre garantindo o acesso universal e resolutivo a população, utilizando a escuta humanizada (Scheibel, 2011).

Nas relações de cuidado do cotidiano observa-se que o vínculo se pauta na construção de laços afetivos entre trabalhadores e usuários, na qualidade do atendimento, ou seja, no receber bem aquele usuário, na confiança e na facilidade de comunicação entre esses atores. Além disso, a busca de resolutividade para seus problemas (usuários) com o trabalhador de referência é uma forma de percepção do vínculo estabelecido entre eles (Jorge, 2009). Assim, ficou evidente a importância da construção de vínculos, pois no primeiro dia era visível a timidez dos usuários com os acadêmicos, porém com o passar dos encontros foi possível observar o fortalecimento dos laços e estabelecimento de vínculo.

No decorrer dos encontros pudemos realizar algumas retomadas referente a legislações que ampara seus direitos, que é de extrema importância para que assim possam ser inseridos na sociedade de forma “correta” e a partir disso então, foi confeccionado um cartaz com o conceito de empoderamento e autonomia a partir da perspectiva dos usuários. Após a organização do cartaz, cada usuário discutiu um sobre o assunto e realizou-se um debate sobre a lei 10.216, conhecida como a lei da reforma psiquiátrica.

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo,

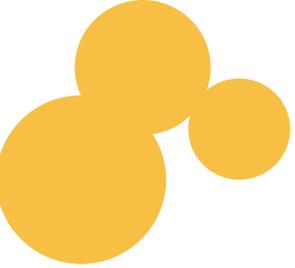


orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental: ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratado preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, em acordo com a lei da reforma psiquiátrica, a prática da autonomia e da cidadania são essenciais no que visa à implementação de pessoas com transtorno mental que foram secularmente estigmatizadas e excluídas da sociedade. Nesse contexto, é essencial que haja a criação de novos espaços, para além dos serviços substitutivos, os quais possam instigar a participação dos usuários (Figueredo, 2017).

Após essa confecção foi realizado um encontro que ocorreu em uma praça, ao lado do CAPS, ao ar livre, no formato de roda de conversa. Nesse encontro, foi retomada a discussão sobre lei 10.216, e foi mencionado pelos usuários que em muitos serviços de saúde do município os profissionais não tem conhecimento sobre esta lei, destacaram que tinham o desejo de que tais profissionais tivessem essa ciência. A partir dessas colocações, foi elaborado um questionário e realizado uma revisão Bibliográfica com a finalidade de repassar esses estudos para os profissionais de saúde.

Ainda, é importante ressaltar que o Ministério da Saúde instituiu através da Portaria nº 154 de 2008, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), para expandir as ações e eficácia da Atenção Básica através do trabalho compartilhado das ESFs na rede de serviços e na comunidade na qual está inserido. As equipes são compostas por uma equipe multiprofissional, entre eles, assistente social, psicólogo, psiquiatra e terapeuta ocupacional. Isso apenas reforça a importância da integralidade das ações do sistema de saúde, a



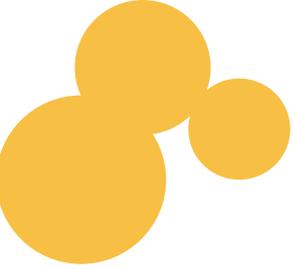
responsabilização tanto da atenção primária quanto de serviços “especializados” como o CAPS no cuidado das pessoas com transtornos mentais (Delfini, 2009).

Foi possível observar que a assistência em saúde mental não acontece de forma isolada, pelo contrário, ela é baseada de várias formas, possibilidades e implicações envolvendo não somente o usuário, sua família e o serviço de saúde mental, mas também a comunidade, os outros meios intersetoriais de saúde, em que a Atenção Básica é um ponto estratégico, além da sociedade no geral (Silva, 2015).

São esses espaços de inserção dos usuários, que devem dar vazão aos desejos e anseios dos usuários, por meio da escuta qualificada, conhecemos os sofrimentos e entendemos o motivo de estarem a frente do seu autocuidado e das suas próprias vidas. Dito isso, o papel como profissional não é controlar a vida dos que estão ali, mas sim, como transformar suas vidas, pela colaboração no processo de fortalecimento do poder e da autonomia de cada sujeito (Alves, 2013).

Tivemos a oportunidade de realizar alguns encontros fora do CAPS, nos quais realizamos uma atividade no museu municipal de Santiago, aonde os usuários puderam visualizar objetos históricos e ouvir histórias sobre tais por uma guia que se fazia presente com o grupo, e também puderam visitar a Universidade Regional do Alto do Uruguai e das Missões (URI) - campus Santiago, em parceria com o Laboratório de Práticas Integrativas e Complementares (LAPICS).

Nesse encontro, os usuários conheceram parte da universidade (rádio, laboratório de enfermagem, clínica de psicologia, entre outros), e após foram para uma sala preparada para recebê-los, na qual desenvolveram atividades de arteterapia, musicoterapia e dança circular. As Práticas Integrativas e Complementares são recursos baseados em métodos menos estressantes, realizados por meios naturais sem deixar de ser seguro, além disso ainda há um envolvimento maior entre o usuário e o profissional, sendo também uma estratégia de promoção a saúde bem positiva. Essa estratégia de cuidado amplia a possibilidade de termos uma conversa mais acolhedora, do vínculo terapêutico e até mesmo do autocuidado, portanto essa prática concernem as necessidades e manejos que os usuários requerem (Rodrigues, 2020).



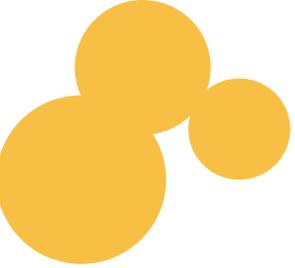
A reforma psiquiátrica trouxe e traz mudanças na percepção e intervenção dos profissionais da saúde em relação à doença e ao doente mental. A reforma tem como principal fundamento a reabilitação psicossocial da pessoa em sofrimento mental, propondo práticas humanizadas para reinserir esse indivíduo na sociedade. A arteterapia e outras técnicas relevantes são consideradas fundamentais dentro desse enfoque humanizado (Valadares, 2004). Em 2011, foi sancionada a Lei 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Assim abriram portas para que fossem feitas mudanças nos atendimentos musicoterápicos (Puchivailo, 2014).

Tiveram a oportunidade também de desfilar no desfile cívico no dia sete de setembro, com cartazes confeccionados por eles mesmos, juntamente com toda a equipe do CAPS, reforçando assim o empoderamento e colocando em prática a sua cidadania. O conceito de empoderamento é tido o fortalecimento do poder, organização dos usuários e familiares no âmbito do cuidado nos substitutos e também nas estratégias de serviços de direitos e no exercício do controle e da militância social (Vasconcelos *et al.*, 2013).

Após a participação de alguns usuários na Conferência Municipal de Saúde Mental podemos ter um diálogo sobre o sentimento deles estar presente nesse evento, na qual alguns usuários participaram como delegados. Estes usuários puderam compartilhar as suas experiências com o grupo, relatando como funcionava a conferência e qual era o papel deles como delegados no evento, ao final puderam perceber a importância de se fazerem não só presente, mas ativos. Após a participação desse evento eles também se fizeram presente no 11º Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aonde mais uma vez exerceram sua cidadania.

Após a 8ª Conferência Nacional de Saúde, estipulou-se que o controle social e a descentralização políticas das ações em saúde seriam meios essenciais na formação de recursos de saúde universal, assim se fez proposto o movimento pela reforma sanitária (Wendhausen, 1999).

Por consequência, a concretização formal do controle social se dá pela Lei nº 8.142/1990, que dispõe sobre a inserção da comunidade na gestão do sistema único de saúde (SUS) e sobre a mudança intergovernamentais e recursos financeiros na área da saúde e institui esta participação através das Conferências de Saúde e dos Conselhos de



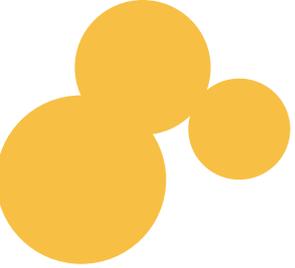
Saúde. As primeiras devem ocorrer a cada quatro anos e permitem a discussão entre diversos segmentos sociais (usuários, trabalhadores e gestores) a respeito das políticas públicas de saúde, de maneira que nesse momento devem ser extraídas críticas, denúncias e propostas para a elaboração de novas políticas (Melo, 2012).

Visto a relevância da participação e garantia de um espaço de fala nos conselhos de saúde, saúde mental e outras políticas sociais, assim como na criação de novos projetos de pesquisa, planejamento e avaliação de serviços, são conduzidos por usuários e familiares como instrumento de grande importância em seu processo de empoderamento (Alves, 2013).

Esses espaços participativos são potentes na busca de cidadania, e devem estar vinculados ao entendimento de que o protagonismo de saúde mental dependeria da garantia de exercícios efetivamente livres de confronto de ideias, local em que as forças instituem-se se debatem com as formas instituídas de participação social e que ocasione cada vez mais normas que sejam experimentadas e discursos sejam enunciados acolhendo toda a diversidade humana, mesmo com as diferenças que a loucura escancara (Costa, 2012).

Foram realizadas também atividades sobre os deveres dos usuários, bem como participação em atividades com os acadêmicos do quarto semestre que se encontravam em atividades práticas.

No próximo encontro, foi discutido sobre a reforma psiquiátrica e os benefícios que ela trouxe para os usuários. Nessa atividade eles poderiam escrever o que entendiam sobre a reforma psiquiátrica em uma folha e após quem se sentisse à vontade poderia compartilhar com o grande grupo. A escolha desse tema está embasada na reforma psiquiátrica em si, principalmente no que diz respeito ao empoderamento dos usuários e a singularização do sujeito. Nosso papel foi dar voz a esses usuários respeitando suas angústias e maximizar suas potencialidades (Pacheco, 2018). Posterior a esta discussão, foi confeccionado um cartaz sobre a cartilha de orientação em saúde mental. A partir disso, com base na cartilha de orientação em saúde mental em direção ao território podemos ter a ciência da importância de utilizar os recursos e atividades que a comunidade nos oferece, favorecendo assim a inclusão social atentando para a promoção da autonomia e a prática da cidadania.



Ressalta-se que a autonomia como mecanismo do cuidado integral é o resgate da cidadania desses usuários, buscando a autoestima, o poder contratual e o autocuidado, tendo como principal objetivo o projeto de vida de cada usuário do CAPS. É preciso atentar-se para as incapacidades, as necessidades, os medos, as angústias e os sonhos desses sujeitos para que possam, um dia, voltar a gerenciar suas vidas (Jorge, 2011).

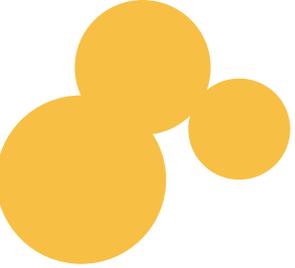
É de nosso conhecimento que o acolhimento é uma ferramenta de trabalho humanizado que qualifica a escuta. O acolhimento encontra-se como uma nova figura de atenção à saúde, como um meio facilitador para a inserção de mudanças nos processos de trabalho dos serviços de saúde, tendo também algumas modificações estruturais na forma de gestão em saúde (Scheibel, 2011).

Além disso, nesse grupo o acolhimento opera como um mecanismo capaz de reorganizar o cuidado integral em saúde mental, transpondo os conceitos de patologia e de diagnóstico da doença mental, ressaltando a subjetividade e a singularidade de cada indivíduo que é atendido no CAPS. Esse mecanismo de base relacional é absorvido no diálogo entre trabalhador de saúde e usuário/família, na escuta, no atendimento e na resolubilidade da problemática de saúde desses sujeitos, transversa lizando toda a terapêutica (Jorge, 2011). O objetivo do presente estudo é relatar a experiência de discentes de enfermagem em um projeto de extensão num centro de atenção psicossocial no estado do Rio Grande do Sul.

As atividades realizadas durante a execução do projeto relatado obtiveram como principais resultados a promoção da autonomia e empoderamento desses usuários e a reinserção deles dentro da sociedade, através de descentralização dos encontros dentro do CAPS e trazendo o empoderamento para esses usuários através das legislações que os amparam.

Durante o andamento do projeto, as atividades realizadas mostraram resultados satisfatórios, tanto pela ascensão da autonomia dos usuários, quanto pela manutenção da cidadania. Foi percebido que durante as atividades propostas o desejo do querer saber sobre seus direitos e deveres, e o entusiasmo para a realização das mesmas.

O grupo trouxe diversos aprendizados para todos os envolvidos, sendo evidenciado que empoderar-se da sua própria vida é um processo diário e ininterrupto e que exige



muita dedicação e respeito ao seu próprio tempo e suas limitações, mas é mais acessível quando existem estímulos e uma rede de apoio consistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão proporcionou aos discentes o desenvolvimento de habilidades e conhecimento necessários para conseguirem trabalhar com maestria dentro da saúde mental, dando o suporte necessário para aqueles que precisavam. É importante considerar o quanto estas ações extensionistas possibilitaram a troca de experiências entre usuários e acadêmicos, ou seja, há uma vinculação entre eles que permite o estímulo a autonomia dos usuários, bem como o crescimento dos acadêmicos na atuação em saúde mental. Ainda, possibilita ao acadêmico a vivência de espaços democráticos junto aos usuários e a construção do ser enfermeiro por meio do aprendizado com o planejamento e execução das atividades. Podemos concluir que sem dúvida este projeto contribui para uma assistência de enfermagem com um olhar mais humanizado e de qualidade para todos os usuários, com base nos princípios do SUS e promovendo sempre a empatia, empoderamento e autonomia.

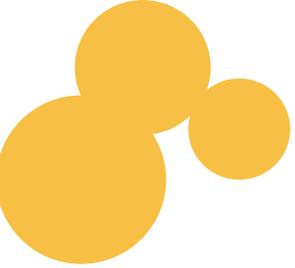
REFERÊNCIAS

ALVES, T. C.; OLIVEIRA, W. F. de; VASCONCELOS, E. M. A visão de usuários, familiares e profissionais acerca do empoderamento em saúde mental. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 23, p. 51-71, 2013.

ALVES, T. C. et al. A visão de usuários, familiares e profissionais acerca do empoderamento em saúde mental. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 23, p. Rio de Janeiro, 2013.

AMARANTE, P. D. D. C. (2014). Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In S. Escorel, L. D. V. C. Lobato, J. C. D. Noronha, & A. I. D. Carvalho (Eds.), **Políticas e sistema de saúde no Brasil** (pp. 635-655). Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Oswaldo Cruz

BARCELOS, V. M. et al. A musicoterapia em pacientes portadores de transtorno mental. **Rev. enferm. UFPE on-line**, p. 1054-1059, 2018.



BITTENCOURT, I. G. de S. et al. Habilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico: Um trabalho com produção de blog. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 22, n. 1, p. 61-67, mar. 2017.

BRASIL. **Lei de n.10.216, 06 de abr. 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtorno mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF abr. 2001.

CONSTANTINIDIS, T. C. et al. Concepções de Profissionais de Saúde Mental acerca de Atividades Terapêuticas em CAPS. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 2, p. 911-926, abr. 2018

COSTA, D. F.C. et al. Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. **Saude em debate**, v. 36, Rio de Janeiro, 2012.

DE ALBUQUERQUE, M. C. dos S. et al. Relacionamento interpessoal entre usuários e profissionais de saúde na atenção psicossocial. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 3, 2016.

DELFINI, P. S. de S. et al. Parceria entre CAPS e PSF: o desafio da construção de um novo saber. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1483-1492, 2009.

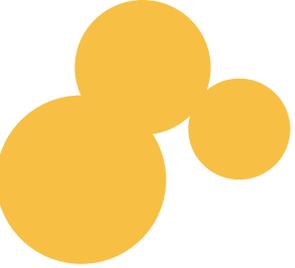
FERREIRA, J. T. et al. **Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS):** Uma Instituição de Referência no Atendimento à Saúde Mental. Eraldo Carlos Batista, São Paulo, v. 86, n. 72, p. 1-15, 01 jan. 2016.

FIGUEIREDO, A. P. et al. **Nada sobre nós, sem nós:** empoderamento e recovery em um estudo de um grupo de ajuda e suporte mútuos em saúde mental no município do Rio de Janeiro-RJ. 2017.

GUERREIRO, C. et al. A arte no contexto de promoção à saúde mental no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 4, pág. e27811422106-e27811422106, 2022.

JORGE, M. S. B. et al. Promoção da Saúde Mental-Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. Fortaleza, 30/06/2009.

JULIEN, P. **As psicoses:** um estudo sobre a paranóia comum. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2a. ed. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.



KANTORSKI, L. P.; MIELKE, F. B.; TEIXEIRA JÚNIOR, S. O trabalho do enfermeiro nos centros de atenção psicossocial. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, p. 87-106, 2008.

MACEDO, J. P. *et al.* **A regionalização da saúde mental e os novos desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 155-170, Mar. 2017.

MARANHÃO, Joyce Hilario *et al.* Reflexões sobre os conceitos de cidadania e sujeito em psicanálise na Atenção Psicossocial. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 753-771, 2019.

MELO ARRAES, A. K. *et al.* Empoderamento e controle social: uma análise da participação de usuários na IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Natal (RN). **Revista Psicologia Política**, v. 12, n. 23, p. 71-85, 2012.

OLIVEIRA, M. F. *et al.* Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática. **Revista da universidade vale do rio verde**, v. 12, n. 2, p. 871-879, 2014.

ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1053-1062, maio 2006.

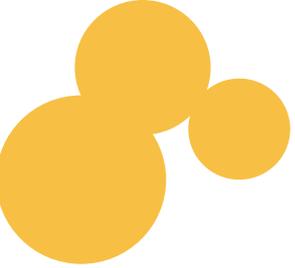
PACHECO, S. U. C. *et al.* A importância do empoderamento do usuário de CAPS para a (re) construção do seu projeto de vida. **Mental**, v. 12, n. 22, p. 72-89, 2018.

PUCHIVAILO, M. C.; HOLANDA, A. F. A história da musicoterapia na psiquiatria e na saúde mental: dos usos terapêuticos da música à musicoterapia. **Brazilian Journal of Music Therapy**, 2014.

ROCHA, T. H. R. *et al.* A desinstitucionalização no contexto da reforma psiquiátrica e seus desdobramentos: um relato sobre práticas em um caps. **Vínculo**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 01-16, jun. 2019.

RODRIGUES, I. da S. *et al.* **As práticas integrativas e complementares em saúde como estratégia de intervenção para o cuidado em saúde mental do município de Barroquinha- ce**. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/14743>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOS, A. V. *et al.* Um breve percurso na prática de inserção social em um centro de atenção psicossocial-CAPS na Bahia/A Brief Overview of Social Inclusion Practice in a Psycho-social Care Center (CAPS) in Bahia. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 3, p. 124-144, 2016.



SCHEIBEL, A. et al. Acolhimento no CAPS: reflexões acerca da assistência em saúde mental. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p, 2011.

SCHEIBEL, A.; FERREIRA, L. H. Acolhimento no CAPS: reflexões acerca da assistência em saúde mental. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. 966-966, 2011.

SILVA LIMA, M.; DE AGUIAR, A. C. L.; SOUSA, M. M. O cuidado de saúde mental como potencial autonomia do usuário. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 4, p. 675-686, 2015.

SILVA, M. M. da et al. **Lazer e saúde:** a dança circular no processo terapêutico da saúde mental. 2015.

VALADRES, A. C. A. **Arteterapia no novo paradigma de atenção em saúde mental**. São Paulo: **Vetor**, p. 209,2004.

VASCONCELOS, E. M. Reinvenção da cidadania, empowerment no campo da saúde mental e estratégia política no movimento de usuários. **Ensaio:** subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 169-194, 2000.

ISBN:
978-65-86341-22-5

